

MAIS CARAS



As passagens de ônibus intermunicipais e internacionais terão reajuste de quase 8% na próxima quarta-feira. A correção foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres e saiu publicada ontem no Diário Oficial da União.

■ Geral 05

Em Cascavel, 60% das pessoas estão acima do peso ideal

■ Cascavel 06

Na região, 97% dos animais já foram vacinados contra a aftosa

■ Cascavel 07

ALTRUIZMO



Nem a crise nem os maus exemplos dos oportunistas tiram dos brasileiros o que eles têm de melhor: a solidariedade. Exemplo disso vem de Cafelândia, que conseguiu muito mais do que pretendia na campanha do agasalho de 2015.

■ Oeste 11

Brasil decide com Paraguai vaga na semi da Copa América

■ Esportes 19

SEM NOVO PACTO FEDERATIVO...

AMP prevê insolvência de municípios em quatro anos

O presidente da AMP, Marcel Micheletto, denuncia que os municípios brasileiros enfrentam uma crise sem precedentes e correm sério risco de quebrar se não houver uma reforma imediata no pacto federativo. “E não adianta explicar que a

culpa está lá em cima. A cobrança cai no prefeito, que ainda corre o risco de ir para a cadeia em função dessa falta de respeito e de bom-senso que domina as relações da União com estados e municípios”, adverte.

■ Política 03

LORENA MANARIN



Saúde na UTI

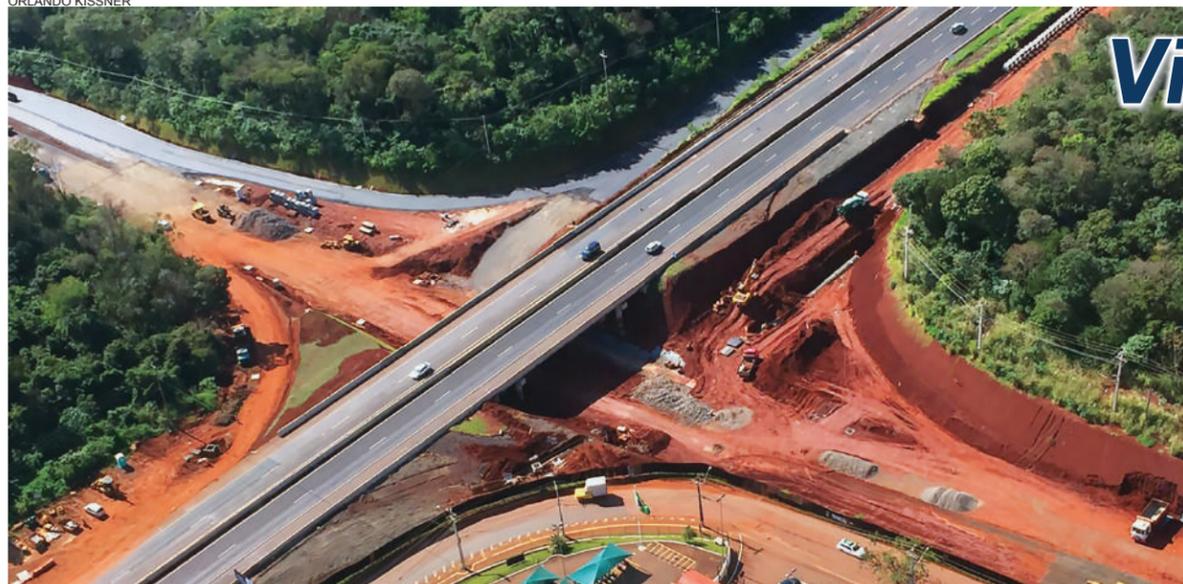
A falta de critérios justos nos repasses do SUS acarretou dívida de R\$ 17 bilhões por parte de hospitais filantrópicos e santas casas pelo País. Atendimentos essenciais à população correm o risco de ser interrompidos caso a tabela de valores pagos aos serviços não seja corrigida.

■ Oeste 10

Dilma se diz vítima de “discriminação sexual”

104

ORLANDO KISSNER



Viaduto

O governador Beto Richa vistoriou ontem as obras do viaduto em construção no cruzamento da avenida Paraná com a BR-277, em Foz do Iguaçu. Os trabalhos foram retomados há poucas semanas e mais de 75% do cronograma já foi cumprido.

■ Oeste 08

expediente
DESDE 15 DE MAIO DE 1976
O Paraná
Jornal de Fato

Gestão Judicial
Scherer Assessoria Empresarial Ltda.

Diretor
Jadir Zimmermann
diretoria@oparana.com.br

Editor-chefe
Antonio Sbardelotto
editoria@oparana.com.br
www.oparana.com.br

RCK Comunicações Ltda. CNPJ: 77.867.877/0001-09
Jornal Oparana S/A CNPJ: 21.819.026/0001-36 Matriz
Jornal Oparana S/A CNPJ: 21.819.026/0002-17 Filial

Redação, administração, publicidade e oficinas
Rua Pernambuco, 1.600 - Cascavel - PR CEP 85.810-021 - Caixa Postal 761
Telefone Central (45) 3321-1000 Fax (45) 3321-1020

Emails
redacao@oparana.com.br
comercial@oparana.com.br
assinaturas@oparana.com.br

REPRESENTANTES NACIONAIS

Curitiba / São Paulo / Merconet
(41) 3079-4666
Brasília, Florianópolis/Central
(61) 3323-4701 / (48) 3216-0600
Porto Alegre/Expansão Brasil
(51) 3340-1408

Editorial

Legislação dura e prisões infernais

A Comissão Intersectorial de Socioeducação de Cascavel promoveu no Teatro Municipal, na quinta-feira, um fórum para discutir a questão da maioridade penal. Tratado no Congresso Nacional de forma distorcida, o problema é focado somente na criança e no jovem como infratores. Os fóruns de discussão, ao contrário, abrangem a questão em seu todo, sem ficar na hipocrisia de responsabilizar apenas os infratores, descartando as causas que incitam à infração.

Há causas sociais produzindo a violência e a criminalidade em todas as idades. Crianças e adolescentes infratores, antes de cometer as infrações, são vítimas de um crime precedente: o descuido com os problemas sociais gera consequências negativas, como o agravamento da criminalidade.

Ater-se apenas à punição para a transgressão da ordem vigente distancia a sociedade de uma solução real. Examinada em profundidade, a "ordem vigente" é na verdade um quadro de

desordem, sem equanimidade nem paz. O crime social do descaso, assim, precede e cria o caldo de cultura para o crime individual em qualquer idade.

Quando há preferência a punir pelas consequências, ignorando as causas, institui-se um crime primordial, anterior à explosão de atos infracionais entre crianças e adolescentes. Esse crime é cometido pelo governo em seus três níveis quando prevarica frente a seus deveres.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vigora desde 1990 e reduziu a idade penal para 12 anos. Há uma legislação severíssima e nunca tantos jovens foram presos no Brasil, mas a criminalidade não se reduz. Daí não virá nenhuma solução real. Lao-Tsé, 600 anos antes de Cristo, sentenciou: "Mais abundância de legislação vemos, mais cresce o número de ladrões". De fato, as leis penais são duras e as prisões são um inferno, mas nem por isso a criminalidade cai.

Falem a verdade!

J. J. Durán

Quando não acredito, desconfio. Quando desconfio, temo. Quando temo, me defendo para não morrer... Por isso, muitas vezes, ao analisar o momento político vivido desde a chegada dos governantes populistas e paternalistas ao poder em diversas repúblicas indoamericanas, escrevo que esses governos fazem dos pobres seus inquilinos.

Sob alegação de que praticam uma política social, "escrituram" nessa infame troca a submissão incondicional e o voto que os elege, reelege e dá formato democrático à sua assunção ao poder, para delinquir com o beneplácito constitucional dos legislativos torpes, sem identidade ideológica e formadores da iníqua base de apoio não ao poder, mas ao líder que paga mensalmente a propina previamente acordada. Existem exceções, é verdade, mas num deserto de verdades estas acabam ignoradas nos anais republicanos.

Nos governos populistas o vocábulo "direita" é sinônimo de corrupção, porém aclaro que se refere a outras latitudes, jamais aos seus redutos políticos. Esses

Os governos "do povo e para o povo" sempre estão repletos de fracassos cívicos, morais, políticos e econômicos

governos "do povo e para o povo" sempre se consideram construtores de um mundo melhor, mas estão repletos de fracassos cívicos, morais, políticos e econômicos que transformaram numa espécie de script para suas comédias tituladas de novo tempo, erradicação da pobreza e surgimento de uma nova classe média.

Está mais que provado que essa mistura infame de sonhos e mentiras cínicas leva à decadência das repúblicas governadas por uma burguesia nova, sem escrúpulos e sem ideologia, que desgraçadamente surgiu imediatamente após os tempos fraticidas indoamericanos.

Esses salteadores do erário e da boa-fé do povo juntaram a esperança dos otários de plantão com o oportunismo egoísta para seguir vivendo dos mensalões e petropropinas e usando a mentira como verdade incontestável.

Desgraçadamente, as lideranças populistas hoje encasteladas no poder são meras caricaturas produzidas pela pregação da mentira, do discurso paternal, das fundações sociais "milagrosas", das bolsas salvadoras e pela destruição impiedosa de biografias republicanas.

Mas tanto os governantes de ontem quanto os de hoje terão que prestar contas ao Bom Judeu, e neste momento os ladrões oficiais, com suas mentiras e seus desfalques morais, não terão o benefício da famigerada "delação premiada" para amenizar o castigo por seus crimes contra a Pátria e seu povo.

É passada a hora de falar a verdade e reconhecer as próprias culpas, pois o poder não é eterno.

J. J. Durán é jornalista e membro da Academia Cascavelense de Letras – juanjurduran@hotmail.com

TÚNEL DO TEMPO



21 de junho de 1983

Antes de viajar a Brasília para apresentar ao governo federal um relatório dos estragos causados ao Paraná pelo excesso de chuvas, o governador José Richa anuncia a implantação do 13º salário e também um reajuste de 35% aos servidores públicos estaduais. O secretário do Interior, Nelton Friedrich, anuncia a necessidade de quase 1 bilhão de cruzeiros para resolver o problema da erosão urbana causado pela chuarada no Estado.

A missão de Sérgio Moro

Valmor Bolan

A Operação Lava Jato, ainda em curso, tem mostrado a força das instituições democráticas, que agem em busca da verdade dos fatos, para esclarecer o maior escândalo político como nunca antes em nossa História, maior que o do mensalão. Dizem alguns, aliás, que o do BNDES seria maior ainda, etc.

Mas a figura do juiz Sérgio Moro, com sua estratégia inspirada na Operação Mãos Limpas desenvolvida na Itália, vai ao encontro dos anseios da população que quer moralizar a vida pública. A verdade deve vir, doa a quem doer, seja quem for, porque só assim teremos um Brasil mais ético. Por isso, cresce a credibilidade de Sérgio Moro, responsável hoje por uma missão de passar o Brasil a limpo e que conta com o apoio da maioria da população.

Os efeitos do petrolão sobre a vida econômica do País têm sido devastadores. Segundo tem divulgado a imprensa é grande o impacto da crise deflagrada na Petrobras, com as investigações da Operação Lava Jato. Já foram somadas algumas demissões, a exposição de bancos e fundos à Petrobras e a seus fornecedores e a queda na arrecadação com os impostos pagos pela empresa (que já vinha acontecendo há algum tempo).

Também entraram nas planilhas sobre os impactos da crise da Petrobras na economia brasileira outros dados que atingem diretamente a petrolífera (e o país), como o preço das

ações, dos títulos de dívida e nos dividendos e o impacto da redução nos investimentos.

As reportagens também falam que com o anúncio de corte de 30% nos investimentos feitos pela Petrobras, o PIB ficará negativo em 1,2%, em 2015, em suas projeções. Tudo isso mostra o abalo da crise em vários setores da sociedade, afetando principalmente a economia, o que diminui cada vez mais a confiança dos investidores, e causa preocupação com os desdobramentos da crise, que precisa ser resolvida para evitar problemas maiores.

Os fatos mostram o quanto a corrupção é prejudicial em todos os aspectos e, por isso, precisa ser combatida de todas as formas.

E é para isso que também temos a democracia, para que a lei seja cumprida e que não haja impunidade aos infratores. Por isso que apoiamos as iniciativas do Ministério Público Federal e da sociedade que clama pelo Brasil decente e ético.

Esperamos que a democracia saia fortalecida dessa crise, porque os apelos por intervenções e outras falsas soluções podem comprometer os esforços dos que buscam, com os instrumentos da democracia, fazer as correções que se fazem necessárias. O Brasil é muito maior que a sua crise e só terá conseguido superar os abusos, com a força da lei, dentro da normalidade democrática.

Valmor Bolan é Doutor em Sociologia e Especialista em Gestão Universitária

falecimentos

- Maria de Lourdes C. da Silva (46)
- Sebastião E. de Souza (90)
- Glauco F. Rosa (63)
- Aurelia D. Ribeiro (63)

Óbitos registrados ontem, até as 17h, pela Acesc, em Cascavel

COROA DE FLORES A PARTIR DE **R\$ 150,00**
www.coroasfloriprev.com

FAIXA E FRETE GRÁTIS PARA TODO O INTERIOR DO PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO

Informe da redação

editoria e colaboradores

Da vida para a história



Cascavel acaba de perder mais um pioneiro. Foi sepultado ontem à tarde o corpo de Ernesto Parmigiani (foto), fulminado por um infarto em casa na quinta-feira à noite, aos 85 anos. Oriundo do Rio Grande do Sul, Parmigiani se mudou ainda jovem para a cidade, onde foi madeireiro, servidor público e presidente da Acic na gestão de 1970. Seu nome também figura na seleta lista de personalidades homenageadas com o título de Cidadão Honorário de Cascavel.

A Acic...

Por falar na Acic, assim o presidente Alci Rotta Júnior se manifestou a respeito do desfecho do imbróglia envolvendo o megaprojeto do Shopping Catuaí: "O acordo, priorizando as devidas compensações ambientais e observações da Justiça e demais órgãos competentes, é uma vitória do bom-senso".

...e o Catuaí

"A Acic, como sempre fez nos temas de interesse empresarial e coletivos, reafirma que o diálogo, associado à boa vontade, é uma ferramenta imprescindível e que deve ser empregada sempre quando temas tão decisivos estão à mesa", emendou Rotta Júnior. Vale lembrar que a previsão de investimento no novo shopping supera a cifra de R\$ 200 milhões.

Só mais um

Próceres do governo paranaense já identificaram a principal razão de o deputado federal Valdir Rossoni estar tramando a derrubada do cascavelense Eduardo Sciarra para assumir a chefia da Casa Civil. É voz corrente nos corredores do Palácio Iguazu que ele (Rossoni) não conseguiu absorver a ideia de ser apenas mais um na Câmara Federal, até porque como inquilino da Assembleia Legislativa costumava dar as cartas e jogar de mão.

Adiamento

Ao contrário do que estava previsto, não ocorreu ontem a reunião para definição das

atribuições dos membros da CPI do Cisop, implantada na quinta-feira pela Câmara de Cascavel. Jorge Bocasanta, Romulo Quintino e Jaime Vassatta vão se encontrar apenas na segunda-feira.

Cristiane

A campeã de votos da eleição do ano passado para deputado federal no Paraná deve vir a Cascavel no mês que vem. O presidente do PTN, Marinaldo dos Santos, está conversando com Cristiane Yared para que ela venha dar um "up" no partido com a autoridade de quem se elegeu com impressionantes 200.144 votos.

Micheline

A secretária municipal Micheline Bueno foi "promovida" dentro do PDT de Cascavel. Ela deixou a tesouraria para assumir a vice-presidência do partido, em cujo comando segue Atair Gomes da Silva. Micheline, a propósito, é sobrinha do prefeito Edgar Bueno.

Outros nomes

A nova executiva do PDT cascavelense também é integrada pelo deputado estadual André Bueno, pelos também secretários municipais Susana Kasprzak, Valdecir Nath e Inês de Paula e pelo jornalista Rafael Gareski, além de Pedro Jorge de Oliveira, Marcelo Penafiel e Luiz Frare - mantido como líder da bancada na Câmara de Vereadores. A posse solene está marcada para daqui a mais de um mês: 31 de julho.

* O prefeito de Missal, Adilso Ferrari, foi multado em mais R\$ 725,48 pelo Tribunal de Contas por contratar empresa pertencente a um cunhado do vice-prefeito para execução de uma obra de pavimentação poliédrica. * O deputado cascavelense Evandro Roman ocupou a tribuna da Câmara Federal nesta semana para alertar sobre o risco iminente de um conflito entre agricultores e indígenas na microrregião de Guaíra e Terra Roxa. * "A falta de transparência faz com que cresça a revolta da população, pois se sabe que todo o processo fica inteiramente sob a decisão da Funai", advertiu Roman.

Micheletto

Só novo pacto federativo pode salvar os municípios

Cascavel - Há muito a situação dos municípios está longe da ideal no Brasil. E a tendência é de chegar a um completo estágio de insolvência em no máximo quatro anos caso mudanças sérias na distribuição dos recursos públicos não ocorra, e logo.

Esse foi um dos alertas que fez o novo presidente da AMP (Associação dos Municípios do Paraná), o prefeito de Assis Chateaubriand, Marcel Micheletto, durante reunião empresarial da Acic na noite de quinta-feira. "Apenas um novo pacto federativo, que redefina os percentuais de divisão dos tributos, pode mudar a preocupante curva descendente de repasse público aos municípios", disse.

A queixa de Marcel, que é unânime entre os gestores das 5.564 cidades brasileiras, reside no fato de 65% dos recursos arrecadados com impostos no Brasil ficar com a União, 20% com os estados e apenas 15% com os municípios.

Para piorar, há graves distorções que afetam as comunidades distantes de Brasília, como a falta de planejamento, os desmandos, a corrupção, a falta de priorida-

des e os gastos desnecessários e excessivos da União. "O governo federal fica com grande parte do bolo e ainda não é suficiente. A conse-

quência é que acabam, por exemplo, jogando nas costas dos descapitalizados municípios despesas, em saúde e educação, que não honram".



Marcel Micheletto na Acic: desabafo em nome dos prefeitos

CORTESIA COM O CHAPÉU ALHEIO

A União e os parlamentares são eficientes em fazer propaganda e gentilezas com o chapéu alheio, sustentou Marcel Micheletto. "Criam leis, definem percentuais, autorizam obras, mas a União, e por consequência os estados, não cumpre com as suas responsabilidades e a conta sobra para as prefeituras pagarem". Esse cenário, associado à contínua redução dos índices do FPM, principal fonte de renda para mais de 70% das prefeituras, ajuda a explicar a situação falimentar dos municípios, ressaltou Marcel Micheletto. "E se nada for feito, de uma redistribuição mais justa e equilibrada dos tributos, então todos os municípios brasileiros, independentemente do porte, estarão falidos em quatro anos", alerta.

Quebradeira ameaça setor privado

Segundo Marcel Micheletto, não é de hoje que a União costuma não honrar com suas responsabilidades, mas a situação tem se agravado ao longo dos anos. Mesmo com acordos fechados e com empenhos confirmados, o governo federal já avisou que não vai honrar antigas emendas parlamentares e que a elevação, escalonada, de 1% do FPM, confirmada recentemente

com os prefeitos não será cumprida. "Principalmente os prefeitos de cidades de pequeno porte estavam esperando esse dinheiro para arrumar algumas máquinas, para terminar uma ou outra obra e nem isso terão mais", lembrou Micheletto.

O descontrolado do governo federal é tão descabido que empreiteiras vencedoras de licitações para construir diversas obras públicas estão

quebrando por não receber os recursos a que têm direito. "Muitas, infelizmente, vão falir e isso vai gerar mais consequências desastrosas aos municípios, que é onde as pessoas vivem e formam as suas famílias", alertou o presidente da AMP, ressaltando que "do jeito que está, fazer negócios com o setor público e principalmente ser prefeito é coisa para louco".

Prefeitos correm risco até de prisão

Sem o dinheiro prometido, que demora e muitas vezes não chega, os prefeitos ficam na mira dos eleitores, da comunidade e da Justiça. "E não adianta explicar que a culpa está lá em cima. A cobrança cai no prefeito, que ainda corre o risco de ir para a cadeia em função dessa falta de respeito e de bom-senso que domina as relações da União com estados e municípios", desabafou Micheletto.

Mas aí ainda outros agravantes, alertou o presidente da AMP, se referindo, por exemplo, à burocracia e à es-

tabilidade do funcionalismo, que amarram de forma muito séria qualquer possibilidade de fôlego às gestões públicas municipais.

Apesar dessas dificuldades todas, que são graves, Micheletto disse que as pessoas de

bem não podem esmorecer. Se, mesmo com um quadro tão difícil, gente séria não concorre a cargos eletivos então os "picaretas" vão dominar todos os setores, dar as cartas e aí sim a situação ficará ainda mais dramática.

HORA DE REAGIR

A hora, disse Marcel Micheletto aos empresários e líderes presentes à reunião da Acic, é de somar forças e defender um novo pacto federativo e a aprovação de leis com foco estadista, que coloquem o Brasil acima dos interesses individuais e de pequenos grupos. "Nosso País é muito maior do que isso, precisa ser respeitado, valorizado e seriamente construído", finalizou

Novo relator

O mérito dos pedidos de libertação dos executivos da Odebrecht e da Andrade Gutierrez será relatado por um magistrado tido por advogados como menos alinhado com o juiz Sergio Moro do que o titular até agora. A partir da próxima segunda, o juiz federal Nivaldo Brunoni substituirá o desembargador João Pedro Gebran Neto na 8ª turma do TRF da 4ª Região.

“Comissão amiga”

Após cumprir a agenda política na Venezuela sem enfrentar bloqueios ou a hostilidade do governo chavista, a comitiva de senadores brasileiros da base governista retornou ao Brasil na madrugada de ontem. Rotulada de “comissão amiga”, ela foi integrada pelos senadores Roberto Requião, Lindbergh Farias, Roberto Requião, Vanessa Grazziotin e Telmário Mota.

Desabafo

Presidente se diz vítima de “preconceito sexual”

Brasília - A presidente Dilma Rousseff usou entrevista concedida ao jornal americano “The Washington Post” para desabafar. O que mais chamou atenção em suas declarações, entretanto, não foi sobre a corrupção e a crise econômica que assolam o País, mas o fato de ela ter dito que há “um pouco de preconceito sexual” na forma como é descrita a sua forma de governar.

Perguntada sobre o fato de alguns dizerem que ela é uma *micromanager* (termo em inglês que designa um chefe muito controlador), Dilma questionou se “alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo mascu-

lino coloca o dedo em tudo”. “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual, ou viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte, que coloca o nariz em tudo, e estou [me dizem] cercada por homens muito bonitos”, reiterou.

Na entrevista, publicada no

site do jornal, Dilma afirmou ainda que sua baixa taxa de aprovação, que caiu a apenas 10% na última pesquisa Datafolha, preocupa, mas que não vai “arrancar os cabelos” por isso. “Você tem que viver com as críticas e com o preconceito”, justificou.

AÇÕES NECESSÁRIAS

Sobre o ajuste fiscal e os cortes no orçamento, criticados inclusive por alas do PT, Dilma Rousseff afirmou ao “The Washington Post” que as medidas não são do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, mas de seu governo. “Estamos absolutamente certos de que é essencial colocar em prática todas as medidas necessárias, não importa quão duras elas são, para retomar as condições de crescimento”, resumiu.

Governo tentará reverter no Senado o que a Câmara mudou na aposentadoria

Brasília - O ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, disse ontem que o governo vai trabalhar para tentar derrubar, no Senado, a correção de todas as aposentadorias pela fórmula do salário mínimo, que prevê, além da correção pela inflação, um aumento real de acordo com o crescimento da economia de dois anos antes.

Essa regra foi aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados e não terá impacto neste ou no próximo ano, por causa da variação



Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas

negativa do PIB. Nas Gabas afirmou que o governo está preocupado com o princípio criado pelo projeto, que ao conceder reajustes para toda

a base de aposentados, coloca em risco a própria política do salário mínimo. “A lógica está equivocada”, sustentou o ministro.

MPF pede pena máxima a empreiteiros

Curitiba - O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal que executivos da Galvão Engenharia e da Engvix, empreiteiras acusadas de integrar o cartel para fraudar contratos bilionários na Petrobras, sejam condenados à pena máxima, ou seja, a 30 anos de prisão cada.

O pedido estende a mesma pena a outros réus da Lava Jato, todos acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção e falsificação de documentos.

Para justificar a punição máxima, os procuradores argumentam que no Brasil há

progressão de regime após o cumprimento de um sexto da pena (o que significaria uma pena de prisão de 10 anos, na prática) e a possibilidade de perdão natalino para os condenados que cumprirem um terço da pena.

“As consequências dos crimes são altamente negativas para

todos os acusados, visto que a organização criminosa desequilibrou a competitividade do mercado, em prejuízo de outras empresas. Além disso, os valores desviados da estatal são enormes. Em recente balanço, a Petrobras divulgou o prejuízo de R\$ 6,2 bilhões apenas com propinas”, diz a denúncia.

COSTA E YOUSSEF

Os procuradores federais pediram a condenação também de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, delatores da Lava Jato. A eles é atribuída corrupção passiva em 31 operações pelo suposto recebimento de propinas.

coluna Esplanada

POR LEANDRO MAZZINI Twitter @colunaesplanada

**Dinheiro a jato no Tesouro**

Na busca frenética por reforço de caixa de todos os lados, o Governo tem tido uma boa ajuda da Receita Federal. O Tesouro faturou no início deste mês R\$ 18 milhões no leilão de um jato Citation Sovereign que seria do Banco Crefisa, prefixo VP-CAV (registrado nas Ilhas Cayman). O comprador é um mistério. É uma das poucas aeronaves de bananas leiloadas após apreensão com a operação da PF em 2012.

Dinheiro voa

Há 3 anos a PF e a Receita deflagraram operação nos hangares de São Paulo e apreenderam uma dezena de jatinhos com matrículas estrangeiras, operando ilegalmente.

Voa mesmo!

Era como se um cidadão passasse na alfândega sem pagar o imposto de um produto importado. A maioria dos donos, banqueiros, pagou as taxas e manteve seus aviões.

Síndrome de Brasília

Dezoito anos depois do caso do índio Galdino, um júri no TJ do Distrito Federal condenou réu a 28 anos em regime fechado por atear fogo e matar mendigo em Brasília.

Delegados x Procuradores

Os delegados envolvidos na Operação Lava Jato – comandada pelo MP Federal – começaram a dar entrevistas à TV após a nova fase. É a briga pelo protagonismo de inquéritos, que opõe procuradores e delegados, e que continua no Congresso com a apreciação de projetos que podem tirar de uma ou outra classe o poder de investigar.

A hora vai chegar

Um refresco na memória de alvos e advogados que tentam desqualificar delações de presos na Lava Jato: o instituto da delação obriga a apresentação de provas, que são reveladas no devido momento pela Justiça. É porque a hora não chegou.

Mangabeira Air

Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, Mangabeira Unger – que em artigo classificou o governo Lula um dos mais corruptos da História – deleita-se no cargo. Na última sexta (19) fez a rota Brasília-Goiânia-Anápolis em jatinho da FAB.

Logo ali

Goiânia fica a 200 quilômetros de Brasília, e Aná-

polis no caminho. Normalmente empresários que possuem aviões preferem a bem pavimentada e duplicada rodovia.

Fim da farra

Aliás, desde que a presidente Dilma baixou norma proibindo as viagens de fins de semana para casa, a farra acabou. Pelos registros da FAB, agora só há voos a serviço.

Curto-circuito

Era sobre a delação de Ricardo Pessoa, da UTC, que o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau conversava no cantinho com interlocutor no bistrô do Senac da Câmara, na última quarta. Agora, sabe-se que Pessoa delatou Edison Lobão, padrinho de Silas.

MSF ao mar

A Organização Médicos Sem Fronteira decidiu inovar na assistência e lançou embarcação no Mar Mediterrâneo com 18 profissionais, entre médicos e enfermeiros, na principal rota usada pelos balsas que transportam imigrantes e na sua maioria naufragam.

No Superávit?

O deputado Fábio Sousa (PSDB-GO) apresentou requerimento ao Ministério das Comunicações para saber onde estão os bilhões de reais do FUST e FISTEL (pagos pelas teles anualmente), que deveriam melhorar serviços da banda larga e o ensino.

Pátria mãe

O Governo continua uma mãe para servidores, enquanto corta no bolso do povo. Um comissionado demitido da Secretaria de Aviação Civil foi contratado pela Infraero ganhando quatro vezes mais.

No site

Confira no site da Coluna foto inédita do premiado Evandro Teixeira, e charge de Aliado (ex-Pasquim e JB) com histórias de bastidores do Poder.

Ponto Final

Cadê a conta de luz barata que a presidente prometeu em rede nacional de televisão?

Com Luana Lopes, Equipe de DF e SP

www.colunaesplanada.com.br - contato@colunaesplanada.com.br - Caixa Postal 1980 - CEP 70254-970 - Brasília DF

Preços em Curitiba em alta

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) do município de Curitiba, calculado pelo Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), apresentou variação de 0,73% na terceira semana do mês de junho. Influenciaram para este resultado os aumentos de 1,31% no grupo Alimentos e Bebidas, de 0,54% em Transporte, de 3,04% em Artigos de Residência e de 1,52% em Vestuário.

Desempenho do comércio em abril

A Pesquisa Conjuntural da Fecomércio PR (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná) mostra que em abril o varejo paranaense teve queda generalizada, tanto na capital quanto no interior. Na análise estadual, houve redução de -7,97% sobre o mesmo mês de 2014 e de -9,47% na comparação com março. No acumulado do ano, o comércio apresenta perdas de -2,07% no faturamento ante o mesmo período do ano passado.

Ônibus

ANTT autoriza alta de 7,7% nas passagens interestaduais

Curitiba - A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) autorizou, ontem, reajuste de 7,708% nas tarifas de ônibus interestaduais e internacionais, em percursos de longa distância. O aumento vale a partir da 0h do dia 1º de julho.

De acordo com a resolução publicada ontem no Diário Oficial da União, o reajuste não se aplica ao transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano, ou seja, que não é de longa distância. Isso será "determinado em ato específico", diz a agência.

A autorização do aumento foi dada diante "da necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro das permissionárias e autorizadas do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros", de acordo com a resolução da agência.

A ANTT divulgou os novos valores, listando os coeficientes tarifários (CT) em R\$ por

passageiro, que devem ser multiplicados pelos quilômetros percorridos. Por exemplo, para o transporte interestadual com serviço convencional (com sanitário), com pavimento tipo I (há vários tipos, como pavimentado, implantado ou leito natural), o coeficiente é de 0,152425.

Em 2014, o reajuste foi de 4,792%. Em 1º de julho do ano passado, a ANTT autorizou reajuste de 4,792% nas tarifas de ônibus interestaduais e internacionais. Em 2013, a ANTT chegou a adiar o aumento das tarifas após os protestos de junho. As passagens subiram apenas em outubro, quando tiveram um aumento autorizado de 6,981%.

Pelas regras de contrato, a revisão tarifária das viagens de longa distância estava marcada para 1º de julho e a do transporte semiurbano para 1º de agosto. A agência não informou na época, no entanto, de quanto seria o reajuste.



O aumento de 7,7% vale para as tarifas de ônibus interestaduais e internacionais e entrará em vigor na quarta-feira

ONGs querem que Brasil corte em 35% emissões de gases até 2030

São Paulo - Organizações ambientais brasileiras se adiantaram ao governo federal e apresentaram ontem uma proposta alternativa de metas que o país deveria cumprir para reduzir suas emissões de gases-estufa.

Segundo cálculo apresentado pelo Observatório do Clima, rede que reúne entidades da sociedade civil, o Brasil precisa modificar a atuação dos setores agropecuária, indústria, energia e transporte para que, a partir de 2030, o limite de emissões produzidas pelo país seja de 1 bilhão de toneladas de CO2 equivalente.

O montante é 35% menor em relação aos atuais 1,5 bilhão de toneladas de CO2eq que o país lança na atmosfera, de acordo com o mais recente Inventário Nacional de emissões, datado de 2010. O plano é considerado ambicioso, mas, segundo os ambientalistas, não significa que "sacrificar" a economia, pois, em vez disso, abre oportunidade de desenvolvimento.

PR é o 2º estado que mais procura por procedimento que comprova crimes online

Curitiba - O Paraná foi o segundo estado brasileiro que mais apresentou procura pela ata notarial, documento lavrado em cartórios extrajudiciais que pode ser utilizado como prova judicial para o combate a crimes virtuais. De acordo com os dados do CNB-SP (Colégio Notarial de São

Paulo), em 2014 foram registradas 8.288 atas notariais nos escritórios do estado paranaense, atrás apenas de São Paulo, onde houve 9.688 lavraturas do documento no mesmo período.

O número representa também um crescimento de 8,7% em relação a 2013, quando 7.620 atas notari-

ais foram registradas no Estado do Paraná.

"A publicação de texto ou imagens eletronicamente pode ser registrada nas atas notariais para utilização dos documentos como provas em um eventual processo, mesmo que os materiais cibernéticos sejam posteriormente deletados.

Suprema Corte dos EUA legaliza casamento gay em todo o país

Washington - A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu ontem que a Constituição do país garante aos casais homossexuais o direito de se casarem, em uma vitória histórica para o movimento dos direitos dos gays nos EUA.

O tribunal decidiu, por 5 votos a 4, que as garantias constitucionais do devido processo legal e da proteção igua-

litária nos termos da lei significam que os Estados não podem proibir os casamentos de pessoas do mesmo sexo.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi um dos primeiros ontem a comemorar a decisão do Tribunal Supremo de reconhecer em todo o país o casamento gay como "um grande passo rumo à igualdade".

INDICADORES ECONÔMICOS

DÓLAR			
	26/06		
	% dia compra	venda	% mês
COMERCIAL	0,0%	3,1270	3,1280 -1,9%
PTAX (BC)	+0,8%	3,1265	3,1271 -1,6%
PARALELO	+0,3%	3,0800	3,3000 -2,1%
TURISMO	+0,3%	3,0800	3,2800 -2,1%
EURO	+0,5%	3,4876	3,4886 -0,2%
US\$ 1 É IGUAL A:			
lêne	123,93	lêne	R\$ 0,0252
Libra est.	0,6353	Libra est.	R\$ 4,92
Euro	0,8964	Peso arg.	R\$ 0,34
Peso arg.	9,082	R\$1:	1.647,99 guaranis
POUPANÇA - TR			
Período/ depósitos...	Poup. antiga	Poup. nova	TR
	até 3/5/12	part. 4/5/12	
27/5 a 27/6	0,6932	0,6932	0,1922
28/5 a 28/6	0,6661	0,6661	0,1653
1/6 a 1/7	0,6822	0,6822	0,1813
2/6 a 2/7	0,6651	0,6651	0,1643
3/6 a 3/7	0,6702	0,6702	0,1694

BOVESPA			
	26/06		
IBOVESPA:	+1,58%	54.016	pontos
Ações		%	R\$
Petrobrás PN	+4,84%	13,21	
Vale PNA	+1,21%	16,70	
Brasil ON	+3,90%	24,50	
Kroton ON	-6,34%	12,11	
JBS ON	+4,89%	16,10	
Marfrig ON	+4,09%	5,60	
ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
Índice em %	ABR	MAI	ano 12m
IPCA (IBGE)	0,71	0,74	5,34 8,47
IGP-M (FGV)	1,17	0,41	3,64 4,11
IGP-DI (FGV)	0,92	0,40	3,79 4,83
REAJUSTE DE ALUGUÉIS			
Índice	ABR	MAI	JUN
IGP-M (FGV)	1,0316	1,0355	1,0411
IGP-DI (FGV)	1,0346	1,0394	1,0483
* Correção anual. Multiplique valor pelo índice			
SELIC ANUAL: 13,75% TJLP: 6,00%/ano			

TABELA DO IR			
BASE (R\$)	Aliq. %	deduzir	
Até 1.903,98	-	-	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80	
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80	
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13	
Acima de 4.664,68	27,5	869,36	
Dedução p/ dependente: R\$ 189,59; IR 2015: terceira parcela vence em 30/06, com juros Selic de 1,99%			
SAL. MÍNIMO PR (maio/2015 a abril/2016)			
I	R\$ 1.032,02	III	R\$ 1.111,04
*II	R\$ 1.070,33	IV	R\$ 1.192,45
Em reais. *Faixa II: empregados domésticos.			
OUTROS INDICADORES			
TJLP (%)	6,00	6,00	6,00
Sal. mínimo	788,00	788,00	788,00
UPC	22,60	22,60	22,60
CUSTO DA CONSTRUÇÃO (CUB)			
R\$/m2	ABR	MAI	%m %ano %12m
Paraná	1.223,35	1.228,34	0,41 1,57 6,35
Norte	1.204,89	1.213,26	0,69 1,58 7,29
Oeste	1.222,03	1.231,35	0,76 2,17 7,53

PREVIDÊNCIA			
COMP. JUNHO			
Empresário/empregador			
Contribui com 11% sobre o pró-labore, entre R\$ 788,00 (R\$ 86,68) e R\$ 4.663,75 (R\$ 513,01), por GPS			
Autônomo			
1) Quem só recebe de p. físicas: recolhe 20% entre R\$ 788,00 (R\$ 157,60) a R\$ 4.663,75 (R\$ 932,75). 2) Recebe de p. jurídicas: a empresa recolhe 11% sobre o máximo de R\$ 4.663,75 (R\$ 513,01) e desconta do autônomo. 3) Recebe de jurídicas e físicas: desconto de 11% sobre o que recebe de jurídicas até R\$ 4.663,75 (R\$ 513,01). Se não atingir este teto, recolhe 20%, sobre a diferença até R\$ 4.663,75. 4) Aut. especial: sobre R\$ 788,00, recolhe 5% (donas de casa, Lei 12.470/2011) ou 11% (demais especiais), mas só aposenta por idade..			
Facultativo			
Contribui com 20% sobre R\$ 788,00 (R\$ 157,60) a R\$ 4.663,75 (R\$ 932,75), através de carnê.			
Assalariados			
Salários até R\$ 1.399,12	8%		
de R\$ 1.399,13 até R\$ 2.331,88	9%		
de R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75	11%		
Emp. domésticos	Aliq. %	R\$ mín	R\$ máx
Empregado	8 a 11	63,04	513,01
Empregador	12	94,56	559,65
Total	20 a 23	157,60	1.072,66
Venc.: empresas 20/7 e pessoas físicas 15/7			

MERC. RURAL				
PREÇO PRODUTOR (DERAL/SEAB)				
Em 26/06	PR	DIA	30d.	Casc.
SOJA	58,60	0,7%	3,8%	58,00
MILHO	19,97	1,5%	1,9%	19,40
TRIGO	33,70	-0,1%	-5,1%	32,00
BOI GORDO	146,40	-0,1%	0,3%	147,00
FRANGO	2,22	-3,1%	2,8%	2,06
BOLSA DE CHICAGO				
Em 26/06	CONT.	FECH.	DIA	30d.
SOJA	ju/15	1.002,00	1,75	8,6%
FARELO	ju/15	341,30	4,60	13,1%
MILHO	ju/15	385,00	8,50	8,5%
TRIGO	ju/15	562,25	30,25	13,9%
LOTES/ATACADO (AgDOSSIÊ:DINHEIRO)				
Em 26/06	PRAÇA	R\$	SEM	30d.
SOJA	Cascavel	64,00	3,2%	4,9%
SOJA	Paranaguá	70,50	2,9%	5,2%
MILHO	Cascavel	21,50	0,0%	2,4%
PRODUTOR e LOTES: soja, milho e trigo em sc 60kg, boi gordo em arroba e frango em kg. CHICAGO: pontos=cents de US\$/bushel na soja (27,2kg), milho e trigo (25,4kg) e US\$/tonelada curta no farelo (907kg). DIA: var. em pontos				

Sempre Mais Alto

O Curso de Formação Cristã completa 43 anos em 5 de julho e para comemorar ocorre o evento Sempre Mais Alto, com a participação de Everton Porfírio, padre Sérgio Bedin e show com o grupo Cantores de Deus. O evento será no Anfiteatro Emir Sfair, no Centro de Convenções e Eventos, das 15h às 21h. Os ingressos, que custam R\$ 12 (mais um quilo de alimento não perecível).

Servidores se formam pelo Profucionário

Cerca de 80 servidores da Secretaria Municipal de Educação, que concluíram os cursos técnicos do Profucionário, receberam os certificados durante cerimônia de formatura realizada na noite de quinta-feira, no auditório da Prefeitura de Cascavel. Os servidores concluíram as primeiras turmas dos cursos de Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Múltiplos Didáticos, Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Infraestrutura Escolar.

Cadastro do SUS

Sistema mostra que cerca de 60% da população está acima do peso

Cascavel - O auditório da Prefeitura de Cascavel ficou quase lotado ontem à tarde durante a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Este ano o tema foi "Comida de verdade no campo e na cidade". O objetivo foi ampliar a fortalecer os compromissos para a promoção da soberania alimentar garantindo a todos uma alimentação saudável e adequada.

Entre os presentes estavam os 24 integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Para a presidente da comissão Organizadora da Conferência, Vania Maria de Souza, para uma alimentação saudável precisa-se trabalhar em todos os aspectos.

"Temos que incentivar o produtor rural a evitar o uso de agrotóxico, assim como outros produtos químicos. Incentivar que as pessoas consumam menos gordura trans, comida industrializada, sal, refrigerantes, entre outros. Precisamos motivar a popula-

ção para uma alimentação saudável", afirma.

Entre os dados preocupantes debatidos no evento esteve o que se refere ao sobrepeso e à obesidade. Os cadastros do SUS (Sistema Único de Saúde) comprovam que há uma alimentação irregular dos cascavelenses. Segundo o Sisvan (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), atualmente 60% dos cadastrados no SUS em Cascavel estão acima do peso. Já entre os 309 mil habitantes, pouco mais da metade também está com sobrepeso ou obeso. "Os pacientes que recebem o acompanhamento são cadastrados nas UBSs [Unidades Básicas de Saúde] do município. Infelizmente hoje o sedentarismo e a má alimentação são os principais fatores. Por isso, queremos orientar a todos sobre a maneira correta de se alimentar e evitar comidas industrializadas, apesar da comodidade", explica a nutricionista, Márcia Guedes Pimenta.

"Infelizmente a comida



Encontro realizado ontem debateu, entre outros assuntos, a obesidade e o sobrepeso da população

AGROTÓXICOS

Os participantes também abordaram o uso dos agrotóxicos que resultam em doenças futuras e o excesso de outros componentes químicos que influenciam na saúde humana. Durante a Conferência também foi realizada a eleição dos conselheiros que participarão da 4ª Conferência Regional de Segurança Alimentar. (EA)

saudável custa caro, por isso é comum pais alimentarem seus filhos com salgadinhos, biscoitos recheados, sucos

industrializados", acrescenta Pimenta.

● ELIANE ALEXANDRINO

Município desiste de retirar as capivaras do Lago Municipal

Cascavel - Segundo o secretário de Meio Ambiente, Luiz Carlos Marcon, o Município não deve mais realizar o remanejamento de capivaras do Lago Municipal.

Segundo Marcon, o Município tinha a expectativa de retirar seis das sete famílias de capivaras que hoje estão integradas ao cenário do cartão-postal da cidade e levá-las para Nova Laranjeiras, no entanto, devido a questões burocráticas e à falta de respostas por parte do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), órgão que pode

autorizar a transferência dos animais, houve a decisão de mantê-los no Lago Municipal.

"De 2009 a 2012, quando também respondia por esta pasta, diversas peregrinações foram feitas na tentativa de remanejá-las. A informação é que somente autorizariam a transferência depois de identificarmos todas as doenças que elas tinham e então contratamos profissionais da USP [Universidade de São Paulo] para fazer algumas análises, mas até hoje esperamos pelas respostas", relata Marcon.

Ainda segundo o Município, nunca houve remanejamento de capivaras desde o aparecimento delas, em 1996, e o número de animais chegou a mais de 300, no entanto, segundo o último levantamento, realizado em março, o número que se chegou foi de 138 capivaras. Porém, estima-se que possa atingir até 200 animais.

● MARCELO MACHADO

DOENÇAS

A permanência das capivaras no Parque Ecológico Paulo Gorski e seus arredores, aliada à proximidade com a população, tanto a que frequenta o lago como de moradores das imediações, preocupa. Segundo Luiz Carlos Marcon, as capivaras podem transmitir mais de dez doenças, dentre elas, a febre maculosa e leptospirose. "Quando foi feita a análise a pedido do Ibama, constatamos seis tipos de doenças. Esses animais são hospedeiros do carrapato que causa a febre maculosa", alerta. (MM)

MORTES

Segundo Luiz Carlos Marcon, as principais causas de mortes são por falta de alimentação e atropelamentos, seguidos de canibalismo. "Esse ocorre em últimos casos, devido, por exemplo, às brigas entre as famílias e também pela falta de comida. Em média, morre uma por semana, mas nesse período estamos passando pelo período de reprodução desses animais", lembra. O secretário diz que gostaria de deixar somente uma família de capivaras devido aos problemas que a superpopulação causa, como a falta de alimentação, mas também lembra que os animais já estão incluídos no ambiente. "As capivaras saem dos arredores do lago à procura de comida, visto que acabaram com a grama do local que é a única forma de alimentação. Já chegamos a encontrar capivaras na Avenida Rocha Pombo, depois da Avenida Brasil", alerta. (MM)

Obras do PDI terão nova frente de trabalho



Obras do PDI, na Avenida Brasil, estão tendo ritmo mais intenso nos últimos dias

Cascavel - Com o intuito de acelerar o cronograma de obras do PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado) na Avenida Brasil, o Consórcio Paulitec, empresa responsável pela execução dos trabalhos deve iniciar na semana que vem uma nova frente de trabalho na principal via da cidade, a partir das proximidades da Avenida Piquiri, a qual seguirá em direção ao Calçadão.

Atualmente, as obras que se iniciaram há cerca de 80 dias, se estendem por um trecho de aproximadamente 1,2 mil metros nas proximidades da Avenida Rocha Pombo.

"A intenção é de ganhar tempo. Vamos dividir as frentes em duas e com essas novas ações tentar alcançar o prazo final", relata o secretário de Planejamento, Alessandro Lopes. Conforme o Município, a previsão de que os trabalhos cheguem ao Calçadão até o mês de dezembro se mantém.

O primeiro trecho das obras, entre a Rua Martin Afonso de Souza e a Avenida Rocha Pombo se encontra na fase de conclusão da aplicação de selante que impermeabiliza a parte de brita já instalada, para que depois seja colocada a capa asfáltica.

Segundo Alessandro, o corte na altura da Rua Martin Afonso de Souza deve ser liberado para o tráfego, em sentido duplo de circulação, antes da interrupção do trânsito no corte da Avenida Rocha Pombo, previsto para daqui 15 dias.

As obras na principal via da cidade apresentam custo de aproximadamente R\$ 40 milhões e têm previsão de serem concluídas até o fim de 2016.

PLASTIVEL
 Indústria de Plásticos Cascavel Ltda
 Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos,
 Embalagens Plásticas Personalizadas.
 Fone/Fax:
 45.3038-4358 / 3035-4360
 9969 4414
 www.plastivel.com.br
 BR 277 KM 596
 Cascavel - Paraná

Saúde animal

Adapar diz que 97% dos animais foram vacinados contra a aftosa

Cascavel - A Adapar (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná) divulgou a parcial da vacinação da campanha contra a febre aftosa nesta primeira etapa, realizada em maio. Das 300 mil cabeças de bovinos e bubalinos na regional de Cascavel, 97% delas foram imunizadas.

Somente em Cascavel, das 38 mil cabeças, 96,53% tomaram a dose dentro do prazo. De acordo com o médico veterinário da Adapar, Jaime Barrios da Costa, o resultado

foi satisfatório. “Ainda estamos contabilizando o fechamento, mas tivemos um bom empenho pelos proprietários dos animais. Nesta primeira etapa, apenas animais de zero a dois anos foram imunizados. Estamos visitando os produtores que não declaram dentro do prazo”, revela.

A segunda etapa da vacinação está prevista para novembro, mas poderá ser descartada. “O Estado iniciou junto ao Ministério da Agricultura o processo de tornar o Paraná

livre da doença sem vacinação. Estamos há três anos sem circulação do vírus na América e já faz dez anos que não há foco da aftosa no Estado. Mas até lá, teremos que nos adaptar e reforçar as barreiras sanitárias”, afirmou.

Os produtores que não declararam dentro do prazo, de 1º a 31 de maio, serão autuados e devem pagar multa. “O agropecuarista que não vacinou os animais será multado por cabeça não vacinada. O valor vai depender da quan-

tidade de animais, mas na nossa região a maioria que não declarou foi porque esqueceu de nos informar que não tinha mais animais com até dois anos de idade”, acrescenta Costa.

Quem não imunizou terá que fazer a vacinação assistida por um médico veterinário ou técnico da Adapar. Quem não estiver em dia com a vacinação fica proibido de fazer o transporte dos animais.

● ELIANE ALEXANDRINO

Apofilab precisa de ajuda para continuar atendendo

Cascavel - Criada há 23 anos, a Apofilab (Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal) luta com dificuldades para cumprir a nobre missão de estender a mão ao próximo. A Apofilab atende pessoas que nasceram com fissura no lábio ou céu da boca e que precisam do devido tratamento para seguir suas vidas com normalidade. Desde 1991 em Cascavel, a entidade já garantiu 1.060 procedimentos cirúrgicos a bebês e crianças, que são acompanhados até o início da fase adulta.

O presidente da Apofilab, o

publicitário Domingos Pascoal, esteve na Acic, na noite de quinta-feira, para informar sobre a história, a missão, as dificuldades e os projetos de uma entidade que precisa de ajuda para prosseguir com a sua caminhada. Ela cobre uma área de 78 municípios e é uma das seis do Estado que prestam esse relevante serviço às suas comunidades. Atualmente, são 224 crianças em atendimento por semana. Elas recebem atenções nas áreas de saúde, educação e assistência oferecida por uma equipe multidisciplinar.

Com 32 funcionários, parte cedida pelo município e Estado, a Apofilab depende, para cobrir mais da metade das suas despesas, da ajuda de empresas e de doações de pessoas sensíveis à causa. Há um convênio com o governo estadual, porém ele cobre apenas alguns dos custos da instituição. Promoções e eventos também colaboram para colocar dinheiro no caixa da entidade, que é extremamente bem-vindo, de acordo com Domingos. “A destinação de parte dedutível do Imposto de Renda também pode ser feita a essa entidade, e lhes seremos muito gratos”, conforme o presidente.



Publicitário Domingos Pascoal, presidente da Apofilab

TRATAMENTO

Não há uma causa exata para a fissura lábio-palatal, entretanto o tratamento exige acompanhamento contínuo, desde o nascimento até a fase final de crescimento de forma a prevenir e a tratar transtornos estéticos, funcionais e psicossociais que se manifestam ao longo do desenvolvimento das pessoas com essa lesão. O sucesso da reabilitação está condicionado à sequência do tratamento. O abandono ou a interrupção das terapias acarreta graves prejuízos. O tratamento é realizado de forma gratuita.

A Apofilab garante também serviços social e de alimentação, pediatria, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, odontologia/ortodontia, estimulação e apoio pedagógico. Quem quiser conhecer a associação poderá fazê-lo ao se dirigir à rua Hélio Richard, 1790, esquina com a avenida Toledo, no bairro Claudete. Os telefones para contatos são 3326-7746 e 3326-7986.

Encontro de Buiatria

Hoje, das 8h30 às 18h30, no auditório do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, ocorrerá o I Encontro de Buiatria da Região Oeste do Paraná. Uma iniciativa da Buiatria-PR (Associação Paranaense de Buiatria), o evento é destinado a médicos veterinários e estudantes de medicina veterinária. As inscrições poderão ser feitas no dia e local, ao valor de R\$ 60,00 (a taxa será isenta a associados da Buiatria-PR. As vagas são limitadas.

Programação

O programa do Encontro de Buiatria prevê inscrições das 8h às 8h30; das 8h30 às 12h, tema Causas virais (IBR e BVD); 14h às 15h30, Causas bacterianas (brucelose e leptospirose); 16h às 17h30, Causas parasitárias (neosporose e tricomonose); e 17h30 às 18h30, palestra da Comissão de Sanidade Animal do CRMV-PR. Mais informações pelo e-mail janlisboa@uel.br, fone 43-9900.2665, e e-mail pri_fajardo@yahoo.com.br, fone 43-9969.8773.

EcoExpresso



Quem passou em frente, ou visitou ontem a Prefeitura de Cascavel, pôde visitar também o EcoExpresso, um ônibus equipado com maquetes, painéis e outros recursos sobre mananciais, captação, tratamento, distribuição, uso correto, ligações de água e esgoto, tratamento de esgoto e destinação de resíduos urbanos. O projeto é uma parceria entre Sanepar e Secretaria de Meio Ambiente.

Água e cuidados

As maquetes do ônibus demonstram, de forma clara e lúdica, o ciclo da água e os cuidados para destinar os resíduos sólidos. Os visitantes poderão ver também outras realidades do saneamento ambiental, como a geração de energia elétrica a partir do processo de tratamento de esgoto. Hoje, o ônibus ficará em frente à Igreja do Lago Municipal, das 8h às 12h; segunda-feira, recebe os alunos da Escola Municipal Aníbal Lopes da Silva e do Centro da Juventude, na Rua Siriema, 234, no Bairro Floresta; na terça, a visita será dos alunos do Colégio Estadual Pedro Boareto Neto e do curso de Serviço Social do Itcne.

Para uma feijoada completa, só faltam os convidados.

ingredientes para

FEIJOADA

COOPAVEL



AGRADECIMENTO E CONVITE PARA MISSA DE 7º DIA

Familiares do

DR. ADIRIS GOMES DE BARROS

ainda consternados com o passamento, convidam parentes e amigos para a Missa de Sétimo Dia a ser celebrada neste domingo, dia 28/06, às 9h00 da manhã, na Igreja de Confissão Luterana, na Rua Antonio Alves Massaneiro, 214, Centro, Cascavel/PR. Por mais este ato de fé, a família antecipa seus agradecimentos.

Nova Aurora debate direitos

O Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Aurora promoveu a 3ª Conferência da Pessoa Idosa. O encontro contou com a participação de representantes entidades e associações, bem como de autoridades. Aspectos importantes da situação e do papel das pessoas da terceira idade estiveram em debate.



Palotina tem feira do desapego

O município de Palotina prepara a segunda edição da Feira do Desapego, agendada para o período de 1º a 3 de julho no Centro Luterano. Escolas arrecadam roupas, calçados, utensílios domésticos, decorações, livros e brinquedos em bom estado. A realização é da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Trincheira

Beto vistoria obras de viaduto na 277

Foz - O governador Beto Richa acompanhou ontem o andamento da construção do viaduto na BR-277 com a avenida Paraná, uma das principais vias urbanas de Foz do Iguaçu. O viaduto integrará a Vila A ao Centro de Foz, região de 100 mil habitantes. A obra está em 75% concluída, já em fase final de serviços de terraplanagem e drenagem. Em breve, as equipes começarão a colocar a base do pavimento das pistas das alças de acesso e também da rua debaixo do viaduto.

A previsão é que esteja concluído até agosto. “Agora, temos a retomada com força total desta obra, uma antiga reivindicação da população e que se torna realidade”, afir-

mou o governador. “É importante lembrar que a construção do viaduto era uma obrigação da prefeitura, que o estado assumiu porque entendeu a urgência. A população não aguentava mais os transtornos diários causados pelo grande fluxo de veículos”, disse Beto Richa.

O prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira, afirma que a interseção da BR-277 com a avenida Paraná era local de muitos acidentes e congestionamento. “A obra era aguardada há mais de 20 anos pela população, porque é importante e acabará com a divisão de Foz. Agora, estaremos integrados novamente, graças a sensibilidade do governador”, disse o prefeito.

O presidente da Associação de Moradores da Vila A, Lourival Roman, conhecido como Paiakan, agradeceu o governador pela construção do via-

duto. “Agora a obra é realidade. Em nome dos moradores quero agradecer e dizer que esta sendo feito um ótimo trabalho”, disse.



Obra foi retomada recentemente. Setenta e cinco por cento do cronograma está pronto

NEGOCIAÇÃO

Acertado em negociação do governo estadual com a Ecocataratas, o novo viaduto recebe investimento total de R\$ 11 milhões. A obra inclui pavimentação, calçamento, sinalização e paisagismo e será a principal ligação do Norte para o centro de Foz do Iguaçu, desafogando o fluxo de trânsito urbano na região. De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem, o governo estadual fez mudanças no projeto para incluir construção de calçadas, rampas de acessibilidade e novos trechos pavimentados.

Atingidos recebem ajuda humanitária Campanha beneficia carentes

Nova Prata - Os primeiros pagamentos das ajudas humanitárias aos atingidos pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Salto Caixas foram realizados ontem pela Copel (Companhia Paranaense de Energia) a 28 famílias de Nova Prata do Iguaçu e uma de Santa Lúcia.

Depois dos levantamentos, iniciados ainda no ano passa-

do, 310 famílias aguardavam esse ressarcimento, que em um primeiro momento será repassado a 107 famílias que já comprovaram suas perdas, em um montante de R\$ 1,3 milhão. Em seguida, com as vitórias já concluídas pelos técnicos da Companhia, agendadas para as próximas semanas, outras 190 serão restituídas mediante comprovação dos da-

nos, totalizando R\$ 4,6 milhões. O Ministério Público acompanha todo o processo, além de verificar os depósitos aos produtores. Segundo a Copel, um novo cronograma foi estabelecido, tanto para as vitórias quanto para os próximos pagamentos.

VITÓRIAS

As visitas técnicas iniciam em 29 de junho em Boa Vista da Aparecida, com pagamento programado para 06 de julho. Em Realeza, as vitórias estão agendadas para 30 de junho e 1º de julho, e o pagamento em 7 de julho. Capitão Leônidas Marques receberá os técnicos da Copel nos dias 7, 8, 9 e 10 de julho e pagamento deverá ser feito no dia 15. O último município a participar das vitórias é Capanema. Por lá, as visitas ocorrerão entre 15 e 18 de julho, com pagamento agendado para 23.



Pessoas de baixa renda são contempladas com gesto humanitário em Cafelândia

Cafelândia - Uma grande quantidade de itens foi conseguida em campanha solidária organizada pela APMI, Cras e secretarias em Cafelândia. Com o slogan Com solidariedade e amor é possível transformar o frio em calor, a promoção vai melhorar as condições de vida de famílias de baixa renda em meses de baixa temperatura.

“A campanha superou as expectativas. A população de Cafelândia mais uma vez comprovou que tem um enorme coração e estende a mão ao próximo quando cha-

mada”, diz a primeira-dama Inês Machado da Silva. Diversos pontos de coleta foram instalados na cidade, de farmácias a supermercados. A entrega dos doativos foi iniciada na quinta-feira, no Clube do Vóvo.

“Neste momento que estamos ajudando a fazer a felicidade dessas famílias, queremos agradecer o apoio recebido durante toda a campanha. Nossos agradecimentos a escolas, bancos, empresas e à população”, disse o prefeito de Cafelândia, Valdir de Andrade, o Bugrão.



Em junho do ano passado, a inundação causou prejuízos incalculáveis a agricultores

Tênis para alunos de Santa Lúcia

Santa Lúcia - A Secretaria de Educação de Santa Lúcia começa a entregar na semana que vem pares de tênis aos alunos da rede municipal de ensino. Mais de 420 crianças serão beneficiadas pelo ato da administração pública municipal.

Todos os alunos, desde a educação infantil até o quinto ano serão contemplados. A prefeitura adquiriu os pares de tênis ao custo de R\$ 49 cada. O

investimento total dos cofres públicos foi de R\$ 21.560, totalizando 440 unidades. “Adquirimos um pouco a mais porque sempre temos novos alunos”, explica a responsável pela Secretaria de Educação do Município, Sirlei Barroso.

Essa será a segunda vez que o poder público entrega os calçados às crianças. “Os tênis ajudam muito as famílias, principalmente as mais carentes, que

agora ficarão protegidas do frio. O calçado também traz a igualdade na escola, onde todos se sentem iguais, o que é muito importante. Nenhuma criança se sente inferior a outra”, entende Sirlei.

No início do ano letivo, a prefeitura também distribuiu kits de uniformes, que contêm duas camisetas de manga curta, uma camiseta de manga longa e um agasalho completo.

RONDON | Líderes fazem visitas técnicas



Comitiva formada por autoridades fez ontem um circuito de visitas técnicas a obras públicas em construção em Marechal Cândido Rondon. A visita iniciou no Jardim Primavera, onde é construído o Colégio Monteiro Lobato. A comitiva seguiu para a Unidade de Saúde do bairro Botafogo. Logo esteve na Unidade Pronto-Atendimento, em obras ao lado do Samu, na Central de Medicamentos, fundos da Unidade de Saúde 24 Horas, e no Teatro Municipal, em frente ao lago municipal.

Convênios

TCE confirma solicitação da AMP sobre negativas

Medida vai assegurar que prefeituras recebam recursos para obras

Assis - O presidente da Associação dos Municípios do Paraná e prefeito de Assis Chateaubriand, Marcel Micheletto, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, receberão na quarta-feira, às 9h, no Plenário da Casa, documento oficializando a aceitação, pelo Tribunal de

Contas do Paraná, do pedido da AMP de validação das certidões negativas na época da celebração dos convênios firmados pelo governo do Estado com as prefeituras do Estado.

Essa nova conquista da diretoria da AMP garantirá que as prefeituras recebam os recursos normalmente, mesmo que os prazos de validade das certidões liberatórias já tenham vencido, afirma Marcel.

O presidente da AMP diz que a decisão do presidente do TCE, Ivan Bonilha, mostra preocu-

pação em resolver um problema que preocupava os prefeitos e que poderia bloquear a liberação de recursos aos municípios. “O que aconteceu foi que, devido à crise econômica, o governo do Estado não teve condições de repassar recursos às prefeituras quando elas tinham as certidões negativas. Agora, a situação financeira do Estado melhorou e os recursos poderão ser liberados, mas, em muitos municípios, as certidões estão vencidas. A decisão do TCE de aceitar nosso pedido resolve este problema”, explica Marcel Micheletto.

Sanepar inaugura captação flutuante

Foz - O governador Beto Richa, o presidente da Sanepar, Mounir Chaowiche, e o prefeito Reni Pereira inauguraram as obras da captação flutuante no lago de Itaipu, que vai contribuir para o abastecimento da cidade pelos próximos dez anos. O novo sistema foi instalado na área do Refúgio Biológico da Itaipu. Também foi assinada a ordem de serviço à ampliação do sistema de esgoto sanitário no qual serão investidos R\$ 17 milhões. Mais de 1,6 mil famílias serão beneficiadas com as obras de esgoto.

O governador ressaltou a importância dos investimentos para a população de Foz do Iguaçu. “Água de qualidade e sistemas de esgoto são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas e para o processo de desenvolvimento econômico e social”, afirmou Richa. O prefeito Reni Pereira também comemorou as novas obras.

Cerca de 70% da água tratada consumida em Foz é fornecida pelo reservatório de Itaipu. O novo sistema de captação de água que atende a população de 210 mil habitantes terá capacidade para coletar a água na cota de 210 metros – no sistema anterior só era

possível em 215 metros. As cotas são medidas que relacionam o nível do mar com o do reservatório. A faixa normal de operação no lago é de 220,30 metros. O investimento nesta ampliação do sistema de abastecimento da cidade foi de R\$ 5,7 milhões.

USO COMPARTILHADO

Embora não exista risco de faltar água, a obra foi necessária devido à estiagem que atingiu os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo, afetando a produção de energia elétrica. Como o Operador Nacional do Sistema Elétrico determinou que a Itaipu opere em outra cota, a Sanepar instalou esse sistema para extrair água em nível mais baixo. Os investimentos de R\$ 16,9 milhões no sistema de esgoto vão beneficiar 92 mil moradores. A tubulação de coleta e de transporte do esgoto será aumentada em mais de 39 mil metros e vai interligar 1.603 domicílios nas regiões dos Jardins Eliza I e II. As estações de tratamento de esgoto dos bairros Beira Rio, late Clube e Jupira terão sua capacidade de tratamento ampliada em 70 litros por segundo cada uma. Para transportar o esgoto será instalada uma estação elevatória no bairro Ana Rouver. O conjunto de obras, que teve a ordem de serviço assinada, vai contribuir para que Foz do Iguaçu alcance 76% no índice de atendimento de esgoto.

Gaeco cumpre mandados de busca e apreensão

Foz - Na manhã de ontem, o Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, cumpriu mandados de busca e apreensão nas secretarias da Fazenda e de Tecnologia de Informação em Foz do Iguaçu.

Os mandados foram expedidos pelo Juízo da 1ª Vara Cri-

minal do município, com o objetivo de coletar documentos relacionados a supostos crimes contra a administração pública.

CORRUPÇÃO

O grupo investigado é acusado de envolvimento em práticas de corrupção, falsificação de documentos (especialmente para transferência fraudulenta

de imóveis) e organização criminosa. As investigações fazem parte da terceira etapa da operação deflagrada em 13 de maio, quando se cumpriram 15 mandados de busca e apreensão na sede de um escritório de advocacia e em um cartório de registro de notas. Em 20 de maio, outros quatro mandados também foram cumpridos.

FLORES | Missal incentiva cultivos em áreas do perímetro urbano



Integrantes do Coletivo Educador realizaram, nesta semana, mais uma etapa do Projeto Beija-flor na avenida Dom Geraldo Sigaud, em Missal. Eles plantaram flores e colocaram vasos com mudas em alguns pontos da via pública. O Projeto Beija-flor é iniciativa do Coletivo Educador em parceria com Itaipu, Lindeiros, prefeitura e voluntários.

Panorama regional

regional@oparana.com.br

Luiz Fayet quinta em Toledo

DIVULGAÇÃO



Será quinta-feira, às 19h30, no auditório da PUC, em Toledo, palestra sobre Agronegócio brasileiro e a barreira logística. O tema será apresentado pelo ex-diretor de Crédito Rural e ex-presidente do Banco do Brasil, do Banestado e do Badep, Luiz Antonio Fayet. Atualmente, ele é consultor para logística e infraestrutura da CNA. A palestra será gratuita.

Insegurança

Apesar dos esforços das autoridades, principalmente da administração, o clima ainda não é dos melhores em Palotina. Vereadores também sugerem ações para reduzir a criminalidade. Os vereadores Enio Moesch e Osvaldo Paulino de Freitas, os dois do PSDB, pedem a designação de mais agentes e de carcereiros para o município. A solicitação foi enviada ao prefeito Jucenir Stentzler (PTB), ao deputado Litro (PSDB) e à Secretaria de Segurança Pública.

Empretec

Acisa e Sebrae lançaram nesta semana o Empretec em Santa Helena. O evento teve palestra com o consultor Antônio Carlos Zandoná. Neste ano, o treinamento será de 20 a 25 de julho de 2015. As inscrições devem ser feitas até 30 de junho. Depois disso, os candidatos passarão por uma entrevista seletiva.

Habitações

Laranjeiras do Sul investe R\$ 19,5 milhões no programa Meu novo lar, com foco na habitação popular a famílias de baixa renda. O objetivo é alcançar a construção de 455 unidades, segundo a prefeita Sirlene Svartz.

Incentivo

A administração pública de Missal debate sobre pontos

da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A finalidade é adequar o município à oferta de incentivos às empresas de pequeno porte.

Prorrogação

A Unila prorrogou para 15 de julho prazo ao recebimento de inscrições de interessados no preenchimento de vagas ociosas por aproveitamento de diploma e por transferência de outras instituições de ensino superior. A prorrogação foi definida em razão de greves em diversas instituições de ensino – estaduais e federais – que dificultaram a obtenção de documentos por parte de estudantes interessados na transferência.

Educação

Levantamento da AMP revela que até ontem 90% das cidades paranaenses concluíram a elaboração de seus planos municipais de educação. O prazo estabelecido pela Lei 13.005/2014 terminou dia 24.

Conselhos

Mais quatro municípios da região dão passos iniciais à formação dos seus conselhos de desenvolvimento, a exemplo do que já existe em Foz do Iguaçu. São eles: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Quedas do Iguaçu e Pato Bragado. Um treinamento sobre o assunto está agendado para 30 de junho, na Acic.

Doutorado em Filosofia

Estão abertas até 4 de julho inscrições à seleção do curso de Doutorado em Filosofia do câmpus de Toledo. Os candidatos devem realizar a inscrição via internet preenchendo o cadastro disponível em www.unioeste.br/pos/incricoes. A confirmação da inscrição, e o direito de realizar provas e exames de seleção, requer a realização das etapas descritas no edital disponível aqui. O valor da taxa de inscrição é R\$ 150. O curso também prevê a possibilidade de matrícula de aluno especial. A taxa de investimento para a seleção é de R\$ 75.

Palotina recebe ônibus zero do Estado

Palotina - O prefeito de Palotina, Jucenir Stentzler (PTB), participou em Curitiba da solenidade de entrega de 20 novos ônibus a municípios do Paraná. Os veículos serão utilizados no transporte de estudantes de escolas agrícolas e profissionalizantes de todas as regiões do Estado, beneficiando 5.770 alunos. Na mesma solenidade, o governador Beto Richa

anunciou o repasse de mais R\$ 9 milhões como cota extra para as prefeituras garantirem o transporte escolar no período de reposição das aulas na rede estadual. Jucenir ressaltou que a entrega do ônibus é uma das ações do governo que beneficiam o Colégio Agrícola Estadual Adroaldo Augusto Colombo, que atende cerca de 300 estudantes.

“O Estado destinou recursos significativos para a escola e calçamento com pedras irregulares na estrada que dá acesso ao colégio”, diz Jucenir. “Para fechar esse ciclo, temos agora o recebimento desse ônibus, que fará grande diferença no aprendizado de nossos alunos. O colégio agrícola é uma referência em nosso município”, disse o gestor público.



Líderes com Beto Richa durante a entrega do novo veículo

SUS

Tabela defasada gera dívida bilionária

O dado assusta: 83% das Santas Casas e hospitais filantrópicos trabalham no vermelho

Toledo - A dívida que hospitais filantrópicos e santas casas do País acumulam hoje por conta da desigualdade de recursos do governo federal aos serviços públicos chega a R\$ 17 bilhões. Na região Oeste, o HU (Hospital Universitário) de Cascavel e o Bom Jesus de Toledo, locais de referência para o atendimento

de uma população estimada em um milhão de habitantes, enfrentam dificuldades, sobretudo, pela falta de revisão na tabela do SUS (Sistema Único de Saúde) e incentivos financeiros.

De acordo com o superintendente da entidade mantenedora do Hospital Bom Jesus, Thiago Daross Stefanello, os valores repassados pelo governo ao SUS não cobrem o custo de procedimentos e deixam os hospitais em situação preocupante. “Cerca de 83% dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas trabalham no vermelho. A defasagem na tabela é o que acarreta dívidas e, por isso,

muitos estabelecimentos deixam de prestar atendimento pelo SUS. De cada procedimento realizado 40% é mantido pelo próprio hospital”, ressalta. Somente no Hospital Bom Jesus, a dívida acumulada se aproxima dos R\$ 15 milhões. O custo de um hemograma completo, por exemplo, pelo sistema público é de R\$ 4,11 e no plano privado são pagos R\$ 9,65 pelo mesmo exame.

A divulgação dessa realidade e das graves consequências ao SUS motivou a campanha nacional Acesso à saúde – meu direito é um dever do governo”. No próximo dia 29, o movimento das Santas Casas

e Hospitais Filantrópicos reunirá representantes em 50 localidades do Brasil para uma mobilização.

“É indispensável discussões em torno do tema para que medidas urgentes garantam o direito à saúde dos cida-

dãos. O Hospital Bom Jesus apoiará essa iniciativa para prestar esclarecimento a sociedade e chamar a atenção de autoridades políticas e da saúde”, destaca Stefanello.

●ROMULO GRIGOLI

PREJUÍZOS

O descumprimento da Portaria nº 2.395/2011 traz mais prejuízos aos hospitais do Paraná. “A maioria dos hospitais recebe apenas R\$ 478 por diária de leito de UTI [Unidade de Terapia Intensiva], mas a portaria prevê o pagamento de R\$ 800. Deixamos de receber R\$ 490 mil todos os meses”, cita o superintendente do Hospital Bom Jesus ao acrescentar, “passamos por um momento de dificuldade, e sem a revisão da tabela SUS e demais incentivos financeiros, a situação tende a se agravar cada dia mais”.

Programa especial marca os 55 anos de Matelândia

Matelândia - Uma extensa programação alusiva marcará os 55 anos de emancipação de Matelândia, município de pequeno porte a 75 quilômetros de Cascavel. As atividades foram abertas no último dia 19 com a realização da segunda edição do Festival da Polenta. Entretanto, o auge das atividades será em julho, principalmente de 23 a 26.

O prefeito Rineu Menoncin, o Texeirinha (PP), informa que, mesmo com as dificuldades, Matelândia consegue avançar em várias áreas. “Com gestão austera e pautada no planejamento, esta-

mos conseguindo fazer frente aos desafios que esse momento em particular impõem às administrações públicas municipais, principalmente às de menor porte”, afirma ele.

Uma comissão definiu as atrações da festa dos 55 anos e há eventos para todos os gostos. As principais serão os shows com Cesar e Jadson, dia 23 de julho e com Giovani no dia 25. A Escolha da Missa Matelândia será na noite de 24 de julho. No dia 26 haverá festa em honra a São Cristóvão, show com Osvaldir e Carlos Magrão e as atividades do Domingo na Praça.

Adapar se soma às ações do POD

Cascavel - Lançado no segundo semestre do ano passado, o Programa Oeste em Desenvolvimento tem por missão, de forma articulada, reunir as principais forças organizadas e permitir reflexões e elaboração de projetos que conduzam a região a um novo estágio no seu processo de crescimento.

O apoio mais recente ao POD foi garantido nesta semana, durante reunião de membros do Programa Oeste em Desenvolvimento com a Adapar, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Durante reunião, no Sebrae, em Cascavel, o diretor-presidente Inácio Afonso Krotetz detalhou sobre missão e ações da Agência.

O objetivo da Adapar é de



Encontro ocorreu no Sebrae, em Cascavel

estabelecer normas, padrões e procedimentos que determinam a adoção de medidas de prevenção e de preservação que contribuem para a sanidade da produção agropecuária paranaense, promovendo o aumento da competitividade junto ao mercado globalizado. Ela atua em conjunto com produtor, in-

dústria, comerciante e consumidor, sempre de olho na qualidade de etapas importantes da produção agropecuária do Estado. O Oeste em Desenvolvimento integra Sebrae, Amop, Caciopar, Fiep, Itaipu, Parque Tecnológico de Itaipu, além de cooperativas e instituições de ensino.



O vice Ênio Alves e o prefeito de Matelândia, Rineu Menoncin

Detran inaugura salas de videoconferências

Nova Aurora - O Detran do Paraná implanta um novo sistema de comunicação entre seus servidores e a comunidade. São salas de videoconferências, nas quais em tempo real professores interagem com alunos ou grupos e trocam informações.

Ontem, a diretora do 90º Ciretran de Nova Aurora, Leila Favero, convidou líderes dos municípios de sua área de abrangência (Nova Aurora, Cafelândia, Iracema e Anahy) para conhecer o espaço.

A primeira experiência de utilização da ferramenta no município serviu para convidar as autoridades presentes a serem multiplicadoras da ideia.



Videoconferência ajuda a disseminar informações e experiências

POLÍCIA FEDERAL



Cigarros contrabandeados

Um homem de 24 anos foi preso em flagrante pela Polícia Federal Ió lago de Itaipu. Ele estava pilotando uma embarcação com 150 caixas de cigarros contrabandeados do Paraguai e foi flagrado ao atracar num porto clandestino localizado em Itaipulândia.

Carro incendiado

Um Palio com placas de Imbituba (SC) foi encontrado queimado em uma estrada que leva ao aeroporto de Guaíra. Uma denúncia anônima indicou a localização do veículo, que não tinha alerta de furto ou roubo. A polícia, entretanto, suspeita que ele estava com placas clonadas.

Cascavel

Sede da Polícia Científica deve ser construída anexa à Unioeste

Assunto será tratado na próxima semana com o prefeito e o reitor da universidade

Cascavel - O sonho de retirar o IML (Instituto Médico Legal) e o Instituto de Criminalística da 15ª SDP (Subdivisão Policial) pode começar a se tornar realidade na próxima semana. De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária, na terça e na quarta-feira o diretor da Polícia Científica do Paraná, Hemerson Bertassoni Alves, estará na cidade para discutir a construção da sede própria do órgão.

Segundo a assessoria de imprensa da Sesp, o assunto será debatido com o reitor da

PERÍCIA MÉDICA

Além da nova sede da Polícia Científica, o Governo do Estado deve construir, em breve, uma unidade da Perícia Médica em Cascavel. A informação foi repassada pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, com exclusividade para O Paraná. Segundo a assessoria de imprensa da pasta, parte de um terreno de 12.560 metros quadrados localizado entre as ruas São Paulo e Rio de Janeiro, ao lado do Restaurante Popular, foi destinada à construção da unidade. O terreno é o mesmo pleiteado pela Superintendência Regional da Polícia Federal para a construção da sede da Delegacia de PF. Outra parte da área foi cedida à Prefeitura para instalação da Feira do Pequeno Produtor. (TM)

Unioeste, Paulo Sérgio Wolff, e o prefeito Edgar Bueno para apresentação de uma proposta factível. A partir daí será definido o local e, ato contínuo, aberta a licitação para execução do projeto.

O Estado já tem uma espécie de “embrião” do projeto, que poderá receber algumas

adaptações. Quanto ao local, a ideia é uma área anexa à universidade, pois isso também contemplaria os alunos dos cursos da área de saúde, como Medicina, Odontologia e Enfermagem, que poderiam utilizar os corpos para estudos.

●TISSIANE MERLAK

POLÍCIA FEDERAL

De acordo com a Secretaria de Estado da Administração e Previdência, a cessão de um terreno para a Delegacia da PF depende de uma série de processos burocráticos. O Governo do Paraná recebeu pedido de análise da possibilidade de doação do terreno, desconhece a metragem necessária. Para que a doação seja efetivada, existe a necessidade de que o Estado encaminhe projeto para apreciação da Assembleia Legislativa. Um dos empecilhos pode ser o Decreto 1.162, de abril de 2015 e que determinou a suspensão, por tempo indeterminado, de novas permissões, cessões de uso e doações de imóveis pertencentes ao Estado. No mesmo decreto foi constituída uma Comissão Especial que está revendo todas as questões pertinentes às permissões, cessões de uso e doações. (TM)

MAL. CANDIDO RONDON | Traficante em fuga bate o carro



O motorista de um Ford Apollo bateu o veículo ao tentar fugir de uma abordagem da Polícia Federal de Guaíra e da Polícia Militar de Marechal Cândido Rondon na madrugada de ontem, na BR-163, próximo ao Lago Municipal de Marechal. Segundo os policiais, havia denúncia de que o veículo estava carregado de drogas e, assim que viu as equipes policiais, o motorista empreendeu fuga, mas perdeu o controle da direção e bateu em uma árvore no canteiro central e rodou várias vezes até parar no meio da pista. Dentro do carro estavam duas pessoas, que tentaram fugir a pé, mas foram presos. Dentro do veículo os policiais encontraram 200 quilos de maconha.

Polícia Civil incinera mais de 10 ton. de drogas



Foz do Iguaçu - Mais de 10 toneladas de drogas foram incineradas na quinta-feira em Foz do Iguaçu. A ação fez parte da Semana Estadual de Prevenção ao Uso de Drogas e os entorpecentes queimados foram fruto de apreensões feitas pela Delegacia Central e pela Denarc (Divisão Estadual de Narcóticos) de Foz, bem como pela Delegacia de São Miguel do Iguaçu.

A incineração aconteceu na empresa Ambiental Vitare, no Bairro Vila Vitorassi, em Santa Terezinha de Itaipu, e foi acompanhada pelo governador Beto Richa, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita, pelo delegado-geral da Polícia Civil, Júlio Cezar dos Reis, e pelo delegado-chefe da 6ª SDP (Subdivisão Policial), Alexandre Macorin.

Foram incineradas 10 toneladas de maconha, 33 quilos de haxixe, 10 quilos de crack, seis quilos de cocaína, 65 comprimidos de êxtase e 11 cartelas de LSD. “O grande volume de drogas apreendidas tem refletido na redução de outros crimes, como os homicídios”, afirmou o delegado Júlio Reis. “A Polícia Civil de Foz do Iguaçu tem direcionado suas ações nas “bocas” de fumo da cidade, fazendo reduzir o número de crimes locais”, ressaltou o delegado Alexandre Macorin.

panorama policial

Morte em N. Cantu

Irineu Daneize Gomiero, de 37 anos, morreu ao perder o controle da direção de seu veículo e bater contra uma árvore na noite de quinta-feira em Nova Cantu. O homem se acidentou ao fugir de uma abordagem policial.

Morte em Foz

O cabo do Exército André Felipe Machado da Silva, de 19 anos, morreu na quinta-feira ao bater sua motocicleta em um caminhão que fazia a limpeza da rua. O caminhão seguia em baixa velocidade pela Avenida Costa e Silva, quando o cabo o controle e da moto e bateu na traseira. Ele foi socorrido pelo Siate, mas morreu no próprio local do acidente.

Matou o pai

Um jovem de 19 anos é procurado pela polícia acusado de matar o próprio pai a tiros em Pato Branco. O crime aconteceu na noite de quinta-feira e a vítima foi atingida com pelo menos três tiros. Pai e filho não tinham um bom relacionamento e o assassinato teria acontecido depois de um caso de violência doméstica.

Via Internet I

Motoristas que circulam pelas rodovias federais do Paraná poderão registrar acidentes sem vítimas diretamente pela internet a partir de segunda-feira. O serviço já é oferecido pela PRF em alguns estados, com bons resultados. Através do endereço www.prf.gov.br/acidente, o usuário envolvido em acidente sem vítimas obtém uma declaração eletrônica de acidente de trânsito (e-DAT), que substitui o boletim que vinha sendo elaborado pessoalmente pelos policiais rodoviários federais.

Via Internet II

A ferramenta pode ser utilizada em casos de acidentes sem nenhuma pessoa ferida ou morta, com até cinco veículos envolvidos e que não tenham provocado danos ao meio ambiente ou ao patrimônio público. Gratuita, a e-DAT será emitida em até cinco dias úteis, após validação. Cada envolvido pode fazer sua própria declaração. Se houver acordo entre as partes, pode ser feito um único documento com os dados de todos os envolvidos.

Canal I

TV comete abuso com merchandisings de remédios

Por: Flávio Ricco

Colaboração: José Carlos Nery

Ainda nesta última semana aqui se falou do merchandising e o que ele passou a representar na vida de uma boa parcela de comunicadores. Dia desses, trocando ideia com Aléssio Casteli, profundo conhecedor da área, concluímos se tratar de um formato absolutamente indispensável para a TV atual. Só que fora a Globo, todas as demais simplesmente não têm a menor preocupação em inserir essas ações dentro de algum contexto.

Apenas trocam cheques. O merchandising entra no pacote e acaba levando até o mesmo desconto de um comercial de 30 segundos, algo inconcebível, já que existe um envolvimento muito maior de profissionais, da credibilidade do apresentador, retenção da audiência e outros que tais. E sabe uma coisa que assusta um pouco? Ainda existem ações de merchandising de remédios. Pode isso? Remédio para abrir apetite, remédio para emagrecer, remédio para acabar com barriga e por aí em diante. Será que isso não representa perigo na vida de ninguém?



Grande final

Ana Carolina Dias, Thaeme, Gracyanne Barbosa, Érika Januza, Tande e Jacaré, participantes do "Saltibum 2015", nos bastidores do quadro, exibido pelo "Caldeirão" na Globo. A final acontece neste sábado e tem Priscila Fantin e Thaeme como finalistas do time feminino e Jacaré e Rodrigo Simas no masculino.

O BOSTON MEDICAL GROUP JÁ ATENDEU

MAIS DE 1 MILHÃO DE HOMENS NO MUNDO.



*33 MILHÕES DE HOMENS NO BRASIL TÊM ALGUM GRAU DE DISFUNÇÃO ERÉTIL.

26% DOS HOMENS SOFREM COM A EJACULAÇÃO PRECOCE.

FAÇA A VIDA VALER A PENA, NÓS PODEMOS AJUDAR.

LIGUE AGORA 0800 205 1900 SIGILO ABSOLUTO.

Sexo é vida

BOSTON
MEDICAL GROUP
LÍDER EM SAÚDE SEXUAL MASCULINA

Responsável Técnico:
Dr. Reginaldo Saleli - CRM: 8869

bate-rebate

- Inédita na televisão aberta, a primeira temporada da série "Flash" estreia dia 29 na Globo...
- ... Nos seus bastidores, no entanto, o drama continua. As gravações estão muito atrasadas...
- ... Vai ao ar logo após o "Jô", abrindo a temporada da programação de férias.
- O SBT apenas se limita a dizer que a estreia de "Cúmplices de um Resgate" será no fim de julho...
- O cantor Pedro Mariano será um dos jurados do "Mulheres que Brilham", no programa do Raul Gil, no SBT...
- ... Mas ainda não revela o dia de jeito nenhum...
- ... A nova temporada do quadro começa no próximo dia 11.
- ... Antes de decidir alguma coisa ficará na espera das concorrentes decidirem os seus passos.
- "Verdades Secretas", novela das 11 da Globo, tem feito bonito nos índices de audiência...
- Vladimir Brichta é o entrevistado de Simone Zuccolotto no "Cinejornal", neste sábado, às 21h30, no Canal Brasil.

c'est fini

Oscar Schmidt, lenda, será o entrevistado do Luiz Ceará na "Super Faixa" da Rede TV!, na tarde deste sábado. Deve dar uma repercussão muito grande o que ele fala dos "estrangeiros do basquete", brasileiros que jogam lá fora e que costumemente esnobam a seleção brasileira. Ficamos assim. Mas amanhã tem mais. Tchau!

Driblando a norma

Acontece que muitos desses produtos são apresentados na TV como alimentos funcionais, fitoterápicos, que apenas auxiliam em suas promessas milagrosas. E é também uma maneira de evitar a tela azul normativa.

Resumindo a ópera

O que se verifica é que não há mais criativos nas emissoras e são raros nas agências trabalhando com isso. No mundo inteiro, o merchandising se transformou em uma poderosa ferramenta comercial. Aqui funciona meio que de qualquer jeito.

Falando nisso

É impressionante a força comercial da Ana Hickmann. De cada dez ações de merchandising no "Hoje em Dia", por exigência dos clientes sete são feitas por ela. E alguém, um dia, disse que ela tinha rejeição. É de se imaginar se não tivesse.

A propósito...

Ana Hickmann, em trabalho para o "Hoje em Dia" e por exigência do cliente, está fazendo um cruzeiro da Disney. Volta na segunda a participar do programa.

Segura um pouco

Monalisa Perrone é um dos destaques atuais da TV Globo no seu jornalismo. E foi das mais justas a sua escolha para apresentar o "Hora Um". A única coisa é que, de uns tempos para cá, ela está forçando um pouco, querendo ser simpática ou informal demais. Não precisa.

Entrevista

Tem um comentário forte de que a Rede TV! está tentando uma exclusiva com o Papa Francisco, para exibir no novo programa da Mariana Godoy às sextas-feiras. Agora é aguardar o desfecho disso.

Sentido inverso

Ao contrário do que acontece na maioria dos canais abertos, o Multishow tem se especializado em colocar humorísticos na sua grade de programação. Quase todos são muito bons. E vem mais por aí com o Ceará, ex-"Pânico", em "A Grande Farsa", previsto para estreiar em 20 de julho, às 22h30.

Pelo ar

Uma empresa de drones vai dar suporte ao programa de Xuxa Meneghel que estreia em agosto. Paralelo a isso, a apresentadora tem gravado uma série de chamadas para os mais diferentes produtos da Record.

Locação

O diretor Leonardo Nogueira escolheu a região de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, para dar início às gravações da próxima temporada de "Malhação", que tem estreia prevista para agosto. No local serão realizadas as cenas referentes a um acidente fatal com moto que terá desdobramentos em toda a trama. A nova edição leva assinatura de Emanuel Jacobina

Enxugando

Na semana que passou, o SBT dispensou os jornalistas Marco Nascimento e Renato di Lago. A ordem é trabalhar com o estritamente necessário para produzir os seus dois telejornais. Neila Medeiros também estava na lista, mas o seu caso foi reavaliado e ela permanece na emissora.

Novo comando

A partir deste domingo, das 7h30 às 8h15, Juliana Franceschi assume a apresentação do programa "Turismo e Aventura", no SBT, que sofreu uma repaginada. Além de comandar a atração, Juliana também fará reportagens, contando com o apoio do repórter Samuel Guimarães.

Resumo de Novelas

Júlia e Pedro viajam à procura de Bernardo

MALHAÇÃO (Globo, 17h)
Não há exibição da novela aos sábados

SETE VIDAS (Globo, 18h20)
Pedro e Júlia combinam de ir à procura de Bernardo. Durval consola Marlene. Lígia e Vicente conversam. Elisa conversa com Laila sobre Bernardo. Pedro e Júlia encontram Bernardo, e os três conversam. Marlene desabafa com Guida sobre o sumiço de Bernardo. Pedro conta a Marlene que fez uma proposta a Bernardo e aguarda uma resposta. Júlia é surpreendida com a presença de Miguel ao chegar em casa.

I LOVE PARAISÓPOLIS (Globo, 19h30)
Em função da exibição do jogo Brasil x Paraguai, pela Copa América, a novela não será exibida hoje.

BABILÔNIA (Globo, 21h20)
Regina e Vinícius conversam. Wolnei recebe outra ligação para prejudicar Regina, desta vez no antiquário. Regina sugere a Estela transformar parte do antiquário em restaurante. Regina é rendida por um assaltante no antiquário, Carlos Alberto chega e consegue pegar o ladrão, que é levado pela polícia. Carlos Alberto beija Regina. Alice conta a Regina o que Wilma revelou sobre Beatriz. Regina tenta convencer Wilma a depor. Diogo salta, bate com a cabeça na borda e cai desacordado na piscina; Beatriz, num impulso, grita seu nome.



Para colorir, brincar e relaxar!

GO QUE TEL
Nas bancas e livrarias.

SOLUÇÃO ANTERIOR

S	C	G	L	O	B	I	N	A		
H	E	M	O	G	L	O	B	I	N	A
T	E	R	R	A	S	A	N	T	A	
T	E	M	P	E	R	A	T	U	R	A
D	O	O	S	K	A	T	E			
I	D	A	A	I	G	P				
V	A	C	I	L	A	P	L	A	R	
S	A	P	E	C	A	R	D	E		
A	L	M	O	F	A	D	A	S		
D	A	N	O	R	M	E	S	A		
M	M	A	D	R	I	C				
A	M	A	R	O	D	N	H	O		
D	O	T	O	S	E	A	T			
N	O	T	I	V	A	O	A	V	I	
R	E	C	I	C	L	A	G	E	M	
G	A	L	O	P	E	C	O	S	A	

Uma fuga de Bernardo (Ghislherme Lobo) para Belo Horizonte vai fazer com que Júlia (Isabelle Drummond) e Pedro (Jayme Matarazzo) viagem juntos. Depois de ter beijado Elisa (Letícia Colin), o filho de Marlene (Cyria Coentro) conversa com o biólogo, que conta o acontecido para os irmãos e, furioso com a fofoca o garoto resolve voltar para Belo Horizonte. É aí que o ex-casal resolve ir junto para a capital mineira, a fim de resgatá-lo.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

9 de janeiro de 1822 (Hist.)	Diz-se da abertura da blusa em V	Impressão Nativo do 1º signo do Zodíaco	(?) duro: trabalhar muito (bras.)	A coordenação trabalhada na fisioterapia	Brinquedo como a Emília, do "Sítio do Picapau Amarelo"	Poder, em inglês
Seção do jornal com correções de edições anteriores	Maiores cidade da África, no Egito	Combina filosofia e exercícios indianos	Descansar, em inglês	Junta Símbolo do PT (Polít.)	"Interno", em PIB	Setor de hospitais
É necessária para se alcançar um objetivo	Medo	Ferramenta de serralheiros	Eliminar defeitos	"Mais", em "m. us." (Gram.)	(?) Costa, atriz brasileira	A vitamina da laranja
O sistema que está fora do ar	Dividida	Função matemática (símbolo)	Desnecessária	Palco do DJ	A parte oposta ao ventre	Tema da biografia
6ª nota musical	Desmornar	Abreviatura de "torre", no xadrez	6ª nota musical	Desmornar	Abreviatura de "torre", no xadrez	A vitamina da laranja
Da cor da argila	Bacteriose transmitida por piolhos	Ísis, Afrodite ou Atena (Mit.)	Da cor da argila	Bacteriose transmitida por piolhos	Ísis, Afrodite ou Atena (Mit.)	A vitamina da laranja
Assessório do celular	Material de garrafas	Roberto Dinamite, ex-dirigente de futebol	Assessório do celular	Material de garrafas	Roberto Dinamite, ex-dirigente de futebol	A vitamina da laranja
Ernesto Nazaré, pianista carioca			Ernesto Nazaré, pianista carioca			A vitamina da laranja

BANCO — log. 4/ocre — rest — tfo. 5/tenaz. 7/iragem. 10/inoperante. 16

HOJE NA TV TV TAROBÁ

- 05h50 – Liga Mundial de Vôlei / Austrália x Brasil
- 08h10 – Gente que Faz
- 09h00 – Canta Paraná
- 10h00 – Café e Fé
- 10h30 – Tarobá Entrevista
- 11h00 – Canal Geral
- 11h30 – Tempo Quente
- 12h15 – Jornal Tarobá 1ª Edição
- 12h45 – Tarobá Esporte
- 13h00 – Tarobá Circulando
- 13h30 – Tarobá FM na Tela
- 14h15 – Só Risos
- 15h00 – Sábado Animal
- 16h30 – Brasil Urgente
- 18h50 – Jogo Aberto
- 19h20 – Jornal da Band
- 20h25 – Mil e Uma Noites
- 21h20 – Show da Fé
- 22h15 – Show Business
- 22h20 – Top Cine / Exterminio 2
- 00h20 – Show Business
- 01h10 – Copa do Mundo de Futebol Feminino Quartas de Final / Austrália x Japão
- 03h20 – Liga Mundial de Vôlei / Austrália x Brasil
- 05h15 – Só Risos

RPC

- 06h00 – Via Brasil
- 06h30 – Como Será?
- 08h30 – Painel RPC
- 09h00 – Desenho
- 10h30 – TV Globinho
- 12h00 – Meu Paraná
- 12h20 – Praça TV 1ª edição
- 12h45 – Globo Esporte
- 13h20 – Jornal Hoje
- 14h00 – Plug
- 14h20 – Estúdio C
- 14h40 – Estrelas
- 15h35 – Caldeirão do Hulk
- 18h00 – Copa América / Brasil x Paraguai – 1º Tempo
- 19h10 – Praça TV 2ª Edição
- 19h30 – Copa América / Brasil x Paraguai – 2º Tempo
- 20h30 – Jornal Nacional
- 21h20 – Babilônia
- 22h20 – Zorra
- 23h10 – Altas Horas
- 00h50 – UFC
- 02h10 – Supercine / Contagem Regressiva
- 03h45 – Corujão 1 / Escândalos no Hotel
- 05h05 – Corujão 2 / Feita para Vencer

REDE MASSA

- 07h00 – Sábado Animado
- 08h00 – Negócios da Terra
- 08h30 – Sábado Animado
- 09h30 – Programa Tempero
- 10h00 – Sábado Animado
- 12h15 – Tribuna da Massa / 1ª Edição
- 13h00 – Shop Car
- 14h15 – Programa Raul Gil
- 18h30 – Chaves
- 19h45 – SBT Brasil
- 20h30 – Esquadrão da Moda
- 21h30 – Cozinha Sob Pressão
- 22h30 – Cine Família / Bilhete de Loteria
- 00h15 – Cine Belas Artes / Sucker Punch: Mundo Surreal
- 02h15 – RR Soares

RIC TV

- 06h30 – Nosso Tempo
- 07h00 – Fala Brasil Especial
- 10h15 – Esporte Fantástico
- 12h00 – Balanço Geral
- 13h00 – Ligado em Você
- 14h00 – Alô Meu Povo
- 15h00 – Record Kids
- 15h15 – Cine Aventura
- 17h20 – Cidade Alerta Especial
- 19h45 – Jornal da Record
- 20h30 – Programa da Sabrina
- 23h00 – Legendários
- 01h15 – IURD

CATVE

- 07h00 – Bate Rebate
- 08h00 – Repórter Eco
- 08h30 – Mar sem Fim
- 09h00 – Vila Sésamo
- 09h30 – Dora, A Aventureira
- 09h45 – Cocoricó
- 10h30 – Os Sete Monstrinhos
- 11h00 – Castelo Rá-Tim-Bum
- 11h30 – Que Monstro Te Mordeu
- 12h00 – O Causo do Dia
- 12h05 – Hora do Esporte
- 12h20 – Era Uma Vez no Quintal
- 12h20 – Inami
- 13h30 – Arthur
- 14h00 – Doug
- 14h30 – Osmar, A Primeira Fatia do Pão de Forma
- 14h40 – Clips DJ Cão
- 14h45 – Historietas Assombradas
- 15h00 – Nilba
- 15h15 – O Show Secreto
- 15h30 – Eu e os Monstros
- 16h00 – Família Imperial
- 16h30 – Shaun, O Carneiro
- 16h40 – Clips DJ Cão
- 16h45 – Chungington
- 17h00 – Matine Cultura
- 18h30 – Plural
- 19h00 – Bate Rebate
- 20h00 – Viola Minha Viola
- 21h00 – Jornal da Cultura
- 21h30 – Clássicos
- 23h00 – Revista CCBB
- 23h30 – Cine Brasil

Programações sujeitas a alterações

PROGRAMAÇÃO DOS CINEMAS

CINE WEST SIDE
25/06 A 01/07/2015

CINE I
Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros - Aventura - Dublado
Quinta/ Sexta/ Sábado/ Domingo/ Segunda/ Terça e Quarta - 14:00
16:30 – 19:00 – 21:30 h

CINE II
Divertida Mente
Animação – 102 minutos – Dublado
Quinta/ Sexta/ Sábado/ Domingo/ Segunda/ Terça e Quarta - 14:15
16:15 – 19:15 h

Terremoto: A Falha de San Andreas
Quinta/ Sexta/ Sábado/ Domingo/ Segunda/ Terça e Quarta - 21:15 h

Arcoplex Cascavel JL Shopping
De 25/06 à 01/07

SALA 1
Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros / 3D / Dublado / Aventura
Quinta à Quarta - 21:30

Minions / Dublado / Livre / Animação
Quinta à Quarta - 13:30/15:30/17:30/
19:30

SALA 2
Dragonball Z: O Renascimento de Freeza / Dublado / 1h33min / Animação
Quinta à Quarta - 21:30

Minions / Dublado / Livre / Animação
Quinta à Quarta - 14h / 15:50 / 17:40 /
19:30 / 21:20

SALA 3
Divertida Mente / Dublado / Livre
Quinta à Quarta - 14h / 15:50 / 17:40 /
19:30 / 21:20

SALA 04
Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros / Dublado
Quinta à Quarta - 14:20/16:40/19h/21:20

#Curti!

"A vida é feita de escolhas. Quando você dá um passo à frente, inevitavelmente alguma coisa fica para trás"

Coluna
Inside
by Vinicius Bracht Oliveira
inside@oparana.com.br

f www.facebook.com/insideopr
@colunainside



Os atores Leandro D'Mello, Miguel Rômulo e Ronny Kriwat

Comédia!

Hoje, às 21h, no Teatro Municipal de Cascavel, os atores globais **Leandro D'Mello**, **Miguel Rômulo** e **Ronny Kriwat** apresentarão a peça **Três na Pista**. Uma comédia bem irreverente e que promete arrancar gargalhadas o tempo todo. Eles são os queridinhos das adolescentes e fazem um tremendo sucesso. Leandro vai estreiar na novela *Verdades Secretas*, em um capítulo bem picante; Miguel Rômulo interpretou o Tuco da Grande Família quando adolescente e Ronny atuou em *Malhação*. Adquira sua entrada na portaria do Teatro ou pelo site www.okingressos.com.br. Vale a pena!



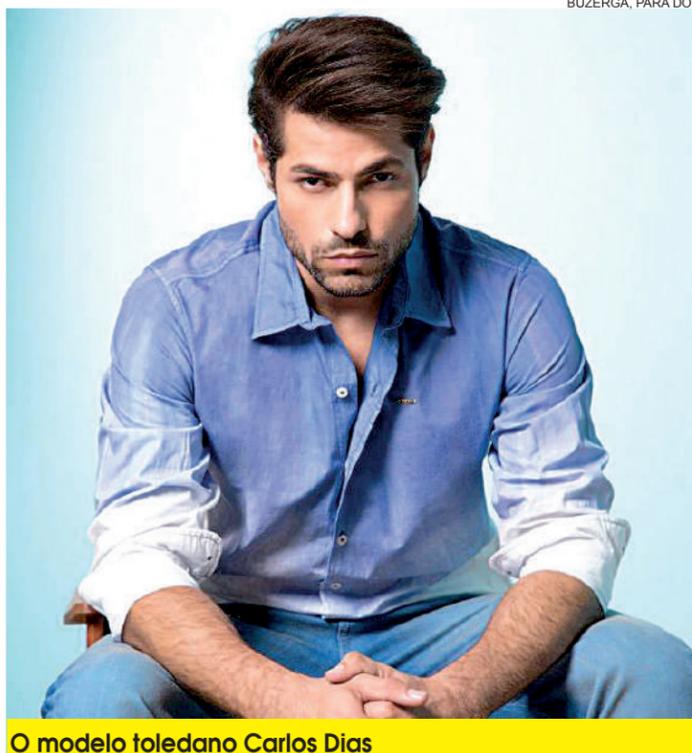
Simone Zampieri e Senira Rodrigues, by Vinicius Bracht Oliveira

Passaportes

Os ingressos para acompanhar todas as atrações da 36ª Expovel já estão disponíveis. O primeiro lote do passaporte para as seis noites do evento pode ser comprado pelo site www.expovel.com.br por R\$ 100,00, valor que pode ser parcelado em cinco vezes de R\$ 20,00.

Fantasia!

Em breve os cascavelenses vão poder curtir a maior festa à fantasia que já foi vista no Paraná. Mais uma vez a edição da Metamorfose chega aqui e promete ser sucesso com a outra foi. Aguardem mais informações. Será nos próximos meses!



O modelo toledano Carlos Dias

Happy B-day!

Hoje o dia é deles: Marcelo de Hollanda Jorge, Rafael Gonçalves, Rogério da Silva Barros, Samilly Cristina, Bianca Santos, Mariangela Mazzochin, Cícero Gustavo dos Santos, Anderson Baggio, Aline Alves, Diogo Paganini, Beatriz Baron, Silvio Inomata e Katia Okuyama. Sucesso e muitas felicidades!

Concurso!

O modelo toledano Carlos Dias estará concorrendo na noite de hoje ao título de Mister Brasil, em Florianópolis. Os paranaenses poderão assisti-lo por meio do site da Uol e torcer muito, pois ele é merecedor desse título. Boa sorte Carlos!

Almoço!

Ontem foi o Dia Estadual de Combate às Drogas, mas a data será lembrada no almoço de hoje com a Feijoada da Paz, que reunirá uma galera na Martignoni Bier. A entrada é dois quilos de alimentos não perecíveis. Vale a pena prestigiar.

AGENDA PARA HOJE

Wood's Bar: Mega Arraiá

Taboo Club: Turn me On - Especial David Guetta

Biblioteca Pub: Baile da Raposinha sapeca

Ministerio Club: Esquentada das Quadrilhas

Cowboy Saloon: VEem Festar Direito

Bielle Club: House For Friends

Hooligans: Especial The Hitz, cinema pop disco

Ecke Bar: Silvio, com o melhor dos anos 80 e 90.

Botequim da Esquina: Maurício Baza no abre e banda Retrovisores para fechar a noite. E no almoço, durante a Feijuca, Camila & Diego

Abbey Road Pub, em Toledo: Gun's Cover Brasil

Jogo!

Hoje, às 18h30, tem jogo do Brasil x Paraguai, e a transmissão fica por conta do Ecke Bar, com chopp e caipirinha em dobro durante a partida. Não será cobrada entrada. Confira!



Fernando Mansour, Anderson Simon e Rozane Campiol no Ministerio Club

Pérola do dia

“Aquele que tentou e não conseguiu é superior àquele que nada tentou”
Arquimedes

Rose Bracht

social@oparana.com.br

Infame

É muito ruim quando você inventa uma desculpa para não sair com a pessoa, e ela arruma uma solução para o problema.



A beleza de Monica Bergmann em ensaio assinado por Arivonil Policarpo

Big party

Animadas rodas de conversa formadas em torno de um requintado Buffet de iguarias regadas a excelentes vinhos é a tônica da festa que vai reunir casais da sociedade cascavelense neste sábado. Precisamente a tradicional e elegante Noite de Queijos & Vinhos produzida pela Associação Feminina Consciência e Trabalho, que tem como atração o show de Rogério Cirtoni, considerado o melhor cover de Elvis Presley. E mais: o evento, realizado no Clube Comercial, tem renda destinada à manutenção da escola profissionalizante da entidade.

Aniversariantes

◆ Maurício Contrin, Cêlio Zanoni, Tania Aparecida de Araújo, Cidinha Freitas, Admar Vieira Berti, Silvino Simch, Ivone Welfer, Kelley Stepanha, Irio Werkhauser, Silvio Inomata

Paio

A Martignoni Bier estará movimentadíssima neste sábado por conta da Feijoada da Paz, almoço promovido em sua sétima edição para marcar a passagem do Dia Estadual de Combate às Drogas. Os convites para o evento estão sendo distribuídos e o ingresso vale a doação de dois quilos de alimentos não perecíveis, que serão repassados às entidades que trabalham com a recuperação de dependentes químicos. Vale a pena participar.

Para rir

Jovens, lindos, solteiros e estão os “Três na pista” em busca da tão sonhada felicidade. Esta é a sinopse da comédia com que os humoristas Leandro D’Melo, Miguel Rômulo e Ronny Kriwat arrancarão gargalhadas dos cascavelenses na noite deste sábado. O espetáculo estará em cartaz no Teatro Municipal e os convites podem ser adquiridos na loja da OK Ingressos.

Fandango

Devidamente pilchados e acompanhados de suas prendas, gaúchos e tradicionalistas de Cascavel vão bailar até o amanhecer de domingo no Fandango de Aniversário que o CTG Estância Colorada, da Associação Atlética Comercial, realiza esta noite para comemorar em grande estilo 23 anos de fundação. Com animação a cargo do grupo Os Monarcas, a festa vai movimentar o galpão instalado no Parque de Exposição Celso Garcia Cid.



Katiuscia Folle e Filipe Capeletto, que trocam alianças hoje em cerimônia realizada na Capela, seguida de recepção no Sauna Clube de Corbélia

Balada

O roteiro de bons programas para a galera da cidade destaca a Bielle Club, que produz hoje mais uma edição da festa House for Friends. Além do DJ André Gazolla, que estreia na casa, Namitack, Léo Silva, Felipe Novak e Alan C formarão o line up da noitada.



(45) 3035-3666



Na concorrida inauguração da filial da Berta Rouparia em Toledo, quinta-feira, as proprietárias Mariane e Aline Berta, com a mãe Lucia Dalacosta

Gesto nobre

A Gincana Champagnat que mobilizou alunos do Colégio Marista de Cascavel em atividades recreativas, culturais e solidárias rendeu bons frutos e culminou na entrega de 616 kg de folhas de raios-X para a Apofilab, Associação de Portadores de Fissura Lábio Palatal.

◆◆◆ Além disso, foram arrecadadas toneladas de alimentos, milhares de peças de roupas e grande quantidade de sapatos, livros, brinquedos, doados a entidades como o Abrigo São Vicente, Apae, Uopeccan e Centro Social Marista, mais 222 doações de sangue no Hemepar. As famílias beneficiadas, penhoradamente, agradecem.

Em Toledo

Arte será levada à Praça do Cras

Toledo - O projeto Arte na Praça terá sua sétima edição neste sábado, a partir das 15h, e o local escolhido é a Praça do Cras do Jardim Europa/América, onde serão realizadas várias atividades como grafiteagem, skate, música ao vivo e performances artísticas.

Segundo a secretária de Cultura, Rosselane Giordani, o evento é aberto para toda a população e tem como objetivo descentralizar atividades nas diferentes regiões do município. “Nós queremos levar cultura para todos os cantos de Toledo e explorar os diferentes meios culturais e artísticos que encontramos aqui”.

Quem dará início ao cronograma de atividades é a banda Enigma 77, às 15h. Na sequência o público poderá conferir apresentações dos grupos Tolebreaker'z, Baillare e Liberdade de Expressão. A partir das 17h30 o microfone ficará aberto para quem quiser apresentar. A programação conta ainda com artesanato,

CAMILA ANDRADE



Projeto Arte na Praça leva à população várias performances artísticas

grafiteagem, bike, patins, slackline e skate.

O projeto tem apoio do programa Antropofagia, Pere-

grino Skate Shop, Escola de dança Baillare, além das Secretarias Municipais da Assistência Social, Comunicação Soci-

TOLEDO COM ARTE

Já o projeto “Toledo com Arte”, promovido em parceria do Ministério da Cultura e a Funarte (Fundação Nacional de Arte) e com apoio da Secretaria de Cultura de Toledo, terá hoje em sua programação, no CEU das Artes, oficina de projetos culturais voltada a artistas e produtores. Também haverá apresentação de um panorama geral do desenvolvimento de projetos culturais no Brasil, a partir das 9h. E amanhã haverá programação a partir das 10h, com participação de artistas, produtores e profissionais ligados ao universo audiovisual.

al, Esportes e Lazer, Habitação e Urbanismo, Meio Ambiente, Políticas para Mulheres e Segurança e Trânsito.

Inscrições para o Fesmig vão até terça-feira

São Miguel do Iguazu - Faltam poucos dias para o término das inscrições para o II Fesmig (Festival Municipal da Canção de São Mi-

guel do Iguazu). Os interessados participar devem procurar o Centro Cultural Avelino Antônio Vieira para retirar as fichas de inscrição até

a próxima terça-feira, dia 30. O 2º Fesmig será realizado nos dias 16, 17 e 18 de julho, no CTG Querência Amada, com os participantes divididos em três

categorias: Infantil (cinco a 11 anos), Infante-juvenil (12 a 17 anos) e adulto (Gospel, Popular e Sertaneja). Mais informações, 3565-2429 ou 3565-6590.

Sesc leva peça a Nova Santa Rosa

Nova Santa Rosa - “Escutando as Canelas: Contos para Enganar a Morte” é o nome da peça que estará em cartaz nesta segunda-feira, às 20h, no Clube de Idosos 25 de Julho, de Nova Santa Rosa.

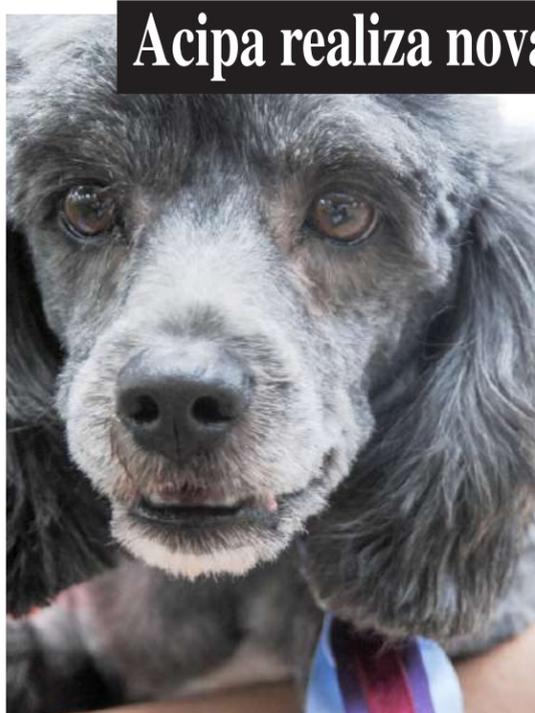
Montado pela equipe do Sesc de Marechal Cândido Rondon, o espetáculo apresentará contos populares da tradição oral brasileira e que abordam de forma descontraída o universo simbólico e as representações populares construídas em torno da morte.

De forma bem humorada, essas narrativas ganham vozes com a atriz e contadora de histórias Josiane Geroldi, que apresenta personagens da cultura popular que dão um show de esperteza e criatividade, revelando assim, um inestimável amor à vida.

OFICINA

No período da tarde, a equipe que irá encenar a peça ministrará uma oficina de contação de histórias destinada a educadores da rede municipal de ensino e professores dos projetos sociais do Município.

Acipa realiza nova Feira de Adoção



Cascavel - Hoje e amanhã a Acipa (Associação Cidadã de Proteção aos Animais) realiza mais uma Feira de Adoção e de Produtos no Cascavel JL Shopping. Os animais estarão disponíveis para adoção hoje, das 10h às 18h, no estacionamento G1. Já a Feira de Produtos ocorrerá hoje e amanhã, das 10h às 22h, no piso L1 em frente à loja Tuaren. Serão comercializadas camas para animais de estimação, chaveiros, lixeiros para carros e muito mais. Toda a renda será revertida para a própria associação.

Aproximadamente 15 cães, já vacinados e castrados, estarão disponíveis aos interessados. “Para adotar é necessário apenas ser maior de 18 anos, apresentar RG e comprovante de residência, passar pela entrevista de adoção responsável, assinar o contrato de adoção responsável e pagar a taxa de adoção no valor de R\$ 40”, explica a voluntária e secretária da Acipa, Lis Marie Martini.

Beleza “madura” movimentada Mal. Rondon

Mal. Cândido Rondon - A Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, por meio da Secretaria de Assistência Social, realizará hoje o Concurso Miss e Mister Terceira Idade 2015. O evento, que reunirá representantes dos Clubes de Idosos do Município, terá como local o Clube Concórdia, que estará preparado para receber um grande público.

A programação começará às 14h, com a entrada das bandeiras dos Clubes de Idosos. Na sequência acontecerá o pronunciamento das autoridades, seguido da formação da mesa de jurados. O desfile, com participação de 17 casais concorrentes, está marcado para as 14h40. Antes do anúncio do casal Miss e Mister Terceira

Idade haverá uma apresentação cultural do grupo de danças do Clube Paz e Amor. E após a coroação do casal vencedor terá início ao matinê.

A secretária de Assistência Social, Maria Cleonice, destaca que será um evento glamoroso e que irá confirmar o despojamento e a determinação dos casais da melhor idade.

horóscopo

ÁRIES

Belo dia para retomar conversas importantes com pessoas próximas a você e chegar a um entendimento. É importante se abrir a ideias diferentes das suas.

TOURO

Dia de negociações e conversas. Constatação dos valores e prioridades essenciais. Aproveite para fechar um ciclo e aprender com as experiências recentes.

GÊMEOS

Hoje se encerra a luação geminiana. Você teve muitos aprendizados ao longo dos últimos dias. Período importante para ter uma nova visão a seu respeito.

CÂNCER

Dia de preparação e de contemplação aos cancerianos. Começa agora uma nova etapa de vida e é importante que você se conheça mais e se permita ter novas experiências.

LEÃO

Momento de olhar mais para dentro e compreender seu comportamento emocional em família. Período de importantes ensinamentos ligados a questões íntimas, domésticas, familiares e espirituais.

VIRGEM

Use sua inteligência e diálogo. As experiências e aprendizados das últimas semanas trarão agora conquistas em projetos envolvendo outras pessoas.

LIBRA

Dia de poderosa intuição onde você se dará conta dos acontecimentos das últimas semanas. Período bastante positivo para cursos, concursos, viagens e disseminação do saber.

ESCORPIÃO

Em uma negociação importante poderá haver a resolução definitiva de uma questão financeira. Adote uma atitude mais introspectiva, pois uma nova fase inicia amanhã.

SAGITÁRIO

O diálogo com o parceiro afetivo ou com as pessoas em geral está favorecido agora. Hora de ouvir mais as pessoas e se abrir a diferentes pontos de vista.

CAPRICÓRNIO

Dia de definições no trabalho e também de estudos ligados a atuação profissional. Obtenha informações e conhecimentos. Eles podem servir de auxílio à melhoria na saúde.

AQUÁRIO

A conversa com pessoas próximas pode lhe ajudar. É preciso que adote um tom leve nesse diálogo. Momento que favorece atividades recreativas e tudo aquilo que você faça com afeto e inteligência.

PEIXES

Procure conversar mais com os familiares para chegar a um consenso respeitando as diferenças. Você está colocando um ponto final nas situações. Dia de finalizar questões pendentes.

SALMO DO DIA

Salvai-me, Senhor, das mãos do ímpio; preservai-me do homem violento, daqueles que tramam minha queda. Orgulhosos, armam laços contra mim e estendem suas redes, e junto ao caminho me colocam ciladas. Digo ao Senhor: Vós sois o meu Deus. Escutai, Senhor, a voz de minha súplica. Senhor Deus, meu poderoso apoio! Vós protegeis minha frente no dia do combate. (Salmo 139; vers. 5 a 8)



Treino de Marcas

O Autódromo Zilmar Beux estará aberta hoje para os pilotos que disputam o Campeonato Metropolitano de Marcas de Cascavel. Eles poderão treinar das 8h30 às 17h30.

Fraga lidera

Felipe Fraga, do Tocantins, liderou ontem os treinos livres para a 4ª etapa da Stock Car, que será disputada amanhã no autódromo de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Em sua melhor volta ele fez o tempo de 1m19s764.

Myasava

O cascavelense Gustavo Myasava, da equipe Drugovich Peças/Noma/J. Star, disputa neste fim de semana no Velopark (RS) a rodada dupla válida pela 4ª etapa do Brasileiro de Turismo. A primeira prova será hoje, com largada às 15h55 e a segunda amanhã, com largada às 9h35.

Paranaenses são campeões de 4 categorias

O 18º Campeonato Sul-Brasileiro de Kart chegou ao fim no último sábado, no Kartódromo do Velopark, em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, com quatro paranaenses sagrando-se campeões.

Três desses paranaenses são de Curitiba: José Muggiati Neto conquistou o título na categoria Júnior Menor, Nathaniel Bueno na Graduados e Felipe Bronovski na F-4 Graduados. O quarto título paranaense é de Eduardo Araújo, de Francisco Beltrão, que faturou a categoria Mirim.

O Paraná também teve três representantes como vice-campeões: Pedro Gurgacz, de Cascavel, na categoria Júnior; José Pontalti Júnior, de Foz do Iguaçu, da Sênior B, e Carlos Saderi, de Londrina, na Super Sênior.

Igor Dengo, de Cascavel, na



O curitibano Felipe Bronovski sagrou-se campeão da F-4 Graduados



Eduardo Araújo, de Francisco Beltrão, é o campeão da categoria Mirim

categoria Sênior B; Carlos SG, de Rolândia, na Sênior A, e Jedson Vicente, de Londrina, na Super Sênior, se classificaram em terceiro lugar.

O Campeonato Sul-Brasileiro classificou sete paranaenses para a Copa das Federações, que neste ano será disputada em dezembro, no Beto Carrero World, em Penha, Santa Catarina. Campeões e vice-campeões das 11 categorias estão classificados.



Nathaniel Bueno, de Curitiba, faturou a categoria Graduados



José Muggiati Neto garantiu para Curitiba o título da categoria Júnior Menor

Classificação final do Sul-Brasileiro de Kart

Pos.	Piloto	Estado	Pontos
Categoria Mirim			
1º	Eduardo Araújo	PR	59
2º	Enrico Martins	SP	45
3º	Emmo Pittipaldi	SP	33
Categoria Cadete			
1º	João Vitor Barcelos	SC	63
2º	João Vitor Camargo	SP	46
3º	Henrique Vieira	RS	41
Categoria Júnior			
1º	Marcel Della Coletta	SP	57
2º	Pedro Gurgacz	PR	46
3º	Pedro Goulart	RS	45
Categoria Novatos			
1º	Rafael Bertasso	RS	61
2º	Gustavo Justo	RS	45
3º	Guilherme Cotta	ES	37
Categoria Júnior Menor			
1º	José Muggiati Neto	PR	61
2º	Stefano Martins	SC	61
3º	Diego Ramos	SP	45
Categoria Sênior B			
1º	Cleiton Zimmermann	RS	45
2º	José Pontalti Júnior	PR	41
3º	Igor Dengo	PR	39
Categoria Graduados			
1º	Nathaniel Bueno	PR	57
2º	Olin Galli	RJ	45
3º	Bruno Bertoncetto	RS	41
Categoria Sênior A			
1º	Claudio de Moraes	RS	57
2º	Daniel Rotta	RS	55
3º	Carlos SG	PR	38
Categoria Super Sênior			
1º	Renato Russo	SP	57
2º	Carlos Saderi	PR	55
3º	Jedson Vicente	PR	54
Categoria F-4 Graduados			
1º	Felipe Bronovski	PR	69
2º	Matheus Tonussi	MG	37
3º	Arthur Metzdorf	RS	29
Categoria F-4 Sênior			
1º	Luciano Tavares	RS	58
2º	Guilherme Voltolini	SC	55
3º	Breno Lima	MG	45

Luana Chaves fica em quinto no Sul-Brasileiro

A cascavelense Luana Chaves foi destaque no Campeonato Sul-Brasileiro de Kart, encerrado no último sábado no Kartódromo do Velopark. Ela conquistou o quinto lugar na categoria Júnior Menor, com 31 pontos. O campeão foi o curitibano Jose Muggiati Neto, com 61.

Luana se diz satisfeita com seu desempenho no Sul-Brasileiro, destacando que está evoluindo a cada prova. Agora é prosseguir com os treinos em Cascavel para a parte final da temporada.



Luana Chaves enfrentou pilotos de vários estados na final do Sul-Brasileiro

O Rei da Pizza
Rodízio todos os dias!
Delivery (45) 3306-3306
Rua Fortaleza, 3.429
(meia quadra da Bartnik)
Cascavel - PR

injediesel
Soluções em Injeção Diesel
Todas as marcas Nacionais e Importadas
(45) 3225-7064
R. Francisco I. Fernandes, 149
Cataratas - Cascavel - PR
injediesel@injediesel.com
www.injediesel.com

INSPÉVEL
Inspeção Veicular de Cascavel
Fone: (45) 3326-9303
Av: Tancredo Neves, 2608
Cascavel - PR

ABRAPLAC BRASIL
MARCENEIRO, CONHEÇA NOSSOS PRODUTOS
www.abraplac.com.br

KARTÓDROMO DELCI DAMIAN
Uma homenagem a quem dedicou a vida ao esporte.

eurotec Distribuidora
Distribuidora de peças e equipamentos para postos de combustíveis
Av. Tancredo Neves, 1.813
Fone (45) 3225-0633

Panorâmica Imaginologia Odontológica
Serviços de Radiologia Tomografia Computadorizada Documentação Odontológica
Rua Antonina nº 1971 - Cascavel PR
45 3224 5662
www.panoramicaaraios.com.br

Pratique esporte! Seja um piloto de Kart!
Kartódromo de Cascavel - PR

Alex 10 Eterno

Ídolo do Cruzeiro e protagonista da conquista da Tríplice Coroa em 2003, o craque Alex receberá uma homenagem do clube com a realização do jogo festivo "Alex 10 Eterno", hoje, às 15h, no Mineirão. O embate terá a presença do ubiratãense de nascimento e cascavelense por opção Marcos Teixeira, bicampeão mineiro (1996 e 1997) e campeão da Copa do Brasil (1996) e da Libertadores (1997) pela Raposa.

Lyoto Machida x Yoel Romero

Vindo de uma derrota para Luke Rockhold, há dois meses, Lyoto Machida enfrenta o cubano Yoel Romero neste sábado, na Florida, na luta principal do UFC Fight Night 70. O card principal está marcado para iniciar às 23h (de Brasília) e o card preliminar às 21h. Antônio "Cara de Sapato", Thiago Marreta, Hacran Dias, Alex Cowboy e Leandro Buscapé também representam o País no evento.

Futsal

Marechal e Guarapuava duelam pela Chave Ouro

Mal. Cândido Rondon – Equipes que estão entre as principais forças do Estado, Marechal e Guarapuava medem forças pela Chave Ouro do Campeonato Paranaense de Futsal neste sábado, às 20h10, no Ginásio Ney Braga, em partida atrasada válida pela oitava rodada.

Os rivais querem comprovar em quadra que seguem como favoritos ao título. Isso

porque vêm de resultados decepcionantes nos últimos dias. Para o time rondonense, a semana começou com a eliminação antecipada na Liga Nacional, segunda-feira. Dois dias depois, a equipe foi a Castro e acabou derrotada por 3 a 2 pelo Estadual. Já a equipe guarapuavana encerrou segunda-feira uma série de quatro derrotas consecutivas e ratificou sua presença na se-

gunda fase da Liga, mas dois depois perdeu por 3 a 1 em Ponta Grossa um confronto direto pelas primeiras posições da tabela.

Com esses resultados, o Marechal permaneceu na 11ª posição na classificação, com 13 pontos, e o Guarapuava se manteve na liderança, com 27. O time do Oeste, entretanto, tem apenas oito jogos realizados, contra 11 da equipe da re-

gião Central do Estado. Assim, apesar da disparidade entre os rivais na tabela, o confronto desta noite é um duelo direto pelas primeiras posições.

Além disso, é uma espécie de tira teima após empates nos dois confrontos entre as equipes este ano: 0 a 0 pela Copa dos Campeões do Paraná, em março, em Guarapuava. e 2 a 2 pela Liga Nacional, em abril, em Marechal.

panorama esportivo**Reencontro?**

O embate entre Marechal e Guarapuava pode marcar a estreia com a camisa guarapuavana de um velho conhecido da equipe rondonense, o pivô Márcio, autor de um gol antológico de cobertura marcado de calcanhar em Marechal x Jaraguá pela Liga 2014 e campeão paranaense com a equipe em 2013. Por outro lado, o Guarapuava não conta hoje com seu goleador Bruno Perty, suspenso, enquanto Adeirton, Binho, Diego Fávoro e Vitor são dúvidas. No Marechal, Alvim, Biel e Rafinha Müller, suspenso, são ausências certas.

Chave Prata

Líder da competição até, mas que pode ter acordado hoje na segunda posição em caso de vitória do Colégio Londrinense sobre o lanterna Paranaense na noite de ontem, o Toledo Futsal recebe o Coritiba neste sábado, às 20h30, no Ginásio Alcides Pan, para seguir dependendo apenas de suas próprias forças para se manter invicto e avançar de fase como porteiro da competição. O embate desta noite é válido pela antepenúltima rodada do segundo turno e o time toledano conta com o apoio de uma torcida muito fiel.

Chave bronze

Pela Chave Bronze do Paranaense de Futsal, os jogos de hoje valem pela penúltima rodada da primeira fase. Pelo Grupo A, Mariópolis e Itaipulândia já estão classificados à próxima fase e três times brigam pelas duas vagas restantes. Melhor para o Missal, que às 20h, fora de casa, enfrenta o já eliminado Santo Antonio do Sudoeste em busca de uma vitória e de olho no restante da rodada, pois se vencer e o Santa Terezinha de Itaipu perder para o líder Mariópolis, dentro de casa, também às 20h, estará classificado antecipadamente. Quem também está com um pé na segunda fase é o Campo Bonito, terceiro colocado e que enfrenta o vice-líder Itaipulândia fora de casa na luta direta pelas primeiras posições na tabela.

Bolão

Em uma promoção da Federação Paranaense da modalidade, será realizada amanhã, em Marechal Cândido Rondon, a terceira etapa classificatória do Campeonato Paranaense de Bolão 2015, no naipe feminino. Na disputa pela vaga nas finais do Estadual estarão equipes de Cascavel, Palotina, Santa Helena e Toledo, além da anfitriã Marechal. A rodada seguinte será em Cascavel, no dia 23 de agosto.

LIGA MUNDIAL DE VÔLEI | Brasil defende a liderança na Austrália

Líder do Grupo A da Liga Mundial com 18 pontos, a seleção brasileira masculina de vôlei faz neste fim de semana, em Sydney, a última apresentação antes de voltar para casa. O primeiro jogo com a seleção australiana será neste sábado, às 6h (de Brasília), com transmissão ao vivo da Band e do SporTV. O segundo será na madrugada de amanhã, mais precisamente às 3h. Na sequência, o time brasileiro seguirá para a etapa de Cuiabá (MT) e, depois, disputará a fase final no Rio de Janeiro. O Brasil é o líder do Grupo A com 18 pontos, seguido por Sérvia (14 pontos), Itália (13) e Austrália (3). Por ser sede da fase final, de 14 a 19 de julho, o Brasil já tem vaga garantida para a última etapa.

→ Areia

Competição mais importante da temporada, o Campeonato Mundial de Vôlei de Praia 2015 terá início hoje para os brasileiros, na Holanda. Campeão em nove edições, cinco no torneio masculino e outras quatro no feminino – os EUA vêm em segundo, com cinco títulos –, o Brasil é o maior vencedor do torneio e inicia a competição com um atleta que busca quebrar um recorde. Tricampeão, o paranaense e campeão olímpico Emanuel busca o quarto título para se isolar como maior vencedor do Mundial. Para isso, além de conquistar o título na retomada da parceria com Ricardo, também terá que contar com um desempenho não tão bom de Walsh, a estadunidense tricampeã olímpica que sofreu um deslocamento de ombro recentemente e disputará o primeiro torneio após a lesão.

RENOVE A SUA FROTA
COM VEÍCULOS PADRÃO
PRINCESA DOS CAMPOS

Surpreenda o seu mercado.

Ligue (42) 3220-3500 ou acesse
www.princesadoscamos.com.br/negocios

Princesa dos Campos



Copa América

Brasil enfrenta Paraguai pela última vaga na semi

Santiago – Após ver a definição de três dos quatro semifinalistas da Copa América 2015, a seleção brasileira enfrenta a seleção paraguaia neste sábado, às 18h30 (de Brasília), no Estádio Ester Roa de Pablo, em Concepción, no Chile, pelas quartas de final, em busca da última vaga no top 4 da competição.

Nos últimos jogos disputados pelas duas seleções há igualdade, com quatro vitórias brasileiras e quatro paraguaias. Na última Copa

América foi justamente o Paraguai que eliminou o Brasil. Os paraguaios, por isso mesmo, são considerados adversários perigosos e em condições de frustrar o sonho brasileiro de conquistar o torneio.

Esses números só comprovam o estágio atual das duas equipes, que estão em pé de igualdade, mas com o Paraguai privilegiando a defesa e o Brasil o ataque.

Novamente sem Neymar, suspenso, Dunga decidiu apostar em Phillippe Coutinho e também confirmou a presença de Robinho, que pela experiência e pela qualidade de seu futebol pode desequilibrar a partida em favor do Brasil.

No ataque, Firmino, que foi descoberto por Dunga, segue como titular, mas agora mais valorizado ao ser

anunciado como a segunda contratação mais cara da história do Liverpool. Na defe-

sa, Miranda jogará ao lado de Thiago Silva e será o capitão do time mais uma vez.



Após negociação milionária, Firmino quer mostrar seu valor

PLACAR DE ONTEM

COPA AMÉRICA		
Argentina	(5) 0x0 (4)	Colômbia

TOCADA HOJE

COPA AMÉRICA	
18h30	Brasil x Paraguai
BRASILEIRÃO	
16h	Avai x Grêmio
16h	Chapecoense x Sport
21h	Corinthians x Figueirense
SÉRIE B	
16h30	ABC x Náutico
16h30	Santa Cruz x Sampaio Correa
16h30	Mogi Mirim x CRB
16h30	Macaé x Botafogo
16h30	Bahia x Luverdense
21h	Boa Esporte x Bragantino
SÉRIE C	
11h	Tombense x Guarani
16h	Madureira x Juventude
16h	Vila Nova x América-RN
16h	Portuguesa x Tupi
AMISTOSO	
19h	México x Costa Rica
COPA DO MUNDO FEMININA	
17h	Austrália x Japão
20h30	Inglatera x Canadá

Corinthians aposta em equipe ofensiva contra o Figueirense

São Paulo – Tite surpreendeu no treino de ontem e armou um Corinthians ofensivo para enfrentar o Figueirense neste sábado, às 21h, em Itaquera. Na última atividade antes do embate, o treinador confirmou a formação ofensiva que havia ensaiado ao longo da semana, com apenas um volante - Bruno Henrique.

Com Felipe ganhando a posição de Edu Dracena, que vem tendo atuações contestadas na zaga, a escalação alvinegra para hoje deverá ter Cássio; Edilson, Felipe, Gil e Uendel; Bruno Henrique; Luciano, Jadson, Renato Augusto e Malcom; Vagner Love.

O garoto Marciel revezou com Bruno Henrique ao longo dos treinos. Tanto no trabalho tático quanto no posicionamento com as bolas paradas, o atleta - que se destacou na conquista da Copa São Paulo de Juniores e ainda não estreou entre os profissionais - fez tudo o que fez o provável titular.

Para este confronto Tite não poderá contar com Fagner e Ralf, suspensos. Do time que começou o campeonato também estão fora Elias, que segue na seleção brasileira, e Fábio Santos e Petros, que foram negociados.

BRASIL X PARAGUAI - 27/6, ÀS 18H30



Jefferson; Dani Alves, Thiago Silva, Miranda e Filipe Luis; Fernandinho, Elias, Phillippe Coutinho e Willian; Robinho e Firmino. Técnico: Dunga



Justo Villar; Valdéz, Paulo Da Silva, Pablo Aguilar e Iván Piris; González, Eduardo Aranda, Víctor Cáceres e Edgar Benítez; Santa Cruz e Haedo Valdéz. Técnico: Ramón Díaz

Grêmio desafia o Avaí pelo primeiro triunfo fora

Porto Alegre – É consenso no Grêmio que a equipe cresceu sob o comando do técnico Roger Machado. E os números não deixam dúvida: em cinco jogos com o novo comandante, o aproveitamento foi de 66,7%. Porém, falta um aspecto para que a boa fase seja de fato consolidada: uma vitória fora da Arena. Neste sábado, o tricolor gaúcho terá a terceira chance de conseguir isso sob a batuta de Roger. Irá à Ressacada encarar o Avaí, às 16h, pela nona rodada da Série A, de olho não apenas no primeiro triunfo longe de Porto Alegre, mas também no G-4.

Pontuação de zona da Libertadores o Grêmio já tem. Com 14 pontos, está empatado com Atlético-MG e Fluminense, mas ocupa o sexto lugar pelos critérios

de desempate.

Para o jogo deste sábado, os principais problemas gaúchos estão nas laterais. Galhardo e Marcelo Oliveira receberam o terceiro amarelo na vitória por 1 a 0 diante do Palmeiras, na rodada passada, e cumprirão suspensão. Os jovens Lucas Ramon e Marcelo Hermes receberão a titularidade. Do meio para frente a equipe será a mesma dos últimos jogos.

Do outro lado, enquanto o Grêmio deseja vencer a primeira fora, o Avaí quer recuperar a autoestima em casa. Nos primeiros quatro jogos que fez na Ressacada, o Leão ganhou apenas um: 2 a 1 em cima do Flamengo. Desde aquele triunfo, levou 4 a 1 do Atlético-MG e empatou em 1 a 1 com o rival Figueirense. A campanha é

curiosa: com cinco pontos em casa, o Avaí é apenas o 14º melhor mandante do

Brasileirão 2015. Com sete pontos fora, é o segundo melhor visitante.



- AGÊNCIA DE PASSAGENS: (45) 3226-5231
- CARGAS E ENCOMENDAS: (45) 3223-7675
- NORDESTE TURISMO: (44) 3518-4016

Compre sua passagem on-line e pague em até 10x sem juros com seu cartão Visa ou Master.
www.expnordeste.com.br

PREVISÃO DO TEMPO

CASCAVEL
Poucas nuvens
Sábado 27/06/2015
Domingo 28/06/2015
Segunda 29/06/2015

Maringá max 25 min 13
Londrina max 23 min 11
Cascavel max 25 min 12
Foz do Iguaçu max 25 min 15
Curitiba max 20 min 10
Paranaguá max 23 min 16

CRESCENTE 24/07-01h03
CHEIA 01/07-23h19
MINGUANTE 08/07-17h23
NOVA 15/07-22h24

Loterias CAIXA
NOSSOS RESULTADOS SÃO INFORMATIVOS E NÃO SUBSTITUEM OS RESULTADOS OFICIAIS.

FEDERAL concurso 4982 1º prêmio 71.262 2º prêmio 17.923 3º prêmio 45.067 4º prêmio 45.617 5º prêmio 31.394	DUPLA SENA concurso 1397 1º sorteio 02 03 06 25 30 44 2º sorteio 13 16 17 39 42 45	LOTOMANIA concurso 1566 05 10 23 24 25 27 28 41 51 56 61 65 71 73 76 80 83 88 91 98
QUINA concurso 3816 19 42 67 72 77	LOTOFÁCIL concurso 1227 01 02 07 08 09 10 11 12 13 14 17	TIMEMANIA concurso 742 11 15 32 37 61 63 74
MEGASENA concurso 1716 02 25 36 41 42 53	19 21 22 25	TIME DO PAULISTA/SP

Segundo semestre

Fies terá reajuste com juros de 6,5% e mais 61,5 mil vagas

São Paulo - O Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) terá reajuste nos juros para 6,5% ao ano e abrirá 61,5 mil novos contratos no segundo semestre de 2015, segundo anúncio do ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro.

Ontem, ele disse que as vagas da segunda edição do ano se somam às 252,5 mil vagas já abertas no primeiro semestre, chegando ao total de 314 mil estudantes financiados em 2015.

O Fies financia cursos de ensino superior de estudantes brasileiros em instituições privadas. Os juros cobrados atualmente são de 3,4%, e os estudantes só precisam começar a pagar o valor financiado dois

anos após concluírem o curso.

Segundo o ministro, as mudanças só valerão para os próximos contratos. "Os juros e todas novas regras se aplicam somente aos contratos novos. Você não pode mudar um contrato por vontade unilateral. O governo firmou um contrato com milhões de estudantes com determinadas regras e essas regras serão mantidas e respeitadas", disse o ministro.

O edital com as novas regras deve ser publicado na edição de 3 de julho do Diário Oficial da União.

Renato Janine Ribeiro esteve em São Paulo nesta manhã para reunião no Instituto Lula sobre o Plano

Nacional de Educação.

CRITÉRIOS

Antes do encontro, em seu perfil no Facebook, o ministro disse que, no segundo semestre, as vagas do Fies serão priorizadas por ter três critérios: cursos com notas 5 e 4; áreas de interesse social e econômico, como engenharia, formação de professores e saúde e regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excluindo Distrito Federal).

Segundo o ministro, a preferência por contratos que envolvam estes critérios não quer dizer que cursos de outras regiões, de outras áreas de formação e de nota 3 não serão apoiados.



Ministro Renato Janine Ribeiro esteve ontem em São Paulo

Anatel lança aplicativo para envio de reclamações sobre operadoras

Brasília - A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) lançou ontem um aplicativo para tablets e smartphones que vai permitir o registro e consultas de reclamações sobre serviços de telefonia, internet e TV por assinatura.

O Anatel Consumidor, já disponível para download de forma gratuita, pode ser usado nos sistemas operacionais Android, iOS e Windows Phone. Antes, o procedimento era feito via call center ou pelo Fale Conosco, no site da agência.

Por meio do aplicativo, é possível registrar, por exemplo, reclamações referentes a problemas de cobrança indevida e a qualidade dos serviços prestados, bem como ter acesso a informações sobre direitos do consumidor.

Ataques na Tunísia, França e no Kuwait matam 63

São Paulo - Atentados terroristas realizados em três países de três continentes diferentes deixaram dezenas de mortos ontem. França, Tunísia e Kuwait foram alvos de terroristas, sendo que no Kuwait o ataque foi reivindicado pelo Estado Islâmico.

Na França, pelo menos uma pessoa invadiu de carro uma usina de gás em uma área industrial perto de Lyon, causando uma explosão. Duas pessoas ficaram feridas, e um corpo decapi-

tado foi encontrado no local. Três pessoas suspeitas de envolvimento foram presas.

Na Tunísia, pelo menos 37 pessoas morreram no ataque a um hotel na cidade de Sousse. Tiros foram ouvidos no local, e o atirador teria morrido. Cinco das vítimas eram britânicas.

No Kuwait, pelo menos 25 pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas após uma explosão em uma mesquita xiita durante as orações de sexta-feira. O ataque foi reivindicado pelo

Estado Islâmico.

Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos,

não há nenhuma evidência de que os ataques terroristas foram coordenados.



Corpos de turistas mortos a tiros por um atirador perto de um hotel à beira-mar em Sousse, na Tunísia

BRASIL REPUDIA ATENTADOS

O governo brasileiro condenou os atentados terroristas que ocorreram ontem na Tunísia, no Kuwait e na França. "Trata-se de atos criminosos, perpetrados por extremistas em nome de ideias incompatíveis com as regras mais elementares de convívio e respeito aos direitos humanos. A intolerância religiosa e o recurso à violência indiscriminada, praticados sob qualquer pretexto, merecem o mais veemente repúdio da sociedade e do governo brasileiro", informou o Ministério das Relações Exteriores, em nota.

Tranquilidade e praticidade

para manter em dia o estoque de produtos da sua empresa.



Entrega expressa

TT BOMBONATTO®

Precisou? Ligue 2103.8199

Coletamos suas encomendas em São Paulo e entregamos em Toledo, Cascavel e região.

Classificados

anuncio@oparana.com.br



01 - O Paraná Sábado, 27/6/2015

Veículos Diversos

VENDO

Celta 2008, flex, alarme. R\$ 13.000.
Logan, 2008, completo. R\$ 16.500.
F: (45) 9996-3816 - Luis Fernando.
CI-159381.

Importados

HYUNDAI VELOSTER

1.6, 2012, gasolina, teto solar de vidro, rodas aro 18, 15.300km, vermelho, única dona. R\$ 65.000.
F:(45) 9922-5858/ 2101-0089 - Jane.
CI-159497.

MITSUBISHI ASX 4X4

15/15, prata, com 5.000km, nova. F: (45) 9971-1155. CI-159523.



CORSA SEDAN 1.0

2001/2002, prata, placa A, rodas, vidros/travas, alarme, direção hidr., ar condic., completo. R\$ 14.000. F: (45) 9971-2121 CI-159514.



SIENA 1.0 6 MARCHAS

99/00, verde perolizado, travas, alarme e direção, segundo dono, com manual, chave reserva, fiancia. F: (45) 9974-2319. CI-159210.



OFERTA ECOSPORT

Freestyle, XLT, 2009, completa, preta, c/ multimídia, step s/ uso. R\$ 32.500., aceito troca carro até R\$ 20.000., na troca R\$ 33.500. F: (45) 9964-1220/ 8403-2218. CI-159455.

RANGER XLT 4X4

3.0, 11/12, cabine dupla, branca, pneus novos, protetor de caçamba, capota marítima. F: (45) 9971-1155. CI-159522.



L200 TRITON

2012, dupla, 4x4, prata, 3.2 HPE, 2º dono, garantia até 2016. R\$ 79.800., a vista. Estudo troca. F: (45) 3224-6117/ 8402-7695 c/ Gilmar. CI-159453.



MAGANE GRAN 12/13

Prata, completíssima, ar digital, chave reserva, manual, pneus novos. F: (45) 9971-1155. CI-159521.

SCENIC

Pri 1.6., 16V, 09/10, flex, prata. R\$ 27.000. F: (45) 3224-6528/ 8803-6503. CI-159548.



COROLLA XEI 1.8

Flex, 2010, único dono, completo, impecável. R\$ 50.000. F: (45) 3224-1400/ 9972-1241 em horário comercial. CI-159425.

COROLLA XEI 10/11

Ótimo estado. R\$ 52.000. F: (45) 9972-5064 (VIVO) 8404-1025 (OI). CI-159410.

COROLLA XEI 2010

Cinza, automático, todas revisões e trocas de óleo na concessionária, 50.000km, 4 pneus novos, impecável, particular. R\$ 48.000. F: (45) 8405-4000. CI-159550.

HILUX 3.0

2002, 4x4, preta. R\$ 25.000. F: (45) 2101-0070 (comercial) 8821-0600 c/ Jairo. CI-159487.

HILUX CD SRV

Turbo diesel 4x4, completa 2010/2010, 2º dono, ótima conservação, IPVA pago. R\$ 96.900. F: (45) 3035-6775/ 9972-1429. CI-159254.

HILUX SW4

2010/2011, 4x4, diesel, preta, completa, 2º dono, 4 pneus novos, IPVA pago, excelente estado. F: (45) 9973-8800. CI-159485.



AMAROK SE 163CV

Dupla, 11/12, 4x4, prata, 4.000 de acessórios, 2º dono, R\$ 77.300., a vista. Estudo troca. F: (45) 3224-6117/ 8402-7695 c/ Gilmar. CI-159452.

GOLF 10/11 2.0

Sportline, automático, preto, teto solar, placa A, flex. F: (45) 9971-1155. CI-159524.

PARATI 05/06

Motor AP 1.6, completa, placa A, pneus novos, roda. F: (45) 9971-1155. CI-159520.

SAVEIRO 2012

Cabine simples, flex, com direção hidráulica, janela basculante, 85.000km. R\$ 28.000. F: (45) 9910-3370. CI-159266.

Caminhões

FURGÃO DE 4,20M

Em alumínio, F-350, modelo F 4000, 75/75, motor 229MWM em excelente estado, bomba boch, ótima para frete e mudança. R\$ 18.000. F: (45) 9808-3530/ 9145-5514. CI-159383.

Apartamentos

ALUGO APARTAMENTO

Recanto Tropical, 2 qtos., 1 bwc, 1 vaga de gar. coberta. Aluguel R\$ 690., condomínio R\$ 210. F: (45) 9928-6569. CI-159238.

APART. ED. MILÃO

No centro, mobiliado, 2º andar, c/ 106,2m², 2 quartos, 1 vaga de garagem., sacada. R\$ 280.000. Creci J-4114. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. CI-154582.

APARTAMENTO CENTRO

Ed. Independência, suite, 2 qtos, bwc, lavand., sala 2 ambientes, coz. planejada, sacada fechada, semimobiliado, condomínio baixo, portaria, salão de festa, 2 gar. R\$ 370.000. F: (45) 9999-1722/ 9999-1788. CI-158884.

ED. ALTO DA FAG

Rua João Kuloski, c/ 47m², 01 suite, sala de estar, coz., lavanderia, c/ garagem. R\$ 140.000. Creci J4114. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. CI-154578.

ED. PLÁCIDO MASCARELLO

No centro, rua Olavo Bilac, c/ 140m², 3º andar, suite, 2 qtos, sala de estar/ jantar, coz., 1 vaga gar. R\$ 330.000. F: (45) 9972-0213/ 9972-0172. Creci J4114. CI-154581.

LANÇAMENTO IMÓVEL

NA PLANTA, Ed. Salvador Dali no Country, c/ suite, 2 quartos, bwc, sala de estar, sala de jantar, sacada c/ churrasqueira à gás, cozinha, lavanderia c/ sacada, a partir de R\$ 245.180. Entrada + 36 parcelas, chaves, financiamento. F: (45) 9972-0172/9972-0213. Creci J4114. CI-154591.

V. MORETTI ALUGA

Apartamento no Res. Country, rua Rafael Picoli 1655, c/ 2 qtos, sala 2 ambientes, cozinha, área de serviço, 1 vaga de garagem. R\$ 550. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154144.

V. MORETTI ALUGA

Apartamento Res. Fávoro Lemke, rua Pio XII 2371, Centro, c/ 02 quartos, sala, sacada, cozinha, banheiro, área de serviço, 1 vaga de garagem. R\$ 670. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154149.

V. MORETTI ALUGA

Apart. Ed. Torre Nobre, rua Souza Naves 3525, centro, suite c/ closet e sacada, 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço, depend. de empregada, 1 vaga de garagem R\$ 1.000. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154143.

V. MORETTI ALUGA

Apartamento semimobiliado Ed. Lória, centro, rua Manoel Ribas 3127, c/ suite, 1 quarto, sala, cozinha, sacada c/ churrasqueira, bwc, área de serviço, 1 vaga de garagem. R\$ 980. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J. CI-154147.

V. MORETTI ALUGA

Apartamentos Ed. Dona Guilhermina, na Rua Erechim, 1819, Centro, 1º andar, c/ suite, 2 quartos e demais dependências, 1 vagas de garagem R\$ 990., e outro c/ 2 quartos, e demais dependências, 1 vaga de garagem R\$ 790. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154145.

V. MORETTI VENDE

Apartamento mobiliado Ed. Albatroz, rua Paraguai 1459, quase esq. c/ a Rua Rio Grande do Sul, Centro, c/ aprox. 164,79m², 2 suites sendo 1 c/ banheira, 1 quarto, sala 2 ambientes, sacada, cozinha, área de serviço, banheiro, 1 vaga de garagem. Valor Promocional, consulte-nos. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154146.

VENDO APARTAMENTO

Ed. Ana Julia, 3º andar, Rua Salgado Filho, 2009, centro, 165m², área util 105m². R\$ 480.000. F:(45) 9973-3604. CI-158688.

VENDO APARTAMENTO

Vila Medine, rua Minas Gerais, 3 suites, 3 gar., negócio c/ segurança e flexibilidade. Tratar c/ Aldo F: (45) 9962-2562. CI-158911.

VENDO APARTAMENTO

Ed Jão Batista Cunha, 170m², suite, 2 qtos., sacada c/ churrasqueira, sala em dois ambientes, cozinha, área de serviço, 2 vagas de garagem e um depósito, salão de festa, piscina, playground. R\$ 370.000. F: (45) 9972-0258. CI-159397.

VENDO APARTAMENTO

Ed. Monte Moriá, Rua Minas Gerais, c/ suite, 2 qtos, bwc social, sala em 2 ambientes, coz., area de serviço, sacada c/ churrasq., mobiliado, 2 vagas de garagem. R\$ 450.000. Ac. troca. F: (45) 9966-1118. CI-159544.

VENDO APARTAMENTOS

Próximo Shopping JL, com 2 e 3 quartos, novos, com elevador, direto com o proprietário. F: (45) 9971-1155. CI-159525.

Casas

ALUGO SOBRADO

Em condomínio fechado de alto padrão. R\$ 7.000., mensais. Creci J-4114. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. CI-154592.

CASA NO CATEDRATAS

Com 159m² e terreno de 468,4m², na rua Brasília, 2 quartos, sala de estar/jantar, cozinha, lavand., churrasqueira, 2 vagas cobertas e 1 descoberta, c/ sobra de terreno. R\$ 265.000. F: (45) 9972-0213/ 9972-0172. Creci J4114. CI-154590.

CONDOMÍNIO VILLAGIO

No Pq. São Paulo, Sobrado geminado, novo, em condomínio fechado, c/ suite, 2 qtos., bwc, sendo que um quarto tem closet, sala de estar/ jantar, coz., lavabo e lav., garagem p/ 2 carros. R\$ 330.000. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. Creci J-4114. CI-154585.

SOBRADO PORTO SEGURO

C/190m², suite, + 2 qtos., escritório, 2 sacadas, gar. p/ 3 carros, e demais depend., todo em gesso e porcelanato, aquecimento solar, sobra de terreno p/ piscina. R\$ 570.000. F: (45) 9978-4844/ 9108-3787. CI-159328.

VENDO SOBRADO

130m², Coqueiral. R\$ 350.000. F: (45) 9109-9927. CI-159337.

Kitinetes

ALUGO KINETETE

No centro, quarto, sala, cozinha, bwc, garagem coberta c/ alarme, c/ internet Bl 35 mega, rua Mal. Floriano 2862. R\$ 480. + cond. R\$ 150. F: (45) 3037-5337/ 8808-6704. CI-159499.

VENDO KINETETE

Ed Cruzeiro do Sul, 11º andar, 25m², todo mobiliada, com sauna, piscina e salão de festas. R\$ 75.000. F: (45) 9933-1248. CI-159241.

Ponto Comercial

ALUGO BARRACÃO

Com 1900m² na Av. Toledo, próximo à Câmara, c/ terreno de 2400m². Consulte-nos. Creci J4114. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. CI-154589.

V. MORETTI ALUGA

Sala Comercial Nova, na Rua Paraná, 4753, sala 8, medindo aprox. 170,75m². R\$ 2.828. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154148.

V. MORETTI ALUGA

Sala Comercial na Rua Rio Grande do Sul 1983-C, centro, c/ aproximadamente 52,50m². R\$ 1.200. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154258.

VENDO

Sala comercial térrea, Rua Paraná, centro, com 326,95m², imóvel já alugado. F: (45) 3038-6444/ 9965-7250. CI-159515.

VENDO SALA COMERCIAL

Térrea, c/ 30m² de área privativa, na Avenida Toledo 1142. R\$ 120.000. Aceito carro ou terreno como parte do pagamento. Creci J4114. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. CI-154579.

Terrenos

ALUGO BARRACÃO

Rua Francisco Schelle, em frente ao posto Texas, Parque São Paulo. R\$ 4.000. F: (45) 3038-3365 CI-159214.

CASA NO LAGO

De Boa Vista, 125m², terreno de 1.000m², 15 metros de frente para o lago, com caseiro, poço artesiano. F: (45) 9971-1155. CI-159519.

FAZENDA NO TOCANTINS

1.416 hectares, com 500 plantado eucalipto de 1, 2 e 3 anos, com sede. F: (45) 9971-1155. CI-159518.

TERRENO

Próximo a rodovia, com 715m², Rua das Palmeiras. F: (45) 9971-1155. CI-159516.

TERRENO

No lago de Boa Vista da Aparecida, 1.110m², 15m de frente para o lago. F: (45) 9971-1155. CI-159517.

TERRENO 302M²

Jardim Tropical, Rua Pitanguera, 73, próximo a APAE. R\$ 450.000. F: (45) 9924-7426 CI-159481.

TERRENO COM 7008M²

Próximo a Eucatur. R\$ 6.835.000. F: (45) 9972-0172/ 9972-0213. Creci J4114. CI-154587.

TERRENO NO CENTRO

Rua Voluntários da Pátria, ao lado do Col. Marili Piretelli, c/ 1 casa mista, 1 de alvenaria e 2 de madeira c/ 600m². R\$ 790.000. F: (45) 9972-0213/ 9972-0172. Creci J4114. CI-154584.

Copacol CONTRATA

ANALISTA GESTÃO DE PESSOAS

PARA TRABALHAR NO DEPARTAMENTO GESTÃO DE PESSOAS

✓ PRINCIPAIS ATIVIDADES:

Realizar as atividades ligadas aos processos de Gestão por Competências, Carreira, Sucessão de líderes e Gestão do Conhecimento.

✓ REQUISITOS:

- ✓ Ensino Superior completo;
- ✓ Disponibilidade para trabalhar em Cafelândia;
- ✓ Horário Comercial (Segunda a sexta das 7h30 às 11h48 - 13h30 às 18h;
- ✓ Desejável experiência em RH ou pós-graduação na área.

✓ INSCRIÇÕES:

✓ Interessados inscrever o currículo no site www.copacol.com.br no ícone TRABALHE CONOSCO e após o preenchimento do currículo clicar na vaga ANALISTA GESTÃO DE PESSOAS. **Inscrições até 10/07/15.** Mais informações com Patrícia Cocolotto (45)3241-8656.

Serão destinadas oportunidades para pessoas com deficiência. Se você tem algum tipo de deficiência e se interessou por nossa proposta, saiba que nesse time você é bem-vindo.

V. MORETTI ALUGA

Terreno de esquina localizado na Rua Erechim esquina c/ a Rua Olavo Bilac, centro, c/ 2000m² (50X40) R\$ 2.200. F: (45) 3322-1515. CRECI 3149-J. CI-154150.

V. MORETTI VENDE

Terreno c/ área de 455m² (13x35), na Rua Marechal Floriano, 2333, centro. R\$ 240.000. F: (45) 3322-1515 CRECI 3149 J CI-154151.

VENDO ÁREA

Av. Piquiri, após 300m viaduto da BR, 3.300m². R\$ 350., o m². F: (45) 9952-4546 Creci 14707 F CI-159229.

VENDO ÁREA

24.200m², a 48.400m², na BR 277 ao lado do posto Gotardo. R\$ 300., o m². F: (45) 9952-4546 Creci 14707 F CI-159231.

VENDO ÁREA

Área de 2.234m² na FAG em frente ao residencial FAG. R\$ 1.200.000. F: (45)9952-4546 Creci 14707 F CI-159232.

VENDO ÁREA

36.000m² na BR 277 em frente a câmara frigorífica da Cotriguaçu, (ferroeste). R\$ 100., o m². F: (45)9952-4546 Creci 14707 F CI-159230.

VENDO FAZENDA

Município de São Pedro do Iguaçu, 148 alqueires, 78 mecanizados. F: (45) 9946-1670/ 9972-8501. CI-159322.

VENDO FAZENDA

305 alqueires, 60 de lavoras e o resto de pastagem, com reserva legal, fazendo montada, lago Salto Caxias. F: (45) 9946-1670/ 9972-8501. CI-159396.

VENDO LOTE

Em Boa Vista da Aparecida, 525m², 1 quadra do Banco Itaú, e uma quadra e meia da matriz, Centro. R\$ 90.000., aceito veículo como parte de pagamento ou gado. F: (45) 9914-4396. CI-159191.

VENDO LOTE

Esquina da Rua Recife com a Presidente Bernardes 13x41. R\$ 1.500.000. F: (45)9952-4546 Creci 14707 F CI-159233.

VENDO LOTE

2 lotes na rua Filosofia atrás da União. R\$ 650.000. F: (45)9952-4546 Creci 14707 F CI-159234.

VENDO LOTE

Lote medindo 13x40 na rua Minas Gerais centro. R\$ 1.500.000. F: (45)9952-4546 Creci 14707 F CI-159235.

VENDO LOTES

Ou chácara na beira do lago, em Boa Vista, 1.800m da cidade, a partir de R\$ 30.000. F: (45) 3287-1293/ 3287-1360/ 9125-5185. CI-158958.

VENDO TERRENO

Condomínio Golden Garden, 740m². F: (45) 9107-3351 c/ Odair. CI-159296.

Imóveis Diversos

CONSÓRCIO A BOLA DA VEZ

Compre um Consórcio Rodobens. Imóveis, Carros e Motos. Representante em Cascavel: Imobiliária Destro F: (45) 3038-6464/ 9972-0213/ 9972-0172/ 9938-9739. Creci J4114 CI-154580.

CONSÓRCIO DE IMÓVEL

Contemplado, Caixa Federal, atualiza diariamente o crédito. R\$ 73.000., aceito carro até R\$ 10.000., vendo parte paga por R\$ 28.000. F: (45) 9974-4858. CI-159496.

CONSÓRCIO/ CONTEMPLADO

De imóvel, vendo R\$ 50.000., entrada de

OPORTUNIDADE
Compro casa/ apartamento em Cascavel. Troco por casa em Pontal ou terrenos na região. F: (41) 9971-8600. CI-159334.

SLAVIERO CONTRATA
Consultor de vendas, interessados encaminhar currículo para: cascavel@slavieroveiculos.com.br CI-159372.

Diversos

APOIO ESPIRITUAL
Se você tem um sonho, não desista corra atrás que você alcançará. Pa Oxosse Rei da Mata: Trabalhos em geral, une o casal, desmancha ma feito, abre caminho nos negócios, tira o vício, consulta de cartas, consulta espirituais. F: (45) 9932-3672/ 3225-1326. R. Medicina, 550, Jd Universitário. CI-159542.

MASSAGEM
Para stress, cansaço e dores musculares, somente para masculino. F: (45) 9949-8531. CI-159387.

MASSAGEM
Estimulante, estresse, cansaço, relaxamento corporal, só c/ agendamento. F: (45) 9805-3967. CI-159354.

MASSAGEM CLINICA
Para estresse, alívio da tensão muscular, estimulante, relaxante, 4 mãos. F: (45) 9833-9707 CI-159511.

MASSAGEM ERÓTICA
Relaxante, ficarei apenas 2 meses na cidade, venham conhecer o meu trabalho. F: (45) 9954-1505 - Fernanda. CI-159388.

MASSAGEM ESTIMULANTE
P/ homens e casais que queiram relaxar o stress do dia-a-dia. C/ local F: (45) 9821-7809. C/ Bia CI-159370.

CONTRATA-SE
Vendedor Externo de Bebidas nas regiões de Curitiba, Grande Curitiba, Litoral de Curitiba, Guarapuava, Maringá, Londrina, Francisco Beltrão, Pato Branco, Umuarama:
Atividades: Realizar visitas e apresentação dos produtos da empresa, prospecção de novos clientes, vendas, elaboração de relatórios e planilhas.
Regime: CLT
Salário Fixo + variáveis + Benefícios.
Requisitos: Disponibilidade para viagens, veículo próprio para trabalho, experiência com vendas de bebidas em pequenos varejos, conhecimento na região de atuação, habilidade para negociação, e boa comunicação.
Interessados enviar currículo para: rh@gopalimentos.com.br

CRÉDITO PESSOAL
Para Capital de Giro, Limpar seu nome, Investimentos, Compra de Imóveis, Carros e etc
Parcelas para 60 dias e sem consulta ao SPC e SERASA
R\$ 9.000,00 em 60x R\$ 200,00
R\$ 15.000,00 em 60x R\$ 330,00
R\$ 35.000,00 em 240x R\$ 260,00
Documento Registrado no Cartório
Informações: (11) 2857-6512 (11) 95871-0677 (Tim)

SÚMULA EMISSÃO DE LICENÇA OPERAÇÃO
CELIA REGINA HOFFMANN E JOSÉ ANIBAL R. DA FONTOURA, FABRÍCIO H. FONTOURA E VINÍCIUS H. FONTOURA tornam público que receberam do IAP, Licença Operação para AVICULTURA DE PRODUÇÃO DE OVOS, implantada no LR 423 E 424, BAIRRO PROGRESSO 1º PARTE, GL. RIO VERDE 2, ESTRADA JACARÉ, Município de IRACEMA DO OESTE, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2021

SÚMULA EMISSÃO DE LICENÇA OPERAÇÃO
CESAR HENRIQUE PINTO torna público que recebeu do IAP, Licença Operação para AVICULTURA DE CORTE, implantada no LR 05 E 245/245A, GLEBA MELHORANÇA, PALMITOPOLIS, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2021

MASSAGEM ESTIMULANTE
P/ homens que precisam relaxar o stress e cansaço. C/ local seguro e discreto. F: (45) 9984-1157. Alana. CI-159371.

MASSAGEM ESTIMULANTE
De momentos inesquecíveis, tenho local para massagem erótica, tântrica e algo a mais se preferir. F: (45) 9970-0628 c/ Dani. CI-159549.

MASSAGEM MASCULINA
Para estresse, dores musculares, relaxante, estimulante, sala climatizada, central. F: (45) 9819-3352. CI-159353.

MASSAGEM RELAXANTE
Muscular, ajuda tirar cansaço, estresse, dores musculares, estimulante. F: (45) 3326-6756. CI-159265.

PARE DE SOFRER
Trago a teus pés quem você ama rindo ou chorando, em tempo recorde. F: (43) 3344-4566/ 9609-1587/ 8456-3291 (whatsApp) / (45) 9909-3154. soluções.deamor@hotmail.com CI-159302.

ÚNICO NO BRASIL
Gamado e amarrado em você pra sempre! Sigilo absoluto. F: (43) 3152-6754/ 3322-8065/ 8456-3291/ 9911-5862/ (45) 9909-3154. CI-159303.

Utilidade Pública
UTILIDADE PÚBLICA
Foi furtada, na noite deste sábado dia 20 de junho, uma camionete Kia Sorento, preta, placas ATM 1611. Qualquer informação, entre em contato com a polícia 197 ou 190 ou F: (45) 9109-7935 CI-159418.

EMPRESA PIONEIRA CONTRATA:

- ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO** com experiência, com formação (ou cursando) nas áreas de administração, secretariado executivo ou direito.
- COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS:** habilidade em organização, agendamentos, e conhecimento em documentação de veículos e processos administrativos (noções básicas de trâmites jurídicos); habilidade em redação comercial; preferencialmente com curso de auditoria interna iso 9000 ou conhecimento da norma.

Salário a combinar, horário comercial de segunda a sexta-feira.

INTERESSADOS LIGAR NO FONE (45) 3218-7000 OU ENVIAR CURRÍCULO POR E-MAIL PARA: recrutamento@pioneiratransportes.com.br

SÚMULA EMISSÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO
ANGELICA MARIA JUNKES torna público que recebeu do IAP, Licenciamento Ambiental Simplificado para AVICULTURA DE CORTE, a ser implantada no LR 98 E 98-A, 98 E 98-A-1, GL. 10-B, COL. PERUIBE, COM. SAO JOAO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE RENOVAÇÃO LICENÇA OPERAÇÃO
COPACOL - COOP. AGROIND. CONSOLATA, torna público que recebeu do IAP, Renovação Licença Operação para COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS, implantada na EST SAÍDA PARA FORMOSA, KM 01, S/N, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 09.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE RENOVAÇÃO LICENÇA OPERAÇÃO
COPACOL - COOP. AGROIND. CONSOLATA torna público que recebeu do IAP, Renovação Licença Operação para COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS, implantada na ROD. PR. 317 - KM 28 S/N, Município de IRACEMA DO OESTE, Estado do Paraná. Validade: 09.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE LICENÇA INSTALAÇÃO
ERALDO SAUPINSKI torna público que recebeu do IAP, Licença Instalação para AMPLIAÇÃO PISCICULTURA DE ADULTOS, a ser implantada no LR 01-F-1, GL. 02, COL. "A" CASCAVEL, COLONIA MELISSA, Município de CORBELIA, Estado do Paraná. Validade: 15.06.2017

SÚMULA EMISSÃO DE LICENÇA OPERAÇÃO
EZILDA MOTTER FRANZMANN E PEDRO MOTTER E INES GULAK MOTTER tornam público que receberam do IAP, Licença Operação para AMPLIAÇÃO AVICULTURA DE CORTE, implantada no LR 6-M-B-3, GL. 11-A, COL. PERUIBE, ESTRADA JACAREZINHO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2021

SÚMULA EMISSÃO DE RENOVAÇÃO LICENÇA OPERAÇÃO
GENIR JACO LAND torna público que recebeu do IAP, Renovação Licença Operação para SUINOCULTURA DE TERMINAÇÃO, implantada no LR 157, GLEBA 08, COLÔNIA PINDORAMA, ALTO IGUAÇUZINHO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE RENOVAÇÃO LICENÇA OPERAÇÃO
JOAO BATISTA DA SILVA torna público que recebeu do IAP, Renovação Licença Operação para AVICULTURA DE CORTE, implantada no LR 208, BAIRRO PALMITAL 2ª PARTE, GL. RIO VERDE-2, ESTRADA PARANA, Município de FORMOSA DO OESTE, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE RENOVAÇÃO LICENÇA OPERAÇÃO
MARCIA MADALENA F. PERBONI E APARECIDA BRENZAN FRANCO tornam público que receberam do IAP, Renovação Licença Operação para SUINOCULTURA DE TERMINAÇÃO, implantada no LR 65, LOTEAMENTO STO ANTONIO, AGUA DA JEEP, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2019

SÚMULA EMISSÃO DE LICENÇA OPERAÇÃO
MATEUS APARECIDO DOURADO SASSO torna público que recebeu do IAP, Licença Operação para AVICULTURA DE CORTE, implantada no LR 125-A E 126, BAIRRO PALMITAL 4ª PARTE, GL. RIO VERDE-2, ESTRADA COLORADO, Município de FORMOSA DO OESTE, Estado do Paraná. Validade: 03.06.2021

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 30/2015-PMPB
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Lei Complementar 147 de 07 de Agosto de 2014.

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, através de seu pregoeiro, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02, com os Decretos Federais 5450 de 31/05/05 e 5504 de 05/08/05, torna público que realizará às 09:00 horas do dia 14/07/2015, na sede da Prefeitura Municipal situada a Rua das Camélias, 900, fone (42) 3661-1237, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de tubos de concreto. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço ou telefone supra citado junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail - prefeitura@portobarreiro@yahoo.com.br.

Porto Barreiro, 26 de Junho de 2015.

PAMELA ROSA
Pregoeira
CI1152729-E15

CÂMARA MUNICIPAL DE CORBÉLIA
CNPJ 78.880.121/0001-19
Rua Amos Petello, 1822 - Centro - CEP 85.420-000
Fone: (45) 3242-1462 - Site: www.corbelia.pr.gov.br - E-mail: camara@corbelia.pr.gov.br

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2015 - CONVITE N.º 001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Corbélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos:

- Licitação 001/2015
- Modalidade: CONVITE
- Data Adjudicação, 26 de junho de 2015
- Objeto adjudicado: Serviço de Manutenção e Modernização do Elevador
- Data Homologação: 26 de junho de 2015
- Fornecedor declarado vencedor:

Fornecedor	ELEVADORES EMC LTDA - ME
Valor total	R\$ 30.930,00 (trinta mil, novecentos e noventa reais)

Corbélia - PR, 26 de junho de 2015.

DANGELLES DECKI
Presidente
ci1152731-e15 Câmara Municipal de Corbélia/PR

Município de Braganey
A Estrela do Oeste do Paraná
Av. Arthur Pereira, 860 - Centro - Braganey/PR - CEP 85.430-000 - Fone/Fax: (45) 3248-1335
E-mail: adm@braganey.pr.gov.br - CNPJ 78.121.902/0001-73

LEI Nº 628/2015

ESTADO DO PARANÁ - MUNICÍPIO DE BRAGANEY - LEI Nº 628/2015

ESTABELECE O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ELEVADOR DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR.

O Município de Braganey, Estado do Paraná, através de seu pregoeiro, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02, com os Decretos Federais 5450 de 31/05/05 e 5504 de 05/08/05, torna público que realizará às 09:00 horas do dia 14/07/2015, na sede da Prefeitura Municipal situada a Av. Arthur Pereira, 860, fone (45) 3248-1335, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de materiais e serviços para manutenção e modernização do elevador.

O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço ou telefone supra citado junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail - adm@braganey.pr.gov.br.

Braganey, 26 de Junho de 2015.

JOÃO BATISTA DA SILVA
Pregoeiro
CI1152735-E15



CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ
Av. José Colégio, N.300, Bairro Ipê CEP 85884-000
Fone/Fax (045)326-2475
e-mail: camara@medianeira.com.br

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015
EDITAL DE CONCURSO Nº 001

O Presidente da Câmara Municipal de Medianeira, Estado do Paraná, no ato de suas atribuições legais, torna público que está aberta a inscrições para o CONCURSO PÚBLICO de provas escritas para preenchimento das vagas em quadro de colaboradores ou cargos que venham a existir no âmbito do presente Edital. A validade deste concurso ou para formação do Cadastro Resoluto, nos termos da legislação pertinente a este Município estabelecida neste Edital, não é condicionada com os dispositivos constitucionais, regimentais e legais da Comissão Organizadora do Concurso Público, podendo ser prorrogada até o dia 30 de junho de 2015.

1 - DOS CARGOS, VENCIMENTOS, NÚMERO DE VAGAS, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO
1.1 - Estão abertas as inscrições para o Concurso Público visando ao preenchimento dos cargos abaixo relacionados:

Cargo	Vagas	Nº de Vagas	CAR. Sert.	Requisitos Básicos
ASSESSOR DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	7.700,00	01	20	Ensino superior em direito e experiência em PAJ.
RECEPCIONISTA	1.965,79	01	40	Ensino médio completo e curso de informática.
ASSESSOR LEGISLATIVO	4.171,92	01	40	Ensino superior completo.
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	2.921,07	01	40	Ensino médio completo.

1.2 - O regime de trabalho e remuneração dos candidatos aprovados neste Concurso Público será regido pelo Regime Estatutário.
1.3 - Maiores informações acerca do presente concurso podem ser pesquisadas no endereço eletrônico www.institutobrasil.net.br

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.institutobrasil.net.br, no período compreendido entre as 08h (horário de Brasília) do dia 26 de junho de 2015 até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 30 de junho de 2015.

2.2 - Para os candidatos que não tiverem acesso à internet será disponibilizado um posto de inscrição na sede da Câmara Municipal de Medianeira, PR, no mesmo período de inscrições, no horário das 08h30min às 13h30min, durante os dias úteis, considerando o horário de Brasília, onde serão disponibilizadas computadores e sistema de impressão para realização de inscrições.

2.3 - Para os efeitos dos itens anteriores, não é instituído prazo nem a Câmara se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou quaisquer outros fatores que impossibilitem a realização de inscrições.

2.4 - Todas as inscrições somente serão aceitas após o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, que deverá ser efetuado, obrigatoriamente, por intermédio do boleto bancário, obtido no próprio endereço eletrônico, pagável em qualquer agência bancária, até a data do seu vencimento, não sendo efetuada a inscrição de candidatos que efetuarem o pagamento da taxa de inscrição por meios alternativos, como depósito bancário, transferência ou similar.

2.5 - O boleto bancário deverá ser pago até a data de seu vencimento.
2.6 - O candidato deverá conferir os dados de sua inscrição antes do pagamento, observar sua disponibilidade de prestar o presente concurso público e certificar-se de que insere todos os requisitos necessários para tomar posse do cargo, não podendo, após a inscrição, ser considerado como não inscrito para fins de inscrição.

2.7 - Não serão admitidas reclamações de candidatos quanto a erros cometidos na inscrição em razão de erros cometidos pelo sistema de inscrição.
2.8 - Não haverá liberação da taxa de inscrição, conforme Decreto Federal nº 6.593/2008.
2.8.1 - Lançamento do Decreto Federal nº 6.593/2008, Art. 1º, item II, quanto ao pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, realizado no âmbito municipal, os candidatos que:

a) estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135/2007; e
b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

2.8.2 - O candidato que faz jus ao benefício deverá:
a) efetuar sua inscrição no concurso público no período de 30 de junho de 2015 a 08 de julho de 2015, através do site www.institutobrasil.net.br;
b) preencher a declaração de que atende à condição estabelecida no item 2.8.1, "b", conforme anexo II deste edital;
c) Encaminhar por e-mail para o INSTITUTO BRASIL - Assessoria Brasileira de Concursos Ltda, Rua Dr. Sandino Etamio de Amorim, 1395, Bairro Jardim Maria Luiza, Cascavel - PR CEP: 85.819-690, até o dia 08 de julho de 2015, os seguintes documentos: Anexo II devidamente preenchido; cópia autenticada do documento de identificação tipo RG; cópia autenticada da Carteira de Trabalho - CTPS (páginas que identifiquem o candidato e caracterizem a sua situação de desemprego).

2.8.3 - A declaração feita sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.536/1979.

2.8.4 - Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax ou via correio eletrônico.

2.8.5 - A relação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgada em mural na Câmara Municipal de Medianeira - PR e no site www.institutobrasil.net.br no dia 14 de julho de 2015.

2.8.6 - Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

2.8.7 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico www.institutobrasil.net.br imprimir o boleto para pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o dia 31 de julho de 2015, conforme procedimentos descritos neste edital.

2.8.8 - A efetivação da inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidas pelo presente Edital. A verificação em qualquer etapa de documentos falsos, imprecisos ou inexatos ou falta de cumprimento das condições exigidas acarretará o cancelamento da inscrição em qualquer momento, por decisão da Comissão Organizadora do Concurso Público, com posterior publicação. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

2.8.9 - A Comissão Organizadora deste Concurso Público divulgará a homologação das inscrições em mural na Câmara Municipal de Medianeira, no Órgão Oficial do Município e no site www.institutobrasil.net.br, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o encerramento das inscrições.

2.11 - Havendo divergência nos dados cadastrais do candidato ou não encontrando o nome no Edital de Homologação das Inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o Instituto Brasil através do telefone (45) 326-2475 ou através do e-mail contato@institutobrasil.net.br para comprovação de ter cumprido o estabelecido no item 2 e subitens deste edital.

3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 - Conforme previsto no § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/90, não há vagas reservadas para portadores de deficiência, em virtude do número de vagas por área de atuação ser menor que o descrito no § 1º do art. 37 do Decreto nº 3.238/99.

4 - A TAXA DE INSCRIÇÃO SERÁ DE:

Escolaridade exigida	Valor da Taxa de Inscrição
Ensino médio	R\$ 50,00
Ensino superior	R\$ 100,00

5 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

O Concurso Público compreenderá as seguintes etapas:
5.1 - **Primeira etapa:** realização de prova escrita objetiva, aplicada a todos os candidatos, possuindo caráter eliminatório e classificatório.
5.2 - **Segunda etapa:** prova de títulos, de caráter apenas classificatório, para os cargos de Advogado, Assessor de Imprensa, Comunicação e Informática e Assistente Legislativo.
5.3 - **Terceira etapa:** realização de exame pré-admissional para verificar se o candidato preenche todos os requisitos para investidura no cargo.

6 - DA PRIMEIRA ETAPA - PROVA OBJETIVA

6.1.1 - Para os candidatos aos cargos cuja escolaridade seja o ensino médio, a prova escrita será composta de 40 questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual	Total de pontos
Conhecimentos Específicos do cargo	10	4,0	40,00
Conhecimentos Gerais e Legislação	10	2,0	20,00
Matemática	10	2,0	20,00
Língua Portuguesa	10	2,0	20,00
TOTAL DE PONTOS NA PROVA			100,00

6.1.2 - Para os candidatos aos cargos cuja escolaridade seja o ensino superior, a prova escrita será composta de 35 questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual	Total de pontos
Conhecimentos Específicos do cargo	15	4,0	60,00
Conhecimento Gerais e Legislação	10	2,0	20,00
Língua Portuguesa	10	2,0	20,00
TOTAL DE PONTOS NA PROVA			100,00

6.2 - Das Conteúdos Programáticos

6.2.1 - Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo I deste Edital e estarão disponíveis no site www.institutobrasil.net.br.

6.3 - Das Disposições Gerais Sobre a Prova Objetiva

6.3.1 - As provas escritas objetivas somente serão realizadas na data provável de 23 de agosto de 2015, no PERÍODO DA MANHÃ, em local a ser publicado no edital de homologação das inscrições, devendo o candidato comparecer no local da prova às 08 horas, com os portes permanecerem abertos somente até as 08h30min (horário oficial de Brasília), após o qual não será permitida em hipótese alguma, a presença de candidatos a sala de provas.

6.3.2 - O candidato deverá comparecer ao local da prova portando documento oficial de identificação com fotografia e carteira esferográfica azul ou preta.

6.3.3 - Considerar-se documento oficial de identificação (RG): Carte na Nacional de Habilitação com foto; Carteira de Trabalho; Carteira Profissional do Órgão de Classe; Passaporte e Certificado de Residência. Também serão aceitas as cartinhas expedidas pelos Comandos Militares, pelas Comarcas de Bombardeiros Militares, pelas Ordens Fiscalizadas de exército profissional (Ordem, Conselho, etc.), cartinhas funcionais do Ministério Público ou expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

6.3.4 - Não serão aceitos como documentos de identificação a certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista sem foto, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.3.5 - Também não serão aceitos o comprovante de depósito ou comprovante de pagamento de pedido de documento, bem como de sua 2ª via.

6.3.6 - Poderá ser exigida identificação especial do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador. A mesma exigência será feita nos casos de apresentação de Boletim de Ocorrência original, expedido há no máximo 90 dias, ou sua cópia autenticada, quando houver perda, furto ou roubo dos documentos de identificação.

6.3.7 - A falta de apresentação de documento de identificação com foto, descrito no item 6.3.4, configura falta de requisito para realizar a prova, podendo na exclusão do candidato do concurso.

6.3.8 - Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer uma das provas de caráter eliminatório implicará na eliminação definitiva do candidato.

6.3.9 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas, mesmo em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

6.3.10 - A prova objetiva será composta por questões de múltipla escolha, contendo cinco opções (A, B, C, D, E), com uma única alternativa correta, assinalada de acordo com o comando da questão, que terá marcação correspondente no Cartão-Resposta e seu preenchimento deverá ser conforme as instruções apresentadas em sua parte superior.

6.3.11 - O tempo de realização da prova é de 3 (três) horas. O candidato que não tenha terminado sua prova somente poderá afastar-se da sala com acompanhamento de fiscal responsável.

6.3.12 - Não serão computadas as questões não preenchidas integralmente, não assinaladas ou assinaladas a lápis, assim como aquelas que continham mais de uma resposta, amarelas, burradas, alindas que legíveis.

6.3.13 - Sua correção obedecerá à única escala decimária de 0 a 100 pontos.

6.3.14 - Não será permitida a permanência de acompanhante de candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público, nas dependências do local de aplicação da prova.

6.3.15 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por e-mail atendimento especial para tal fim, até o dia 22 de julho de 2015. Deverá também levar acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

6.3.16 - Será sumariamente eliminado do concurso o candidato que: a) fizer tentativa de consulta de qualquer natureza durante a realização da prova; b) utilizar-se de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou similar; c) utilizar-se de processos ilícitos na realização das provas ou fazer qualquer tipo de comunicação com outro candidato; d) utilizar com descortesia os locais de provas, seus auxílios, coordenadores ou autoridades; e) permitir a ordem dos trabalhos; f) criar tumulto e/ou qualquer outra situação que perturbe o andamento das provas; g) não apresentar-se devidamente preparado para a aplicação das provas; h) não comparecer ao local de aplicação das provas; i) não comparecer ao local de aplicação das provas; j) não comparecer ao local de aplicação das provas; k) não comparecer ao local de aplicação das provas; l) não comparecer ao local de aplicação das provas; m) não comparecer ao local de aplicação das provas; n) não comparecer ao local de aplicação das provas; o) não comparecer ao local de aplicação das provas; p) não comparecer ao local de aplicação das provas; q) não comparecer ao local de aplicação das provas; r) não comparecer ao local de aplicação das provas; s) não comparecer ao local de aplicação das provas; t) não comparecer ao local de aplicação das provas; u) não comparecer ao local de aplicação das provas; v) não comparecer ao local de aplicação das provas; w) não comparecer ao local de aplicação das provas; x) não comparecer ao local de aplicação das provas; y) não comparecer ao local de aplicação das provas; z) não comparecer ao local de aplicação das provas; aa) não comparecer ao local de aplicação das provas; ab) não comparecer ao local de aplicação das provas; ac) não comparecer ao local de aplicação das provas; ad) não comparecer ao local de aplicação das provas; ae) não comparecer ao local de aplicação das provas; af) não comparecer ao local de aplicação das provas; ag) não comparecer ao local de aplicação das provas; ah) não comparecer ao local de aplicação das provas; ai) não comparecer ao local de aplicação das provas; aj) não comparecer ao local de aplicação das provas; ak) não comparecer ao local de aplicação das provas; al) não comparecer ao local de aplicação das provas; am) não comparecer ao local de aplicação das provas; an) não comparecer ao local de aplicação das provas; ao) não comparecer ao local de aplicação das provas; ap) não comparecer ao local de aplicação das provas; aq) não comparecer ao local de aplicação das provas; ar) não comparecer ao local de aplicação das provas; as) não comparecer ao local de aplicação das provas; at) não comparecer ao local de aplicação das provas; au) não comparecer ao local de aplicação das provas; av) não comparecer ao local de aplicação das provas; aw) não comparecer ao local de aplicação das provas; ax) não comparecer ao local de aplicação das provas; ay) não comparecer ao local de aplicação das provas; az) não comparecer ao local de aplicação das provas; ba) não comparecer ao local de aplicação das provas; bb) não comparecer ao local de aplicação das provas; bc) não comparecer ao local de aplicação das provas; bd) não comparecer ao local de aplicação das provas; be) não comparecer ao local de aplicação das provas; bf) não comparecer ao local de aplicação das provas; bg) não comparecer ao local de aplicação das provas; bh) não comparecer ao local de aplicação das provas; bi) não comparecer ao local de aplicação das provas; bj) não comparecer ao local de aplicação das provas; bk) não comparecer ao local de aplicação das provas; bl) não comparecer ao local de aplicação das provas; bm) não comparecer ao local de aplicação das provas; bn) não comparecer ao local de aplicação das provas; bo) não comparecer ao local de aplicação das provas; bp) não comparecer ao local de aplicação das provas; bq) não comparecer ao local de aplicação das provas; br) não comparecer ao local de aplicação das provas; bs) não comparecer ao local de aplicação das provas; bt) não comparecer ao local de aplicação das provas; bu) não comparecer ao local de aplicação das provas; bv) não comparecer ao local de aplicação das provas; bw) não comparecer ao local de aplicação das provas; bx) não comparecer ao local de aplicação das provas; by) não comparecer ao local de aplicação das provas; bz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ca) não comparecer ao local de aplicação das provas; cb) não comparecer ao local de aplicação das provas; cc) não comparecer ao local de aplicação das provas; cd) não comparecer ao local de aplicação das provas; ce) não comparecer ao local de aplicação das provas; cf) não comparecer ao local de aplicação das provas; cg) não comparecer ao local de aplicação das provas; ch) não comparecer ao local de aplicação das provas; ci) não comparecer ao local de aplicação das provas; cj) não comparecer ao local de aplicação das provas; ck) não comparecer ao local de aplicação das provas; cl) não comparecer ao local de aplicação das provas; cm) não comparecer ao local de aplicação das provas; cn) não comparecer ao local de aplicação das provas; co) não comparecer ao local de aplicação das provas; cp) não comparecer ao local de aplicação das provas; cq) não comparecer ao local de aplicação das provas; cr) não comparecer ao local de aplicação das provas; cs) não comparecer ao local de aplicação das provas; ct) não comparecer ao local de aplicação das provas; cu) não comparecer ao local de aplicação das provas; cv) não comparecer ao local de aplicação das provas; cw) não comparecer ao local de aplicação das provas; cx) não comparecer ao local de aplicação das provas; cy) não comparecer ao local de aplicação das provas; cz) não comparecer ao local de aplicação das provas; da) não comparecer ao local de aplicação das provas; db) não comparecer ao local de aplicação das provas; dc) não comparecer ao local de aplicação das provas; dd) não comparecer ao local de aplicação das provas; de) não comparecer ao local de aplicação das provas; df) não comparecer ao local de aplicação das provas; dg) não comparecer ao local de aplicação das provas; dh) não comparecer ao local de aplicação das provas; di) não comparecer ao local de aplicação das provas; dj) não comparecer ao local de aplicação das provas; dk) não comparecer ao local de aplicação das provas; dl) não comparecer ao local de aplicação das provas; dm) não comparecer ao local de aplicação das provas; dn) não comparecer ao local de aplicação das provas; do) não comparecer ao local de aplicação das provas; dp) não comparecer ao local de aplicação das provas; dq) não comparecer ao local de aplicação das provas; dr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ds) não comparecer ao local de aplicação das provas; dt) não comparecer ao local de aplicação das provas; du) não comparecer ao local de aplicação das provas; dv) não comparecer ao local de aplicação das provas; dv) não comparecer ao local de aplicação das provas; dw) não comparecer ao local de aplicação das provas; dx) não comparecer ao local de aplicação das provas; dy) não comparecer ao local de aplicação das provas; dz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ea) não comparecer ao local de aplicação das provas; eb) não comparecer ao local de aplicação das provas; ec) não comparecer ao local de aplicação das provas; ed) não comparecer ao local de aplicação das provas; ee) não comparecer ao local de aplicação das provas; ef) não comparecer ao local de aplicação das provas; eg) não comparecer ao local de aplicação das provas; eh) não comparecer ao local de aplicação das provas; ei) não comparecer ao local de aplicação das provas; ej) não comparecer ao local de aplicação das provas; ek) não comparecer ao local de aplicação das provas; el) não comparecer ao local de aplicação das provas; em) não comparecer ao local de aplicação das provas; en) não comparecer ao local de aplicação das provas; eo) não comparecer ao local de aplicação das provas; ep) não comparecer ao local de aplicação das provas; eq) não comparecer ao local de aplicação das provas; er) não comparecer ao local de aplicação das provas; es) não comparecer ao local de aplicação das provas; et) não comparecer ao local de aplicação das provas; eu) não comparecer ao local de aplicação das provas; ev) não comparecer ao local de aplicação das provas; ew) não comparecer ao local de aplicação das provas; ex) não comparecer ao local de aplicação das provas; ey) não comparecer ao local de aplicação das provas; ez) não comparecer ao local de aplicação das provas; fa) não comparecer ao local de aplicação das provas; fb) não comparecer ao local de aplicação das provas; fc) não comparecer ao local de aplicação das provas; fd) não comparecer ao local de aplicação das provas; fe) não comparecer ao local de aplicação das provas; ff) não comparecer ao local de aplicação das provas; fg) não comparecer ao local de aplicação das provas; fh) não comparecer ao local de aplicação das provas; fi) não comparecer ao local de aplicação das provas; fj) não comparecer ao local de aplicação das provas; fk) não comparecer ao local de aplicação das provas; fl) não comparecer ao local de aplicação das provas; fm) não comparecer ao local de aplicação das provas; fn) não comparecer ao local de aplicação das provas; fo) não comparecer ao local de aplicação das provas; fp) não comparecer ao local de aplicação das provas; fq) não comparecer ao local de aplicação das provas; fr) não comparecer ao local de aplicação das provas; fs) não comparecer ao local de aplicação das provas; ft) não comparecer ao local de aplicação das provas; fu) não comparecer ao local de aplicação das provas; fv) não comparecer ao local de aplicação das provas; fw) não comparecer ao local de aplicação das provas; fx) não comparecer ao local de aplicação das provas; fy) não comparecer ao local de aplicação das provas; fz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ga) não comparecer ao local de aplicação das provas; gb) não comparecer ao local de aplicação das provas; gc) não comparecer ao local de aplicação das provas; gd) não comparecer ao local de aplicação das provas; ge) não comparecer ao local de aplicação das provas; gf) não comparecer ao local de aplicação das provas; gg) não comparecer ao local de aplicação das provas; gh) não comparecer ao local de aplicação das provas; gi) não comparecer ao local de aplicação das provas; gj) não comparecer ao local de aplicação das provas; gk) não comparecer ao local de aplicação das provas; gl) não comparecer ao local de aplicação das provas; gm) não comparecer ao local de aplicação das provas; gn) não comparecer ao local de aplicação das provas; go) não comparecer ao local de aplicação das provas; gp) não comparecer ao local de aplicação das provas; gq) não comparecer ao local de aplicação das provas; gr) não comparecer ao local de aplicação das provas; gs) não comparecer ao local de aplicação das provas; gt) não comparecer ao local de aplicação das provas; gu) não comparecer ao local de aplicação das provas; gv) não comparecer ao local de aplicação das provas; gw) não comparecer ao local de aplicação das provas; gx) não comparecer ao local de aplicação das provas; gy) não comparecer ao local de aplicação das provas; gz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ha) não comparecer ao local de aplicação das provas; hb) não comparecer ao local de aplicação das provas; hc) não comparecer ao local de aplicação das provas; hd) não comparecer ao local de aplicação das provas; he) não comparecer ao local de aplicação das provas; hf) não comparecer ao local de aplicação das provas; hg) não comparecer ao local de aplicação das provas; hh) não comparecer ao local de aplicação das provas; hi) não comparecer ao local de aplicação das provas; hj) não comparecer ao local de aplicação das provas; hk) não comparecer ao local de aplicação das provas; hl) não comparecer ao local de aplicação das provas; hm) não comparecer ao local de aplicação das provas; hn) não comparecer ao local de aplicação das provas; ho) não comparecer ao local de aplicação das provas; hp) não comparecer ao local de aplicação das provas; hq) não comparecer ao local de aplicação das provas; hr) não comparecer ao local de aplicação das provas; hs) não comparecer ao local de aplicação das provas; ht) não comparecer ao local de aplicação das provas; hu) não comparecer ao local de aplicação das provas; hv) não comparecer ao local de aplicação das provas; hw) não comparecer ao local de aplicação das provas; hx) não comparecer ao local de aplicação das provas; hy) não comparecer ao local de aplicação das provas; hz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ia) não comparecer ao local de aplicação das provas; ib) não comparecer ao local de aplicação das provas; ic) não comparecer ao local de aplicação das provas; id) não comparecer ao local de aplicação das provas; ie) não comparecer ao local de aplicação das provas; if) não comparecer ao local de aplicação das provas; ig) não comparecer ao local de aplicação das provas; ih) não comparecer ao local de aplicação das provas; ii) não comparecer ao local de aplicação das provas; ij) não comparecer ao local de aplicação das provas; ik) não comparecer ao local de aplicação das provas; il) não comparecer ao local de aplicação das provas; im) não comparecer ao local de aplicação das provas; in) não comparecer ao local de aplicação das provas; io) não comparecer ao local de aplicação das provas; ip) não comparecer ao local de aplicação das provas; iq) não comparecer ao local de aplicação das provas; ir) não comparecer ao local de aplicação das provas; is) não comparecer ao local de aplicação das provas; it) não comparecer ao local de aplicação das provas; iu) não comparecer ao local de aplicação das provas; iv) não comparecer ao local de aplicação das provas; iw) não comparecer ao local de aplicação das provas; ix) não comparecer ao local de aplicação das provas; iy) não comparecer ao local de aplicação das provas; iz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ja) não comparecer ao local de aplicação das provas; jb) não comparecer ao local de aplicação das provas; jc) não comparecer ao local de aplicação das provas; jd) não comparecer ao local de aplicação das provas; je) não comparecer ao local de aplicação das provas; jf) não comparecer ao local de aplicação das provas; jg) não comparecer ao local de aplicação das provas; jh) não comparecer ao local de aplicação das provas; ji) não comparecer ao local de aplicação das provas; jj) não comparecer ao local de aplicação das provas; jk) não comparecer ao local de aplicação das provas; jl) não comparecer ao local de aplicação das provas; jm) não comparecer ao local de aplicação das provas; jn) não comparecer ao local de aplicação das provas; jo) não comparecer ao local de aplicação das provas; jp) não comparecer ao local de aplicação das provas; jq) não comparecer ao local de aplicação das provas; jr) não comparecer ao local de aplicação das provas; js) não comparecer ao local de aplicação das provas; jt) não comparecer ao local de aplicação das provas; ju) não comparecer ao local de aplicação das provas; jv) não comparecer ao local de aplicação das provas; jw) não comparecer ao local de aplicação das provas; jx) não comparecer ao local de aplicação das provas; jy) não comparecer ao local de aplicação das provas; jz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ka) não comparecer ao local de aplicação das provas; kb) não comparecer ao local de aplicação das provas; kc) não comparecer ao local de aplicação das provas; kd) não comparecer ao local de aplicação das provas; ke) não comparecer ao local de aplicação das provas; kf) não comparecer ao local de aplicação das provas; kg) não comparecer ao local de aplicação das provas; kh) não comparecer ao local de aplicação das provas; ki) não comparecer ao local de aplicação das provas; kj) não comparecer ao local de aplicação das provas; kl) não comparecer ao local de aplicação das provas; km) não comparecer ao local de aplicação das provas; kn) não comparecer ao local de aplicação das provas; ko) não comparecer ao local de aplicação das provas; kp) não comparecer ao local de aplicação das provas; kq) não comparecer ao local de aplicação das provas; kr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ks) não comparecer ao local de aplicação das provas; kt) não comparecer ao local de aplicação das provas; ku) não comparecer ao local de aplicação das provas; kv) não comparecer ao local de aplicação das provas; kw) não comparecer ao local de aplicação das provas; kx) não comparecer ao local de aplicação das provas; ky) não comparecer ao local de aplicação das provas; kz) não comparecer ao local de aplicação das provas; la) não comparecer ao local de aplicação das provas; lb) não comparecer ao local de aplicação das provas; lc) não comparecer ao local de aplicação das provas; ld) não comparecer ao local de aplicação das provas; le) não comparecer ao local de aplicação das provas; lf) não comparecer ao local de aplicação das provas; lg) não comparecer ao local de aplicação das provas; lh) não comparecer ao local de aplicação das provas; li) não comparecer ao local de aplicação das provas; lj) não comparecer ao local de aplicação das provas; lk) não comparecer ao local de aplicação das provas; ll) não comparecer ao local de aplicação das provas; lm) não comparecer ao local de aplicação das provas; ln) não comparecer ao local de aplicação das provas; lo) não comparecer ao local de aplicação das provas; lp) não comparecer ao local de aplicação das provas; lq) não comparecer ao local de aplicação das provas; lr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ls) não comparecer ao local de aplicação das provas; lt) não comparecer ao local de aplicação das provas; lu) não comparecer ao local de aplicação das provas; lv) não comparecer ao local de aplicação das provas; lw) não comparecer ao local de aplicação das provas; lx) não comparecer ao local de aplicação das provas; ly) não comparecer ao local de aplicação das provas; lz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ma) não comparecer ao local de aplicação das provas; mb) não comparecer ao local de aplicação das provas; mc) não comparecer ao local de aplicação das provas; md) não comparecer ao local de aplicação das provas; me) não comparecer ao local de aplicação das provas; mf) não comparecer ao local de aplicação das provas; mg) não comparecer ao local de aplicação das provas; mh) não comparecer ao local de aplicação das provas; mi) não comparecer ao local de aplicação das provas; mj) não comparecer ao local de aplicação das provas; mk) não comparecer ao local de aplicação das provas; ml) não comparecer ao local de aplicação das provas; mn) não comparecer ao local de aplicação das provas; mo) não comparecer ao local de aplicação das provas; mp) não comparecer ao local de aplicação das provas; mq) não comparecer ao local de aplicação das provas; mr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ms) não comparecer ao local de aplicação das provas; mt) não comparecer ao local de aplicação das provas; mu) não comparecer ao local de aplicação das provas; mv) não comparecer ao local de aplicação das provas; mw) não comparecer ao local de aplicação das provas; mx) não comparecer ao local de aplicação das provas; my) não comparecer ao local de aplicação das provas; mz) não comparecer ao local de aplicação das provas; na) não comparecer ao local de aplicação das provas; nb) não comparecer ao local de aplicação das provas; nc) não comparecer ao local de aplicação das provas; nd) não comparecer ao local de aplicação das provas; ne) não comparecer ao local de aplicação das provas; nf) não comparecer ao local de aplicação das provas; ng) não comparecer ao local de aplicação das provas; nh) não comparecer ao local de aplicação das provas; ni) não comparecer ao local de aplicação das provas; nj) não comparecer ao local de aplicação das provas; nk) não comparecer ao local de aplicação das provas; nl) não comparecer ao local de aplicação das provas; nm) não comparecer ao local de aplicação das provas; no) não comparecer ao local de aplicação das provas; np) não comparecer ao local de aplicação das provas; nq) não comparecer ao local de aplicação das provas; nr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ns) não comparecer ao local de aplicação das provas; nt) não comparecer ao local de aplicação das provas; nu) não comparecer ao local de aplicação das provas; nv) não comparecer ao local de aplicação das provas; nw) não comparecer ao local de aplicação das provas; nx) não comparecer ao local de aplicação das provas; ny) não comparecer ao local de aplicação das provas; nz) não comparecer ao local de aplicação das provas; oa) não comparecer ao local de aplicação das provas; ob) não comparecer ao local de aplicação das provas; oc) não comparecer ao local de aplicação das provas; od) não comparecer ao local de aplicação das provas; oe) não comparecer ao local de aplicação das provas; of) não comparecer ao local de aplicação das provas; og) não comparecer ao local de aplicação das provas; oh) não comparecer ao local de aplicação das provas; oi) não comparecer ao local de aplicação das provas; oj) não comparecer ao local de aplicação das provas; ok) não comparecer ao local de aplicação das provas; ol) não comparecer ao local de aplicação das provas; om) não comparecer ao local de aplicação das provas; on) não comparecer ao local de aplicação das provas; oo) não comparecer ao local de aplicação das provas; op) não comparecer ao local de aplicação das provas; oq) não comparecer ao local de aplicação das provas; or) não comparecer ao local de aplicação das provas; os) não comparecer ao local de aplicação das provas; ot) não comparecer ao local de aplicação das provas; ou) não comparecer ao local de aplicação das provas; ov) não comparecer ao local de aplicação das provas; ow) não comparecer ao local de aplicação das provas; ox) não comparecer ao local de aplicação das provas; oy) não comparecer ao local de aplicação das provas; oz) não comparecer ao local de aplicação das provas; pa) não comparecer ao local de aplicação das provas; pb) não comparecer ao local de aplicação das provas; pc) não comparecer ao local de aplicação das provas; pd) não comparecer ao local de aplicação das provas; pe) não comparecer ao local de aplicação das provas; pf) não comparecer ao local de aplicação das provas; pg) não comparecer ao local de aplicação das provas; ph) não comparecer ao local de aplicação das provas; pi) não comparecer ao local de aplicação das provas; pj) não comparecer ao local de aplicação das provas; pk) não comparecer ao local de aplicação das provas; pl) não comparecer ao local de aplicação das provas; pm) não comparecer ao local de aplicação das provas; pn) não comparecer ao local de aplicação das provas; po) não comparecer ao local de aplicação das provas; pp) não comparecer ao local de aplicação das provas; pq) não comparecer ao local de aplicação das provas; pr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ps) não comparecer ao local de aplicação das provas; pt) não comparecer ao local de aplicação das provas; pu) não comparecer ao local de aplicação das provas; pv) não comparecer ao local de aplicação das provas; pw) não comparecer ao local de aplicação das provas; px) não comparecer ao local de aplicação das provas; py) não comparecer ao local de aplicação das provas; pz) não comparecer ao local de aplicação das provas; qa) não comparecer ao local de aplicação das provas; qb) não comparecer ao local de aplicação das provas; qc) não comparecer ao local de aplicação das provas; qd) não comparecer ao local de aplicação das provas; qe) não comparecer ao local de aplicação das provas; qf) não comparecer ao local de aplicação das provas; qg) não comparecer ao local de aplicação das provas; qh) não comparecer ao local de aplicação das provas; qi) não comparecer ao local de aplicação das provas; qj) não comparecer ao local de aplicação das provas; qk) não comparecer ao local de aplicação das provas; ql) não comparecer ao local de aplicação das provas; qm) não comparecer ao local de aplicação das provas; qn) não comparecer ao local de aplicação das provas; qo) não comparecer ao local de aplicação das provas; qp) não comparecer ao local de aplicação das provas; qq) não comparecer ao local de aplicação das provas; qr) não comparecer ao local de aplicação das provas; qs) não comparecer ao local de aplicação das provas; qt) não comparecer ao local de aplicação das provas; qu) não comparecer ao local de aplicação das provas; qv) não comparecer ao local de aplicação das provas; qw) não comparecer ao local de aplicação das provas; qx) não comparecer ao local de aplicação das provas; qy) não comparecer ao local de aplicação das provas; qz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ra) não comparecer ao local de aplicação das provas; rb) não comparecer ao local de aplicação das provas; rc) não comparecer ao local de aplicação das provas; rd) não comparecer ao local de aplicação das provas; re) não comparecer ao local de aplicação das provas; rf) não comparecer ao local de aplicação das provas; rg) não comparecer ao local de aplicação das provas; rh) não comparecer ao local de aplicação das provas; ri) não comparecer ao local de aplicação das provas; rj) não comparecer ao local de aplicação das provas; rk) não comparecer ao local de aplicação das provas; rl) não comparecer ao local de aplicação das provas; rm) não comparecer ao local de aplicação das provas; rn) não comparecer ao local de aplicação das provas; ro) não comparecer ao local de aplicação das provas; rp) não comparecer ao local de aplicação das provas; rq) não comparecer ao local de aplicação das provas; rr) não comparecer ao local de aplicação das provas; rs) não comparecer ao local de aplicação das provas; rt) não comparecer ao local de aplicação das provas; ru) não comparecer ao local de aplicação das provas; rv) não comparecer ao local de aplicação das provas; rw) não comparecer ao local de aplicação das provas; rx) não comparecer ao local de aplicação das provas; ry) não comparecer ao local de aplicação das provas; rz) não comparecer ao local de aplicação das provas; sa) não comparecer ao local de aplicação das provas; sb) não comparecer ao local de aplicação das provas; sc) não comparecer ao local de aplicação das provas; sd) não comparecer ao local de aplicação das provas; se) não comparecer ao local de aplicação das provas; sf) não comparecer ao local de aplicação das provas; sg) não comparecer ao local de aplicação das provas; sh) não comparecer ao local de aplicação das provas; si) não comparecer ao local de aplicação das provas; sj) não comparecer ao local de aplicação das provas; sk) não comparecer ao local de aplicação das provas; sl) não comparecer ao local de aplicação das provas; sm) não comparecer ao local de aplicação das provas; sn) não comparecer ao local de aplicação das provas; so) não comparecer ao local de aplicação das provas; sp) não comparecer ao local de aplicação das provas; sq) não comparecer ao local de aplicação das provas; sr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ss) não comparecer ao local de aplicação das provas; st) não comparecer ao local de aplicação das provas; su) não comparecer ao local de aplicação das provas; sv) não comparecer ao local de aplicação das provas; sw) não comparecer ao local de aplicação das provas; sx) não comparecer ao local de aplicação das provas; sy) não comparecer ao local de aplicação das provas; sz) não comparecer ao local de aplicação das provas; ta) não comparecer ao local de aplicação das provas; tb) não comparecer ao local de aplicação das provas; tc) não comparecer ao local de aplicação das provas; td) não comparecer ao local de aplicação das provas; te) não comparecer ao local de aplicação das provas; tf) não comparecer ao local de aplicação das provas; tg) não comparecer ao local de aplicação das provas; th) não comparecer ao local de aplicação das provas; ti) não comparecer ao local de aplicação das provas; tj) não comparecer ao local de aplicação das provas; tk) não comparecer ao local de aplicação das provas; tl) não comparecer ao local de aplicação das provas; tm) não comparecer ao local de aplicação das provas; tn) não comparecer ao local de aplicação das provas; to) não comparecer ao local de aplicação das provas; tp) não comparecer ao local de aplicação das provas; tq) não comparecer ao local de aplicação das provas; tr) não comparecer ao local de aplicação das provas; ts) não comparecer ao local de aplicação das provas; tt) não comparecer ao local de aplicação das provas; tu) não comparecer ao local

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE A:
JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:

_____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES:

- Somente serão analisados pela Banca Examinadora os recursos protocolados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas no Edital de Abertura.
- No caso de recurso às questões da prova escrita este deverá apresentar argumentação lógica e consistente, devendo, ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.

Anexo V
CRONOGRAMA

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	26/06/2015
Período de Inscrição com isenção da taxa de inscrição	30/06/2015 a 08/07/2015
Publicação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos	14/07/2015
Período de Inscrição	30/06/2015 a 30/07/2015
Último dia para pagamento do boleto bancário	31/07/2015
Publicação da relação das inscrições homologadas, divulgação dos locais para realização das provas objetivas e ensaamento	06/08/2015
Prazo para recurso quanto a homologação das inscrições	10 a 11/08/2015
Data Provável da Prova Objetiva	23/08/2015
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva no site www.institutoaberto.net.br	23/08/2015 às 20 horas.
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar e questões da prova escrita	24 e 25/08/2015
Publicação do resultado final da prova objetiva, do gabarito oficial e convocação para prova de títulos	01/09/2015
Recebimento de recurso contra o edital de divulgação das notas da prova escrita	02 e 03/09/2015
Data Provável da Prova de Títulos	05/09/2015
Publicação do resultado final da prova de títulos	09/09/2015
Recebimento de recurso contra a publicação do resultado final da prova de títulos	10 a 11/09/2015
Homologação do resultado final	15/09/2015

CI-1152717-E15

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL
1ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.801-900 - Fone: (45) 3228-3376 - E-mail: cartorio1varacivel@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S): FERNANDA VANZELA SAMPAIO, com prazo de 30 (trinta) dias.

O DOUTOR PEDRO IVO LINS MOREIRA, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI etc.

FIAZI SIABEIRI a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, principalmente do(s) executado(s) **FERNANDA VANZELA SAMPAIO** que por este Juízo e Cartório se processam aos termos dos autos de EXECUÇÃO sob nº 0019116-59.2010.8.16.0021 (1517/2010) em que **CONDÔMÍNIO VOLUNTÁRIO DO CASCAVEL JIL SHOPPING CENTER** move contra **EXFOLIAÇÃO**, tem o presente a finalidade de **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **FERNANDA VANZELA SAMPAIO** e **MARIA TEREZINHIA SKITTBERG**, ora em lugar incerto e não sabido, para pagar a quantia reclamada na inicial no prazo de três (03) dias, sob pena de penhora, ou sob embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Se necessário, penhorarem-se os bens indicados pelo exequente. Honorários do advogado fixado em 10% (dez por cento) no valor da causa, os quais serão devidos por metade em caso de pronto pagamento. Adverte-se o executado de que, reconheça o débito poderá pedir o parcelamento da dívida na forma do art. 745-A CPC (No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento ao mês), débito proveniente de Instrumento particular de confissão de dívida e outros. **DESPACHO DE FL. 136/138**. Escusado o prazo da citação edilícia, se a parte executada comprovar pagamento, parcelamento, nomear bens) à penhora, oferecer garantia ou interpor petição impugnando o título executivo, nos moldes legais, remetam-se os autos à parte exequente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, Cascavel, 27 de Fevereiro de 2015. (a) Pedro Ivo Lins Moreira JUIZ DE DIREITO. Em virtude do que mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume no Atrio do Fórum e publicado na forma da lei **DADO E PASSADO**, nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 5 de Maio de 2015. Eu Anderson Clever Bertel Estagiário de Direito da Primeira Vara Cível, que digitei e subscrevi.

Vanusa Garcia dos Santos
VANUSA GARCIA DOS SANTOS
FUNCIONÁRIA JURAMENTADA
PORTARIA Nº 93/2014

CI1152709-E15

Município de Lindoeste
E-mail: pm.lindoeste@serto.com.br
AV. MARCHEL RONDON, S/N - TELEFONE (45) 3237-8000
CEP 88826-000 LINDOESTE PARANÁ
CNPJ 08.831.915/0001-92

PORTARIA Nº 081 /2015
Data: 22/06/2015

SÚMULA: Designa Diretora de Escola Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lindoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei e Cargos de Salários do Magistério Municipal Lei 280/2003,

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a Servidora Municipal Sª **Denise Fiorezzi**, portadora do RG nº 6.224.269-4 e inscrita no CPF nº 880.448.669-49, ocupante do cargo de Professora de 1º a 4ª Séries, para exercer a função de Diretora Escolar da Escola Municipal José Linhares podendo assinar toda a documentação necessária ao desempenho da função

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LINDOESTE,
AOS 22 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

CI1152721-E15

PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: REFORNADORA DE ONIBUS BELO HORIZONTE LTDA.	CONTRATO Nº 77/2015 OBJETO: REFORMA DO ONIBUS DIPLOMATA 330. VALOR: R\$ 41.853,24 DATA DA ASSINATURA: 25.05.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: COMPASSO OBRAS E SERVIÇOS LTDA.	CONTRATO Nº 78/2015 OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO COM ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, COBERTURA EM TELHAS DE FIBROcimento, COM FECHAMENTO EM ALVENARIA E ALAMBRAO METÁLICO PARA CAMEL DE ANIMAIS E UM BARRACÃO COM ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, COBERTURA EM TELHAS DE FIBROcimento, COM FECHAMENTO EM ALVENARIA E ALAMBRAO METÁLICO PARA CAMEL DE ANIMAIS DO LOTE 01 VALOR: R\$ 192.580,78 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: CONSTRUTORA ALTA LTDA.	CONTRATO Nº 79/2015 OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO COM ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, COBERTURA EM TELHAS DE FIBROcimento, COM FECHAMENTO EM ALVENARIA E ALAMBRAO METÁLICO PARA CAMEL DE ANIMAIS E UM BARRACÃO COM ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, COBERTURA EM TELHAS DE FIBROcimento, COM FECHAMENTO EM ALVENARIA E ALAMBRAO METÁLICO PARA COLETA DE RECLAMADOS, DO LOTE 02 VALOR: R\$ 268.996,35 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: COLPANI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	CONTRATO Nº 80/2015 OBJETO: EXECUÇÃO DE MELHORIAS NA COBERTURA DA ESCOLA SEMIRAMOS DE BARROS BRAGA, COM REMOÇÃO DE TELHAS CERÂMICA, RIPAMENTO, CALHAS E RUFOS E COLOCAÇÃO DE TELHAS DE CERÂMICA COLONIAL, CUMBEIRA, BUFO, ALGEROZ E TUBO DE ESGOTO VALOR: R\$ 72.135,91 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: SOLUÇÃO INOV COMÉRCIO MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	CONTRATO Nº 81/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 1.780,60 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: VINICIUS CHAVES DOS SANTOS	CONTRATO Nº 82/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 1.752,80 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: K. C. R. S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP.	CONTRATO Nº 83/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 2.480,60 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: SEVEN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CONTRATO Nº 84/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 24.934,40 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: MOISES MAMERSKI - EPP	CONTRATO Nº 85/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 4.969,95 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: TINA ASSASSORIA EM PREGÕES ELETRÔNICOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI	CONTRATO Nº 86/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 2.559,85 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: UTILARE IMPORTAÇÃO LTDA	CONTRATO Nº 87/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 4.044,15 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP	CONTRATO Nº 88/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 2.890,00 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: EMPÓRIO FALOSKI LTDA.	CONTRATO Nº 89/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO. VALOR: R\$ 2.127,76 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: M F R BERTOL - ME	CONTRATO Nº 90/2015 OBJETO: PRESTAÇÃO E SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS PUBLICADA NO JORNAL O PARANÁ DE 07 DE DEZEMBRO DE 2013. VALOR: R\$ 180.000,00 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: M F R BERTOL - ME	CONTRATO Nº 90/2015 OBJETO: PRESTAÇÃO E SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS PUBLICADA NO JORNAL O PARANÁ DE 07 DE DEZEMBRO DE 2013. VALOR: R\$ 180.000,00 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: C A SOUZA FILHO & CIA LTDA.	CONTRATO Nº 91/2015 OBJETO: A PRESTAÇÃO E SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS PUBLICADA NO JORNAL O PARANÁ DE 07 DE DEZEMBRO DE 2013. VALOR: R\$ 200.000,00 DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: DIGITALDOC SOFTWARE	CONTRATO Nº 92/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO EM MEIOS ELETRÔNICOS, DE DOCUMENTOS, COM VISTAS AO TREINAMENTO DE SERVIDORES MUNICIPAIS PARA A DIGITAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR. VALOR: R\$ 7.440,00 DATA DA ASSINATURA: 03.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: NEDILUCIA MACHADO.	CONTRATO Nº 93/2015 OBJETO: APRESENTAÇÃO DE MÚSICA AO VIVO PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, DO SÍTIO À RUA MINAS GERAIS Nº 1159, BARRIO NAZARÉ E NO CENTRO DA COMUNIDADE CATÓLICA DO BARRIO NAZARÉ. VALOR: R\$ 2.700,00 DATA DA ASSINATURA: 03.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: CARMO LUIS PAULI	CONTRATO Nº 94/2015 OBJETO: APRESENTAÇÃO DE MÚSICA AO VIVO PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, DO SÍTIO À RUA MINAS GERAIS Nº 1159, BARRIO NAZARÉ E NO CENTRO DA COMUNIDADE CATÓLICA DO BARRIO NAZARÉ. VALOR: R\$ 3.700,00 DATA DA ASSINATURA: 03.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: MARIA EDUARDA RIBEIRO.	CONTRATO Nº 95/2015 OBJETO: APRESENTAÇÃO DE MÚSICA AO VIVO PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, DO SÍTIO À RUA MINAS GERAIS Nº 1159, BARRIO NAZARÉ E NO CENTRO DA COMUNIDADE CATÓLICA DO BARRIO NAZARÉ. VALOR: R\$ 1.600,00 DATA DA ASSINATURA: 03.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: IRACI ARRUDA DA SILVA.	CONTRATO Nº 96/2015 OBJETO: APRESENTAÇÃO DE MÚSICA AO VIVO PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, DO SÍTIO À RUA MINAS GERAIS Nº 1159, BARRIO NAZARÉ E NO CENTRO DA COMUNIDADE CATÓLICA DO BARRIO NAZARÉ. VALOR: R\$ 2.800,00 DATA DA ASSINATURA: 03.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: LUIZ FELIPE GASPARETTO.	CONTRATO Nº 97/2015 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIROS PARA MINISTRAR CURSO PRÁTICO PARA AULAS DE GAITA, NO ESPAÇO CULTURAL DENOMINADO CPC ARANDURÁ. VALOR: R\$ 11.000,00 DATA DA ASSINATURA: 09.06.2015
PREFEITURA DE MEDIANEIRA CONTRATADA: VR EVENTOS LTDA	CONTRATO Nº 98/2015 OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIROS PARA MINISTRAR CURSO PRÁTICO PARA AULAS DE VIOLÃO, NO ESPAÇO CULTURAL DENOMINADO CPC ARANDURÁ. VALOR: R\$ 19.800,00 DATA DA ASSINATURA: 09.06.2015

PREFEITURA DE MEDIANEIRA
CONTRATADA: ITAU UNIBANCO S.A.

CONTRATO Nº 99/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA COM AGÊNCIA EM MEDIANEIRA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, NECESSÁRIOS AO PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS (ESTATUTÁRIOS, CELESTISTAS, CONTRATADOS, COMISSIONADOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E PRESTADORES DE SERVIÇOS), VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA.
VALOR: R\$ 1.200.000,00
DATA DA ASSINATURA: 10.06.2015

CI1152749-E185

DECRETO Nº 160/2015
DATA: 25/06/2015
SUMULA: CRIA A COMISSÃO DE FARMÁCIA TERAPÉUTICA - CFT E NOMEIA MEMBROS EFETIVOS E CONSULTIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e definem as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1555/GM/MS, de 30 de Julho de 2013, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Deliberação nº 33/CIB-PR, de 10 de Março de 2015, que define o elenco estadual de referência de medicamentos e insumos complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 1/GM/MS, de 2 de Janeiro de 2015, que estabelece a 9ª edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2014;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que tem os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face à multiplicidade de alternativas existentes na atualidade; e

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação coordenação de ações entre os profissionais de saúde:

DECRETA

Artigo 1º - Fica criada a comissão de Farmácia Terapêutica da Secretaria Municipal de Capitão Leônidas Marques.

Artigo 2º - A comissão de Farmácia Terapêutica será regida nos termos deste Decreto.

Artigo 3º - A comissão de Farmácia Terapêutica da Secretaria Municipal de Capitão Leônidas Marques é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Artigo 4º - São atribuições da comissão Farmácia Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques:

- Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;
- Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação nacional de medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nesta relação;
- Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do componente básico de Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município;
- Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;
- Fornecer informações sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;
- Fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida a equipe de saúde.
- Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Artigo 5º - A comissão de Farmácia Terapêutica de Capitão Leônidas Marques é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por profissionais de saúde servidores da Secretaria Municipal de Saúde (minimamente por farmacêutico, médicos, odontólogos e enfermeiros).

Artigo 6º - Os membros da Comissão de Farmácia Terapêutica poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º - Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão;

§2º - Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Artigo 7º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que o primeiro da lista exercerá a função de presidente da Comissão.

- Pablo Rodrigo Batista Nunes (Farmacêutico);
- Renata Soares da Silva (Farmacêutica);
- Ivone Elsenbach Bortolace (enfermeira);
- Arthur Paiva Araújo (Médico);
- Ivan Trevisan (Odontólogo);
- Diva Ester Bortolone Calegari (Psicóloga);

Artigo 8º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia Terapêutica na qualidade de membros consultivos:

- Sergio Centola (Médico);
- Fátima Aurora Martha Miyahira (Nutricionista);
- Silvane Dallabrida (enfermeira);
- Bruno Miyahira (Médico obstetra/ginecologista);
- Roger L. Bergamin (Odontólogo).

Artigo 9º - Considerando-se o relevante interesse público relativo à Comissão de Farmácia Terapêutica e inércia das atribuições dos membros as atividade do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração ou gratificação pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia Terapêutica.

Artigo 10º - As resoluções e outros deliberativos da Comissão de Farmácia Terapêutica têm caráter normativo e devem ser publicadas, depois homologadas pela Secretaria de Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.

Artigo 11º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques/PR, 25 de junho de 2015

CI1152730-E15
IVAR GAREIA
Prefeito Municipal

PODER JUDICIÁRIO
2º Tabelionato de Protesto de Títulos
COMARCA DE CASCAVEL - PARANÁ
Ivan Possamai
OFICIAL TITULAR
Ivan Possamai Junior
OFICIAL SUBSTITUTO
Geneci Dallagnol Possamai - Marisa Weis Rocha
ESCREVENTES
112
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Encontram-se neste Ofício para protesto os títulos abaixo discriminados de responsabilidade dos devedores a seguir relacionados: O valor do título está expresso em FAIXA conforme Lei 13.611/02, item I Tab. XV.

Rua Souza Naves, 3600 - sala 04 - Fone/Fax: (45) 3225-2144 - Comarca de Cascavel - PR
ANELISE STEIN, C.P.F. 032.724.259-00 R CUIABA 565 APTO 75 BL C
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20346
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 75 C 002005 Vcto: 10/06/2015 Valor faixa: A
Favorecido: CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA Portador : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

ANTONIO PADILHA C.P.F. 329.262.279-49 RUA DAVID MASCARELLO 247
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20360
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 84452 Vcto: 15/05/2015 Valor faixa: A Favorecido:
NELSON PADOVANI & CIA LTDA Portador : BANCO COOPERATIVO SICREDI SA Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

CLAUDIR SILVA MENDES (CASA DO CHURRASCO C.P.F. 015.570.409-58 R CARLOS GOMES
609 Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20340 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 28935-004 Vcto: 10/06/2015 Valor
faixa: A Favorecido: CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA Portador : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

CONSTRUTORA ENGENARO LTDA ME C.N.P.J. 18.590.718/0001-40 RUA JACARANDA 84
N.34 Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20485 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 0082121/2 Vcto: 18/06/2015 Valor
faixa: B Favorecido: PARANA BANCO S A Portador : BANCO ITAU UNIBANCO SA Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

DANIELA VOLPE DE CASTRO C.P.F. 042.585.669-54 R GUARAPUAVA CASA 1 37
Santa Tereza do Oeste PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20358 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 177 Vcto: 20/05/2015 Valor faixa: A
Favorecido: CCILA VANGUARDIA PR/SP/RJ Portador : BANCO COOPERATIVO SICREDI SA
Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

DELGADOX REPRES. COMERCIAIS EPP C.N.P.J. 13.847.507/0001-27 RUA LONDRINA,
2468,2468 Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20429 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 0000145181 Vcto: 13/04/2015 Valor
faixa: A Favorecido: EXPRESSO MARINGÁ TRANSPORTES LTDA Portador : HSBK BANK
BRASIL SA BANCO MULTIPLO Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

E V DA SILVA COMERCIO ME C.N.P.J. 07.587.020/0001-50 AV MARCHAL LOTT 500
Catelândia PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20364
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 154756/0203 Vcto: 26/03/2015 Valor faixa: A
Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS LTDA Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

E.R. LOPES EIRELI C.N.P.J. 08.272.089/0001-57 AV BRASIL, 6320 Cascavel PR DP DE
FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20422 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 5907204 Vcto: 15/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: MCS
TEXTIL LTDA Portador : HSBK BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Motivo : POR
FALTA DE PAGAMENTO

ISRAEL NUNES LORENA C.P.F. 616.295.819-72 R EUCLIDES DA CUNHA 2250 S a
Miguel do Iguaçu PR CERTIDAO DE DIVIDA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20372
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: SN Vcto: 10/03/2015 Valor faixa: F Favorecido:
CRISTIANE RIBEIRO DA SILVA MORATELLI Portador : CRISTIANE RIBEIRO DA SILVA
MORATELLI Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

J E MOREIRA DA SILVA MATERIAIS ME C.N.P.J. 15.122.885/0001-79 R JANIO QUA DRO 88
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20365
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 146671/0203 Vcto: 26/09/2014 Valor faixa: A
Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS LTDA Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

J F DOS SANTOS - ME C.N.P.J. 22.052.472/0001-20 RUA CUIABA, 5553
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20434
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 586901-4 Vcto: 04/06/2015 Valor faixa: A Favorecido:
JLCOG Portador : BANCO BRADESCO SA Motivo : POR FALTA DE PAGAMENTO

JULIO CEZAR HURTIAH PEREIRA C.P.F. 010.078.679-06 R ESTOCOLMO 230

todos os fins de direito, de acordo com o Código de Normas, item 12.5.10 a 12.5.14, e ao mesmo o científico de que se não for atendido no prazo legal, serão lavrados os respectivos instrumentos de protesto. Afixado em: 27/06/2015 Cascavel, 26 de Junho de 2015.



Município de Braganey
A Estrela do Oeste do Paraná
Av. Arthur Pereira, 960 - Centro - Braganey/PR - CEP 85.430-000 - Fone/Fax: (45) 3245-1235
E-mail: adm@braganey.pr.gov.br - CNPJ 78.121.902/0001-73

CI1152752-E15

FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

ROSELI CORREIRA DE SOUZA C.P.F. 005.123.329-08 RUA RIO TIBAGI, 543
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20460 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 9041-10 Vcto: 15/06/2015 Valor
faixa: A Favorecido: ANGEHEM CIA LTDA Portador : BANCO ITAU UNIBANCO S.A.
Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

TRANSPORTES JEVICRIS LTDA-EPP C.N.P.J. 03.285.484/0001-50 AV 15 DE NOVEMBRO
55 SL 63 - Erechim RS DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/
2015 - Apontamento: 20368 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 154296/
0303 Vcto: 07/04/2015 Valor faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador :
ICAVEL VEICULOS LTDA Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

V C DE OLIVEIRA ME C.N.P.J. 11.093.271/0001-55 R LUIZ CAIRO 417
Toledo PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20370 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 154313/0101 Vcto: 06/
03/2015 Valor faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS
LTDA Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

V C DE OLIVEIRA ME C.N.P.J. 11.093.271/0001-55 R LUIZ CAIRO 417
Toledo PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20369 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 152055/0303 Vcto: 13/
02/2015 Valor faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS
LTDA Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

ZENERALDO ESSER C.P.F. 897.168.499-87 R.ARYRTON ROXO 341 Ribeirão Preto SP
CERTIDAO DE DIVIDA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20372 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 0.914.774/2015 Vcto: 31/03/2015 Valor faixa: L
Favorecido: VOLNEI BAVARESCO Portador : VOLNEI BAVARESCO Motivo
POR FALTA DE PAGAMENTO

Por não ter sido possível encontrar os respectivos responsáveis, pelo presente os intimo para todos os fins de direito, de acordo com o Código de Normas, item 12.5.10 a 12.5.14 e ao mesmo o científico de que se não for atendido no prazo legal, serão lavrados os respectivos instrumentos de protesto. Afixado em: 27/06/2015 Cascavel, 26 de Junho de 2015.

CI1152750-E15

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE ANULAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015
CONSIDERANDO o processo licitatório na modalidade Tomada do Preço sob nº 032/2015, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de mudança e serviços de desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado da Casa Abílio Marinho Jesus Unidada II, neste Município de Toledo, contida no Edital nº 525 de 10/08/2014, MDS, CONSIDERANDO a data de convocação do objeto prevista para 15 de junho de 2015, CONSIDERANDO que o edital de classificação foi publicado no Diário Oficial da União em 09 de junho de 2015, apresentando propostas, submetidas as propostas apresentadas pelos proponentes CONSIDERANDO que não houve tempo hábil para formalização e contratação em face do embargo da praxe para a realização do ato processado para execução do objeto CONSIDERANDO Parecer Jurídico (nº 186) veiculado no processo licitatório, CONSIDERANDO Despacho do Secretário de Administração (nº 189) veiculado no processo licitatório, DURANTE ANÁLISE O CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015, não tem caráter legal no art. 49 da Lei 8.666/93 e na Súmula nº 473, do STJ. Desta forma, ciência aos interessados para todos os efeitos legais, GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2015. LUIS ADRIANO FERRETO RIFTO LUMINI PACINUSSATT - PRFFITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

CI1152753-E15

Município de Braganey
A Estrela do Oeste do Paraná
Av. Arthur Pereira, 960 - Centro - Braganey/PR - CEP 85.430-000 - Fone/Fax: (45) 3245-1235
E-mail: adm@braganey.pr.gov.br - CNPJ 78.121.902/0001-73

CI1152732-e15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Cascavel - Estado do Paraná
1º Tabelionato de Protesto de Títulos
Rua Souza Naves, 3983 - Sala 1104 - Fone: (45) 3225-2144 - Centro Comercial Lince

EDITAL DE INTIMAÇÃO.
Encontra-se neste Ofício para protesto os títulos abaixo discriminados de responsabilidade dos devedores a seguir relacionados.
O valor do título está expresso em FAIXA conforme Lei 13.611/02, item I Tab. XV.

ADAIR BUENO DA ROCHA C.P.F. 706.457.799-20 R.TOPIAZO 154 DP DE FATURA P/
INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20332 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 000111 Vcto: 11/06/2015 Valor faixa: A Favorecido:
ANDRADE & OLEGINI LTDA ME Portador : CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A Motivo
: POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

ANA PAULA DIEDRICH ME C.N.P.J. 21.526.585/0001-58 RECIFE, 1469
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20429 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 00038027/B Vcto: 19/06/
2015 Valor faixa: B Favorecido: FIXOVED FIXACAO E VEDACAO LTDA Portador : HSBK
BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Motivo: POR FALTA DE DEVOLUCAO E
PAGAMENTO

CARLOS ROBERTO COSTA DE CARVALHO C.P.F. 298.076.701-87 RUA PADRE
RICARDO, 234, APARTAMENTO Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA
Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20376 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero:
2127 Vcto: 10/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: COOPERATIVA CRED LIVRE ADMIS
CASCAVEL REGIAO Portador : BANCO DO BRASIL S/A Motivo : POR FALTA DE
DEVOLUCAO E PAGAMENTO

CELSO ESSER C.P.F. 336.518.509-78 R.MARECHAL LOTT 28 Catelândia PR
CERTIDAO DE DIVIDA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20372 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 0.914.774/2015 Vcto: 31/03/2015 Valor faixa: L Favorecido:
VOLNEI BAVARESCO Portador : VOLNEI BAVARESCO Motivo : POR FALTA DE
PAGAMENTO

CELSSO ESSER & CIA LTDA-ME C.N.P.J. 00.092.418/0001-76 R.MARECHAL LOTT 28 ARTE
MOVEIS Catelândia PR CERTIDAO DE DIVIDA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20372 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 0.914.774/2015 Vcto: 31/03/2015
Valor faixa: L Favorecido: VOLNEI BAVARESCO Portador : VOLNEI BAVARESCO Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

EV DA SILVA COMERCIO C.N.P.J. 07.587.020/0001-50 AV.MAL LOTT 500 DP DE
FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20363
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 154756/0303 Vcto: 25/04/2015 Valor faixa: A
Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS LTDA Motivo
: POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

FABRÍCIO ANTUNES C.P.F. 051.571.769-02 R.BENTO DOS SANTOS BORETO 764
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20346 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 71 C 003002 Vcto: 10/06/2015 Valor
faixa: A Favorecido: CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA Portador : CAIXA ECONOMICA
FEDERAL S/A Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

FELIPE E SCHONWALD LTDA-ME C.N.P.J. 19.421.366/0001-62 RUA GUARNIANI, 124
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20382 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: AOB-6917/1 Vcto: 17/06/
2015 Valor faixa: A Favorecido: FUSION DIESEL SERVICOS LTDA - ME Portador : BANCO
DO BRASIL S/A Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

J E MOREIRA DA SILVA MATERIAIS ME C.N.P.J. 15.122.885/0001-79 R.JANIO QUADROS 88
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20365 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 148054/0101 Vcto: 26/09/
2014 Valor faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS
LTDA Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

J E MOREIRA DA SILVA MATERIAIS ME C.N.P.J. 15.122.885/0001-79 R.JANIO QUADROS 88
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20364 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 146671/0303 Vcto: 26/09/
2014 Valor faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS
LTDA Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

J F DOS SANTOS - ME C.N.P.J. 22.052.472/0001-20 RUA CUIABA, 5553
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20461 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 73293-A Vcto: 11/06/
2015 Valor faixa: A Favorecido: CEGEMED DISTRIB PROD FARM LTDA Portador : BANCO

ITAU UNIBANCO S.A. Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

J F DOS SANTOS - ME C.N.P.J. 22.052.472/0001-20 RUA CUIABA, 5553 Cascavel
PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20434
Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 586901-4 Vcto: 11/06/2015 Valor faixa: A Favorecido:
JLCOG Portador : BANCO BRADESCO S/A Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E
PAGAMENTO

LEANDRO BELON C.P.F. 039.055.029-92 RUA FILOSOFIA 842 Cascavel PR DP DE
FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20399 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 541810 Vcto: 17/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: MASCOR
IMOVEIS LTDA Portador : BANCO DO BRASIL S/A Motivo : POR FALTA DE
DEVOLUCAO E PAGAMENTO

LEONARDO WRUBEL LIMA C.P.F. 020.859.069-23 RUA MARECHAL CANDIDO RONDON, 2018
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20358 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 22889 Vcto: 20/05/2015 Valor faixa: A
Favorecido: J SOBARA & CIA LTDA Portador : HSBK BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

LESEUX & CIA LTDA ME C.N.P.J. 80.319.361/0001-34 R SANTO CAMPAGNOLO 1567
Toledo PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20366 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 149149/0203 Vcto: 06/10/2014 Valor
faixa: A Favorecido: ICAVEL VEICULOS LTDA Portador : ICAVEL VEICULOS LTDA Motivo
: POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

LORENI DALUZ PASSER C.P.F. 839.579.609-91 R.AGRONOMIA 892 Cascavel PR DP DE
FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20341 Data do
apontamento: 25/06/2015 Numero: 21721007 Vcto: 10/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: VIP
SEG SEGURANCA LTDA Portador : CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A Motivo : POR
FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

LUANA GARCIA SIMULA C.P.F. 086.882.649-96 R.SIQUEIRA CAMPOS 804 APTO 1201 BL B
RES BOUNGAVIL Cascavel PR CERTIDAO DE DIVIDA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20371 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: S/N Vcto: 12/06/2015 Valor
faixa: A Favorecido: ROSANGELA STEINBACH Portador : ROSANGELA STEINBACH Motivo
: POR FALTA DE PAGAMENTO

MARIA LUCIA PEREIRA C.P.F. 052.493.449-50 R.CASTRO ALVES S/N S a n t a
Tereza do Oeste PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015
Apontamento: 20346 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 22889 Vcto: 20/05/2015 Valor faixa: A
Favorecido: CANABARRO & MORAES LTDA ME Portador : BANSICREDI Motivo: POR
FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

MATERPOL CONST. CIVIL E COM. C.N.P.J. 97.386.130/0001-46 RUA DOUTOR SANDINO ERASMO
DE AMORIM, 280 Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate:
30/06/2015 Apontamento: 20480 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 00001457 Vcto:
18/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: MRCI COM AQUECEDORES LTDA - ME Portador : BANCO
ITAU UNIBANCO S.A. Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

PRATA E D AGOSTINI TRANS E MINERADORA C.N.P.J. 03.616.734/0001-98 RUA MAJOR S DE
MATOS 691 593 CENTRO Guaiara PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA
Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento: 20398 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero:
553174 Vcto: 05/06/2015 Valor faixa: A Favorecido: NORDECA VEICULOS SA Portador : BANCO
DO BRASIL S/A Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

R.CHIAPETTI CENTRO DE ESTETICA C.N.P.J. 17.847.084/0001-04 R.MINAS GERAIS 2432
Cascavel PR DP DE FATURA POR INDICACAO JURIDICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20344 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: NF-E 53453 Vcto: 10/06/2015 Valor faixa:
A Favorecido: DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS DUARTE LTDA Portador : CAIXA ECONOMICA
FEDERAL S/A Motivo : POR FALTA DE DEVOLUCAO E PAGAMENTO

REINALDO JOSE ROCHA C.P.F. 603.676.609-20 AV. BRASIL 5281 LOJA REFINARIA
Cascavel PR DP DE FATURA P/ INDICACAO - FISICA Pagar ate: 30/06/2015 Apontamento:
20448 Data do apontamento: 25/06/2015 Numero: 96118125 Vcto: 10/06/2015 Valor faixa:
A Favorecido: BANCO SAFRA S/A Portador : BANCO BRADESCO S/A Motivo : POR

MUNICÍPIO DE CANDÓI
ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2015-PMC.

O Município de Candói, Estado do Paraná, por meio de seu pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Municipal nº 143/2014 e a Lei Complementar nº 123/2008 e 147/2014, torna público que se realizará às 09:00 horas do dia 09/07/2015, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida XV de Novembro, 1781, Bairro "Candói", Candói, Fone: (42) 3638-8000, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2015, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO e demais especificações contidas em edital.

O Edital e seus anexos deverão ser retirados no endereço eletrônico www.candoi.pr.gov.br ou na Prefeitura Municipal departamento de licitações.

Candói, 23 de junho de 2015.

Valdeir Teodoro Erico
Pregoeiro

CI1152751-E15

SINDICATO RURAL DE CATANDUVAS
CNPJ: 18.123.240-00
E-mail: gmlucass@catanduvas.com.br Fone/Fax: (45) 3224-1144
Avenida Paraná, 393 CEP: 85.470-000 Catanduvas - Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato Rural de Catanduvas, ao uso de suas atribuições e de conformidade com o Estatuto de Entidade e a Lei Vigente, convida os Associados para uma Assembleia Geral Ordinária no dia 02/07/2015, às 09:00 (Nove) horas, na Sede do Sindicato Rural de Catanduvas, cuja pauta do dia será a seguinte:

a) Leitura, discussão e votação do Balanço Patrimonial exercício 2014.
b) Diversos assuntos de interesse do Sindicato e seus associados.

Catanduvas, 25 de Junho de 2015.

Luiz Marciano
Presidente

CI1152753-E15

Município de Braganey
A Estrela do Oeste do Paraná
Av. Arthur Pereira, 960 - Centro - Braganey/PR - CEP 85.430-000 - Fone/Fax: (45) 3245-1235
E-mail: adm@braganey.pr.gov.br - CNPJ 78.121.902/0001-73

CI1152750-E15

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE ANULAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015
CONSIDERANDO o processo licitatório na modalidade Tomada do Preço sob nº 032/2015, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de mudança e serviços de desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado da Casa Abílio Marinho Jesus Unidada II, neste Município de Toledo, contida no Edital nº 525 de 10/08/2014, MDS, CONSIDERANDO a data de convocação do objeto prevista para 15 de junho de 2015, CONSIDERANDO que o edital de classificação foi publicado no Diário Oficial da União em 09 de junho de 2015, apresentando propostas, submetidas as propostas apresentadas pelos proponentes CONSIDERANDO que não houve tempo hábil para formalização e contratação em face do embargo da praxe para a realização do ato processado para execução do objeto CONSIDERANDO Parecer Jurídico (nº 186) veiculado no processo licitatório, CONSIDERANDO Despacho do Secretário de Administração (nº 189) veiculado no processo licitatório, DURANTE ANÁLISE O CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015, não tem caráter legal no art. 49 da Lei 8.666/93 e na Súmula nº 473, do STJ. Desta forma, ciência aos interessados para todos os efeitos legais, GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2015. LUIS ADRIANO FERRETO RIFTO LUMINI PACINUSSATT - PRFFITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

CI1152732-e15

SUMÁRIO (Organizar)

LISTA DE SIGLAS 09

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA 12

1.1 Os Primeiros Habitantes 12

1.2 Exploração, Ocupação e Colonização Local 12

1.3 Ciclos Econômicos 14

1.4 Aspectos Populacionais 14

1.5 Dados Geográficos 14

1.6 Prefeitos Municipais de Corbélia 15

1.6.1 Vereadores Municipais 16

1.7 Aspectos Culturais do Município de Corbélia 18

1.8 Feriados Municipais 18

1.9 Manifestações Populares e/ou Culturais 18

1.10 Veículos de Comunicação 19

1.11 Filmes Produzidos no Município de Corbélia 19

1.12 Grupos Culturais Existentes no Município 19

1.13 Símbolos do Município de Corbélia 19

2. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA 22

2.1 Relação das Escolas Rurais Municipais 24

3. PROPOSTA PEDAGÓGICA 30

3.1 Diretrizes 31

4. GESTÃO E FINANCIAMENTO 32

4.1 Gestão 32

4.1.1 Conselhos Municipais 32

4.1.2 Conselho Municipal de Educação 32

4.1.3 Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB 33

4.1.4 Conselho de Controle Social (bolsa família) 34

4.1.5 Conselho de Alimentação Escolar – CAE 35

4.1.6 Conselho Escolar 35

4.1.7 Associação de Pais e Mestres 36

4.2 Financiamento 36

4.2.1 Programa de Manutenção do Transporte Escolar 39

4.3 Objetivos e Metas 39

5. EDUCAÇÃO INFANTIL 43

5.1 Diagnóstico 46

5.2 Diretrizes 47

5.3 Objetivos e Metas 47

6. ENSINO FUNDAMENTAL 51

6.1 Diagnóstico 51

6.2 Diretrizes 57

6.3 Objetivos e Metas 57

7. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 66

7.1 Diagnóstico 66

7.2 Diretrizes 68

7.3 Objetivos e Metas 70

8. EDUCAÇÃO ESPECIAL 72

8.1 Diagnóstico 72

8.2 Diretrizes 75

8.3 Perfil do Aluno 78

8.4 Objetivos e Metas 79

9. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO 84

9.1 Diagnóstico 84

9.2 Diretrizes 90

9.3 Objetivos e Metas 91

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 95

REFERÊNCIAS 96

LISTA DE SIGLAS

AACD Associação de Assistência à Criança Defeituosa

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnica

ACICORB Associação Comercial e Industrial de Corbélia

AMOP Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APM Associação de Pais e Mestres

APMF Associação Pais, Mestres e Funcionários

APMI Associação de Proteção à Maternidade e Infância

CAE Conselho de Acompanhamento de Alimentação Escolar

CAEDA Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Auditiva

CEB Câmara da Educação Básica

CEE Conselho Estadual de Educação

CESVEL Centro de Estudos Supletivos de Cascavel

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

CME Conselho Municipal de Educação

CMEI Centro Municipal de Educação Infantil

CNE Conselho Nacional de Educação

CNEC Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CTG Centro de tradições Gaúchas

DCN Diretrizes Curriculares Nacionais

DEEIE Departamento de Educação Especial e Inclusão Social

DEJA Departamento de Educação para Jovens e Adultos

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA Educação para Jovens e Adultos

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação Básica

HCC Handebol Clube de Corbélia

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES Instituição de Ensino Superior

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INES Instituto Nacional de Educação de Surdos

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS Imposto Sobre Serviços

ITBI Imposto sobre Transferências de Bens Imóveis

LBA Legião da Boa Vontade

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMS Organização Mundial da Saúde

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola

PEE Plano Estadual de Educação

PEE Plano Estadual de Educação

PEJA Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos

PNAC Programa Nacional de Alimentação Escolar – Creches

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNE Plano Nacional de Educação

PNLD Programa Nacional do Livro Didático

PPP Projeto Político Pedagógico

RCN Referencial Curricular Nacional

SEED Secretaria Estadual de Educação

SEESP Secretaria Estadual de Educação Especial

SEMED Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SENAR Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural

SERA Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança

UNDIME União dos Dirigentes Municipais

01 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA

1.1 – OS PRIMEIROS HABITANTES

A região onde se localiza o Município de Corbélia era habitada por primitivos denominados índios camangues (Kaigangs) de Família Jê, que foram os primeiros "donos" desta terra vivendo em harmonia com o ecossistema local. (Conhecendo o Paraná – Luc e da Silva Eitel, 1992).

Às margens dos povos indígenas, essa área foi ocupada por argentinos e paraguaios, que exploravam economicamente a região.

1.2 – EXPLORAÇÃO, OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO LOCAL

O Paraná está situado na Região Sul do Brasil, faz divisa com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e também com os países: Paraguai e Argentina. O Estado do Paraná é banhado pelo Oceano Atlântico. (Conhecendo o Paraná – Luc e da Silva Eitel, 1992).

Pertencente ao 3º Planalto ou Planalto de Guarapuava, o Município de Corbélia, passou por várias etapas, até sua emancipação.

Em 09 de outubro de 1957, sob a Lei nº 3.358 criou-se o Distrito Administrativo de Corbélia pertencente a Cascavel. No dia 10 de junho de 1961, pela Lei Estadual nº 4.382, Corbélia torna-se emancipado, desmembrando-se de Cascavel, tendo sua instalação oficial em 08 de dezembro de 1961 (Lideranças Políticas, Comunitárias e Empresariais – Brasil Terceiro Milênio uma Nova Geração – Opinião 2006).

A Região Oeste, juntamente com a Sudoeste, foi a última etapa de colonização do estado do Paraná. A frente Sulista, isto é, Gaúchos e Catarinenses, foi a responsável pela ocupação desta área. Porém, as cidades de Corbélia, Céu Azul e Patotina tiveram sua colonização bastante variada populacionalmente (Repensando o Oeste do Paraná – Ruy Christovan Wachowicz, 1983).

A Frente Sulista trouxe consigo uma bagagem cultural, influências que persistiram naturalmente através dos anos mantendo-se até os dias atuais como: o chimarrão, o churrasco, a música e a dança gaúchesca.

No início de 1940 as primeiras famílias chegaram na região, atraídas pela boa qualidade e baixo custo das terras, logo

No ano de 1948 Aldiro Fagnigieri chega a Corbélia para comprar terras sendo contratado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração prestando serviços como guarda da gleba. Ele conta que quando Moisés Lucchese esteve em Corbélia, na primeira vez, recebeu por várias pessoas que se vendiam um pedaço de terra. Os pioneiros cadastrados eram respeitados como proprietários. Ninguém comprava ou se opunha de um lote, sem a autorização da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que tinha os guardas da gleba servindo a essa respeito a invasão de novos posseiros. Os que não podiam comprar estes eram expulsos da área e muitas vezes mediante violência física, caso resistissem. As sequelas disso se prolongaram por muito tempo.

Grande parte dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 23 de maio veio pela cidade de Fátima Branco, festa conjuntiva, intensificando-se o fluxo migratório causando preocupação ao Governo do estado que criou a F.P.C.I. Esta por sua vez realizou visitas às terras ocupadas a fim de regularizá-las. A frente deste trabalho esteve Joaquim T. do Amaral Filho. A organização do Estado legalizando os títulos e amarrando os contratos, possibilitou que assem. r. n. tidos dos documentos de posse, se efetivassem como proprietários legais das terras que ocupavam.

Em 1950 próximo a atual sede de Corbélia iniciou-se uma vila, denominada "Rio dos Porcos". A área onde hoje se localiza a sede de Corbélia, pertence ao primeiro Fimio. Nascimento de Souza, e foi comprada pelo Sr. Armando Zanato, conforme consta em alguns manuscritos datados em 23 de julho de 1953.

A planta inicial obedecia a um traçado radiocêntrico. O centro estava localizado na Praça Paraguai juntamente com diversas funções concentradas nesta área como: bancos, lojas, posto de saúde, prefeitura etc. Com o crescimento do centro urbano foi lançado outro traço, não obedecendo ao plano inicial de urbanização. Concentrou-se principalmente na Avenida Rio Grande do Sul e na Rua Honório. Para escolher o nome do novo povoado deveria receber o Sr. Armando Zanato, numa de suas viagens a Corozinho – RS resolveu insulir um concurso para escolher o nome da futura cidade através de uma emissora de rádio daquela cidade. Sua esposa dona Izabela, que era florista e estava confeccionando uma cesta de flores para homenagear um amigo de infância que iria chegar naquela cidade, então, teve a ideia de sugerir o nome "segundo depoimento de E. do Zanato, filho do fundador do município de Corbélia, Armando Zanato. Corbélia vem do francês da palavra "Corbaille", tendo como significado: "pequeno Cesto de Flores", que veio a combinar com a variedade de flores silvestres da região". "FRFRFTI" Souza, Agostina. Ocupação e Colonização do Município de Corbélia, 1994).

Por volta de 1951 chegou a região de Corbélia o colonizador de maior expressão do município, Armando Zanato. Inicialmente havia sido contratado pela Colonizadora para promover a venda de terras e realizar acertos com possesores já instalados. Realizou várias viagens entre Corbélia e os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com o intuito de trazer futuros compradores de terras a preços acessíveis e prestações, iniciando o processo de imigração.

Formou-se então um povoado às margens da estrada que liga a cidade de Cascavel ao Norte do Estado conhecido como Caidin a Corbélia. Outros pioneiros de grande importância a idealização e colonização desse município foram Homero Bau, João Fridolino Dillemburg e Francisco Manica. (Lideranças Políticas, Comunitárias e Empresariais – Brasil Terceiro Milênio uma Nova Geração – Opinião 2006).

Podemos lembrar outros pioneiros que colonizaram o município de Corbélia, como: FricelloBarella, Joaquim Furtado, Apélio Casagrande, Gustavo Scharlau, Egon Vogt, Clóvis

Avelino Dillemburg, Lidia Santos, ArtemioDenardin, JulioTozzo, Wilson, Dias Ribeiro, Nelson AngelinLengler, CarinoLuziani, José Rubin, Nelson Ivo Koch, Fridolino Ari A debrardt, Davi Carmo Lube, Silvério Muskopf, Angelo Sá, Hugo Becker, NenoPicolli, José Bernardi, WálbaldBohen, BennoGess, Arindo Adelinio Alamagto, Pedro ZilsoBarella, Mana Nenevê Furtado, EdvinoSauter, Alfredo Sarumo, FridolinoSchneider, Vitorio Forcolin, Isano Souza Oliveira, ErvinoBerle, Arindo Augusto Pereira, Lorena Mana Sales Forte, Amélia de Jesus, Valcinoiro Huff, Ronaldo Alves de Souza, BennoSauer, FiorindoLodi, Berto Bauni, Argentino Domingos Soldatelli, Dionisio Borrazinski, Alfredo Sauter, Lurdes Giacomelli, AntonioAntonelo, Darc Weber, Pedro Druzcoski, José Francisco de Souza, entre outros.

Com a chegada das primeiras famílias, uma comunidade começou a ser formada por pessoas de fibra que vieram atrás do sonho de terras férteis e da construção de um novo futuro.

1.3 – CICLOS ECONÔMICOS

Os ciclos econômicos teram-se em diferentes momentos: Ciclo da extração vegetal, madeira de lei e erva-mate, o Ciclo das lavouras do café e o Ciclo das lavouras mecanizadas de soja e trigo.

Durante muito tempo a madeira foi explorada por Paraguaio e Argentinos, transportando clandestinamente muita erva-mate e madeiras de lei, seguindo em balsas pelo Rio Paraná. Entre 1950 até 1960, muita madeira nobre foi enviada para Brasília, sendo utilizada na construção da Capital Brasileira.

A partir de 1960, o café começa a ocupar gradativamente grandes áreas de cultivo, onde se fixaram os pioneiros da frente rotativa, utilizando mão de obra braçal. Entre os espaços dos pés de café, os agricultores plantavam culturas temporárias como: arroz, milho, feijão, e outros produtos, enquanto os cafeeiros ainda eram pequenos. A partir de 1975 com os baixos preços e os invernos rigorosos, o cultivo do café foi reduzido.

O plantio de trigo teve aumento a partir de 1950, ocupando áreas maiores. A soja começa a ser cultivada nessa região em 1990.

Com o grande aumento da produção de trigo e soja, diminuiu-se a cultura de subsistência, dispensando a mão de obra, ocasionando assim o êxodo rural.

Atualmente a Economia se dá em atividades extrativistas como a Agncultura e Pecuária, Comércio e Indústria, Extração Madeireira, Serviços Essenciais – Energia, Saneamento e Limpeza Urbana, Telefone e Fixo e Móvel, Saúde, Educação e Cultura, Segurança, etc.

1.4 – ASPECTOS POPULACIONAIS

Denominação dos habitantes: Corbelenses

População Estimada: 17.016 hab. (Dados IBGE 2014)

Distritos: Ouro Verde do Piquiri e Nossa Senhora da Penha

Comunidades Rurais: Colônia Nova, Campininha, São Pedro, São Roque, Santa Rosa, Saucuí, São Bento, Samarbaial, Vasquinho, Linha Garibaldi, Carilão, Barra Bonita e Planalto Piquirizinho.

1.5 – DADOS GEOGRÁFICOS

Localização: Corbélia está localizada na região Oeste do Paraná com altitude média de 682m, no 3º Planalto Paranaense, lamem contendo como Planalto de Guarapuava, sendo este o maior em área dos três planaltos que constituem o estado. A superfície do município é de 529 394Km² (Fonte: IBGE – 2014)

Limites: Ao Norte com Ubitatã, ao Nordeste com Anahy, ao Leste com Iguatu, a Sudeste com Braganey, ao Sul e Sudoeste com Cascavel, a Oeste com Cafelândia e ao Norte com Nova Aurora. Distância da Capital do Estado: 524 km

Hidrografia: Rio Sapucaia com 48,06 km (ao leste, div. d. da com o município de Braganey), Rio Tesouro com 0,66 km (ao sudeste), Rio Piquiri com 1,10 km (ao norte, divisa com o município de Ubitatã), Rio dos Porcos com 62,50 km (ira e ao centro do município), Rio Melissa com 82,62 km (a oeste, div. s. com os municípios de Cafelândia e Nova Aurora), Rio Novo com 12,48 km (a sudeste, na localidade de Santa Rosa), Rio das Pedras com 9,30 km (ao leste, passando pela localidade de Bom Jesus), Rio Fiquirizinho com 23,88 km (a sudeste, divisa com o município de Cascavel) e Rio Rancho Mundo com 22 km (a Oeste).

Vegetação: Matas Pluviais – principalmente às margens do Rio Piquiri. Ao norte, Matas Pluviais Subtropicais e Matas Secundárias (Mata de Araucária) com predominância de samambaias e outras árvores como o Cedro, o Pinheiro e a Peroba.

Clima: Sub-tropical úmido mesotérmico, com as quatro estações do ano bem definidas. Verões quentes, tendenciando a formação de chuvas. Invernos secos e frescos com geadas pouco frequentes. Em relação à Média de temperatura, nos meses mais quentes pode ser superiores a 22°C e nos meses mais frios pode se apresentar inferior a 8°C.

Relevo: Ao norte é acentuado com declividade, em direção ao Sul, aparecem topos arredondados, numa altitude média de 682m. Sendo que a parte mais baixa do município é de 300m nas margens do Rio Piquiri e a parte mais alta do município é de 740m, nas proximidades da Colônia Santa Rosa, próximo a divisa com Cascavel.

Solos: São desenvolvidos a partir de produtos provenientes da intemperização de rocha eruptiva básica do jurássico-cretáceo (135 milhões de anos). São solos profundos, com boa capacidade de retenção de água, aeração e permeabilidade. São solos que podem ser considerados (quase) ideais para o uso agrícola e estão seguramente, incluídos entre os de maior potencial. Os solos são classificados como: Latossolo Roxo Distrófico, Latossolo Roxo Eutrófico, Terra Roxa Estruturada, Bruzizem Avernmelhado e Solos Litólicos.

- 1.6 – PREFEITOS MUNICIPAIS DE CORBÉLIA
- 1962 a 1965: Prefeito Municipal: Júlio Tozzo
 - 1979 a 1984: Prefeito Municipal: Laudemir Turra, Vice-Prefeito Municipal: David Carmo Lube
 - 1966 a 1970: Prefeito Municipal: João Francisco Matei, Vice-Prefeito Municipal: Vergílio Matté
 - 1971 a 1974: Prefeito Municipal: Camillo LellesGazineu, Vice-Prefeito Municipal: J.J. de Tozzo
 - 1975 a 1978: Prefeito Municipal: José Miron Muller, Vice-Prefeito Municipal: Eino Trentin
 - 1979 a 2000: Prefeito Municipal: Nilson de Oliveira, Vice-Prefeito Municipal: Celmo Aparecido Giglio
 - 1997 a 2000: Prefeito Municipal: Clóvis João Bombarda, Vice-Prefeito Municipal: Eliezer José Fontana
 - 2001 a 2004: Prefeito Municipal: Clóvis João Bombarda, Vice-Prefeito Municipal: Eliezer José Fontana

- 1.6.1 – VEREADORES MUNICIPAIS
- 1962 a 1965: Amâncio A. Casagrande, Izidoro P. Freire, DeomiltonPicksius, Apélio Casagrande, Gioconco Tebaldi, Silvério Muskopf, Eugenio Kluska, Calisto Tomazzoni, Felix C. De Oliveira
 - 1966 a 1970: Clóvis A. Dillemburg, Gioconco Tebaldi, Isaias L. Orsatto, FiorindoLodi, Alfredo Wilson, Olavo Dirigon, Victor E. Backes, Deciclides de Souza Reis, João Capeletto
 - 1971 a 1974: Ramiro V. Bos, David C. Lube, José Rubin, Luverci de Freitas Coiraça, ElioZanato, Anacleto Pantano, Darcil Pretti, Wilson F. Galon, Alberto Menin, Pedro P. Godoy, Marco A. De Oliveira
 - 1989 a 1992: Miguel B. Gerona, Adão Barbosa, Valdemar J. Bos, Domingos A. Pasoline, Gentil Wietzcoski, Wilson Pam, Ivanor D. Bernardi, Lourenço D. Rubin, Manoel A. De Oliveira
 - 1993 a 1996: João Capelito

- 2005 a 2008: Prefeito Municipal: Eliezer José Fontana, Vice-Prefeito Municipal: Jair Luiz Fontana
- 2009 a 2012: Prefeito Municipal: Eliezer José Fontana, Vice-Prefeito Municipal: Jair Luiz Fontana
- 2013 a 2016: Prefeito Municipal: Ivanor Damião Bernardi, Vice-Prefeito Municipal: Neila Bombarda
- 2005 a 2008: Prefeito Municipal: Eliezer José Fontana, Vice-Prefeito Municipal: Jair Luiz Fontana
- 1975 a 1978: Paulo L. Felten, Nelson Kerber, Osório P. Pinto, Argentino D. Soldatelli, DalceuFicagna, Dario C. Senn, Marino B. Jacommi, Ramiro V. Bos, Anacleto Pantano
- 1979 a 1984: Delfo José Trentin, Anacleto Pantano, Felix Casaroli, José G. Zaccarias, João Capeletto, Renato U. Saponski, Francisco Tadiolo, Garmo A. Prediger, Silvio Ronfin
- 1985 a 1988: Hilário Se del, Adão Barbosa, Valdemar J. Bos, Domingos A. Pasoline, Gentil Wietzcoski, Wilson Pain, Ivanor D. Bernardi, Lourenço D. Rubin, Ivete T. DurigonPaini, Sebastião Furtado, Devonir Marques Martins, Ivanor D. Bernardi
- 2005 a 2008: Valdirio Reis Monteiro, Ivete T. DurigonPaini, Gilmar Pinto, Juliano Schmidt, Ademir Paulo Paselli, Di ce Lira Fontana, Lurdes Staffen

Sebastião Furiado
Devonair Marques Martins
2008 a 2012
Paulo José Borges Cardoso
Nilse Lengler Martini
Marcio André Wenzel
Gilberto de Souza
Jair Escudato da Silva
Dangelles Deck
Devonair Marques Martins
Juliano Schmitz
Inácio Forte
2013 a 2016
Dangelles Deck
Edson Viane Barreira
Guimar Voss Janandrey
José Heleno Milhome
José Osni Alves
Juliano Schmitz
Maico José Aldebranc
Marcio Antônio Auciache
Nel Adir Pauvels
Nivaldo Glaba
Paulo Zaqueite

1.7 - ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
Corbélia teve uma grande influência cultural advinda dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com características predominantes da nacionalidade italiana e alemã.
O município de Corbélia possui um acervo fotográfico e áudio visual que está no museu histórico.

Biblioteca Pública Municipal – Situada na Rua Amor Perfeito, 1622 – Centro, em preço próprio com 126m², possui um acervo com aproximadamente 11.000 exemplares. Sua Lei de criação é nº 22.67 de 07 de dezembro de 1967, tendo como Prefeito fundador João Francisco Malta.

Museu Histórico – Sua Lei de criação é de nº 428/97 de 29 de agosto de 1997 como Prefeito fundador Clóvis João Bombarda. O museu leva o nome de "Museu Histórico Dionísio Domingues Boraczinski". Idealizado pela Vereadora Irene Bona Turra através da criação da lei. No entanto, a efetivação da lei se deu em 9 de março de 2012. Atualmente está localizado à Rua Amor Perfeito nº 1837 casa alugada.

Centro Cultural – Era um antigo cinema e foi adquirido na gestão do Prefeito Delso José Trentin, para transformá-lo em espaço cultural. Localizado na Rua Hortêncio, 90 – centro. Com capacidade para 356 lugares. "Centro Cultural Vereador José Rubin" Reformado internamente no ano de 2014

Centro de Eventos – Local destinado a exposições e shows culturais. Localizado no prolongamento da Avenida São Pau e leva o nome "Leonel de Moura Brizola" teve como prefeiteiro idealizador e executor do projeto Clóvis João Bombarda

Outros locais privados com finalidade de festas e eventos no município: CTG Recordando os Pagos (reformado em 2014); ACCORB; Salões das Igrejas; Recaro Papagaio; SERA – Sociedade Esportiva Recreativa Aliança; Sauna Clube e C. use Paraná; ASSEMCA, AABS

Centro de Convivência para Idosos – Destinado a encontros, bailes, atividades culturais para idosos. Construído na Gestão de Laudemir Turra

- 1.8 - FERIAS MUNICIPAIS
- 28 de outubro – Dia do Padroeiro São Judas Tadeu;
 - 31 de outubro – Dia da Reforma Luterana – ponto facultativo;
 - 08 de dezembro – Aniversário do município.

- 1.9 – MANIFESTAÇÕES POPULARES E/OU CULTURAIS
- FIMUSC – Festival de Música Popular e Sertaneja de Corbélia – Realizado pela Prefeitura Municipal de Corbélia;
 - Processão de Corpus Christi – Realizada pela Paróquia São Judas Tadeu;
 - Festa dos Moristas – Associação dos Moristas e Agricultores;
 - Festa da Soja – Realizada pela Paróquia São Judas Tadeu;
 - Festa do Padroeiro São Judas Tadeu – Realizada pela Paróquia São Judas Tadeu;
 - Festa das Mães – Realizada no distrito de Nossa Senhora da Perha pela Igreja Católica Nossa Senhora da Perha;
 - Festa dos Pais – Realizada pelas Escolas Estaduais São Francisco de Assis;
 - Almoço Italiano – Realizado pela Escola Municipal Dom Bosco no 1º domingo de julho;
 - Festa do Costeado – Realizada pela Comunidade Evangélica Luterana;
 - Festas Juninas e Julinas – Realizadas pelas Escolas Municipais;
 - Festa do porco desossado e recheado – distrito de Ouro Verde do Piquiri;
 - Baile Apaixonados – Realizado pela Escola Especial Novo Horizonte – APAE;
 - Rainha Amâncio Moro – Realizado pelo Colégio Estadual Amâncio Moro;
 - Lua de Primavera – Realizado pelo HCC;
 - Jantar Dançante – Realizado pela Pastoral Familiar;
 - Baile do Karpis – Realizado pela Comunidade Evangélica Luterana;
 - Jantar dançante – realizado pelo grupo de canções folclóricas alemã da Igreja Luterana;
 - Baile do Chopp – Realizado pela SERA;

- Mostra Cultural – Realizada pelas Escolas Municipais de Corbélia;
- Mostra de Oratória – Realizada pelas Escolas Municipais de Corbélia;
- Festival de Dança – Realizado pela Escola de Dança Flôr;
- 7 de Setembro – Desfile Cívico com apresentações Culturais Alusivas à Independência do Brasil;
- Realização pela SMI 13 e Escolas Municipais e Estaduais;
- Festas das Capelas e Comunidades;
- Bailes de Formatura – Realizado pelos Colégios Estaduais Amâncio Moro e Duque de Caxias;
- Café Colonial – Realizado pela OASE da IECBL.

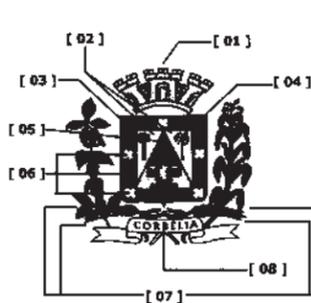
- 10 - VEICULOS DE COMUNICAÇÃO
- Rádio Comunitária Alternativa F.M.
 - Portal Corbélia e
 - Rádio Integração

- 11 - FILMES PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA:
- O Sequestro de Paloma – 1995;
 - A Vinhaça de Dili – 1996;
 - Sem Destino – 1997;
 - O Fiolhão – 1997;
 - O Sequestro de Merim – 1998;
 - Keema – 2003;
 - Sete Homens para o Inferno – 2004;
 - Terra sem Lei – 2004
 - Pô do Corbélia – 2012
 - A Espera de um milagre

- 12 – GRUPOS CULTURAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO:
- Invernada Artística – CTG Recordando os Pagos;
 - Grupo de Danças Folclóricas Germânica – Blumensträusleranzgrupe;
 - Escola de Dança Fur;
 - Grupo de Dança Sênior – Igreja Evangélica Luterana;
 - Grupo Habitao;
 - Grupo da 3ª Idade;
 - Grupo de jovens da Igreja metodista;
 - Movimento RCC Jovem – igreja católica;
 - Viola Caipira;

13 – SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA

Escudo ou Brasão de Corbélia – Studio Pantheon (1964) – Teve como autor do projeto o prefeito Municipal Julio Tozzo, durante seu mandato:



Descrições das partes:

- [01] Ao alto, uma coroa mural com torres de ouro ameadas e sua porta, cada uma, provinha das municipalidades;
- [02] As partes a tas são de prata;
- [03] Traz à direita, alabarda de São Judas Tadeu;
- [04] À esquerda, o Pinheiro Araucária Brasileira, árvore símbolo do Paraná, ambos de suas cores;
- [05] À direita da porta de São Judas Tadeu, duas silhetas de fábricas de ouro carregadas de Engrenagens de Sable;
- [06] Escudo Moderno, acordado de Bordaduras de Góles em cinco aspas de prata; Ouro ameadas e sua porta, cada uma, provinha das municipalidades;
- [07] Os suportes são hastas de trigo, soja, milho espigado. Todos estilizados e de suas cores. Foi alterado em 04/06/1997, através da Lei Nº 411/97, originalmente no lugar da haste de soja havia uma haste de café frutado, pois na época a criação do brasão está uma das culturas locais de maior representatividade, juntamente com o trigo e o milho, porém, nos dias atuais, esta perdeu espaço na agricultura local e deu espaço à cultura de soja, que é hoje a mais praticada no município;
- [08] No L. stel, o Filão de prata trás a palavra "Corbélia" e letras de B. ou. No Filão a palavra "Corbélia" fala que os poderes constituídos da cidade e do município dedicam seus pensamentos e seu maior interesse ao bem estar dos municípios e progresso da cidade.
- Para a melhor compreensão da descrição original do Brasão de Corbélia, apresenta-se, a seguir, um glossário contendo termos de Heráldica (arte ou ciência dos brasões), usados na descrição acima, além de outros termos. Ameada: Abriu / fendas semelhantes a ameias em. Dividir ao meio, mar. Municipalidades. Referente às instituições dos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, que são, respectivamente, A Prefeitura Municipal, A Câmara de Vereadores e o Fórum.
- À Destra: A Direita (neste caso, do brasão e não de quem o visualiza);
- A Abarda: Arma antiga construída com uma longa haste de madeira rematada em ferro longo e pontagudo, atravessado por outra em forma de m e l-ua.
- À Sinistra: À esquerda (neste caso, do brasão e não de quem visualiza)
- B. ou: Que tem a cor azul (os brasões)
- Sable: A cor preta dos brasões
- Góles: Esmalte vermelho, figurado no desenho por traços verticais

Aspa: Peça honrosa de primeira ordem, formada pela combinação da banda com a barra, sautor, solador. Cruzamento de peças em forma de x, usado para garantir a estabilidade de armações ou estruturas.
Listel: Moldura que acompanha outra maior que separa asaneluras de uma coluna; filete, mocha.
Filão: Tecido reto e fino, de fio natural ou sintético, usado para atar, ornamentar, demarcar, etc.

Bandeira Municipal – Foi criada durante a administração de João Mattei, sob a Lei nº 13.666 no dia 20 de agosto de 1936. Tem a cor branca com o Brasão Municipal ao centro.
No ato de 1997 na Administração de Clóvis João Bombarda, sob a Lei nº 411/1997 de 04/06/1997 altera-se um dos elementos do Brasão de ramo de café para a soja. O Legislativo foi responsável pela aprovação e promulgação da Lei (SEDLACEK, Ozéla Amiral 2007).

Hino do Município de Corbélia – Criado na administração de Camilo de LelesGazineu sob a Lei nº4570 de 04 de novembro de 1970, tendo como inspiração a beleza das flores, a fertilidade do solo e o futuro promissor dessa região.

HINO DE CORBÉLIA

Letra do Hino: Vera Vargas
Música: Sebastião Lima
Arranjo Musical: Acir Teutsch

Tu nasceste qual nascem as flores
Cuma prece do teu sozeiro do chão
Tem teu nome a miaga das cores
Que natiizaram a linda região

Quando oscilas a messe dourada
As espigas ce milho e arroz,
Te assemelhas a tela amada
Que com tintas de luz Deus compôs

Refrão – Corbé! bé! bé! bé! bé! bé! bé!
Es a id má expressão
O milagre que germina
A cidade do serão

Vejo em teu perfil seguro,
Que esperança e paz nos dá
A homenagem que o futuro
Despertar ao Paraná

Nessa esplêndida força da terra,
E na audácia e labor dessa gente
É que o grande segredo se encerra.
No progresso que brota a fremente.

Conta o rio Piquiri toda história
De bravura, de fé e de união.
Que te mostra a feliz trajetória
Rumo ao plano ideal da nação

02 – A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA

Inicialmente, quando as primeiras famílias de pioneiros chegaram a Corbélia, não havia a instituição escolar responsável pela instrução ou escolarização dos pequenos a elas pertencentes. Alguns colonos trouxeram consigo a professora que iria ocupar-se da catequização (inicialmente) e seus filhos. Essa primeira instrução, se assim pode ser chamada, aconteceu em uma pequena cabana de madeira lascada, construída à margem direita do Rio dos Porcos a mil metros da futura cidade de Corbélia. As aulas de catequese eram ministradas pela senhora Joana Reway, conforme constam nos históricos da Paróquia São Judas Tadeu – Emer (1980, p. 25) traz algumas informações sobre essa parceria escola-igreja:

Essas questões que, à primeira vista, parecem apenas pirotécnicas abarcam temas etno-antropológicos e culturais significativos e envolvem perspectivas diferenciadas na solução de problemas coletivos eucuantos grupos de colonos, e eleição de prioridades como o da escolarização e da religião. Na perspectiva da cultura colonial alemã, o escalonamento de prioridades era de, ao lado de cada escola, um templo. Ao passo que, nas representações da cultura italiana era de, ao lado de cada igreja, uma escola.

No entanto, o aumento populacional, que ocorre na "Colônia Corbélia", fez surgir a necessidade de se pensar a escolarização dos filhos de colonizadores, bem como dos corbelienses que começavam a nascer no município.

Seguindo conversas sobre o assunto ocorreram entre o pároco Bernardo Lube e o Senhor Armando Zanato, findo no Dillenburg e outros pioneiros, no intuito de planejar a edificação da primeira escola, que se instalou na proximidade da casa escolar, no entanto, não pública, como parece ter sido o modelo da época.
Por orientação desse pároco, realizaram-se diálogos com a congregação das catequistas franciscanas, com sede em Rodeio, Santa Catarina, com o interesse de que as irmãs dessa congregação assumissem a docência da escola.

No dia 1º de fevereiro de 1956, vieram de Rodeio, Santa Catarina, as duas irmãs catequistas franciscanas, Ignês Ochner e Eugenia Odorizzi, acompanhadas da assistente Imã AlidaGentil, a fim de iniciarem as aulas, as quais foram ministradas na antiga capela, abrigado, no entanto, apenas quatro alunos. Após a construção de mais algumas salas de aula, a escola passou a chamar-se "Escola Agrupada de Corbélia".

O elevado número de matrículas feitas, de cento e quarenta e seis alunos, exigiu a contratação de novos professores. Foram então "escolhidas" as senhoras: Dona Deiza Maria Pereira e Dirce Pereira, filhas de colonizadores.

Outro aspecto interessante a ser abordado é a forma de escolha do professor. Como não era exigido concurso ou outra forma oficial de ingresso no quadro do magistério a escola se dava por alguns membros da comunidade, incluindo sempre o pároco e as irmãs. "O "escolhido" deveria obedecer a alguns critérios como: "ser moça" no sentido da palavra para a época, pois o sexo feminino era um critério importante e, segundo depoimentos ouvidos, parece que a "lábrea" educar estava intrinsecamente ligada com uma figura destinada por "Deus" para essa missão; outro critério era a procedência, as que se deviam pertencer às famílias conhecidas e por que não "prestigiadas"; frequentar a igreja ("Católica preferencialmente); enfin, ter uma conduta "adequada" pelos membros da comunidade. Dev do à falta de profissionais da época, a escolaridade era critério secundário, tanto que dentre as três professoras "escolhidas", apenas a senhora Elba Lúcia Zanato era normalista. Mas, como inicialmente o que se propunham a ensinar era ler, escrever e calcular bastava que as professoras tivessem esse domínio.

O "ser professor", naquela época, tinha um valor social bem diferente da atualidade. Ele era mais valorizado no que se refere ao status decorrente do exercício da profissão. Embora o casamento ainda fosse o ideal mais disseminado, a profissionalização era uma boa oportunidade para as senhoras.
Obviamente que a construção da escola ocupava uma posição de destaque juntamente com a fé dentro da cultura italiana católica e a alemã luterana, que foram as raízes mais evidentes da colonização de Corbélia, haja visto que o pároco Padre Bernardo estabeleceu-se neste município a convite da própria colonizadora F.P.C.I., e foi também, por intermédio do mesmo, que vieram as três religiosas que fundaram a primeira escola oficial.

Para conhecer a forma que os conteúdos escolares eram trabalhados e as técnicas e métodos utilizados, buscou-se ajuda de uma das primeiras professoras, a qual informou que o que se pretendia na escola era ensinar a ler, escrever e fazer cálculos falandos.
Como era difícil você não ter praticamente nada. Eu tinha a 4ª série primária. Não tinha um livro para comprar. Então a gente tinha que recorrer a material artigo da gente, dos irmãos [...]. Tínhamos que ensinar a ler, escrever e calcular. Hav também Estudos Sociais, mas era só pergunta e resposta. (Informação verbal)

Ao perguntar sobre a metodologia adotada, percebeu-se que predominava a reprodução da escolarização que o próprio professor havia recebido. Encontraram-se algumas "reliquias", que quando expressas verbalmente parecem ultrapassadas, mas ao mesmo tempo tão recentes.
"Você ler uma cartilha é uma coisa, você ensinar uma cartilha é outra coisa." (informação verbal). (de quem?)

Percebeu-se como a disciplina e a moralidade eram rigorosas naquele contexto, sendo tomadas, inclusive, algumas medidas radicais: "Uma aluna foi suspensa quinze dias, porque foi no baile". (Informação verbal). (de quem?)

Naquele período, embora já houvesse, no Brasil, a influência escolanovista, a prática predominante da maior parte das instituições, ainda mantém o modelo de disciplina escolar da pedagogia tradicional. Entende-se que as tendências educacionais e a metodologia de ensino que lhes corresponde são eleitas conforme a necessidade da economia de cada período histórico.

Os recursos didáticos empregados pela escola de Corbélia aqui historicizada "limitavam-se" às aulas expositivas. Na sala de aula o professor expunha, passo a passo, a "líção". Essa tinha o pressuposto básico de "treinar" a oralidade e a escrita (forma ortográfica e gramatical padrão) e preparar o aluno para a prova anual, que era aplicada segundo o programa curricular pré-determinado pelas autoridades educacionais ou que hoje se no Núcleo Regional de Ensino. Tal prova era realizada no final do ano letivo e significava o instrumento definidor da aprovação ou reprovação dos alunos. Aquelas aplicadas pelos professores da turma durante o ano eram de caráter diagnóstico. Nesse processo de avaliação central também era "medida" a competência do professor.

A aula expositiva adequava-se ao tipo de poder institucional que se tinha, a autoridade máxima no professor, uma vez que e a favorecia "natureza mente" o comportamento passivo dos alunos. Assim, a exposição simples se transformou em método didático, elegendo-se como método dominante. Vale lembrar que a educação, como já foi dito anteriormente, não é neutra. Entende-se que a exposição do conteúdo, dentro de certos limites, pode sim servir aos propósitos de uma pedagogia "transformadora", veiculando ideias inspiradas na prática, no entanto, não era o que se fazia. A relação professor-aluno consistia em um rígido autoritarismo e formalismo, próprio da tendência tradicional.

parece possível afirmar que a atuação dos professores era tão correta, quanto permitiam suas condições materiais e políticas que caracterizavam a psicologia daquele sociedade, naquele momento histórico (MORITZ, Leila Lucia Pavan História da Educação no Município de Corbélia nas Décadas de 50/60, Monografia, 2005).

2.1 – RELAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS:
Ano de 1960 a 1969

As escolas, abaixo mencionadas, desenvolviam suas atividades sem autorização de

- As escolas, abaixo mencionadas, desenvolviam suas atividades sem autorização de funcionamento eram regulamentadas pela SEED, segundo a LDB nº4024/61.
- 1. Escola Rural Almirante Barroso
 - 2. Escola Rural Alto Pa mital
 - 3. Escola Rural Arany
 - 4. Escola Rural Bela Vista
 - 5. Escola Rural Boa Vista
 - 6. Escola Rural Bom Jesus
 - 7. Escola Rural Braganãia
 - 8. Escola Rural Capão Abaixo
 - 9. Escola Rural Caparao
 - 10. Escola Rural Carlos Alberto Moro
 - 11. Escola Rural Castelo Branco
 - 12. Escola Rural Centenário de Iguala
 - 13. Escola Rural Coelho Neto
 - 14. Escola Rural Colônia São Sebastião
 - 15. Escola Rural D. João VI
 - 16. Escola Rural D. João XXIII
 - 17. Escola Rural D. Pedro I
 - 18. Escola Rural D. Pedro II
 - 19. Escola Rural DemolitionPikius
 - 20. Escola Rural do Sapucaí
 - 21. Escola Rural Euclides da Cunha
 - 22. Escola Rural Fazenda Boa Esperança
 - 23. Escola Rural Fazenda São José
 - 24. Escola Rural General Osório
 - 25. Escola Rural João FridericoDelemburg
 - 26. Escola Rural José Bonifácio
 - 27. Escola Rural José de Alencar
 - 28. Escola Rural Machado de Assis
 - 29. Escola Rural Marcel Ribas
 - 30. Escola Rural Marechal Cândido Rondon
 - 31. Escola Rural Marechal Deoccro
 - 32. Escola Rural Mem de Sá
 - 65. Escola Rural Tomé de Souza
 - 66. Escola Rural Vasco da Gama

- Ano de 1970 a 1979**
- Além das Escolas acima citadas, a partir de 1970 surgiram outras, conforme segue
- 68. Escola Rural Armando Zanato
 - 69. Escola Rural Balsa Nova
 - 70. Escola Rural Benjamin Constante
 - 71. Escola Rural Boa Esperança
 - 72. Escola Rural Cascaína
 - 73. Escola Rural Castelo Branco
 - 74. Escola Rural Costa e Silva
 - 75. Escola Rural D. João Bosco
 - 76. Escola Rural Domingos Gazineu
 - 77. Escola Rural Duarte da Costa
 - 78. Escola Rural Duque de Caxias
 - 79. Escola Rural Fagundes Varela
 - 80. Escola Rural Flórioano Peixoto
 - 81. Escola Rural FuadNacle
 - 82. Escola Rural Gonçalves Dias
 - 83. Escola Rural Guilherme Otto
 - 84. Escola Rural Guilherme Senn
 - 85. Escola Rural João Paulo I
 - 86. Escola Rural Joaquim Nabuco
 - 87. Escola Rural José Bonifácio
 - 88. Escola Rural José do Patrocínio
 - 89. Escola Rural José Fröhlich
 - 90. Escola Rural Julia Wanderley
 - 91. Escola Rural Lucia Zanella Duque
 - 92. Escola Rural Marechal Floriano
 - 93. Escola Rural Maria Quitéria
 - 94. Escola Rural MarielisPirelli
 - 95. Escola Rural Monho Deitos
 - 96. Escola Rural Nossa Senhora Aparecida
 - 97. Escola Rural Oária Velha
 - 98. Escola Rural Port de Souza
 - 99. Escola Rural Paulo VI
 - 100. Escola Rural Pedro Álvares Cabral
 - 101. Escola Rural Pio XI
 - 102. Escola Rural Presidente Médice
 - 103. Escola Rural Prudente de Moraes
 - 104. Escola Rural Raposo Tavares
 - 105. Escola Rural Rio ca Erva
 - 106. Escola Rural Santo Antônio
 - 107. Escola Rural Rio Turinho
 - 108. Escola Rural Santa Luã
 - 109. Escola Rural Santa Terezinha
 - 110. Escola Rural Santo Eduardo
 - 111. Escola Rural Santo Izdro
 - 112. Escola Rural São Bento
 - 113. Escola Rural São Camião de Lelles
 - 114. Escola Rural São João
 - 115. Escola Rural São José
 - 116. Escola Rural São Paulo
 - 117. Escola Rural Serrãno do Salto
 - 118. Escola Rural Serrãna Gotz
 - 119. Escola Rural Tiradentes
 - 120. Escola Rural Tomé de Souza
 - 121. Escola Rural Vereador Ozeóio
 - 122. Escola Rural Vital Brasil
 - 123. Escola Rural Wilson Dias Ribeiro

Ano 1980 a 1989

- A partir de 1980 a SEED considerando o disposto na Lei Federal nº5692/71 e o conflito nos artigos 73 e 74 da Constituição nº30/86, do Conselho Estadual de Educação, autorizou as seguintes Escolas a funcionamento pela Resolução nº3.711/82:
- 1. Escola Rural Almirante Barroso
 - 2. Escola Rural Ana Nery
 - 3. Escola Rural Armando Zanato
 - 4. Escola Rural Benjamin Constant
 - 5. Escola Rural Casemiro de Abreu
 - 6. Escola Rural Costa e Silva
 - 7. Escola Rural D. João VI
 - 8. Escola Rural D. Pedro I
 - 9. Escola Rural D. Pedro II
 - 10. Escola Rural DemolitionPikius
 - 11. Escola Rural Domingos Gazineu
 - 12. Escola Rural Duarte da Costa
 - 13. Escola Rural Euclides da Cunha
 - 14. Escola Rural Fagundes Varela
 - 15. Escola Rural Gabre de Lara
 - 16. Escola Rural General Osório
 - 17. Escola Rural Gula Herme Senn
 - 18. Escola Rural João FridericoDelemburg
 - 19. Escola Rural José de Alencar
 - 20. Escola Rural José Bonifácio
 - 21. Escola Rural José Frollich
 - 22. Escola Rural José do Patrocínio
 - 23. Escola Rural Julia Wanderley
 - 24. Escola Rural Manoel Ribas
 - 25. Escola Rural Marechal Cândido Rondon
 - 26. Escola Rural Marechal Floriano
 - 27. Escola Rural MarielisPirelli
 - 28. Escola Rural Nereu Ramos
 - 29. Escola Rural Nison Ribas
 - 30. Escola Rural Nossa Senhora Aparecida
 - 31. Escola Rural Olivio Durigon
 - 32. Escola Rural Osvaldo Cruz
 - 33. Escola Rural Padre Anchieta
 - 34. Escola Rural Prigot de Souza
 - 35. Escola Rural Pio XII
 - 36. Escola Rural Presidente Kennedy
 - 37. Escola Rural Presidente Vargas
 - 38. Escola Rural Princesa Isabel
 - 39. Escola Rural Prudente de Moraes
 - 40. Escola Rural Santa Terezinha
 - 41. Escola Rural Santo Eduardo
 - 42. Escola Rural Santos Dumont
 - 43. Escola Rural São Bento
 - 44. Escola Rural São Camilio Lelles
 - 45. Escola Rural São José
 - 46. Escola Rural São Paulo
 - 47. Escola Rural Tiradentes
 - 48. Escola Rural Tomé de Souza
 - 49. Escola Rural Vasco da Gama
 - 50. Escola Rural Visconde do Mauá
 - 51. Escola Rural Vital Brasil
 - 52. Escola Rural Wilson Das Ribeiro

Devido ao Êxodo Rural e a emancipação política do Braganey em 1982, houve a diminuição do número de Escolas Rurais.
No ano de 1989 a Escola Rural Gabriel de Lara, passou a chamar-se Escola Municipal Gabriel de Lara. Ainda no mesmo ano a Escola Municipal Jardim Vera Lucia passou a chamar-se Escola Municipal Tancredo Neves.

Ano 1990 a 1999

- A emancipação política dos distritos de Igatu e Anahy desencadeou o processo de extinção das escolas rurais, a partir de 1990. No ano de 1999, funcionaram as Escolas Rurais Municipais: José do Patrocínio e Presidente Vargas, as demais foram extintas.
Nessa época, a SEED prorrogou por mais 5 anos a autorização de funcionamento de algumas Escolas Ruras:
- 1. Escola Rural Municipal Armando Zanato
 - 2. Escola Rural Municipal Casemiro de Abreu
 - 3. Escola Rural Municipal Costa e Silva
 - 4. Escola Rural Municipal D. João VI
 - 5. Escola Rural Municipal D. Pedro I
 - 6. Escola Rural Municipal DemolitionPikius
 - 7. Escola Rural Municipal Duarte da Costa
 - 8. Escola Rural Municipal Euclides da Cunha
 - 9. Escola Rural Municipal Fagundes Varela
 - 10. Escola Rural Municipal José Fröhlich
 - 11. Escola Rural Municipal José do Patrocínio
 - 12. Escola Rural Municipal Julia Wanderley
 - 13. Escola Rural Municipal Manoel Ribas
 - 14. Escola Rural Municipal Marechal Cândo de Rondon
 - 15. Escola Rural Municipal MarielisPirelli
 - 16. Escola Rural Municipal Nison Ribas
 - 17. Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida
 - 18. Escola Rural Municipal Olivio Durigon
 - 19. Escola Rural Municipal Osvaldo Cruz
 - 20. Escola Rural Municipal Padre Anchieta
 - 21. Escola Rural Municipal Presidente Vargas
 - 22. Escola Rural Municipal Princesa Isabel
 - 23. Escola Rural Municipal Santa Terezinha
 - 24. Escola Rural Municipal Santo Eduardo
 - 25. Escola Rural Municipal Santos Dumont
 - 26. Escola Rural Municipal São Bento
 - 27. Escola Rural Municipal São Camilo de Lelles
 - 28. Escola Rural Municipal Tomé de Souza
 - 29. Escola Rural Municipal Vasco da Gama
 - 30. Escola Rural Municipal Visconde do Mauá
 - 31. Escola Rural Municipal Vital Brasil

Ano 2000 a 2007

- 1. Escola Municipal São José
- 2. Escola Municipal Castro Alves
- 3. Escola Municipal Tancredo Neves
- 4. Escola Municipal Gabriel de Lara
- 5. Escola Municipal 1º de Maio
- 6. Escola Municipal Dom Bosco
- 7. Escola Municipal Anita Garibaldi
- 8. Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe
- 9. Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve
- 10. Centro Municipal de Educação Infantil Inácia Zanato
- 11. Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado
- 12. APAE - Escola Especializada Novo Horizonte
- 13. Escola Municipal 1º de Maio
- 14. Escola Municipal Dom Bosco
- 15. Escola Municipal Anita Garibaldi
- 16. Escola Municipal Tancredo Neves
- 17. Escola Municipal Gabriel de Lara
- 18. Escola Municipal Vasco da Gama
- 19. Escola Municipal Visconde do Mauá
- 20. Escola Municipal Wilson Dias Ribeiro

Com essa nova realidade, fez-se necessária readequar e ampliar as escolas existentes na sede e do distrito do município, bem como transporte escolar atendendo assim a clientela oriunda da Zona Rural. A partir do ano de 2000, todas as Escolas Rurais foram extintas, permanecendo somente as da sede do município, a do Distrito do Ouro Verde do Piquiri e do atual distrito de Nossa Senhora da Penha

As Escolas Municipais vem recebendo melhorias na estrutura física padronizando o espaço escolar, ofertando ensino de qualidade. No ano de 2005 é construída a Escola Municipal Anita Garibaldi no espaço antes usado pelo Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve [procurar na ação social], a clientela deste centro foi incorporada a Escola Municipal Anita Garibaldi. Esta Escola funciona até então no prédio da Escola Estadual Olavo Bilac no distrito de Ouro Verde do Piquiri. No mesmo ano é implantado o projeto Jardim Arrigo - Escola em Tempo Integral na Escola Municipal Tancredo Neves. Em 2006, ampliou-se a oferta de ensino em tempo integral para a Escola Municipal Gabriel de Lara. em 2007, na Escola Municipal Castro Alves.

As equipes pedagógicas das escolas são orientadas pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação para a melhoria do sistema educacional do Município de Corbélia. Logo a Secretaria Municipal de Educação conta com uma equipe multiprofissional composta por: uma fonoaudióloga, duas psicólogas, pedagogas, psicopedagogas, uma assistente social e uma nutricionista. Tendo como objetivos orientar o processo de ensino/aprendizagem, o atendimento interdisciplinar e as adaptações necessárias visando proporcionar aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos - fase I, bem como aos alunos atendidos na Educação Especial da Rede Pública Municipal de ensino, boas condições de trabalho que favoreçam o desenvolvimento global de suas potencialidades, visando aprendizagem, inclusão social e autonomia.

No atendimento de Documentação Escolar a Smead conta com um auxiliar administrativo que orienta as equipes técnicas das escolas e organiza toda a documentação a ser encaminhada ao Núcleo Regional de Educação ou outras esferas estaduais e federais. Outro auxiliar administrativo organiza e preenche documentação referente a requisição, licitação e empenho de toda a compra da Smead, a prestação de conta dos programas estaduais e federais, organiza a correspondência e atendimento ao público, e todas as outras atribuições inerentes ao cargo de auxiliar administrativo.

Conta ainda com um responsável pelo Transporte Escolar Moto-Listas Zeladores (e um responsável por reparos nas Escolas Municipais).

Há também a articulação da Smed com as demais Secretarias, Órgãos e outros projetos quando se faz necessário, em prol da boa qualidade da Educação.

Atualmente, o quadro demonstrativo em relação ao número de alunos matriculados por Modalidade de Ensino, é o seguinte:

Número de Alunos por Modalidade Educacional em 2015

Modalidade	Quantidade
Creche	247 alunos
Educação Infantil	468 alunos
Educação Fundamental 1º ao 5º ano	1.185 alunos
Educação Fundamental 6º ao 9º ano	622 alunos
Ensino Médio	624 alunos
Ensino Profissionalizante	148 alunos
Educação Especial	79 + sala de recurso
Educação de Jovens e Adultos	11 alunos

Educação de Jovens e Adultos - APAE
A seguir apresenta-se um quadro referente aos Gestores municipais:

Gestão	Prefeito	Secretários de Educação
1962 a 1965	Júlio Tazza	Ignat Dillemburg
1966 a 1970	João Francisco Mattei	Ignat Dillemburg
1971 a 1974	Camilo de Lelis Gazineu	Dirceu Toigo José de Oliveira
1975 a 1978	José Miror Mulier	Emídio Pedrollo
1979 a 1984	Laudemir Turra	Reuma de Sá Almeida
1985 a 1988	Delso José Trentin	Reuma de Sá Almeida
1989 a 1992	Laudemir Turra	An Decker Valdemar Boss Reuma de Sá Almeida
1993 a 1996	Nelson de Oliveira	Gláucia Rocha Baldasso Leonilda Koch Eugénia Aparecida Bernardi
1997 a 2000	Clóvis João Bombarda	Mana José Gottardo
2001 a 2004	Clóvis João Bombarda	Mana José Gottardo
2005 a 2008	Elezer José Fontana	Mana José Gottardo
2009 a 2012	Elezer José Fontana	Junisney Terézinha Favretto Bartosa

2013 a 2016

Escola	Início das Atividades	Localização
Escola Municipal São José	05/02/1987	R. Rosa, 360 - Centro
Escola Municipal Castro Alves	31/12/1971	R. Margarida, 657 - Vila União
Escola Municipal Tancredi Neves	11/02/1988	Av. Castelo Branco, 37 - Jardim Vera Lígia
Escola Municipal Gabriel de Lara	21/12/1989	R. Armando Zanatta, 206 - Vila São José
Escola Municipal 1º de Maio	07/10/1992	R. Brinco de Princesa, 1883 - Bairro Santa Catarina
Escola Municipal Dom Bosco	14/10/1992	R. João Goulart, s/nº - Penha
Escola Municipal Anita Garibaldi	14/10/1992	Avenida Sapucaí, 35, Distrito de Oura Verde do Piquiri
Centro Municipal de Educação Infantil Procema Zanato	27/09/2004	Av. Rio Grande do Sul, 177, Jardim Vera Lígia
Escola de Educação Especial Novo Horizonte (APAE)	23/12/1992	R. Lino, 1751 - Bairro Santa Catarina
Colégio Estadual Amândio Moro	14/02/1968	R. Margarida, 504 - Centro
Colégio Estadual Duque de Gaxias	14/07/1968	R. Lino, 1758 - Bairro Santa Catarina
Escola Estadual Olavo Bilac	24/07/1967	R. Travessa Diamante, s/nº - Oura Verde
Escola Estadual São Francisco de Assis	26/04/1982	R. João Goulart, s/nº - Penha
Centro de Educação Infantil Mundo Encantado (privada)	26/11/2012	R. Quaresmeira, 1376

03 - PROPOSTA PEDAGÓGICA

"A Educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana." Lei 9394/96 LDB.

Neste sentido propomos desenvolver um trabalho coletivo, onde todas as escolas participem das decisões e que cada escola tenha a liberdade de expressar suas ideias, sonhos, crenças, concepções, ações e valores, na realização de seus projetos pedagógicos, assim fortalecendo a gestão democrática.

"... ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Lei 9394/96

Amparados nesta perspectiva legal e fundamentada nas leituras das obras de Marx, entendemos que a educação deve ser vista sob o ângulo da emancipação do homem pois constitui o processo de formação humana, para a vida e para o trabalho, e neste processo que existe a possibilidade de transformação, caso contrário, a educação apenas reforçará as desigualdades entre as classes e será instrumento de intensificação e reprodução de exploração à classe dominante sobre a classe dominada e de fragmentação entre o saber e o fazer.

Para que a educação em nosso Município reforça a perspectiva da emancipação do homem, temos como posicionamento teórico-metodológico o Materialismo histórico dialético que apresenta a possibilidade teórica de interpretação da realidade educacional que queremos, é por isso um método, um caminho que permite a compreensão filosófica e científica da educação.

O método materialista histórico dialético visa a interpretação da realidade, visão de mundo e praxis, tem caráter material e histórico, ou seja, os homens se organizam na sociedade para a produção da vida através de sua história.

Os educadores têm no método, um auxílio para a compreensão do fenômeno educativo a partir das reflexões empreendidas sobre as relações cotidianas entre professores e alunos na sala de aula.

"... o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens." (Saviani, 1994)

Para que a educação seja um instrumento do processo de humanização, o trabalho aparece como princípio educativo. Assim, a educação deve voltar-se para a reflexão sobre as contradições adversas e empreender ações que contribuam para a humanização plena dos homens em sociedade.

De acordo com o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada emigada pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Os currículos devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos, assim como a educação física. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, que serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular. Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

E conforme o Artigo 27 da mesma lei, os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento, - orientação para o trabalho; - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

A Proposta Pedagógica da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal respeitam as Diretrizes Pedagógicas vigentes. Está estruturada de acordo com o Currículo Básico para a Escola Pública da Região Oeste do Estado do Paraná (Ed. Infantil e Ens. Fundamental - anos iniciais), contemplando objetivos, conteúdos, orientações didáticas e avaliação.

3.1 - DIRETRIZES

A Constituição Federal de 1988 expressa a escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos, capazes de tomar decisões. Coerência que exige entendimento mútuo e participação, que supõe a abertura de novas decisões. E, assim, inclui a inclusão como princípio da gestão democrática na constituição.

A Gestão Democrática Social está vinculada a formação da cidadania por meio da construção coletiva do P.P.P bem como o Regimento Escolar. Esta construção da cidadania envolve um processo da consciência pessoal e social e de reconhecimento de direitos e deveres. A realização se faz quando das lutas contra discriminações, extensão das mesmas condições de acesso, às políticas públicas e pela participação de todos na tomada de decisões.

A gestão democrática da educação é uma prática social de apoio à prática educativa, constituindo declarações operacionais a ser o exercício da educação competente e reflexiva.

- ✓ A excelência da educação se dá tanto na dimensão pedagógica;
- ✓ A organização do currículo escolar;
- ✓ A reafirmação da reunião como espaço de encontro de professores educadores;
- ✓ A formação de educadores como processo sistemático e permanente;
- ✓ A avaliação para desenvolver prática aliada;

Quando na ampliação das condições de financiamento, no provimento de profissionais, na qualificação e na condição salarial dos educadores e demais trabalhadores em educação, na organização dos prédios escolares, nos equipamentos escolares adequados, nas condições de provimento de material didático-pedagógicos e de consumo, na merenda e no transporte escolar de qualidade. A ampliação do tempo de permanência dos alunos para além da jornada escolar, contribuindo no desafio do desenvolvimento e na sua efetividade.

A gestão democrática social e de excelência, considera a necessidade de autonomia como princípio para sua organização e funcionamento, mas em regime de colaboração com o Estado e a União, assegurando a harmonia e a identidade da Educação Nacional. Assim, a Educação de Corbélia assume compromisso de erradicação do analfabetismo, a universalização do ensino básico, a inclusão, firmando com plano de adesão de metas.

04 - GESTÃO E FINANCIAMENTO

4.1 GESTÃO

A Gestão da Rede Municipal de Ensino é um importante fator na garantia da qualidade da Educação. A integração entre suas diferentes dimensões, pessoal, financeira e material dá-se em termos de sua excelência, que é a dimensão pedagógica. A Educação com qualidade social requer que ocorra em todos os seus espaços e recursos a serviço desse objetivo.

A criação de Conselhos Escolares de Mecanismos de transferência de recursos diretamente para a escola, da escolha de diretores comprometidos com o sucesso da escola e dos alunos, escola de equipe pedagógica, através de mecanismos de avaliação interna e externa e de auto-avaliação. Esses espaços são necessários para uma gestão eficiente, para um sistema organizado de partes independentes que se relacionam em busca de objetivos comuns fundamentados num processo democrático em que os líderes compartilham decisões, visando atingir um nível superior de desempenho da educação.

Assim temos:
Escolha de diretores através da Lei 626/05 realizada mediante voto da comunidade escolar com transparência e envolvimento de uma liderança atuante ética com habilidade e atitude apropriada à função.

Escolha da Equipe Pedagógica se dá juntamente com a constituição das turmas no final de cada ano letivo, pelos professores em seus estabelecimentos de ensino observando os dispostos na Lei 7511/11 ou em conformidade com a Lei vigente.

4.1.1 Conselhos - Controle Social (conselhos municipais e controle social)

O controle social pode ser feito oficialmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deve ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encortada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Para que o sistema municipal de ensino atenda aos seus objetivos devemos ter a participação da comunidade na composição dos seguintes órgãos:

1. Conselho Municipal de Educação
2. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
3. Conselho de Controle Social (bolsa família).
4. Conselho de Alimentação Escolar
5. Conselho Escolar;
6. Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
7. Conselho de Transporte Escolar

4.1.2 Conselho Municipal de Educação

A criação do Conselho Municipal ressalta-se logicamente na Constituição Federal de 1988, na LDB nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação bem como nos princípios da gestão democrática do ensino público, com função normativa, consultiva, de supervisão e fiscalizadora. Assim como o SMED e consideração do órgão executivo de gerenciamento, consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Educação define-se como órgão normativo, com a responsabilidade de representar as diferentes segmentos sociais, na formulação das políticas e nas decisões dos dirigentes.

De acordo com a Lei Municipal 578/2003 e Regimento compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - Prestar assessoramento ao Executivo Municipal, no âmbito das questões relativas à educação, a sugerir medidas no que tange a organização e ao funcionamento da rede municipal de ensino;
- II - Promover e realizar estudos sobre a organização do ensino municipal, acadêmico e propondo medidas que visem a sua expansão e sua aperfeiçoamento;
- III - Exercer fiscalização sobre as atividades referentes à organização escolar e as suas atividades relacionadas;
- IV - Emitir parecer sobre os assuntos de ordem pedagógica e educacional que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, através de seu órgão próprio;
- V - Promover seminários e congressos de professores para debates sobre assuntos pertinentes ao ensino, na área de atuação do ensino municipal;
- VI - Promover correções por meio de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Prefeitura, tendo em vista o fiel cumprimento da legislação escolar;
- VII - Elaborar Plano Municipal de Educação;

O Conselho Municipal de Educação será composto por 17 (dezessete) membros sendo 09 (nove) efetivos e 08 (oito) suplentes, indicado pelo seu segmento. Os conselheiros devem ser educadores acima de todo, mesmo não exercendo as funções de professores, ter ampla cultura e profundo saber, exercer atividades profissionais na comunidade, com forte comprometimento com a educação. Cada segmento representativo com assento no Conselho escolarizará os respectivos representantes, em processo democrático, respeitando os requisitos de qualificação.

- I - O secretário Municipal de Educação;
- II - Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação sendo: 01 (um) titular e 01 (um) suplente indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
- III - Dois representantes dos professores de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 01 (um) titular e 01 (um) suplente indicado pelos professores em exercício na Educação Fundamental;
- IV - Dois representantes da Educação Infantil, 01 (um) titular e 01 (um) suplente, indicado pelos professores em exercício na Educação Infantil;
- V - Dois representantes dos pais 01 (um) titular e 01 (um) suplente, onde será indicado pelas APMFs das Escolas;
- VI - Dois representantes das equipes pedagógicas das escolas, que será indicada pelas equipes pedagógicas em exercício sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;
- VII - Dois representantes da APAE, indicado pela entidade sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;
- VIII - Dois representantes da APME, indicado pela entidade sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;
- IX - Dois representantes dos professores das Escolas Estaduais, representantes ao Município, indicado pelos professores sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente.

O mandato será de 03 (três) anos com substituição de 03 (um terço) dos representantes a cada ano.

4.1.3 Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem como objetivo a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se extinguiu em 2023.

A estratégia é distribuir recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões - a complementação do direito aplicado pela União e é de responsabilidade das regiões nas quais o investimento por aluno se inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escolas federais estaduais e municipais por comitês criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos comitês.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um órgão colegiado, cuja função principal, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, é processar ac acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade

administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

Aém da atribuição principal do Conselho, prevista no caput do art. 24 da Lei nº 11.494/2007, o § 9º e 13 do mesmo artigo e o Parágrafo Único do art. 27 acrescentam outras funções ao Conselho. Assim, o conjunto de atribuições do colegiado compreende: acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; supervisionar a realização do censo escolar, acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas ao Tribunal e acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo e, ainda, notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando ocorrer ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei nº 11.494/2007, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município deverá ser: composto por, no mínimo, nove membros, sendo: 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um); da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente:

- 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação ou Conselho Tutelar, um de seus membros também deverá integrar o Conselho do FUNDEB;
- 1 (um) representante dos professores, diretores, pais de alunos e servidores das escolas de ensino

também deverá integrar o Conselho do FUNDEB.

A escola (os representantes dos professores, diretores, pais de alunos e servidores das escolas) deverá ter em mente grupos organizados ou organizações de classe que representem esses segmentos, e comunicada ao Conselho do Poder Executivo para que, por ato de ofício, se nomeie para o exercício das funções de Conselheiros.

4.1.4 Conselho de Controle Social (bolsa família)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia a fam nas em situações de pobreza e de extrema pobreza do País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria e tem como objetivo reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de extrema pobreza.

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nos informações cadastrados no município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados o Ministério do Desenvolvimento Social seleciona as fam as que receberão o benefício.

As prefeituras municipais são responsáveis por cadastrar, atualizar, manter e atualizar a base de dados, acompanhar as condições do benefício e articular e promover as ações complementares destinadas ao desenvolvimento econômico das famílias pobres do município.

Nas áreas da saúde, as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mães na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer acompanhamento médico. Quando as gestantes ou lactantes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê. No que diz respeito à educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência escolar mensal de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 10 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência de 85% de carga horária mensal.

Cabe ao Poder Judiciário fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implantadas ações de acompanhamento das famílias em acompanhamento consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

A família a quem enfrenta dificuldades em cumprir as condicionalidades deve procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou a equipe de assistência social do município.

Caso não tome nenhuma dessas atitudes, corre o risco de ter o benefício bloqueado, suspenso ou até mesmo cortado.

4.1.5 Conselho de Alimentação Escolar - CAE

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) existe desde 2000 para fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar e garantir as boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino.

Instituído por medida provisória posteriormente ele passou a ser previsto pelo art. nº 11.947/2008 que regulamenta a Alimentação Escolar. Sua criação está relacionada à descentralização dos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação (MEC), que passaram a ser feitos diretamente aos municípios e estados sem a necessidade da realização de convênios e acordos similares visando dar maior agilidade ao processo.

Composto de representantes da sociedade civil, de trabalhadores da Educação, de pais e alunos, cabe ao órgão a emitir um série de ações, que incluem desde a produção dos alimentos até a prestação de contas dos gastos relacionados ao assunto. Também é tarefa do CAE emitir um parecer anual sobre o uso desses recursos para a rede de ensino - trabalho que exige avaliação, já que é com base nesse relatório que será determinada a continuidade ou a interrupção dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar.

O CAE é a instância da área de alimentação escolar mais próxima da sociedade, visto que dos sete membros titulares apenas um é indicado pelo poder legislativo. As outras seis vagas são ocupadas por representantes de pais e alunos, de entidades civis e dos docentes, discentes ou trabalhadores da educação (normalmente são os professores). Eles são eleitos pelas classes as quais representam, por meio de assembleias específicas, assumindo um mandato de quatro anos, exercido de forma não remunerada. Para a execução do trabalho, a Secretaria de Educação deve disponibilizar toda a infraestrutura necessária, com o local adequado para reuniões (que têm de ocorrer mensalmente) e transporte para deslocamento dos membros.

E fundamental que os conselheiros conheçam as condições, as despesas e os refletores das escolas para avaliar e gerenciamento de estoque, o controle da higiene nas preparações das ingredients e o fornecimento dos mesmos. O trabalho in loco permite que se questionem se os alunos estão satisfeitos com a merenda e observem outras "falhas" que possam vir a prejudicar o bom andamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. É importante que o conselho notifique a Secretaria de Educação sobre as irregularidades encontradas durante as visitas e, após, verifique as providências adotadas a respeito.

Analisar as contas relativas ao programa de alimentação escolar de cada município ou estado é, provavelmente, a atribuição do colegiado que exige mais atenção. Isso porque os conselheiros precisam verificar o relatório anual enviado pela Secretaria de Educação que detalha os gastos com a merenda, com meio de extratos bancários, cópias dos editais das licitações realizadas e uma lista com os débitos, as despesas e as rotas fiscais. Cabe também ao órgão fazer com que todos cumpram a Lei da Alimentação Escolar no que diz respeito, por exemplo, ao investimento de 30% da verba federal na aquisição de produtos da agricultura familiar visando estimular a alimentação saudável e promover o crescimento da economia local. Com base no estudo de todos esses aspectos, o CAE elabora um parecer ao FNDE em que informa se os recursos do PNAE estão sendo gastos conforme a lei. Se as contas não forem aprovadas e o FNDE concordar com a opinião do conselho, é aberto um processo para apurar as irregularidades e o repasse é suspenso.

4.1.6 Conselho Escolar

O Conselho Escolar e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários são dois órgãos com a função de promover a integração da família com a escola.

A principal função do Conselho Escolar é zelar pelo gestão da escola e pela qualidade da Educação. Os membros do Conselho podem decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos de um dado escolar, apresentados pela Diretoria Executiva (gestor escolar) sob a forma de planejamento.

É importante destacar que o Conselho tem a função consultiva, de consultoria e fiscalizadora, não tendo caráter executivo.

4.1.7 Associação de Pais, Mestres e Funcionários

Um órgão de representação de pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros sendo constituído por prazo indeterminado.

Esse elo constante entre pais, professores e funcionários com a comunidade prima também pela busca de soluções conjuntas para os problemas cotidianos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe, visando o bem estar e formação integral dos alunos.

Todos os envolvidos no processo são igualmente responsáveis pelo sucesso de educação gratuita e com qualidade nas escolas públicas e estaduais de Paraná. As associações de pais, mestres e funcionários tiveram até agosto de 2008, o apoio e o acompanhamento da Secretaria de Estado da Educação, por meio da Coordenação de Assuntos da Comunidade de Gestão Escolar (CGE), que, através dos trabalhos de capacitação que vêm desenvolvendo tem incentivado a comunidade de pais a importância de ir até às escolas para discutir, participar, colaborar e avaliar as decisões coletivas.

4.2 FINANCIAMENTO

Em uma rede de ensino municipal, a gestão dos recursos dialoga com o Projeto Educacional do município e com as Propostas Pedagógicas de suas escolas. É necessário planejar a educação e estabelecer com os setores técnicos que orientam a Rede Municipal, a fim de garantir educação de qualidade a todos os estudantes brasileiros. São apresentados alguns elementos básicos para esse planejamento como parâmetros para a tomada de decisões, para assegurar que os recursos estejam de fato a serviço da educação de qualidade.

A gestão educacional pode também desempenhar importante papel na mobilização da comunidade escolar e da sociedade local a favor do desenvolvimento sustentável, razão pela qual o texto aborda especificamente essa questão.

Segundo a LDB (Art. 6º), os recursos públicos destinados à educação são originados de:

- ✓ Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- ✓ Receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- ✓ Receita do Salário Educação e outras transferências;
- ✓ Receita de impostos fiscais;
- ✓ Outros recursos previstos em lei.

A LDB pressupõe que o sistema coloque o foco da Educação na Escola, e dentro da escola no aluno. Daí a vinculação necessária aos objetivos básicos da instrução educacional.

Há que se fiscalizar a correta aplicação dos recursos, nos termos dos artigos 7º e 11 da LDB que definem quais as despesas que podem ou não ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino: despesas admindas

- ✓ Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- ✓ Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- ✓ Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- ✓ Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- ✓ Realização de atividades necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- ✓ Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- ✓ Ampliação e custeio de crédito destinados a atender ao disposto na lei vigente;
- ✓ Aquisição de material didático, escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Despesas não admindas na categoria de manutenção e desenvolvimento de ensino: despesas que não são vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino que não visem, principalmente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

- ✓ Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial desprovido do caráter educativo;
- ✓ Formação de quadros especiais para a administração pública, seja militares ou civis inclusive policiais militares;
- ✓ Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- ✓ Obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- ✓ Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- ✓ Recursos despendidos na concessão de benefícios penais em famílias dependentes nos termos da MP nº 2.403/2001 (Renda mínima vinculada à educação - bolsa escola);
- ✓ Recursos transferidos por meio dos programas de apoio a Escolas e Municípios para a Educação de Jovens e Adultos e para expansão e melhoria da rede estadual do Ensino Médio (MP nº 2.100/2001, Art. 19, e 20, § 5º).

A LDB traz ainda outras noções para cobrir os custos de recursos, expressos no Art. 6º. São elas:

- ✓ A criação linearlinal das diferenças entre a receita e despesa prevista e a efetivamente realzada;
- ✓ A transferência da Secretaria de Educação em unidades orçamentárias. A LDB dispõe que os repasses dos recursos vinculados

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa do Governo Federal que visa auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, onde o licitante não deve ser o único suporte do trabalho pedagógico mas o recurso. O MEC encontra as vagas as escolas do ensino público do país - escolas que visam auxiliar o professor e conhecer as condições disponíveis para a escola.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa do Governo Federal que visa auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, onde o licitante não deve ser o único suporte do trabalho pedagógico mas o recurso. O MEC encontra as vagas as escolas do ensino público do país - escolas que visam auxiliar o professor e conhecer as condições disponíveis para a escola.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/PNAC) são programas do Governo Federal de caráter suplementar. No Art. 205 da Constituição Federal consta que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] VII - Atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

PNAE e PNAC têm como objetivo principal suprir, em parte, as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para a evasão e a repêlencia. Além disso, pretende favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes de todo o Brasil.
Os beneficiados com esse programa são os alunos que frequentam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental das escolas públicas e das escolas mantidas por entidades filantropicas. No entanto, esses alunos devem estar no Curso Escolar realizado pelo MEC, no ano anterior ao do atendimento.
O Governo Federal, por intermédio do FNDE, repassa os recursos financeiros aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Esses recursos são repassados em 10 parcelas, correspondente a 20 dias, e voltam para comprar dos alimentos da merenda escolar. Essa transferência é feita automaticamente, sem a necessidade de nenhum convênio, acordo ou contrato. Os recursos são desalocados em conta em espécie e específica do PNAE, aberta pelo próprio FNDE, em agências de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou dos Bancos conveniados. Após o repasse as entidades executoras tornam-se responsáveis pelo recebimento e utilização dos recursos exclusivamente, à aquisição de gêneros alimentícios.

Com a descentralização da compra dos gêneros alimentícios, os benefícios foram alcançados, entre eles: respeito aos hábitos alimentares de cada região, estímulo à produção e à comercialização local; promoção do desenvolvimento de cada localidade; garantia de uma alimentação de melhor qualidade. O processo de compra dos alimentos da merenda pode ser feito por processos rotativos com as já utilizadas por Entidades Executoras, tais como: Concorrência Pública, Tomada de Preços e Carta Corrente.
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
Repasse de Recursos por ano, considerando número de alunos de Ensino Fundamental (Censo Escolar).
PNAC - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche
Repasse de Recursos por ano, considerando número de alunos de Educação Infantil (Censo Escolar).

Salário Educação
A Lei Estadual nº 13.116 de 06/03/2001 dispõe sobre a destinação da cota estadual do salário educação conforme determina a Lei nº 9424-Fundel artº15, sendo esta destinada exclusivamente ao ensino fundamental público e na valorização do magistério, redistribuída entre Estados e Municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes, conforme censo educacional, devendo ser aplicado em programas, projetos e ações de ensino fundamental regular, presencial e a distância, devendo ser excluído, salvo exceção:
I - Implantação e manutenção de programas de transporte escolar;
II - Aperfeiçoamento dos profissionais da área;
III - Construção, conservação e reforma de prédios escolares e aquisição e manutenção de equipamentos escolares;
IV - Prospecção e aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, professores e da escola;
V - Estudos, levantamentos e pesquisas, visando aprimoramentos da qualidade de ensino e aprendizagem.

Com a Lei nº 10.632/03 de 29/12/2003 alterou o artº15 da Lei nº 9424-Fundel e Lei nº 9786 de 08/12/1998, que versa sobre o salário educação, passando a distribuição diretamente do Governo Federal aos municípios.
Projeto Horta Escolar
A manutenção de qualidade e uma das maiores preocupações dos municípios. Para enriquecer o currículo, formar bons hábitos alimentares, organizar no município de Curitiba, uma horta escolar produz verduras e leguminosas que são distribuídas às crianças das Unidades Escolares de Centro Municipal de Educação Infantil, formando assim, educandos saudáveis com uma alimentação balanceada.

4.2.1 Programas de Manutenção do Transporte Escolar
Convênio Estadual
O Convênio de Cooperação Técnica-Intermunicipal que entre si celebraram o Estado do Paraná, SEDUC (Secretaria de Estado da Educação); e os Municípios deste Estado, tem por objetivo repassar recursos financeiros visando oferecer condições de prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da Rede de Ensino Público Estadual.

PNATE - Programa da Manutenção do Transporte Escolar
O FNDE é responsável pela assistência financeira em caráter suplementar, pela normalização, acompanhamento, coordenação e avaliação da aplicação dos recursos repassados para a prestação de serviços de transporte escolar.
A transferência dos recursos financeiros é condicionada à efetiva arrecadação. Lei Orçamentária Anual Federal, toda automaticamente, sem convênio, divide proporcionalmente pelo número de alunos (Censo), moradores da zona rural, q... e Alizam de esporte escolar.
Manutenção do Transporte Escolar - Recursos Próprios
O Transporte Escolar é realizado em parte, pela frota municipal (08 ônibus, 04 micro-ônibus e 02 Kombi) São atendidas algumas matriculadas em anos de ensino nos 3 períodos, residentes na zona rural e alguns alunos da sede, abrangendo também, os alunos da zona rural que estudam nos Distritos de Oura Verde do Picui e de Nossa Senhora da Penha. A SMED conta ainda com 01 Chevrolet Celta, 01 Fiat Uno, 01 Fiat Doblo e 01 Renault Master que atuam nos serviços administrativo-pedagógicos e um VW-Swagem Saveiro que está a serviço da manutenção dos prédios escolares.

4.3 - METAS E ESTRATÉGIAS
META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:
20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre federados, em especial as decorrentes do art. 60 da Constituição, das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
20.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compreensão financeira por a exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.5) desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública em todas as suas etapas e modalidades;

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Censo Aluno-Qualidade Inicial - CAQI, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos resolutivos mínimos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Censo Aluno-Qualidade - CAQ;

20.7) implementar o Censo Aluno-Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, a implementação e transporte escolar;

20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e da Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

20.9) regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com ênfase na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções distribuídas e supletivas da União no controle das desigualdades educacionais regionais;

20.10) caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQI e posteriormente do CAQ;

20.11) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por instâncias oficiais de avaliação educacionais;

20.12) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais e a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei;

20.13) implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino no âmbito de análise do demonstrativo de gastos elaborados pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo, em audiência pública (instância) e os demonstrativos financeiros encaminhados mensalmente ao Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB;

20.14) estabelecer Mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos Arts. 7º e 71 da LDB, em relação ao que não são despesas com a educação;

20.15) Prever suporte financeiro necessário ao cumprimento das metas estabelecidas no período de vigência do mesmo;

20.16) Oficializar através desta Lei o programa "Escola Gestora", visando garantir autonomia financeira nas Unidades Escolares e Centro Municipal de Educação Infantil;

20.17) Integrar ações da Secretaria Municipal de Educação e de outras Secretarias nas áreas de atuação com um;

20.18) Flexibilizar a realização da Conferência Municipal de Educação em espaço de participação, discussão e deliberação das políticas para a Educação no município, a ser realizado no mínimo uma vez no período correspondente a cada gestão de administração municipal, sendo sua convocação e organização de responsabilidade da SMED e do CME;

20.19) Assegurar o processo de Indicação, através de eleição normas para o cargo de Secretário Municipal de Educação;

20.20) Apoiar técnica e financeiramente as Unidades Escolares Municipais e Centro Municipal de Educação Infantil na elaboração e execução de suas propostas pedagógicas;

20.21) Estabelecer programas diversificados de formação continuada e melhoria do desempenho correlatos ao exercício da função;

20.22) Manter parcerias com os APMFs das Escolas Municipais;

20.23) Adquirir equipamentos para serem usados nas atividades rotineiras e também ser levados nas avaliações antropométricas que são realizadas anualmente nos alunos;

20.24) Adquirir um carro adaptado e refrigerado para ser usado, exclusivamente, na entrega da alimentação escolar;

20.25) Projeto de horta escolar para as Escolas Municipais, que tenham espaço, com uma pessoa responsável para cuidar da mesma;

20.26) Reformar e melhorar as cozinhas das escolas municipais, quando necessário, observando as normas obrigatórias, equipando-as conforme necessidade;

20.27) Implementar a construção de refeitórios fechados, que estejam dentro das normas sanitárias, para as escolas e CMEIs municipais, em parceria com o governo estadual e federal;

20.28) Promover capacitação para as cozinheiras que trabalham na alimentação escolar. Adquirir um sistema para cálculo de cardápio;

20.29) Adquirir materiais didáticos para serem usados nas atividades de educação nutricional;

20.30) Adquirir mais veículos e contratar motoristas para transporte escolar, conforme a necessidade;

20.31) Construir, ampliar e reformar escolas e CMEIs;

20.32) Adquirir materiais didáticos/pedagógicos;

20.33) Adquirir parquinhos para escolas e CMEIs;

20.34) Construir, fazer manutenção e reformar quadras esportivas e ginásios para escolas municipais e CMEIs;

20.35) Garantir formação continuada específica para os auxiliares administrativos/motoristas e auxiliar de serviços gerais;

20.36) Adaptar espaços físicos das escolas e CMEIs e mobiliários conforme necessidades especiais e faixa etária;

20.37) Garantir a função gratificada para o auxiliar administrativo que está na função de secretário com função;

20.38) Solicitar à União, estado e município verbais complementares para as escolas que oferecem atividade complementar.

05 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao longo da história, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela partilhava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na atualidade, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de convivência, socializando-se e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares (PASCHOAL e MACHADO, p. 79, 2009).

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocou toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime de fábrica e das máquinas. Dessa maneira, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos. (PASCHOAL e MACHADO, p. 79, 2009).

Logo, primeiras instituições para o cuidado dos filhos dessas famílias Na Europa e Estados Unidos, as primeiras instituições tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças em altura às mães trabalhadoras. No início, nas creches, escolas maternas e jardins de infância, tinham apenas a função de armazenar o objetivo era a higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

As instituições destinadas à primeira infância eram formadas pela creche e jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram usadas como modelos em diferentes países, a partir da segunda metade do século XIX. No Brasil, a creche foi criada oficialmente com a função assistencialista, o que distinguia das nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos e fundamentos o caráter pedagógico.

David, a muitos falamos, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho, dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos. Ao longo das décadas, as poucas creches não se limitaram apenas a cuidar e educar suas crianças, mas também a promover a participação da comunidade, com o objetivo de garantir a formação de uma cidadania crítica e responsável com a sociedade.

Simultaneamente, há o surgimento das pré-escolas (jardim de infância) privadas, criadas pela população mais abastada, com objetivo pedagógico. Enquanto as instituições públicas dirigidas às crianças mais pobres, com a função de suprir carências e deficiências, as particulares funcionavam em meio à rotina trabalhando requisitos para o ensino posterior e privilegiando a criatividade e a sociabilidade infantil.

No decorrer da história a creche foi caracterizada por momentos que trouxeram modificações no seu papel, que aos poucos foram destacando a importância do atendimento à criança. A LBA - Lei Orgânica de Assistência Social estendeu seus serviços às creches. Por outro lado deve-se considerar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que determinou às empresas oferecerem "um espaço para atender os filhos de mães operárias em período de amamentação. Ainda é importante ressaltar, na história da Educação Infantil, dois marcos que podem ser considerados pontos de referência: o direito de criar a educação, a Declaração dos Direitos da Criança, documento produzido pela ONU em 1959 e complementado pela Convenção sobre o Direito da criança em 1989, e a Declaração Mundial sobre educação para todos em 1990, assinada em Jomtien, na Tailândia em março de 1990, por representantes de 165 países. Aos poucos o papel muda e começa a assumir a responsabilidade com essa escola que se consolida com a Constituição de 1988.

No Estado do Paraná, a história das creches não se diferencia do contexto nacional. Sua origem está baseada em uma visão assistencialista, sem preocupação com os aspectos pedagógicos. As maiores mudanças ocorreram na década de 1990, com a implantação efetiva do Currículo Básico para as Escolas Públicas do Paraná. Ensino de Primeiro Grau, que instituiu a concepção educativa de creche, sem qualquer distinção com os trabalhos da Pré-escola ocasionando a redefinição dos seus objetivos e sua função frente ao desenvolvimento infantil.

No Município de Curitiba, o trabalho com a Educação Infantil teve início no ano de 1966, com as turmas de jardim de infância que atendia crianças de cinco e seis anos, na então Escola Redentora São José, localizada na atual cidade inserida entre os objetivos pedagógicos. Nessa época eram administradas por entidades religiosas, havendo parceria com o poder público municipal. A partir de 1989, é o município que leva a atuação da educação de primeira infância para a população em geral. O currículo de infância na Escola Municipal São José, com a resolução nº 1771/1989 de 18/07/1989.

Posteriormente, com a Escola Gabriel de Lara, Tancredi Neves, Castro Alves, 1º de Maio, Dom Bosco e Anta Garibaldi, atendimento a uma clientela de cinco e seis anos, só que as mesmas ainda não tinham autorização de funcionamento da pré-escola, sendo todas de responsabilidade do Município de Curitiba. Também, com duas entidades filantropicas, APME e APRE.

A APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, fundada em 1º de novembro de 1967, reconhecida em 12/07/1968, formada por pessoas da comunidade, com número limitado de vagas por turma, atendendo muitas por necessidade e assistindo a maternidade e a infância em geral, também atendendo uma turma com pré-escola, mantida em convênio com a LBA. Porém, há alguns anos essa deixou de atender a Educação Infantil com fins educacionais.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE é uma sociedade civil de caráter assistencial sem fins lucrativos de atuação itinerante e com sede na cidade de Curitiba, com a Escola Especializada Novo Horizonte, para atender crianças com necessidades especiais de todas asidades, tendo convênio com a LBA que se encontra através do artigo 19 § 1º de Medida Provisória 813 de 1º de janeiro de 1995, que na atualidade atende crianças de Educação Infantil através do programa de Estimulação Essencial, codendo haver matrícula com o Ensino Regular.

Devido à LDB 9394/96, Art.89 as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino, logo, o Município de Curitiba assumiu as Lutas de Educação Infantil em datas diferenciadas: - Escolas Municipais Castro Alves, 1º de Maio, Gabriel de Lara, Tancredi Neves, Dom Bosco e Anta Garibaldi a partir de 1994.

- Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe a partir de 1997, sendo que foi extinto em 2007.

- Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve a partir de 1998 (extinto em 2005, sendo que a Escola Municipal Anta Garibaldi obtinha autorização de funcionamento em tempo integral para esta modalidade).

- Centro Municipal de Educação Infantil Inocência Zanotto criado em 2004.

- Escola de Educação Infantil Maria Immaculada, criada em 2012.

Segundo a Del. Resolução 32/2014 do CEE-PR a Educação Infantil pode organizar-se em: a) turmas, ciclos, semáforos, permanência de períodos de estudos, com base na idade, no desenvolvimento e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de ensino e aprendizagem assim o recomendar. Com a finalidade de assegurar unidade no atendimento à especificidade do desenvolvimento infantil, os Centros de Educação Infantil devem ser organizados em Creches, para atendimento de crianças do nascimento aos 3 anos de idade, e em Pré-Escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade, ou conforme legislação vigente.

A organização de grupos infantis deve respeitar as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas singularidades, bem como os espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos existentes na escola, tendo como parâmetro a seguinte relação professor/criança:

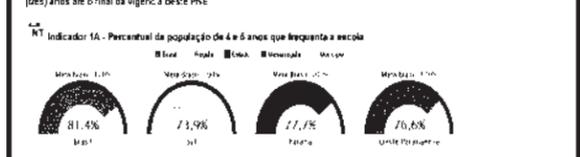
- I - do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;
- II - de um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;
- III - de dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;
- IV - de três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;
- V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.

Dados da população infantil de 0 a 5 anos de Curitiba em 2015:

Número de alunos Número de alunos Número de

Faixa Etária	nas instituições		alunos na Instituição Convencionada (APAE)
	públicas	privadas	
0 a 3 anos	247	37	5
4 e 5 anos	413	15	4
Total	660	50	9

Fonte: SME/2015



O CEEPR ainda dispõe sobre as vagas que serão limitadas segundo a capacidade do número de alunos por turma e professor detida pela escola no início do ano. A matrícula pode ser efetivada durante o ano de trabalho educacional, desde que não ultrapasse a capacidade de atendimento com qualidade das turmas de Educação Infantil.

Em relação aos padrões de infraestrutura do ambiente educacional, tendo como parâmetros a Deliberação citada acima, em seu caput e IV, que trata do espaço, das instalações e dos equipamentos, verificamos através de pesquisa realizada que em 2015, que as instituições públicas, no que se refere a condições de localização, acesso, segurança, saúde, saneamento, acessibilidade, iluminação, higiene, espaços para recepção, espaço para os professores, para os serviços administrativos, pedagógicos e de apoio, salas para atividades das crianças, como boa ventilação, visão para o ambiente externo, mobiliário e equipamentos adequados, respaldando a área mínima de 15 m² por criança atendida, saneamento, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, atendimento às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, áreas cobertas e livres para atividades externas, os estabelecimentos de ensino estão em acordo com a Deliberação na maioria dos aspectos e ainda se adaptando em outros. Quanto à alimentação oferecida nas escolas públicas, municipais e no CMEI o cardápio é elaborado no município, visando a qualidade e quantidade dos nutrientes nas refeições servidas, sendo que essa ainda faz um acompanhamento com as crianças, avaliando-as quanto ao estado nutricional.

5.1 DIRETRIZES

De acordo com a LDB 9394/96 e a Deliberação do 02/2014 do CEE-PR a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica, constitui direito inalienável das crianças do nascimento aos 5 anos de idade, a que o Estado tem o dever de atender em compensação à ação da família e da comunidade. Sua matrícula é obrigatória para todas as crianças a partir de 04 anos de idade. Tem como finalidade proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, intelectual, afetivo e social, ampliando experiências de interação e convívio na sociedade, marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

Em seu artigo 31, a LDB ainda dispõe sobre horas comuns. Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional. Atendimento à criança de no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o tempo parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral. Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar exige a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) do total de horas. Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A elaboração do Projeto Pedagógico na substituição de ensino na rede privada e de instituições privadas deve buscar a interação entre os diversos campos do saber e o cotidiano das crianças, é coordenada pelos seus diretores, equipe pedagógica, proprietários, com participação de seus professores, funcionários, atendendo às exigências da LDB. Deve ter como objetivo garantir às crianças acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito a proteção, a saúde, a liberdade, a confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Utilizam como referencial bibliográfico o RCI, o Currículo Básico para a Educação Pública Municipal do Oeste do Paraná - AMOP, livros, diretrizes, legislações, regimentos próprios entre outros.

Na LDB a Educação Infantil recebe destaque, já que era inexistente nas Legislações anteriores. Pela primeira vez em uma lei foi utilizada essa expressão, sendo tratada em uma seção específica, estabelecendo inclusive que ela ser a oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas, 4 a 5 anos de idade, ou conforme legislação vigente.

Considerando ainda os aspectos legais, ser em artigo 1º nº 1.274 de 6 de fevereiro de 2006 que alterou a redação dos Arts 2º, 3º, 32 e 87 da LDB 9394/96 e dispôs sobre a criação de nove anos para o Ensino Fundamental. A partir dessa Lei, o A132 da LDB passou a vigorar com a seguinte redação: "O Ensino Fundamental Obrigatório com duração de nove anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão... Essa forma, considerando a efetividade da Lei, a Educação Infantil passa a atender até o cinco anos de idade.

A etapa de finalização da Educação Infantil e ingresso no Ensino Fundamental deve obrigatoriamente respeitar a legislação vigente e as normas emanadas pelo Conselho Estadual de Educação, considerando a natureza e o caráter necessárias, que se darão na etapa seguinte.

Para garantir o acesso e a qualidade nas instituições de Educação Infantil, faz-se necessário o regime de corresponsabilidade das três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal, na articulação das políticas e dos programas destinados às crianças. Porém, a prioridade é da esfera Municipal, sendo que o estado e a União devem cooperar, visto que os 10% dos recursos que os municípios devem investir é

insuficiente, conforme o PNC e o PCE. Paralelamente aos avanços da legislação as pesquisas internacionais e nacionais apontam para os benefícios do investimento na primeira infância.

No atual contexto, a Educação Infantil deve cumprir com as funções indissociáveis e indispensáveis de educar, cuidar e brincar, um processo de interação, fundamentada na concepção de criança como ser social, histórico e cultural e um cidadão em direitos. Nos últimos anos a criança nos mostra como se processa o desenvolvimento humano, destacando o importante papel na educação infantil na qualidade das interações e estímulos proporcionados às crianças.

A. Promoção de práticas de cuidado e educação deve possibilitar a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é ser completo, feliz e muito feliz.

B. O reconhecimento da importância da identidade pessoal das crianças, suas famílias, educadores e outros profissionais.

C. Que o jogo e faz-de-conta e o brinquedo sejam instrumentos prazerosos e lúdicos, que permitam oportunidades e experiências que promovam o desenvolvimento pleno da criança, valorizando a pedagogia da infância.

D. O ambiente, no Centro Municipal de Educação Infantil, deve ter estrutura e funcionamento adequados que propiciem situações planejadas intencionalmente de modo a democratizar o acesso aos bens culturais e educacionais. Este ambiente deve ser estimulador, possibilitando às crianças contato com o mundo da linguagem (oral e escrita) sem com isto submetê-la à aquisição sistemática da leitura e escrita. Porém, a Educação Infantil pode ser oferecida em instituições educacionais que atendam crianças de 3 a 5 anos de idade, desde que garantidas as condições de funcionamento e as exigências contidas na Deliberação 02/2014 do CEE-PR acrescentando em sua denominação a oferta de Educação Infantil e As instituições de Educação Infantil devem organizar sua estratégia de avaliação que deve ter dimensão formativa com o acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento das crianças e da apropriação do conhecimento, como suporte para a ação educativa. Deve subsidiar permanentemente o professor ou a instituição. A avaliação do processo da aprendizagem deve ser o indicador da necessidade de intervenção pedagógica, sem caráter seletivo ou punitivo. São previstas avaliações, que tenham o objetivo de reavaliação ou promoção para o Ensino Fundamental.

De acordo com a Deliberação 02/2014 do CEE-PR no Artigo 3º o processo do Magistério para atuar na docência na Educação Infantil, deve ter a formação em nível superior em curso de licenciatura em Pedagogia ou Curso Normal Superior, admitida como formação mínima para a oferta de ensino médio, no modalidade Normal ou conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Educação Infantil, como um todo, leva em conta os desafios a busca de soluções educativas para superar o enfoque assistencialista e construir uma proposta pedagógica que se integre ao cuidar e educar. A partir disso, está desenvolvendo um plano programa de formação continuada, através de cursos e encontros voltados à proposta pedagógica e as especificidades de cada faixa etária. Nas escolas privadas e conveniadas, a formação continuada ocorre de acordo com as propostas de sua manutenção.

Quanto às crianças com necessidades especiais, a LDB em seu artigo 56º e Deliberação C22/2014 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, aponta para o seu atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, respeitando o critério de atendimento às suas necessidades específicas e quando necessário, com meio de ações compensatórias entre as áreas de saúde, assistência social, cultural e lazer, com profissionais especializados para apoio ao professor, atendimento educacional especializado mediante avaliação específica em classes, escolas ou serviços específicos, sempre que em função das condições dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular, aceitação nos estabelecimentos que não tenham condições físicas, mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos e outros que se fizerem necessários. As crianças com necessidades especiais matriculadas no Ensino Regular contam com o apoio do Programa de Estimulação Essencial da Escola Especializada Novo Horizonte.

5.2 METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 do Plano Nacional de Educação, universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas da educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Garantir que, ao final da vigência do PNE, seja menor a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevada e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa;

1.3) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada;

1.4) Elaborar programas para eliminar a evasão escolar, com acompanhamento direto ao educando e à família, e se necessário aos educadores, responsabilizando-os quando necessário;

- 2.14) Atuar, anualmente, nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas dentro dos princípios democráticos e participativos, sendo de responsabilidade das Mantenedoras, Escolas e Professores.
- 2.15) Fomentar as APMFs para melhoria das Unidades Escolares, atendendo também as características e necessidades específicas de cada unidade escolar juntamente com o Poder Público.
- 2.16) Assegurar a escolha de diretores em todas as Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino, conforme a Lei nº 826/2005 de 29/11/2005.
- 2.17) Garantir a construção coletiva e a possibilidade de um currículo que assegure, aos alunos da Escola Pública, um conhecimento de qualidade, identidade cultural, o desenvolvimento da cidadania, as competências regionais e curriculares, incluindo temas específicos da história, das manifestações artísticas, científicas, religiosas dos povos indígenas, da cultura afro-brasileira e dos trabalhadores rurais.
- 2.18) Investir, pela mantenedora, na aquisição e ampliação da infraestrutura e equipamentos necessários a um trabalho pedagógico de qualidade, cumprindo a construção física (construção de salas, banheiros, calçamento interno, quadras esportivas e muros, etc.), com adaptações adequadas a pessoas com necessidades especiais, a fim de espaço para atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas.
- 2.19) Instituir mecanismos de avaliação interna e externa o divulgar resultados, com participação dos professores, funcionários e pessoal de apoio a Educação, envolvendo nesses processos, por meio de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, entendendo que os resultados são produzidos historicamente.
- 2.20) Manter uma política educacional, que assegure as crianças com idade até 14 anos, o ensino obrigatório gratuito e de qualidade na Escola Pública visando a elevação do nível de escolaridade, criação de vagas em todos os níveis de ensino e a permanência do aluno na escola.
- 2.21) Elaborar programas específicos, se necessário, para eliminar a evasão escolar e repetência, com acompanhamento direcionado ao educando, à família e aos educadores.
- 2.22) Assegurar condições de infraestrutura adequadas ao ensino e a permanência do aluno na escola a. para o acesso e o encaminhamento de alunos, com profissionais: psicólogos, fonoaudiólogos, fonoaudiólogos, fonoaudiólogos, terapia ocupacional, assistência social, fonoaudiólogos e outros, com apoio da SMED, Conselho Tutelar, conforme Cap. I, Art. 17º do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 2.24) Viabilizar a realização de projetos extracurriculares conforme o PPP.
- 2.25) Garantir uma unidade teórica-metodológica para o Ensino Fundamental, promovendo políticas de interação entre professores.
- 2.26) Fomentar parcerias com os órgãos públicos na área de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Segurança e Justiça, de modo a viabilizar ações integradas que favoreçam a formação educacional cultural e social dos alunos.
- 2.27) Garantir a demanda de uma equipe técnica pedagógica-administrativa e auxiliares de serviços gerais em turno, conforme o porte das escolas.
- 2.28) Promover estratégias que envolvam e valorizem os pais a participarem da vida escolar.
- 2.29) Envolver as APMFs e Conselho Escolar, em Junta Orgão representativas da Escola e Sociedade Civil, nas reflexões e ações em pro de uma Educação de qualidade.
- 2.30) Proporcionar uma política de formação continuada aos professores e funcionários, em vista da atual situação do ensino e necessária.

- 2.31) Garantir a alimentação suplementar para as crianças atendidas no Ensino Fundamental, nos estabelecimentos públicos e Escolas Especiais através de recursos próprios e colaboração financeira do Estado e da União.
- 2.32) Garantir a Rede Pública Municipal o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional.
- 2.33) Assegurar o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do Ensino Regular, incluindo a inclusão educacional nas Escolas Públicas.
- 2.34) Acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e de seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente.
- 2.35) Ampliar progressivamente a jornada escolar, visando expandir a Escola em Tempo Integral.
- 2.36) Fomentar parcerias externas a comunidade escolar, visando projetos para a melhoria educacional e a participação da comunidade em geral conforme o PPP.
- 2.37) Instalar mecanismos de colaboração entre os setores de Educação, Saúde e Assistência Social, quanto a atender o emergencial.
- 2.38) Viabilizar o transporte escolar para alunos residentes no interior do Município, até as Unidades Escolares, conforme necessidade.
- 2.39) Assegurar o cumprimento dos dias letivos, respeitando os dias de descanso semanal, feriados nacionais, bem como o período anual de férias para crianças e funcionários.
- 2.40) Assegurar o número adequado de alunos conforme Legislação Vigente e/ou de acordo com os critérios adotados no Conselho Municipal de Educação.
- 2.41) Socializar, através de boletim informativo, seminários e outros meios, atividades de ensino/aprendizagem a comunidade escolar da Rede Pública Municipal, organizado pela SMED.
- 2.42) Ofertar formação continuada aos profissionais da educação pública municipal.
- 2.43) Realizar concurso público para professores da educação sempre que necessário, garantindo proficiência em vagas reais conforme demanda e previsão de necessidade.
- 2.44) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 2.45) Incentivar a formação inicial e continuada dos profissionais do ensino fundamental, garantindo progressivamente o atendimento por professores com formação superior.

META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental. Estratégias:

- 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados dos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização;
- 5.6) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica. Estratégias:

- 6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas/dia durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 2.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informação considerando as peculiaridades locais;
- 6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transições globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais com oferta de ensino em instituições especializadas;
- 6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da oferta para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

META 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com

META 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhorias de fluxo escolar e da aprendizagem do aluno a atingir as seguintes médias nacionais para o IDeB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,7	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhorias de fluxo escolar e da aprendizagem do aluno a atingir as seguintes médias MUNICIPAIS para o IDeB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	6,0	5,9	6,6	7,0

- 7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interprefeitura, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direções e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.
- 7.2) assegurar que:
- a) no quarto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado o nível suficiente de aprendizagem em seus direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
 - b) no último ano de vigência deste PNE, todos os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- 7.3) constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do aluno e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.
- 7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.5) formular e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e a profissionalização de serviços e apoio escolares, à ampliação do desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.
- 7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com idêntico nível de média nacional;
- 7.7) garantir a elaboração e aplicação da prova Prova Brasil, pela equipe da SMED para as turmas de 1º ao 5º ano com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e quando necessário oferecer formação continuada para aprimoramento nas áreas de conhecimento, sendo que a formação será prevista a partir da devolutiva;
- 7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;
- 7.9) orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDeB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo a desigualdade. Até o último ano de vigência deste PNE, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios.
- 7.10) fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDeB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos(as) alunos(as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.11) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- 7.12) garantir transporte gratuito para todos os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.13) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;
- 7.14) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e gratuita; até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.15) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.16) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.17) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências ex, em cada edifício escolar, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.18) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.19) promover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.20) a União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços de educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.21) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;
- 7.22) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.23) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;
- 7.24) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos, a oferta de programas para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial;
- 7.25) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos curriculares correspondentes às respectivas comunidades e conscientização e fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os(as) alunos(as) com deficiência;
- 7.26) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articular a educação formal com experiências de educação popular e cidadã com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.27) promover a articulação dos programas da área de educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.28) universalizar a articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(as) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.29) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para o promoção, prevenção e atendimento à saúde e a integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.30) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas e o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;
- 7.31) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Letura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.32) instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e de alunos e alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;
- 7.33) promover a regularização da oferta de educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;
- 7.34) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDeB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

7.1 DIAGNÓSTICO

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos foi incluída no rol das "ensinadas educacionais a partir de 1933, com a transformação da estrutura econômica urbano-agrícola em um modelo industrial emergente que exigiu preparo intenso das forças de trabalho, nova qualificação de mão-de-obra e até mesmo, uma mudança radical na vida da população.

Com a modernização do Brasil, repassa à escola a necessidade de formar o indivíduo letrado para melhor atender o sistema capitalista. Além disso, outros aspectos importantes permeavam o cenário brasileiro: o êxodo do homem do campo para a cidade, gerando novas contradições urbanas e a necessidade de aumentar as bases eleitorais para sustentação do governo em que se pretendia uma ação extensiva que previu a alfabetização em massa, originando a criação de várias escolas supletivas. Nesse momento, o analfabetismo era concebido como castigo e não como efeito da situação econômica, social e cultural do país.

Nesse período, a escola passa a ser necessária para um número cada vez maior de brasileiros, ficando-se, então, cursos noturnos para atender a demanda de alunos trabalhadores. Negava-se a história e o saber social do trabalhador e valorizava-se o conhecimento escolar que se tornaria o ensino regular para o supletivo, com função de suprimento, suplência, qualificação e aprendizagem. Multiplicaram-se os programas de Alfabetização e Educação Popular, orientados por Paulo Freire, os quais foram interrompidos pelo golpe militar, surge então o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com caráter conservador e assistencialista, em vigor até a década de 1980.

No entanto, no começo dos anos 90, o Brasil foi marcado pela a nova Constituição Federal de 1988, que atribuiu o direito de acesso ao ensino fundamental para todos os cidadãos, independentemente da idade, colocando a Educação de Jovens e Adultos no mesmo grau de importância das demais modalidades de ensino. Foi necessária uma nova concepção de ensino-aprendizagem para a EJA, a fim de que os novos cidadãos pudessem se apropriar do conhecimento e de que sua inserção na sociedade letrada fosse garantida e efetiva.

Não podemos ignorar que, no país, os problemas de base ainda não foram resolvidos e, mesmo diante de tantas transformações tecnológicas na conquista do conhecimento, convivemos com o analfabetismo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 33 milhões de brasileiros são analfabetos funcionais. Isso significa que 18% da população brasileira possui menos de quatro anos de estudo. Outros dados apontam que em 2014, 16 milhões de pessoas com mais de 15 anos não são alfabetizadas, segundo dados da Associação Brasileira de Educadores de Jovens e Adultos (ABEJA), a população de 15 anos ou mais corresponde a um total de 119.533.048 habitantes, sendo que 13.238.159 estão alfabetizados e 16.294.889 são analfabetos.

Pensar em ações para o problema passa pela questão da cidadania, que compreendemos como fazer partidar da nação social, política e econômica do país. Nessa perspectiva, é imprescindível que a educação ofereça o mínimo de condições compatíveis com sua função de acesso àqueles que, por algum motivo, não lograram, em idade convencional, seu lugar nos bancos escolares. Daí a importância da Educação de Jovens e Adultos estabelecer uma organização pedagógica que fundamenta nos conhecimentos prévios de seus alunos e no contexto em que vivem.

Outro critério fundamental refere-se a consideração da concepção de mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da população de jovens e adultos, no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, propondo atividades metodológicas que possibilitem ao educando conhecer seus direitos e participar ativamente da vida política da sociedade na qual está inserido. Também, é preciso reconhecer que o desenvolvimento da educação de qualidade deve ser intencionalmente planejado e voltado para os imperativos do mundo globalizado, pois o desenvolvimento de um perfil baseado nas novas competências com qualificação para resolução de problemas, a interação com diferentes mídias, o dinamismo e flexibilidade. Existe potencial humano para o aprendizado, é preciso apenas dar a oportunidade para que ele seja desenvolvido. Um aluno bem informado sobre seus direitos e deveres dentro do convívio social certamente poderá realizar melhores ações no desenvolvimento da sua vida.

O trabalho na área de Educação de Jovens e Adultos requer dos profissionais coragem e determinação, pois esses educandos já aprenderam e aprenderão vários conteúdos da vida e a memorizá-los não é tarefa fácil. Muitos deles, quando retornam à sala de aula, trazem consigo tabus, estigmas e paradigmas que se transformam em barreiras ao aprendizado. Rombar com os modelos já existentes é o primeiro passo para garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino na Educação de Jovens e Adultos. Refletir sobre a prática pedagógica diária é a base do trabalho do professor, sobretudo ao diagnosticar os problemas para os quais deve buscar soluções eficazes e produtivas.

Para a EJA, além de ser imprescindível o desenvolvimento de uma prática educativa coerente, que possibilite o modo efetivo a participação cidadã e a valorização da diversidade cultural, fazem-se necessárias as iniciativas de fortalecimento de políticas públicas educacionais sustentadas por valores compatíveis com a justiça social e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Logo, podemos dizer que os reflexos da luta contra o analfabetismo já são presentes na nossa sociedade. Podemos perceber que, ao longo do percurso da Educação de Jovens e Adultos, acertos e desacertos ocorreram, porém, as discussões atuais nos mostram "novos caminhos".

Há de fato ações da sociedade que têm contribuído significativamente para o processo da escolarização, emancipação e construção do conhecimento. Entre eles encontramos os fóruns organizados de discussões, em que podemos observar que muitas das demandas apresentadas vêm sendo incorporadas nas agendas políticas. Aos poucos, vai se delineando um novo quadro na Educação de Jovens e Adultos, com marcas favoráveis em relação à comunidade do processo de escolarização do aluno adulto e a sua especificidade. Temos em vista a importância de configurar um campo próprio conforme a especificidade dos jovens e adultos não alfabetizados ou pouco escolarizados, fazem-se necessárias as discussões sobre quem é o aluno jovem e adulto e sobre qual é o seu contexto sociocultural, classe social, gênero, raça e etnia.

Conseqüentemente ao resgate a configuração de uma política específica, os agentes se voltam para currículos, metodologias, espaços e tempos que se fazem presentes nesta modalidade de ensino, a fim de buscar sentidos mais significativos. É o desafio então de educar ética e cientificamente para o cidadão e manter viva a participação da sociedade civil, das organizações, do debate com o governo e demais esferas da vida pública, para continuar organizando lutas sociais que expressem as necessidades sociais, políticas e culturais da população (VIEIRA, 2004, p. 7).

Em Cordeiros a Educação para Jovens e Adultos sempre teve espaço. O MOBRAL fez parte de projetos desenvolvidos. Em 1992, deu-se autorização de Funcionamento do Projeto de Descentralização do Centro de Estudos Supletivos "Professora Joaquina Mattos Branco", da Escola Estadual Duque de Caxias, cuja proposta foi aprovada em Resolução nº 1059/03 para funcionar na Escola Municipal Castro Alves. As aulas eram ministradas de quarta a sexta - SEED/FEJA, para o representante do NRE em Cordeiros, essa recassava para a Coordenadora do Projeto. As mesmas eram aplicadas duas vezes ao ano, no próprio local em que o Projeto era desenvolvido. As aulas eram ministradas de segunda à sexta-feira.

Em 2004 - Além dessas turmas funcionou no Distrito de Curupaiti no P. Curupaiti, a 1ª turma do Programa Brasil Alfabetizado em convênio com UNICIVIVE.

No ano de 2006, foi implantado o ensino regular através da Deliberação nº 208/06 - CEE de 25/12/2006. O curso para Jovens e Adultos foi a EJA, que contém proposta pedagógica própria. Nesse mesmo ano, funcionaram algumas turmas do programa Paraná Alfabetizado atendendo desse modo, locais os demais e distritos de Cordeiros.

Em 2007, além de dar continuidade à oferta de ensino, abriu-se o número de turmas, inclusive abrindo uma sala de EJA - fase I para atender alunos com necessidades educacionais especiais, na Escola Municipal Castro Alves.

Esta oferta desde então, sendo atendida na escola municipal Castro Alves e no de 2015 conta com quatro turmas de EJA fase I, totalizando o atendimento a onze alunos.

Quanto à Fase II e III do Ensino Médio o Colégio Estadual Duque de Caxias a partir de 1997, implantou gradativamente o curso Supletivo de 1º grau - Fase II, estruturado em blocos e disciplinas, visando atender uma parcela significativa da clientela escolar. No ano 2000, em ato próprio, com a Resolução 1491/00, definitivamente ficou reconhecida a Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase II e em 2001 com a Resolução 2374/01, a Fase I, Ensino Médio.

No ano de 2006 foi implantado o ingresso pro disciplina tanto para a Fase II como para a Fase III do Ensino Médio, com o propósito de respeitar o tempo do aluno trabalhador, são ofertadas as disciplinas no coletivo e no individual. Para todas as modalidades de oferta de ensino, o estabelecimento adotou e sempre adaptará as grades curriculares aprovadas pelo respectivo DEJA.

Atualmente, para se pensar políticas nacionais para a EJA no Brasil, tornam-se significativas entender o processo que vem ganhando visibilidade, desde o início da década de noventa; a reestruturação das instituições de educação básica em geral, e da EJA em particular, das esferas federal e estadual para a esfera municipal. Esse deslocamento foi reforçado pelas "novas Leis e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, que conferiu maior responsabilidade aos municípios no que diz respeito ao Ensino Fundamental. Conforme a Constituição Federal de 1988, a LDB estabeleceu também que os sistemas de ensino não deverão assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar seus estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do trabalho, suas interesses, condições de vida e de trabalho. A Lei determina ainda a visitação e ensino ao acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre as diversas esferas públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, determina que a Educação de Jovens e Adultos será destinada a quem não tiver acesso ou continuidade dos estudos na educação básica.

Nessa perspectiva, para vencer a esta realidade de ensino se faz necessário respeitar a diversidade do perfil destes educandos, pois a grande maioria vem da zona rural e os demais são da classe trabalhadora urbana que voltaram a trabalhar, em um único turno. Isso requer, portanto, conhecer sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento atendeu-se da escola através de fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais.

Esses educandos possuem uma bagagem de conhecimentos adquiridos em outras instituições e, mesmo visto que a escola não é o único espaço de produção e socialização dos saberes. Nesse contexto cabe à escola valorizar estas experiências de vida que são significativas ao "cognitivo" acadêmico, levando em consideração a importância dos conhecimentos científicos adquiridos na escola bem como a matriz curricular.

Temos também como demanda - EJA, pessoas idosas e um número relevante de mulheres que buscam a escola para ampliação de seus conhecimentos, ou outra oportunidade de convivência, até mesmo à realização pessoal. Para atender o deve-se respeitar a sua temporalidade específica, para garantir sua permanência.

7.2 DIRETRIZES

Desconsiderando os aspectos sociais, econômicos e políticos, para "o grande contingente da população, o referencial de respeito da Educação de Jovens e Adultos é ainda o MOBRAL, tanto no mesmo grau de base a preparação do indivíduo para o mercado produtivo. Neste sentido, imposte pelo MOBRAL, visulizar-se a necessidade de "três" a "duas" turmas a um tempo, com o intuito de evitar a precariedade. Contudo, por esta visão, o analfabetismo configura-se no fenômeno como "vaga" nacional, o que é pedagógico e frutífero para a educação as causas do acesso escolar, não foram nas campanhas de erradicação do analfabetismo, das quais já surgiu a ideia de alfabetização enquanto direito ao conhecimento e a realização pessoal.

Atualmente, o contexto histórico está marcado pela a revolução tecnológica, modificando radicalmente as formas do trabalho, exigindo trabalhadores versáteis com capacidade de compreensão do processo como um todo, detidos de autonomia e iniciativa para resolver problemas e/ou avançar. Em contrapartida, esse mercado é restrito, tornando a busca mais acirrada, exigindo indivíduos com capacidade de se comunicar, se reciclar constantemente na busca e na relação de informações diversas.

Compreendendo a necessidade do contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar tais transformações desafiadoras, os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de

para enfrentar tais transformações desafiadoras. Os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar em idade próxima não devem receber uma educação compensatória. Para que se efetive a criação da Educação de Jovens e Adultos é necessário que haja uma articulação entre governo e sociedade civil, comprometendo as secretarias estaduais e municipais. Instituições de Ensino Superior, empresas, grupos, ONG e outros segmentos, com o propósito de estabelecer e desenvolver ações que venham ao encontro desta meta, cada de ensino. Neste sentido, é necessária a garantia do investimento de recursos financeiros específicos por parte do Poder Público.

Faz-se necessário pensar nas particularidades que envolvem o trabalho com os e as jovens e adultos, partindo-se da premissa de que a grande maioria são trabalhadores que vêm para a escola criativamente no trabalho, que normalmente não e próximo a sua residência, o que aponta para a necessidade de merenda escolar, propondo que esse possa estar em melhores condições para participar das aulas. Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos alunos com algum tipo de necessidade especial, o que exige atendimento adequado tanto no que se refere ao material didático-pedagógico, quanto à capacitação dos professores e que é de fundamental importância.

Quero salienta ser considerado muito relacionado ao material pedagógico a ser utilizado para esta modalidade de ensino. Este deve ser específico, contribuindo para o melhor qualidade do aprendizado e compreendendo o conhecimento de mundo e a experiência de vida que esses alunos já possuíam para a partir daí avançar na construção de novos conhecimentos. Portanto, o material precisa estar vinculado às temáticas que correspondem aos educandos jovens e adultos.

É necessário, ainda, que a educação desses alunos seja pensada em relação ao trabalho, pois esta é a realidade que envolve em seu meio. Assim, a escolarização precisa contribuir para que esse seja preparado para enfrentar os crescentes desafios que a sociedade atual apresenta de forma a conseguir buscar alternativas de sobrevivência dentro do seu contexto social e possibilidades encontradas.

As concepções político-pedagógicas presentes nas escolas resumem duas visões de mundo, de sociedade, de homem, e os grupos envolvidos no processo. Lhes atribuem. Assim, é necessário superar certas tendências restritivas, especialmente na EJA, onde se prega a ideia de campanhas emergenciais, como se os resultados do processo educacional pudessem ser medidos. A educação requer preparação, execução e avaliação, não se trata de ser um processo com formação para este específico e garantia de distribuição uniforme. Neste ponto convém alertar que, se não se forem cumpridas as condições para o atendimento das reais necessidades apresentadas pela população sem escolaridade mínima, para que isso se efetive algumas políticas devem ser adotadas:

- Reverter as condições de trabalho e remuneração dos profissionais envolvidos nos programas, garantindo assim uma qualidade e continuidade do ensino;
- Introdução de métodos inovadores no campo da educação, incluindo as tecnologias, fazendo com que haja interação dos alunos na busca de aprendizagem e formação profissional;
- Favorecer a existência de serviços de informações e de documentação que sejam a partir de acessíveis e que leve em conta a diversidade;
- Promover o desenvolvimento de um trabalhador, incorporando os novos conhecimentos aos já adquiridos, o aperfeiçoamento do desempenho, a aquisição de habilidades;
- Garantir o acesso e permanência no cotidiano trabalhador no sistema educacional, de onde foi afastado devido a fatores sociais e econômicos, ou mesmo a negligência da estrutura educacional;
- Promover uma maior flexibilidade na metodologia de ensino, na organização curricular e na duração dos programas de atendimento educacional, visando à cultura, tecnologia e valores socioeconômicos.

7.3 METAS E ESTRATÉGIAS

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento); até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (Cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.6) executar ações de atendimento ao (a) educando da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde;

9.7) apoiar técnica e financeiramente, junto a União e o Estado, projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas dessas (as) alunos (as);

9.8) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho com empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.9) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.10) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.11) articular, junto ao Sistema Estadual de Ensino, a implantação da oferta de cursos equivalentes ao II segmento do Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos para a população de 15 anos ou mais que já concluiu os quatro séries iniciais;

9.12) assegurar pela mantenedora o fomento de material didático-pedagógico junto a União e Estado, aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura, condizentes com a faixa etária desses alunos;

9.13) assegurar a formação continuada dos professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as peculiaridades da realidade e assegurando metodologia apropriada;

9.14) assegurar em parceria com instituições governamentais e não governamentais, atendimento especializado na Educação de Jovens e Adultos para alunos com necessidades específicas, incluindo o material didático-pedagógico e formação continuada e adequada ao professor, bem como a redução do número de alunos atendidos nas classes onde se contempla a inclusão;

9.15) manter o financiamento da Educação de Jovens e Adultos, garantindo normas com padrões mínimos de qualidade de ensino;

9.16) estabelecer parcerias com as empresas para a implantação de ações de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente;

9.17) estabelecer parceria com as Secretarias de Saúde e Ação Social para atendimento aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, que apresentem deficiência visual e perda auditiva, buscando convênios para a confecção e fornecimento dos respectivos óculos prescrições e aparelhos auditivos, na sua rede de competência;

9.18) Promover seminários e palestras para os alunos do I e II segmento de Educação de Jovens e Adultos;

9.19) Discutir possibilidades para o promover o trabalho em sala de aula com alunos da Educação de Jovens e Adultos, na sua rede de competência, visando assegurar sua frequência e permanência;

9.20) Observar as metas estabelecidas no PEE para esta modalidade de ensino em regime de colaboração com o Estado e apoiar as suas iniciativas;

9.21) Garantir a construção coletiva e a acessibilidade de um currículo que assegure aos alunos da Escola Pública, um conhecimento de qualidade, a identidade do povo Paranaense, o desenvolvimento da cidadania, as diversidades regionais étnico-raciais, incluindo temas específicos da história das mar festas artísticas, físicas, científicas, religiosas, dos povos indígenas, da cultura afrodescendente e dos trabalhadores rurais;

9.22) Manter uma política educacional para o Ensino Fundamental que assegure as crianças com idade até 14 anos o ens no obrigatório, gratuito de qualidade da Escola Pública, visando à elevação do nível de escolaridade, diminuindo o índice de alunos que necessitam da EJA.

8. EDUCAÇÃO ESPECIAL

8.1 DIAGNÓSTICO

Durante muito tempo o aluno com deficiência ou "diferente", foi deixado à margem da educação, mesmo ele sendo o principal alceste da vida social. Os alunos eram atendidos separadamente ou simplesmente excluídos do processo educacional.

Nas últimas décadas iniciou-se um avanço na perspectiva da universalização do ensino que passou a dar maior atenção para a diversidade na educação brasileira. Contextualizando o processo histórico tem-se que: em 1835 foi criado o cargo de professor de primeiras letras para o ensino dos alunos surdo-mudo; em 1854 foi fundado o Instituto Benjamin Constant para meninos cegos no Rio de Janeiro; No ano de 1927 foi instituído pelo então Ministro do Decreto: Inclusão Escolar de pessoas com deficiência; em 1936 surge a Sociedade Pestalozzi, instituições religiosas, particulares e estaduais preocupadas com a educação de deficientes mentais leve. Em 1952 foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), em São Paulo. Em 1954 surge o movimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade do Rio de Janeiro. Em 1988 foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, com medidas constitucionais importantes em favor dos direitos das pessoas com deficiência (termo utilizado pela 1ª vez em um texto legal).

A partir de 1990, o Brasil torna-se signatário de importantes convenções internacionais que repercutem na organização da educação nacional, como a Conferência de Jomtien, na Tailândia, proclamando a educação para todos e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Em 1994 na Espanha, cujo documento final é conhecido como "Declaração de Salamanca, tendo compromisso de assegurar a democratização da educação, independente das diferenças dos alunos, assumindo uma proposta inclusiva".

No Estado do Paraná, a história da Educação Especial, registra que: em 1939 foi fundada a 1ª instituição de assistência aos portadores de deficiência visual, Instituto de Cegos. Até o ano de 1963 haviam sido criadas sete escolas especiais. A 1ª preocupação com a Educação Especial, no âmbito da escola pública teve início em 1966, por iniciativa da professora Párcia dos Guimarães Alves, que intensificou seus estudos para crianças com dificuldades de aprendizagem e de regularidade escolar. A partir desses estudos, foi instituída a 1ª Classe Especial na rede pública em Guarapuá.

Na década de 60 foi iniciado no Estado do Paraná, o movimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com a 1ª instituição na cidade de Curitiba, expandindo-se

Na década de 60 foi iniciado no Estado do Paraná, o movimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com a 1ª instituição na cidade de Curitiba, expandindo-se rapidamente para o interior do estado. É importante ressaltar que foram as escolas especiais pertencentes ao movimento "apareceu" que introduziram e difundiram as metodologias específicas, quer no campo de reabilitação, como da educação escolar.

Em 1963 a Secretaria de Educação do Estado criou o Serviço de Educação Especial, motivado por mudanças na Lei de Diretrizes e Bases. Com a nova lei no ano de 1971 a educação sofreu outra reestruturação, o Serviço de Educação Especial passou a ser Departamento de Educação Especial, que assumiu a função de coordenar, normalizar, promover e difundir o ensino especializado no Paraná.

Com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação: nº. 4.024/61, nº. 5662/71, e a nº. 9394/96 o Estado do Paraná organizou de ensino especializado mediante assistência técnica, para o educacional.

Integrando-se a este processo, o Ministério da Educação, por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica instituídas pela Resolução nº. 02/2001, adotou o conceito de necessidades educacionais especiais, que implicou em mudanças significativas para a diversidade na educação Brasileira. Em vez de se pensar no aluno como origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, colocou-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de

construir coletivamente as condições para atender bem a diversidade de seus alunos.

De acordo com as informações descritas no Currículo Básico de 2015 para a Escola Pública Municipal, Educação Infantil e Ensino Fundamental, realizada pelos professores que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, p. 33-37), a atual política de Educação Especial é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 alterada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013, que modificou os artigos referentes a essa modalidade no Art. 4º inciso III garantindo a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado, conforme (BRASIL, 2013, p. 1) "[...] gratuito aos educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Política Nacional de Educação de 2008 é destacado que, a partir do movimento mundial pela inclusão, as ações políticas, sociais, culturais e pedagógicas devem defender o direito de todos os educandos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Sendo preconizado às entidades filantrópicas, que atendem de forma exclusiva os educandos com deficiência, tornarem-se Centros de Atendimento Especializado - CAE (Nota Técnica do MEC, nº 056/2013), firmando convênio junto aos sistemas de ensino para o atendimento destes no contexto escolar, realizando e mediando, junto aos profissionais das escolas comuns de ensino, estratégias na eliminação das barreiras físicas à inclusão educacional.

A Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 que instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Art. 5º dispõe que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Para tanto, vale esclarecer sobre a dupla matrícula dos educandos que são públicos da Educação Especial cuja matrícula de educação que dispõe sobre esse aspecto é o Decreto nº 67.111, de 17/11/2011 (BRASIL, 2011, p. 5) no Art. 9º-A, o qual expõe que

Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB será admitida a dupla matrícula de estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado. § 1º A dupla matrícula impõe o comparecimento tanto na educação regular quanto na pública, quanto no atendimento educacional especializado;

No decreto, também está descrito que as escolas filantrópicas recebem recursos do FUNDEB, para ofertar o AEE, conforme BRASIL (2011, p. 4).

Art. 14. Admite-se a oferta de distribuição dos recursos do FUNDEB, o comparecimento das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo

competente. [...] § 2º O credenciamento perante o órgão competente do sistema de ensino, na forma do art. 10, inciso IV e parágrafo único, e art. 11, inciso IV, da LDB. Lei nº 9.394 de 1996, compete de aprovação de projeto pedagógico.

Essa situação também abriu precedentes para os sistemas de ensino optarem em permanecer ou não com a associação paralela da Educação Especial, com a oferta de classes especiais nas escolas de ensino comum ou andamante por parte de atendimento de escolarização em escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

O Atendimento Educacional Especializado a partir da Política Nacional da Educação Especial, oferece serviços de apoio à escolarização nas Salas de Recursos Multifuncionais dos Centros de Educação Infantil e das Escolas do Ensino Comum, como também, por meio de convênios em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAE, de ora em diante) que podem ser públicos municipais ou de instituições comunitárias.

O Sistema Estadual de Ensino do Paraná no item acima exposto está regulamentado de forma "paralela" a atual política nacional, visto que organizou a Educação Especial decorrido com normas próprias, criando as Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, mediante o Parecer nº. 018/2010-CEE, que normatizou a alteração de denominação das Escolas de Educação Especial e a Resolução Secretarial nº. 3.900/2014, autorizando a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Em 2011 a Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED definiu em suas metas a inclusão social como "Respeito às necessidades, especificidades e diversidades para [...] Promover a educação na escola comum e escolarespecial, ampliando o atendimento aos educandos com deficiência, com a participação efetiva em políticas e programas públicos" (2011). No ano seguinte, 2012, a SEED/PR destacou em suas metas que:

A política de educação inclusiva deve ser fortalecida, considerando a garantia de todos os educandos à educação formal, educandos com necessidades diferenciadas permanentes ou temporárias, jovens em conflito com a lei, crianças carentes do convívio familiar e educandos fora da escola, visando à organização de um espaço escolar agradável e acolhedor, que favoreça o reconhecimento de si, respeito próprio e ao outro. Lembremos também os educandos em fase de internamento em classe hospitalar: pois é de suma importância para a continuidade da escolarização de crianças e adolescentes hospitalizados a apresentação dos profissionais da educação, que mesmo a a escola, diminua o tempo de internação e o trauma hospitalar. A psicopedagogia e o atendimento do educador da classe hospitalar, pelo Programa SARF-SEED, é fortemente marcada pelas ações ativas, e estes educandos quando retornam ao convívio estão em qualidade de condições, em relação aos demais.

Segundo na mesma direção, para garantir a política de apoio às escolas filantrópicas, o governo estadual do Paraná aprovou a Lei Estadual nº 17.658, de 12 de agosto de 2013, que institui o Programa Estadual de apoio permanente às Entidades mantenedoras que ofertam educação básica na modalidade da educação especial denominado "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO".

O AEE no Estado do Paraná é ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais em instituições de ensino comum público ou em CAEs, com os serviços de apoio complementar e suplementar especializados, para o público-álvo da Educação Especial.

Entre outros serviços e apoios à educação inclusiva, os sistemas de ensino do Paraná ofertam [...] Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), e Tradutor e intérprete de LIBRAS (TILS), Guia intérprete e Professor Itinerante" (SEED, 2014, p. 2).

Com relação aos serviços e apoios para os alunos com Transtornos Funcionais Específicos, há uma diversidade entre a Política Nacional de Educação Especial e a Política do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no que se refere ao público-álvo da Educação Especial. A Política Nacional estabelece como público-álvo da educação especial inclusiva alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação, enquanto que na Política Estadual acresce os Transtornos Funcionais Específicos para a matrícula no AEE nas Salas de Recursos do Sistema Estadual de Ensino.

Diante disto, os municípios da Região Oeste do Paraná, que não têm Sistema de Ensino Próprio organizam os serviços e apoios da Educação Especial em consonância com o Sistema Estadual. Os Municípios que têm Sistema de Ensino Próprio romatizaram o Ensino Comum (Terminologia no PNE) inclusivo e os serviços de apoio à Educação Inclusiva, via de regra, de acordo com as regras nacionais, seguindo a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

A Educação Especial no Município de Corbélia, teve início no ano de 1987, sendo a Escola Estadual Castro Alves, primeiramente com o atendimento na área de deficiência auditiva: em 1989 o atendimento foi estendido a deficiência visual e 1991 a escola passou a atender também a área de deficiência mental.

Em 1988 é formada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no ano de 1989 é fundada a Escola de Educação Especial Novo Horizonte, junto à Escola Estadual Duque de Caxias.

Atualmente no Município de Corbélia, a Educação Especial está organizada da seguinte forma: 8 Escolas Municipais contendo 10 Salas de Recursos Multifuncional - Tipo I, sendo uma específica para Altas Habilidades/Superdotação, atendendo aproximadamente 128 alunos. Três Classes Especiais, com 21 alunos. 1 professor PAC e 7 professores PAEE. No Município há 9 alunos que no contra-turno participam do Programa de Educação Infantil intitulado: Estimulação Essencial, oferecido na Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial Novo Horizonte - APAE.

Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura a Equipe Multidisciplinar é composta por: uma fonoaudióloga, duas psicólogas, uma assistente social, duas professoras especializadas, uma nutricionista, duas pedagogas, dois auxiliares administrativos, dois motoristas, duas diretoras de departamento, uma coordenadora da Educação Infantil e a Secretaria Municipal de Educação, que em parceria com os demais segmentos da sociedade, viabilizam o trabalho da Educação Especial.

O Município conta com 4 Colégios Estaduais, que somados possuem: 9 Salas de Recursos Multifuncional - Tipo I, atendendo aproximadamente 161 alunos, sendo uma delas destinada a alunos com Altas Habilidades/Superdotação e uma Sala de Recursos Multifuncional -Tipo II. Há um professor PAEE.

Na Escola de Educação Básica na moda idade Educação Especial Novo Horizonte/APAE, são atendidos 81 alunos. A equipe multidisciplinar esta composta por: uma fonoaudióloga, uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga, uma assistente social, duas psicólogas e um neurologista.

Na Escola particular, está matriculado um aluno da educação especial, Três alunos estão matriculados na ACAS (Associação Cascavelense dos Amigos dos Surdos).

8.2 DIRETRIZES

De acordo com os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva, elaborado pelo Ministério da Educação no ano de 2010, a educação especial é uma modalidade de ensino que pressupõe todos os níveis, etapas e modalidades, quer o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Neste sentido a função do atendimento educacional especializado é de identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que e eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se das realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou, suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades desenvolvidas, o atendimento educacional especializado são disponibilizados:

1. Salas de Recursos Multifuncional Tipo I: é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos matriculados na Rede Pública de Ensino (instrução nº 016/2011).
2. Sala de Recursos Multifuncional Tipo I (Altas Habilidades/Superdotação): é um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional (s) especializado (s) onde é ofertado o atendimento educacional especializado que visa atender às necessidades educacionais dos alunos público-álvo da Educação Especial na Rede Pública de Ensino (instrução nº 010/2011).
3. Sala de Recursos Multifuncional Tipo II: é um atendimento Educacional Especializado para a área de deficiência visual ou outros comprometimentos visuais (ampliação funcional distúrbios de alta refração e doenças progressivas), que funcionam em estabelecimentos de ensino regular da Educação Básica, das redes: estadual, municipal e particular de ensino, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo, ser realizado também em instituições comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente.
4. Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC): é um profissional especializado, que atua no contexto da sala de aula, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, onde o apoio se fundamenta na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencional (instrução nº 002/2012).
5. Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) é um profissional especialista na educação especial que atua no contexto escolar nos estabelecimentos da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, para atendimento a alunos com Transtornos globais do Desenvolvimento (instrução nº 004/2012).
6. Classes Especiais: é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área de deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos conforme série/ciclo/etapas iniciais do Ensino Fundamental (instrução nº 03/04).
7. Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial é uma instituição destinada a prestar serviço especializado de natureza educacional a alunos com necessidades educacionais especiais, que requerem atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e adaptações curriculares significativas.
8. Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) (Instrução nº 008/08) É o profissional que interpreta e traduz a mensagem de uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas distintas. Ele possui, assim, a função de intermediar a interação comunicativa entre o surdo e a pessoa que não usa a Libras.

9. Guia Intérprete: Lei Nº. 12.319 de 1º de setembro de 2010: o profissional guia-intérprete é aquele que serve de canal de comunicação e visão entre a pessoa com surdocegueira e o meio no qual ela está interagindo, ele deve apresentar algumas habilidades essenciais para que possa transmitir todas as informações de modo fidedigno e compreensível a pessoa com surdocegueira. Seu trabalho basicamente consiste na transcrição ou interpretação descrição visual e as funções de guia vidente (PETRONI, 2010 apud LOURENÇO, 2012).

10. Professor Itinerante: serviço de orientação e supervisão pedagógica desenvolvido por professores especializados que fazem visitas periódicas às escolas (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Escola de Educação Básica, 2001).

11) Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar: O atendimento pedagógico deveria ser orientado pelo processo de desenvolvimento e construção do conhecimento correspondentes à educação básica, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde. A oferta curricular ou didático-pedagógica deverá ser flexibilizada, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e continuidade dos estudos pelos alunos envolvidos (MEC, 2002).

12. Ao longo de todo o processo de escolarização os atendimentos devem estar articulados com a proposta pedagógica do ensino comum, além disso, o atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitam monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado de instituições públicas ou conveniadas.

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do educando.

No nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se desenvolve por meio de serviços de estimulação essencial: que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com serviços de saúde, assistência social e principalmente com a escola de Educação Básica na Modalidade Educação Especial. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado deve atuar para apoiar o desenvolvimento dos alunos constituindo o fator integrador dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações de educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A interface da educação especial na educação do campo deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desse grupo.

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, o trabalho deve ser realizado por meio da educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras. Os alunos poderão ser encaminhados também para a ACAS (Associação Cascavelense dos Amigos dos Surdos). Este atendimento é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processiva e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício docente e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de

Educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Para assegurar a interseccionalidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma atender às necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliários - e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

8.3 PERFIL DO ALUNO

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades dos alunos no processo educacional e, no âmbito desta atuação atua de forma ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e desenvolvimento de práticas colaborativas.

O perfil do aluno atendido na educação especial está devidamente regulamentado nas instruções que normatizam os atendimentos, conforme segue abaixo:

- a) Sala de Recursos Multifuncional Tipo I (instrução nº 016/2011) atende alunos com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtorno Global do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos.
- b) Sala de Recursos Multifuncional Tipo I para a Educação Básica na área de Altas Habilidades/Superdotação (instrução nº 010/2011): atende o aluno com indicativos de altas habilidades/superdotação que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.
- c) Sala de Recursos Multifuncional Tipo II (instrução nº 020/2010) destina-se ao atendimento de pessoas cegas, de baixa visão ou outros comprometimentos visuais (ampliação funcional doenças progressivas e distúrbios de alta refração);
- d) Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC) (instrução nº 002/2012) é assegurado para alunos com deficiência física neuromotora que apresentem formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares;
- e) Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) (instrução nº 004/2012): Será assegurado o Professor de Apoio Educacional Especializado, a alunos regularmente matriculados na Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos, da área de Transtornos Globais do Desenvolvimento que apresentem um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, repertório de interesses e atividades restrito, movimento estereotipado e repetitivo;
- f) Classe Especial (instrução nº 03/04) alunos que apresentem dificuldades acadêmicas de aprendizagem e quadros graves de deficiência mental ou múltipla, que demandem ajuda e apoio intensos e contínuos;
- g) Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial: os alunos atendidos são aqueles que apresentam dificuldades acentuadas e quadros graves de deficiência mental ou múltipla, que demandem ajuda e apoio intensos e contínuos;
- h) Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) (Instrução nº 008/08) Alunos surdos;
- i) Guia Intérprete: Surdocego, Lei Nº. 12.319 de 1º de setembro de 2010.
- j) Professor Itinerante: Trabalha com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e com seu respectivo professor de classe comum da rede regular de ensino.
- k) Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar: os alunos que em virtude de problemas de saúde estejam impossibilitados de frequentar a escola, poderão ser atendidos em classes escolares nos hospitais ou receberem atendimento pedagógico domiciliar (MEC 2002).

8.4 OBJETIVOS E METAS: Catebrã as Mantenedoras/Escolas/Professores

Meta 4 Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, o acesso à

educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (PNE, 2014).

Estratégias:

4.1) Garantir a continuidade contabilizando, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial, oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**.

4.2) Promover, no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, a universalização do atendimento escolar à comando manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 meses com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) Implantar ao longo deste Plano Municipal de Educação, salas de recursos multifuncionais e Classes Especiais, fomentando a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes especiais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a alunos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação psicopedagógica no contexto escolar;

4.5) Criar centro multidisciplinar municipal de apoio pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, educação e esporte para apoiar o trabalho dos (as) professores de educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.7) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtornos globais do desenvolvimento, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) educandos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.8) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (a)os educandos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do **art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, e das arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.9) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.10) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e à juventude;

4.11) Criar parcerias de pesquisa voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.12) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de educandos com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requerem medidas de atendimento especializado;

4.13) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência, transtornos funcionais específicos, e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.14) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, Professores de Apoio Educacional Especializado (PAEE), Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

4.16) Ampliar a Equipe Técnico-pedagógica da Educação Especial para dar suporte acompanhamento e orientação aos serviços de Educação especial, na rede municipal de ensino.

4.16) Promover, por iniciativa municipal em parceria com os órgãos de pesquisa, cartografia e estatística competentes, a obtenção da informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referências teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de educandos com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.18) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, bem como, instituições de ensino superior visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível aos (as) como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, bem como, instituições de ensino superior, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional incluído;

4.21) Buscar em parceria com as secretarias municipais, programas destinados ao público-alvo da educação especial;

4.22) Continuar com a parceria entre a Escola de Educação Infantil e Fundamental na modalidade de Educação Especial e a Secretária Municipal de Educação ofertando educação infantil de zero a três anos e onze meses.

4.23) Garantir que o município faça a cédência de no mínimo 04 padrões de 20 horas de professores municipais especializados, para atendimento pedagógico na Escola de Educação Infantil e Fundamental na modalidade de Educação Especial, sendo um destinado para alunos de zero a três anos e onze meses, e os demais para alunos acima de dezessete anos.

4.24) Garantir no decorrer do plano, a construção do centro municipal de educação em parceria com as secretarias de saúde e assistência social para a contratação dos seguintes profissionais: fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pedagogo, neuropsicopedagogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, pediatra psiquiátrica e neuropediatra, nutricionista com espaço físico adequado para a estimulação essencial de alunos da educação infantil.

4.25) Dar continuidade através das mantenedoras os projetos de formação continuada para os professores que atuam nos programas de educação especial e/ou no ensino regular junto às escolas e centros de educação infantil.

4.26) Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva a todos os alunos da educação infantil e no ensino fundamental, em parceria com a área de saúde e campanhas federais, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças com necessidades especiais.

4.27) Desenvolver em conjunto com as áreas de saúde e assistência social, campanhas de prevenção das deficiências, especialmente nas instituições educativas.

4.28) Continuar encaminhando as famílias dos alunos que necessitam de atendimento especial a procurarem a secretaria de saúde, ONGS, os institutos conveniados e serviços de reabilitação credenciados, para a realização de consultas com médicos especialistas, exames necessários, garantindo os recursos óticos prescritos, os aparelhos auditivos, as órteses e próteses, entre outros.

4.29) Construir e/ou adaptar no município salas do ensino comum, banheiros, mesas, cadeiras, parques, bebedouros, escolas, salas de recursos, e classes especiais conforme as necessidades dos alunos, garantindo a acessibilidade.

4.30) Adquirir materiais e equipamentos para implementação das Salas de Recursos Multifuncionais, visando apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, conforme a necessidade dos alunos, como: microcomputador, estabilizador, impressora a laser, scanner, mouse com entrada para acionador, acionador de pressão, teclado com cinema, lap top, software para comunicação aumentativa e alternativa, material dourado, tapete a fábete, encaixado, memória de rumores, alfabeto brai, quebra cabeças sobrepostos, domínio de animais em libras, domínio de frutas em libras, domínio tail, memória tail, domínio de associação de ideias, domínio de frases, bandinha rítmica, sacolinha criativa, esquema corporal, lupa eletrônica kit de libras manual, plano inclinado-suporte leitura, mesa redonda, cadeiras, mesa para computador cadeiras para computador, armário, mesa para impressora, quadro branco, punção, globo terrestre tail, internet, kit de desenho geométrico, calculadora sonora, livro em caixa alta e carteira adaptada às necessidades dos alunos.

4.31) Buscar junto ao Programa Nacional do Livro Didático, a distribuição de livros falados, em Braille e em caracteres ampliados de acordo com a demanda necessária, conforme a legislação vigente.

4.32) Incentivar professores, alunos surdos e cegos e gradativamente, seus familiares, demais alunos e os profissionais da área escolar, a participarem do programa de Formação de Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Braille e Sorobá.

4.33) Buscar parcerias com entidades, Estado e União para que no município tenha formação para os profissionais da educação quanto ao sistema Braille e Língua Brasileira de Sinais - Libras.

4.34) Buscar a implementação de ações junto ao Município, Estado e a União, objetivando consolidar políticas de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional no mundo do trabalho, para pessoas com necessidades especiais.

4.35) Garantir a flexibilização/adequação curricular, tomando o currículo acessível às especificidades e condições reais do educando, em consonância com a proposta pedagógica da Escola.

4.36) Elaborar no prazo de um ano, o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação e garantir o registro da execução das metas, assegurando que o município de Corbélia promova sua política para a Educação Especial com base nas Diretrizes Nacionais e demais normas oficiais para esta modalidade.

4.37) Estabelecer redução de número de alunos por turmas com critérios definidos pela mantenedora, quando estiverem nela incluídos alunos com necessidades educacionais especiais significativas, os quais necessitam de apoio.

4.38) Garantir que os critérios para escolha das turmas da Educação especial sigam as normas da legislação vigente.

4.39) Continuar e ampliar o projeto de Educação Psicossocial nas escolas, elaborado pelas profissionais da Secretaria Municipal de Educação e que tem por objetivo trabalhar com os alunos das escolas municipais temáticas relacionadas a Bullying, indisciplina, sexualidade, estruturas familiares, afetividade, socialização e outras temáticas conforme necessidades de cada escola.

4.40) Garantir a aquisição de materiais didáticos como: livros, jogos, DVDs, CDs, rádio, notebook, data show, armários, caixas diversas, TV, brinquedos diversos jogos para diversas faixas etárias, lapetes, almofadas, louça, espelho e rádio necessários para desenvolver o projeto de Educação Psicossocial nas escolas.

4.41) Manter a avaliação e orientação psicológica realizada aos alunos, pais e professores garantindo a aquisição de testes psicológicos como: testes de personalidade, técnicas projetivas, testes psicométricos, testes de atenção, memória, raciocínio, testes de avaliação do contexto escolar, testes de avaliação do contexto familiar e testes de inteligência.

4.42) Construir ou adaptar um espaço adequado para o trabalho de orientação psicológica aos alunos, pais, professores e equipe pedagógica que possa armazenar todos os materiais necessários a esse trabalho bem como, possuir somento acústico.

4.43) Manter nas escolas comuns a oferta do atendimento de Sala de Recursos Multifuncional, sendo que nas escolas que atendem um maior número de educandos, garantir nos dois turnos.

4.44) Garantir o reforço escolar para os alunos com diagnóstico de Transtorno funcional específico e dificuldades de aprendizagem, caso não possam ser atendidos na Sala de Recursos Multifuncional.

4.45) Garantir que o professor seja especializado para trabalhar com o reforço escolar e a vaga conste na distribuição de turmas.

4.46) Realizar modificações na sala de atendimento fonoaudiológico com melhores estruturas para atendimento, mesas e cadeiras adequadas visando que a maioria dos alunos são crianças pequenas.

4.47) Adquirir aplicativos com atividades como comunicação alternativa, tablets ou computadores, entre outros.

9. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

9.1 DIAGNÓSTICO

Nos tempos da educação jesuítica (período colonial), os professores eram valorizados como trabalhadores intelectuais, na medida que detinham todo o saber sistematizado veiculando na Colônia. Após a expulsão dos jesuítas do país, em 1759, surge, em 1772, uma política de oferta direta da instrução gratuita através de professores assalariados (Montevade, 2001, 23). Os professores das "aulas régias" ou professores de disciplinas específicas, improvisados e mal pagos. Tem-se, assim, uma desvalorização do trabalho docente: de trabalho hábil e intelectual, esses "profissionais" passam à condição de intelectuais trabalhadores, que recebem um "salário" (preço) pago pelo seu trabalho. Como as aulas régias não prosperavam, abriu-se espaço para a iniciativa particular (de religiosos, de patrocinadores, de professores autônomos), surgindo, assim, as primeiras aulas pagas no Brasil. Durante o Império, em 15 de outubro de 1827, foi sancionada a primeira lei educacional do Brasil. Esta lei previa, entre outras coisas, que fossem criadas escolas, que os presidentes das Províncias (atuais governadores de estado) fizessem os ordenados dos professores e que estes fossem examinados publicamente, perante os presidentes, para assumir seus cargos. Contudo, faltavam verbas para o pagamento dos ordenados e poucas escolas foram instaladas.

É importante ter claro, porém, que essa desvalorização do professor, à época, manifestava-se apenas em nível salarial, "mesmo assim, com pouca formação e menor salário, o professor e a professora primária no Império gozavam de grande prestígio social, porque eram as pessoas mais sábias de cada cidade e povoado" (Montevade, 2001: 34). Como se vê, a condição de trabalhadores intelectuais ainda representava, pela divisão social do trabalho, fonte de prestígio para os seus detentores, mesmo que estes se tornassem intelectuais "trabalhadores" (assalariados). No período de um século (1834 a 1934) deu-se a expansão da educação pública ao nível das escolas primárias. As escolas secundárias, que representavam uma "passagem" para o ensino superior, tinham sua pequena demanda atendida pelos locais públicos nas capitais das Províncias (estados a partir da Proclamação da República, em 1889) ou pelos colégios particulares, sobretudo de católicos e evangélicos. Nos anos vinte do século XX, no contexto republicano das ideias modernistas e da pressão do movimento dos "donos da escola nova", surge a reivindicação de que os professores secundários sejam formados em cursos superiores de filosofia, ciências e letras. Mas a pressão definitiva para esta formação dos professores secundários somente se deu mediante a garantia de emprego para os habilitados, o que ocorreu a partir de 1934. Multiplicaram-se, então, em todos os Estados, os ginásios e, depois da LDB de 1961, os cursos colegiais "cássico" e "científico" (correspondentes ao atual ensino médio da LDB de 1996). Com a expansão da demanda de vagas nos novos ginásios estaduais e até municipais para as disciplinas do seu currículo, multiplicaram-se os cursos de licenciatura por todo o país: filosofia, sociologia, história, geografia, matemática, biologia, física, química, letras, literatura portuguesa e brasileira, educação física, educação artística. A formação de professores para as disciplinas dos cursos normais se dava através dos inúmeros cursos de pedagogia. Como analisa Montevade, "de 1934 em diante surge com força uma nova identidade magisterial e do professor secundário licenciado, ou seja, habilitado por um curso superior específico correspondente a uma ou mais disciplinas do currículo dos ginásios e colégios" (2001: 44). Esta identidade foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação, criado em 1931 através dos registros profissionais que, juntamente com os diplomas, passaram a ser exigidos nos concursos públicos de provas e títulos para ingresso na carreira de professores secundários. Instalava-se, assim, uma diferenciação entre trabalhadores intelectuais (professores primários e professores secundários) e uma valorização desses últimos, tanto em termos salariais quanto de prestígio: "de 1934 até 1964 tivemos no Brasil o ensaio de uma elite do magistério" brasileiro, os salários dos professores secundários eram compensadores, quase iguais aos dos professores universitários" (Montevade, 2001, 45). As condições de trabalho também eram favoráveis, os professores secundários tinham regime de tempo integral, dedicando no máximo 24 horas semanais para a docência, o que lhes favorecia tempo para estudo pessoal, preparação de aulas, correção de provas etc.

Este período correspondeu ao pós-II Guerra, marcado pela industrialização brasileira e pela ideologia do desenvolvimento econômico nacional, período esse que foi marcado por um intenso êxodo rural e pela busca de ascensão social através da educação. Houve, neste processo, a massificação das matrículas nos ginásios, o que implicou o deslocamento dos privilégios do magistério secundário para o magistério superior. Deu-se, a partir de então, uma contínua desvalorização salarial e profissional dos professores secundários. Como entendê-la? Esta desvalorização está associada, entre outros fatores, ao crescimento populacional ocorrido no período de 1934 a 1968, quando o conjunto das cidades brasileiras teve um crescimento populacional de quase 5% ao ano, mesmo em termos de densidade, sobretudo, ao nascimento de crianças, que logo entravam na "idade escolar". Deu-se, assim, uma explosão da população escolarável (e do número de matrículas), juntamente com a explosão do número de professores. Estes, como vimos, a partir de 1834, eram pagos com uma parte dos impostos estaduais e municipais. O problema agravou-se com a destinação desses impostos. Para defender a prioridade à educação, conseguiu-se vincular impostos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ("MDEI"). Só que, na prática, esta política não era cumprida. Os governantes burlavam a lei e desviavam esses recursos para obras que significavam "avanços do desenvolvimento econômico" ou "sementes de votos" tornando insuficientes os recursos para sustentar o valor dos salários dos professores e demais profissionais da educação.

Deu-se, assim, a partir de 1950, um grande rebaixamento dos salários dos professores públicos, que atingiu principalmente os professores secundários, já que os primários sempre tiveram salários mais altos. E, como salienta Montevade, "essa brutal desvalorização salarial leva à desvalorização profissional". Isso aconteceu, porque obrigou os professores a duplicar ou triplicar sua jornada de trabalho para sobreviverem, com prejuízo da qualidade do trabalho realizado. Além disso, a formação desses professores passou a ser algebrada, seja porque o ensino para as massas não exigia maiores conhecimentos do professor, seja porque a grande quantidade de candidatos aos cursos de magistério e licenciatura e a "quase certeza de emprego independente de qualificação" dispensavam uma formação mais sólida.

Teve-se, assim, uma desvalorização desses intelectuais trabalhadores que representou uma crise profunda, com repercussões até os dias atuais. Esta desvalorização precisa ser entendida à luz da privatização do ensino e do abandono/desinteresse desses postos de trabalho, por parte dos unionados das camadas mais abastadas, que quando buscam os postos de magistério, passam a ser direcionados ao ensino superior. Na privatização da educação básica já mencionada, o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 4024/61 - foi central. É por intermédio de a que fica explícito pela primeira vez na prática, como política de Estado, a centralidade do embate público/privado para a educação brasileira. Na década de 1930, este embate se deu entre os pioneiros da escola nova x positivistas então trazendo a culpa de educadores cristãos, em defesa da família, contra o autoritarismo do Estado, que assumiu mais claramente a defesa de escola pública, no contexto da industrialização. Mas, do ponto de vista das consequências, o parâmetro foi outro, até porque o Estado tornou posições diferenciadas nos dois momentos - em 1961, foi mais conciliatório - apesar de que ambas as posições, nas suas respectivas ocorrências eram as mais adequadas para o desenvolvimento do capitalismo, em seu respectivo estágio de cada um dos tempos, no Brasil. Tem-se, ainda, a questão da desvalorização pelo avesso, quando, fingindo enobrecer, desqualifica professor não é profissão, é vocação, sacerdócio, atraindo-se, por inadequado/mesquinho, o direito dos professores às lutas por salário, condições de trabalho etc.

A desvalorização dos trabalhadores em educação, no seu todo, é um processo histórico que se explica pela evolução da estrutura social do capitalismo na sociedade brasileira e pelas diferentes conjunturas vividas por esses trabalhadores. Esta desvalorização provocou, nas classes trabalhadoras, reações de defesa dos seus interesses e de reafirmação do seu valor profissional.

No final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, com a chamada "redemocratização" do país, eclodem movimentos sociais vários, com destaque para o dos educadores comprometidos com a escola pública, gratuita, laica e de qualidade. Educadores realizam as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), articulam-se no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, por ocasião da transição da atual LDB, organizam-se na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e lutam por suas lutas sindicais. Em todos esses espaços e momentos, destaca-se a luta pela valorização dos profissionais da educação, aí incluídos os professores de todos os níveis de ensino e os funcionários de escola. Geraram-se muitos debates, propostas e intervenções concretas que objetivavam resgatar o valor social dos intelectuais trabalhadores e a unidade de uma educação pública crítica e comprometida com a transformação social. Tem-se, a partir de então, uma intensa e consistente luta dos trabalhadores, na sua condição de classes subalternas, pela construção de uma política educacional compatível com os reais interesses dessas classes.

Esta luta prossegue nos dias atuais, cabendo destaque aos esforços empreendidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pelo próprio Ministério da Educação (MEC) através do Programa Pro-Funcionários.

A CNTE criada em 1990, apresenta uma marcante trajetória de lutas em defesa da união e fortalecimento dos trabalhadores em educação básica. Foi dentro dela que os funcionários de escola pública se organizaram e se unificaram, havendo ainda o desafio de incorporar os inúmeros funcionários das redes municipais. Nesse sentido, desde 2001, tem havido o esforço de unificação de todos os trabalhadores da educação dos municípios à CNTE.

O entendimento é o de tornar todos os funcionários da educação básica educadores, que devem trabalhar articuladamente com os professores e demais especialistas, também educadores, na perspectiva da realização de um trabalho integrado e solidário, compatível com a democracia participativa que se deseja instaurar nas escolas públicas.

Desde a sua criação, a CNTE tem procurado construir a sua política educacional fundamentando-se nos seguintes eixos (Montevade, 2001: 63-64): revalorização salarial, através da reativação de Piso Salarial Profissional Nacional, conforme previsto no artigo 206 da Constituição Federal e norma regulamentada pela União. Mesmo assim, nos estados e municípios mantiveram-se as lutas pela reposição de perdidas salariais e pela implantação de planos de carreira, visando a uma melhoria salarial através da progressão funcional:

- profissionalização, seja através de formação inicial e continuada, em nível superior, dos professores, seja mediante a implantação, nos sistemas, de cursos técnicos de nível médio, para habilitar os funcionários como educadores profissionais;
- sindicalização, maciça dos profissionais da educação pública que, em 2001, representavam dois milhões e meio de trabalhadores letrados estaduais e municipais. Desse, sem sofrer perdas, a CNTE atingiu quase um milhão de sindicalizados em suas 23 entidades filiais;
- unificação, nas bases e nas direções do movimento sindical, de todos os trabalhadores em educação: professores, especialistas e funcionários das escolas federais, estaduais, municipais e particulares de todos os níveis e modalidades de ensino. Trata-se de algo historicamente mais desafiado e problemático, porque mexe profundamente com as divisões e subdivisões do trabalho existentes na sociedade brasileira e com suas respectivas associações/organizações sindicais. Por sua vez, é o eixo que aponta para a unidade dos trabalhadores em seu todo e que define, portanto, em conjunto com os demais eixos, uma política educacional comprometida com os interesses históricos dos trabalhadores.

A política educacional desenvolvida pela CNTE tem encontrado alguns ecos e somado esforços com o Ministério da Educação, na atual conjuntura. Entendendo que "a escola pode e deve ser o mais importante espaço de formação cidadã", o MEC, em parceria com o Consed, a Undime e a CNTE, assumiu, em 2004, como uma de suas principais políticas de promoção da qualidade social da educação básica a valorização dos trabalhadores em educação.

A Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação tem, como especificidade, o redimensionamento da concepção de educador e a inclusão dos funcionários de escola neste redimensionamento. Trata-se de um "gesto de reconhecimento da sua identidade social e do irrisório institucional da sua valorização profissional" (MEC 2004: 8).

Paralelamente, entre outras iniciativas, o MEC se dispôs a juntamente com o INEP, realizar estudos para "demonstrar a realidade atual dos trabalhadores e a possibilidade de realização de uma base histórica do programa" (idem: 10). Além disso, propôs-se a desenvolver com as entidades parceiras, uma Campanha Nacional de Escolarização do Funcionário da Escola, assim como a formação inicial continuada para os mesmos e a construção de referências curriculares nacionais visando à discussão sobre uma nova área de habilitação técnica profissional. Esta política educacional, embora enfatizando a profissionalização dos funcionários de escola, "como possibilidade histórica de superação da dicotomia trabalho intelectual - trabalho manual", tem como pressuposto a nova concepção de escola, de educação e de sociedade. Assim, a escola é vista como um espaço que, para além das salas de aula e da transmissão de conteúdos, torna-se "um lugar sintetizado com os direitos sociais, contextualizado ao meio e ao tempo presente, nos quais os sujeitos constroem, com autonomia e em cooperação, seus conhecimentos e sua própria história" (MEC, 2004: 14). Esta concepção remete, por sua vez, a uma concepção de educação cidadã que, distanciando-se dos modelos pedagógicos prescritos e excludentes torna-se gradualmente um "ambiente de aprendizagens colaborativas e interativas, que considerem todos os integrantes da escola protagonistas do processo educativo" (idem: 14). Isso implica uma nova função social da escola e uma nova função político-pedagógica dos seus professores. Trata-se de buscar superar a cultura imperativa e burocrática, historicamente agregada ao fazer educativo, ganhando para uma prática de trabalho coletivo, comprometida com a qualidade social da educação com a democracia participativa e com um projeto emancipatório de sociedade.

Quanto à função político-pedagógica dos profissionais da educação, tem-se a compreensão de que "todos os que têm presença permanente no ambiente escolar em contato com os estudantes, são educadores, independentemente da função que exercem" (MEC, 2004: 16). Assim, por exemplo, as merendeiras precisam cuidar da educação alimentar, os bibliotecários devem ajudar no hábito da leitura e da educação literária, os secretários devem participar do processo avaliativo do ensino e da aprendizagem, configurando-se a instituição de novas identidades funcionais" (idem ibidem).

Tal concepção exige que se mudem as atitudes no plano profissional e social. Trata-se de uma mudança coletiva, conjunta, que culmine no reconhecimento das novas funções do funcionário escolar como as de um educador não-docente. Para tal, é preciso que os funcionários, conscientes do seu papel de educadores, construam sua nova identidade profissional, sendo profissionalizados e recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores. Esta formação possibilitará uma atuação "mais consistente dos professores e funcionários de escola nos Conselhos Escolares, na elaboração e acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola e na preparação e avaliação do trabalho educativo. Convm lembrar ainda, que esta política de formação está vinculada à necessidade de uma remuneração condigna, que fixe os trabalhadores em seus postos a uma carreira que os valorize permanentemente, a uma jornada e condições adequadas de trabalho e ao reconhecimento social, o que se aplica também aos professores da educação básica. Estes são os elementos essenciais e indispensáveis a uma política de valorização dos trabalhadores da educação, política esta que deve ser conhecida e apoiada pelos Conselhos Escolares.

Com relação à legislação municipal, muitas mudanças ocorreram ao longo dos anos, em alguns vãos com leis avançadas das esferas estaduais e federais, mas em outros momentos devido a lutas dos professores por melhorias na valorização de sua carreira.

Observa-se assim as seguintes leis criadas ao longo dos anos, na esfera municipal com relação à educação:

- Lei 208/1990 - Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativo e Docentes.
- Lei 286/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Corbélia.
- Lei 287/1992 - Organização do Sistema de Seguridade dos Servidores Públicos.
- Decreto 639/1992 - Regulamento a Estrutura Organizacional da Caixa de Seguridade dos Servidores Públicos.
- Lei 304/1992 - Escolha de Diretores das Unidades Escolares.
- Lei 370/1995 - Dispõe sobre contratação temporária.
- Lei 408/1997 - Dispõe sobre contratação temporária.
- Lei 438/1998 - Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.
- Lei 578/2003 - Conselho Municipal de Educação.
- Lei 600/2004 - Escolha de Diretores das Unidades Escolares.
- Lei 626/2005 - Escolha de Diretores das Unidades Escolares.
- Lei 629/2005 - Aprimora o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.
- Lei 751/2011 - Aprimora o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.
- Lei 783/2012 - Mudança da Hora Atividade.
- Lei 806/2013 - Licença Gestante às servidoras que adotarem ou guarda judicial para fins de adoção.
- Lei 807/2013 - Licença Gestante de 180 dias.
- Lei 823/2013 - Plano de Carreira e cargos e salários dos Servidores Públicos Municipais de Corbélia.
- Lei 859/2014 - Contratação Temporária.

A valorização dos profissionais da Educação no Município se concretiza também com a observância constante da LDB 9394/1996 quanto ao ingresso exclusivo através de concurso público, quanto à exigência da formação e direitos a seguir. Como também na Lei Federal 12796/2013 e Resolução do Conselho Estadual de Educação 02/2014 sobre Educação Infantil, Resolução nº07/2010 sobre o Ensino Fundamental de nove anos, entre outras.

Com referência aos demais servidores que dão suporte ao desenvolvimento das atividades escolares, esses ainda são regidos pela Lei Municipal 296/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), pela Lei 700/2009 (Plano de Carreira, Cargos e Salários do Quadro Geral de Servidores do Município de Corbélia) e após reformulação pela Lei 823/2013.

Em 2007, na rede pública municipal de Corbélia, os professores com habilitação concluída estavam distribuídos da seguinte maneira:

Habilitação dos professores da Rede Pública Municipal de Corbélia - 2007

Nº de Magistério	Normal Superior	Outras	Pós
142	180	24	96

Fonte: SMEC

Habilitação dos professores da Rede Pública Municipal de Corbélia - 2015

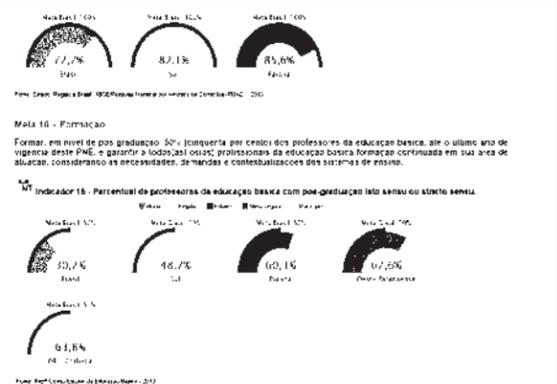
Nº de Magistério	Normal Superior	Outras	Pós
174	13	53	91

Fonte: SVEC

Meta 17 - Valorização dos Profissionais do Magistério

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência desta PNE.

Meta 17 - Anexo em anexo aos professores de educação básica, na rede pública (rede federal), e nos professores, com escolaridade equivalente.



Escolaridade dos demais profissionais atuantes nas Unidades Escolares Municipais e CMEIs - 2007

CARGO	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
Aux. Adm.	09	45	05	02	02	02
Aux. Serv. Gerais	02	05	04	04		
Mônitor Força SVED		03	5			

Escolaridade dos demais profissionais atuantes nas Unidades Escolares Municipais e CMEIs - 2015

CARGO	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
Aux. Adm.						
Aux. Serv. Gerais						
Mônitor Força SVED						

Quanto à Formação Continuada, a SMED tem ofertado a todos os profissionais da educação da rede municipal de ensino cursos, seminários e eventos, bem como grupos de estudos envolvendo todos os funcionários da escola. E também, em alguns casos são desenvolvidos em parceria com a AMOP, NRE e Universidades.

Desde que teve início a elaboração do novo Currículo Básico para Escola Pública Municipal Região Oeste do Paraná, em 2005, a SMED disponibilizou professores do quadro próprio do Magistério para fazer parte da equipe que representa o Município de Corbélia junto à AMOP. Sendo que, já foram realizadas duas reformulações, uma em 2010 e outra em 2015.

9.2 DIRETRIZES

Um dos princípios e fins da Educação é a Valorização do profissional da Educação Escolar (LDB art.3º inc. VIII). Assim a SMED prioriza a qualidade no Ensino Público Municipal, através da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na área educacional.

A formação dos profissionais em Educação deve privilegiar uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural, o desenvolvimento do compromisso cultural, ético e político da docência e dos trabalhadores que auxiliam sua realização, a reflexão crítica sobre a formação para o magistério, a fim de favorecer a qualidade da profissionalização e valorização dos profissionais.

- Valorização do magistério implica, em alguns dos seguintes requisitos:
 - Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa, do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, o ato de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
 - Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada dentro de uma visão crítica
 - Partir da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
 - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
 - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
 - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
 - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
 - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, com parcerias;
 - Piso salarial profissional;
 - Progressão funcional baseada na titulação (graduação/especialização/mestrado) ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
 - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;
 - Condições adequadas de trabalho, quanto à estrutura, equipamentos e material didático-pedagógico;
 - A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino;

Enquanto diretrizes para a formação dos profissionais da educação e de formação continuada no município de Corbélia devem obedecer os níveis e modalidades. Uma relação entre teoria e prática para garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica consideradas necessárias para o ensino aprendizagem, considerando:

- A sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- Formação cultural oferecendo formação de língua estrangeira, artes, informática, teatro, música, dança, entre outras;
- A atividade docente como foco formativo;
- O contato com a realidade escolar, integrando a teoria à prática pedagógica;
- A pesquisa como princípio formativo;
- O domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério;
- A análise das temáticas atuais da sociedade, da cultura e da economia;
- A inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação;
- O trabalho coletivo interdisciplinar;
- A vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática do ensino;
- O desenvolvimento do compromisso social da educação;
- O conhecimento e aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos níveis e modalidades da Educação Básica.

Esta formação deve ser principalmente de responsabilidade das Instituições de Ensino Médio e Superior. Quanto à formação em nível médio (modalidade normal), que oferece a formação admitida para a atuação na Educação Infantil e nos 5 primeiros anos do Ensino Fundamental, que formam estes profissionais, deve ser oferecida pelo Estado e/ou por instituições privadas.

A formação continuada dos profissionais da educação pública municipal oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção de programas como ação permanente, além de buscar parceria junto às universidades, instituições de ensino superior e assessorias voltadas para a educação. Esta formação deve estar diretamente relacionada ao ensino público municipal.

No município de Corbélia, em relação à formação acadêmica, os professores são divididos em Classes, como dispõe a Seção II da Lei 751/2011 (Plano de Carreira e Remuneração).

9.3 METAS E ESTRATEGIAS

META 17: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

17.1) constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva da valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir, como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4) ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira para os profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio

funcionamento, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e efetivar, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com ênfase para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante admissão, na realização de concursos públicos de admissão do magistério da educação básica pública;

18.4) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.5) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de cursos segmentados que não os do magistério;

18.6) considerar as especialidades socioeconômicas das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.7) priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;

18.8) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira;

18.9) valorizar os profissionais da educação com plano de carreira e de remuneração do magistério da Rede Pública Municipal assegurando atualização, quando houver mudanças a nível Nacional. Conforme Art. 67 da LDB e a cada 2 anos um estudo para revisão da tabela salarial, entre outros itens do Plano de Carreira;

18.10) incentivar os profissionais do magistério da rede pública municipal a cursarem pós-graduação em nível stricto-sensu e lato-sensu na área de educação, em instituições credenciadas pelo MEC;

18.11) incentivar os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino e da rede privada de ensino, para que, por meio de parcerias promovidas pelas mantenedoras com as Instituições de Educação Superior, frequentem cursos de Educação Especial para atender alunos com necessidades especiais;

18.12) buscar mecanismos para identificar e mapear na Rede Municipal de Ensino, as necessidades de formação dos profissionais da educação, atualizando os dados a cada dois anos;

18.13) garantir que o professor para atuar em sala de recursos, classe especial e centro de atendimento especializado seja habilitado em Educação Especial;

18.14) desenvolver, junto à Secretaria Municipal de Saúde, Programa de Qualidade de Vida para o professor como prevenção aos problemas de saúde ocasionados pelo trabalho e, quando necessário o apoio quanto a materiais pedagógicos e/ou equipamentos apropriados para professores, monitores educacionais com necessidades especiais;

18.15) Realizar Seminários e/ou Conferências Municipais de Educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e a comunidade;

18.16) Incentivar todos os profissionais do magistério da Rede Pública Municipal que busquem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das suas atividades profissionais;

18.17) Estabelecer, no planejamento da SMED, anualmente, vagas por quantidade de professores atuantes por escola para participação de professores e equipes pedagógicas da rede Pública Municipal de Ensino em eventos regionais, estaduais e nacionais;

18.18) A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em pedagogia, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos 5 primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal;

18.19) Priorizar que os cargos de Supervisão, Orientação e Coordenação sejam preenchidos por profissionais graduados em Pedagogia ou em nível de pós-graduação na área, ou de acordo com instrução normativa da SMEC, (conforme Art.64 LDB) instituir e executar programas de formação continuada;

18.20) Proporcionar cursos na área de Educação Especial aos professores da Rede pública;

18.21) Promover grupos de estudo visando a prática educativa;

18.22) Suprir vagas provisorias de licenças (conforme o Artigo 91 da Lei 286/1992 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Corbélia) sala de reforço professor de atendimento educacional especializado e professores cedidos para trabalhar na SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) ou a pedido dessa, prioritariamente por processo seletivo;

18.23) Garantir docentes nas atividades escolares conforme exigências do Art. 13 da Lei 8994/96 - LDB;

18.24) Incorporar ao Núcleo Gestor da Escola uma Equipe Pedagógica que esteja comprometida com as dificuldades enfrentadas pelos professores;

18.25) Promover a formação continuada com ampliação da carga horária em cursos de aperfeiçoamento de estudo para os profissionais do magistério e da educação em estágio probatório, em consonância com o Currículo de AMOP;

18.26) Garantir que o Município ofereça cursos de atualização e aperfeiçoamento (a todos os profissionais da educação), na área de Educação, com no mínimo 40 horas anuais de acordo com o artigo 29 (que dispõe sobre Progressão Funcional) da Lei 751/2011 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério)

18.27) Assegurar que os profissionais do Magistério, que fazem parte do quadro efetivo para atuarem em equipes de suporte pedagógico a crianças incluídas nas áreas de direção, coordenação e assessoramento pedagógico, devam ter formação em Pedagogia ou outra Licenciatura, com Pós-Graduação em Educação, no mínimo em nível de Especialização, ou, conforme legislação vigente;

18.28) Assegurar que a "hora-atividade seja proporcional aos dias trabalhados, considerando dias de curso, feriados, recessos e dias de aula em geral, previstos no Calendário Escolar.

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

9.1) Assegurar que o cargo de secretária municipal de educação seja ocupado por profissional do magistério público municipal;

9.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

9.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses coletivos recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

9.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituir fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

9.4) estimular em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

9.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

9.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

9.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira dos estabelecimentos de ensino;

9.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A implementação, com sucesso, deste Plano Municipal de Educação no Município de Corbélia depende da mobilização de forças sociais e instituições, com mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação em todas as ações a serem desenvolvidas no âmbito educacional, durante os dez anos de vigência;

A Secretaria Municipal de Educação, através de seu representante legal e responsável pela coordenação do processo de implantação e execução do Plano, juntamente com o Poder Legislativo, Justicivo e Judiciário, deverá ser organizada;

Assim, o Conselho Municipal de Educação assume o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas, intervindo sempre que for necessário para um melhor andamento do Plano proposto;

Os objetivos e metas do Plano somente serão alcançados se for concebido como um plano, onde a sociedade civil esteja envolvida, juntamente com uma equipe de profissionais consistentes em prol de uma melhoria no ensino do município, promovendo mudanças no panorama do desenvolvimento, incluindo a população e a cidadania plena;

O Plano Municipal de Educação é um documento composto de estratégias políticas de educação, previstos na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, na LDB e nas metas do Plano Nacional de Educação;

Faz-se necessário a constante avaliação, once o acompanhamento esteja voltado para uma análise de aspectos qualitativos e quantitativos, visando uma melhoria no seu desenvolvimento;

O Conselho Municipal de Educação juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e o Poder Público Municipal estabelecerão mecanismos avaliativos para acompanhamento, verificação e execução do PME, observando os seguintes dados;

Estabelecidos, esses critérios de avaliação são: metas e o monitoramento quantitativo de seus indicadores;

Atenção: qual a observância à aplicação das metas mediante o sucesso das estratégias, com um resultado final alcançado;

acompanhamento serve para o monitoramento contínuo do processo educacional e realização do PME;

Todos os instrumentos avaliativos estruturados tanto em âmbito Federal, Estadual ou Municipal são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e avaliação do PME. Esses devem ser analisados, pois apontam as prioridades, metas e objetivos sendo alcançados, assim como as alterações necessárias;

Além de avaliar continuamente a execução do PME serão necessárias avaliações periódicas, através de Conferências e Grupos de Estudos.

REFERÊNCIAS

Classo Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliares e Orientações, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, Brasília, dezembro 2002

Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais), Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (p. 33-53). 3 ed. Curitiba, 2015

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Ministério da Educação, Educação Especial, Brasília, MEC/SEESP, 2001

Prefeitura Municipal de Tupãssi
ESTADO DO PARANÁ
Praça Santos Dumont, s/nº - Fone (044) 3544-8000 - Fax: 3544-8014 CEP: 85945-000

Aviso de Licitação

O Município de Tupãssi, Estado do Paraná, torna pública a realização do seguinte processo licitatório:

Processo Licitatório nº 73-2015
Modalidade: Tomada de Preços nº 2-2015

Síntese do seu objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais de publicidade e propaganda, em todos os meios de comunicação e de apoio às atividades de Comunicação e Marketing: produção e acompanhamento de peças gráficas, eletrônicas e digitais, estudo, planejamento, conceitualização, criação, execução, intermediária e supervisão da execução externa, distribuição e controle de veiculação de planos, projetos, programas e campanhas institucionais, para serviços e eventos do MUNICÍPIO DE TUPASSI PR, com o objetivo de difundir ideias ao público em geral, dentre outros. Os serviços deverão ser executados por (01) única agência de propaganda, de acordo com as necessidades da Contratada, por um período de até 60 meses a contar da assinatura do contrato.

Valor Máximo da Licitação: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Tipo de Licitação: Melhor Técnica e Preço.

A Comissão de Licitação receberá os envelopes nº 01, 02, 03 e 04 até as 09:00 horas do dia 31 de julho de 2015, nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal de Tupãssi, situada na Praça Santos Dumont, s/nº, sendo que a 1ª sessão pública dar-se-á no mesmo dia e local, reter estabelecido, às 09:10 horas.

A documentação completa do edital estará disponível no portal eletrônico da Prefeitura de Tupãssi PR, através do endereço: www.tupassipr.com.br em link "licitações".

Demais informações através do telefone (44) 3544-8004.

Publicouse:
Tupãssi/PR, 26 de junho de 2015.
Jose Carlos Mariassi
Prefeito Municipal

CI-1152759-E15

Prefeitura Municipal de Tupãssi
ESTADO DO PARANÁ
Praça Santos Dumont, s/nº - Fone (044) 3544-8000 - Fax: 3544-8014 CEP: 85945-000

SEÇÃO DO TERMO ADITIVO

Termo aditivo que entre si celebraram, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPASSI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ nº 07.877.116/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Jose Carlos Mariassi, Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e função, inscrita no CPF sob nº 604.789.269-87, RG nº 4.264.035-5 SSP/PR, de outro em dilante, de maneira simplesmente **manifestando**, e de outro lado, Bruno Brandão Eireli, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 06.110.350/0001-10, situada e Rua Aquilino Massena, nº 283, Bairro Curitiba, CEP: 85.813-594, na cidade de Curitiba-PR, aqui devidamente representada pelo Sr. Bruno Felipe Lima Peres Brandão, portador da Carteira de Identidade nº 9.490.271-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 052.355.189-88, tem justo e contratado o seguinte:

Cláusula primeira: Considerando a Solicitação de aditivo de nota física, protocolada sob nº 2015/0034601 pela contratada, Parecer Técnico do Município de Tupãssi PR e o Parecer Jurídico nº 241/2015 do Paraná Cidade em anexo ao Processo, **fica aditado o valor do contrato** nº 54/2014, da Tomada de Preços nº 2-2014, Processo Licitatório nº 22-2011, nos seguintes termos:

1 - pelo aumento do valor contratado à importância de **R\$ 68.997,47 (sessenta e oito mil e novecentos e noventa e sete reais e quatrocentos e sete centavos)**, passando o valor contratual de R\$ 140.222,06 (trezentos e quarenta mil e vinte e dois reais e vinte centavos), para R\$ 409.019,53 (quatrocentos e nove mil e novecentos e quinze reais e cinquenta e três centavos), compreendendo o seguinte: Material: R\$ 48.998,23 (quarenta e oito mil e duzentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos); Serviços: R\$ 20.000,34 (vinte mil e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Cláusula segunda: Fica acrescido ao referido Contrato, as seguintes alterações orçamentárias:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit	Valor Total	Valor Original
01	Material de consumo	kg	100	100,00	10000,00	10000,00
02	Serviços de manutenção	h	100	100,00	10000,00	10000,00

Cláusula terceira: Para observarem melhoradas as demais cláusulas contratuais

Tupãssi/PR, 26 de junho de 2015.

Contratado: *[Assinatura]*
Contratante: *[Assinatura]*
Testemunhas: *[Assinaturas]*

CI-1152760-E15

Município de Braganey
3ª Região do Oeste do Paraná
Av. Arthur Poretti, 500 - Centro - Braganey/PR - CEP: 85.430-000 - Fone/Fax: (45) 3245-1235
E-mail: adm@braganey.pr.gov.br - CNPJ 78.121.902/0001-73

TERMO ADITIVO Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015
(CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 0001/2015)

Onde entre si celebraram, de um lado o MUNICÍPIO DE BRAGANEY, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na Av. Getúlio Vargas, 302, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 06.208.241/0001-54, neste ato devidamente representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Senhor JILSON BRANDÃO, e de outro lado a empresa **COMERCIO DE ALIMENTOS E AGENCIA LID-4-ME** inscrita na Av. Sebastião, s/nº, CEP: 85.794-000, Distrito de Alto Alegre do Iguazu, Município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 01.743.050/001-3, neste ato devidamente legalmente representada por D'ELI LARIFF PEREIRA do CPF sob nº 539.791.254-4, tendo sido celebrado em 14/06/2015, o contrato nº 001/2015, cujo termo de referência encontra-se em anexo, e em cumprimento do Edital de Licitação nº 001/2015, celebrado em 14/06/2015.

Assim, fica acrescido ao referido contrato, o seguinte:

CI1152732-e15

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR

TERMO ADITIVO Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015
(CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 0001/2015)

Onde entre si celebraram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na Av. Getúlio Vargas, 302, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 06.208.241/0001-54, neste ato devidamente representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Senhor JILSON BRANDÃO, e de outro lado a empresa **COMERCIO DE ALIMENTOS E AGENCIA LID-4-ME** inscrita na Av. Sebastião, s/nº, CEP: 85.794-000, Distrito de Alto Alegre do Iguazu, Município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 01.743.050/001-3, neste ato devidamente legalmente representada por D'ELI LARIFF PEREIRA do CPF sob nº 539.791.254-4, tendo sido celebrado em 14/06/2015, o contrato nº 001/2015, cujo termo de referência encontra-se em anexo, e em cumprimento do Edital de Licitação nº 001/2015, celebrado em 14/06/2015.

Assim, fica acrescido ao referido contrato, o seguinte:

CI1152743-E15

Contratado: *[Assinatura]*
Contratante: *[Assinatura]*
Testemunhas: *[Assinaturas]*

Município de Catanduvas
Estado do Paraná
CNPJ nº 06.206.842/0001-03

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2015

O Presidente e os membros da Comissão Especial de Concursos - CEC, no uso de suas atribuições legais, fazem saber a quem possa interessar, e considerando:

- o disposto no Edital nº 005/2015, de 19 de junho de 2015;
- que não houve interposição de recursos de candidatos com relação ao deferimento de inscrições, da conformidade com o previsto nos artigos 2º e 3º do Edital nº 005/2015, de 19 de junho de 2015;
- o contido no Artigo 24 do Edital nº 005/2015, de 06 de maio de 2015;

TORNAM PÚBLICO:

Art. 1º - O deferimento definitivo e a respectiva homologação das inscrições para o Concurso Público para provimento de Cargos no Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Catanduvas, do Estado do Paraná, que selecionará candidatos para suprimento dos cargos vagos - contratação imediata e cadastro de reserva - e os que vierem a vagar durante o prazo de validade do Concurso, conforme constou no Anexo Único do Edital nº 005/2015, de 19 de junho de 2015.

Art. 2º - A Prova Escrita (Objetiva) ocorrerá dia 05 de julho de 2015, na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, em locais a serem divulgados posteriormente, obedecendo aos horários a seguir discriminados:

a) Abertura de portão de acesso ao prédio das provas - 7h30min;
b) Fechamento do portão de acesso ao prédio das provas - 8h15min;
c) Início da Prova Escrita (Objetiva) - 8h30min;
d) Término da Prova Escrita (Objetiva) - 12h30min.

Catanduvas, 26 de junho de 2015.

ALMORA CARLOS DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

TEREZINHA APARECIDA OLIVEIRA
SECRETARIA

RAFAEL ORSATO
MEMBRO

CI1152736-E15

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Estado do Paraná

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 45, de 24 de junho de 2015.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que legalmente lhes são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os Vereadores Jean Rogers Bogoni CPF 804.420.729-53, José Valdir Linhar CPF 829.278.809-30, Nelson José de Bona CPF 829.791.039-34 e Pedro Ignácio Seffrin CPF 483.384.519-91, para viagem oficial a cidade de Foz do Iguaçu-Pr, nos dias 25 e 26 de junho de 2015, com finalidade de participar do curso "Serviços Públicos e Obras Públicas", que será promovido pela empresa TG PEC nos dias 25 e 26 de junho de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de 2 (duas) diárias de 20% na forma que preceitua a Lei Municipal n.º 021/2009, perfazendo um total de R\$ 222,72 (Duzentos e Vinte e Dois reais e Setenta e Dois Centavos) para os vereadores mencionados no artigo anterior, com fins de ressarcimento de despesas com alimentação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Ato da Presidência correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Este Ato da Presidência entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Medianeira, 24 de junho de 2015.

Pedro Ignácio Seffrin
Presidente

CI1152737-E15

Sind. dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu
CNPJ nº 06.206.842/0001-03

BASE TERRITORIAL: Santa Tereza de Itaipu - São Miguel do Guayú - Medianeira, Mairinópolis e Água Verde - Curitiba - Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU-PR, por seu presidente infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os motoristas, filiados ou não, das empresas Amboni e Dandolini Comércio de Gás Ltda, Grande Lago Comércio de Gás Ltda, Parque Iguaçu Comércio de Gás Ltda e Comércio de Gás Damboni Ltda, para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de Junho de 2015, na sede do sindicato, sito à Av. República Argentina, 3524, Jd. Panorama, iniciando-se às 19:00 horas em primeira convocação, com 50% mais 1 dos associados presentes; não havendo número legal para deliberação; a nova chamada será às 20:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Aberta a assembleia as deliberações serão feitas com 2/3 dos votos dos associados presentes, para decidir sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Análise da contraproposta das empresas para fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016;
- 2) Caso a contraproposta seja rejeitada, decidir o caminho a ser tomado, e caso ainda volarem pela greve, marcar dia e hora do seu início;
- 3) Autorização para diretoria outorgar procuração a advogado para instaurar dissídio coletivo de trabalho, caso for necessário;
- 4) Fixação das taxas de custeio da entidade sindical e estabelecer prazo para oposição ao referido desconto dos associados e não sócios, em caso de aceitação de descontos, ficarem os trabalhadores notificados que o período para manifestarem-se contrário é de 10 (dez) dias após a realização da assembleia mediante carta por escrito protocolado junto à entidade sindical;
- 5) Assuntos gerais

Foz do Iguaçu/PR, 25 de Junho de 2015.

Dilto Vitorassi
Presidente

CI1152738-E15

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2015
PROCESSO Nº 97/2015

Ratifico o processo de Dispensa de Licitação nº 10/2015, que tem por objeto aquisição de materiais de consumo e equipamentos, para manutenção das atividades realizadas nas oficinas de música da Secretaria de Cultura. No valor total do contrato de R\$ 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta reais). Publique-se. Medianeira-PR, 26 de junho de 2015. Maria Elena Barp - Secretária Municipal de Cultura

CI1152748-E15

Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida
Estado do Paraná
CNPJ nº 06.206.842/0001-01

Em sessão Ordinária em 16 de Junho de 2015

Em sessão Ordinária em 17 de Junho de 2015

RESOLUÇÃO Nº 002/2015.

Dispõe sobre a filiação da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida à Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná - ACAMOP, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR, através da presente Resolução, submetida ao Plenário, de acordo com o Art. 39 da Lei Orgânica Municipal e do Art. 88 do Regimento Interno, aprova e seu presidente promulga a presente resolução.

Art. 1º - Fica autorizada e formalizada a filiação da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida à Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná - Acamop.

Art. 2º - A Diretoria Geral tomará as providências necessárias para que a Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida efetue o recolhimento das Contribuições mensais em valor fixado pela Assembleia geral da Acamop.

Art. 3º - O Departamento de Finanças e Orçamento efetuará o empenho global das despesas decorrentes, na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 8.686/93, dispensando-se o contrato formal.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal, em Boa Vista da Aparecida-PR, 12 de junho de 2015.

IDEMAR GRANETTO JUNIOR
Presidente

CI1152724-E15

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1530/014 - 70/SMI DA 7ª DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO - 31 de Junho de 2015

RELATÓRIO PREÇO PRESENCIAL Nº 005/2014 - 70/SMI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A CNPJ nº 01.674.175/0001-38

DO OBJETO: Alteração contratual da cláusula décima terceira do contrato original, para prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, e ainda, a alteração da cláusula primeira com vista ao reequilíbrio econômico financeiro para a redução do valor do objeto inicialmente contratado, conforme segue:

Item	Descrição	Qtd.	Valor Anterior R\$	Valor Atual R\$
1	Seguro Total da Ambulância Fiat Ducato Furgão MAXI carga longo Ano Modelo 2011/2012 Placa MAW-538 RENAVAN 40.705.911-9 Cor branca Combustível Diesel Categoria Oficial Danos Motora 200.000,00 Danos Corporais 200.000,00 Danos Móveis 30.000,00 Morte por Colapso 30.000,00 Invalidez por Passagem 30.000,00 MAPFRE SEGUROS	1	2.203,32	2.060,00
2	Seguro Total da Ambulância Renault Master Furgão longo Ano Modelo 2011/2014 Placa MAJ-3493 RENAVAN 22.506.424-7 Cor branca Combustível Diesel Categoria Oficial Danos Motora 200.000,00 Danos Corporais 200.000,00 Danos Móveis 30.000,00 Morte por Colapso 30.000,00 Invalidez por Passagem 30.000,00 MAPFRE SEGUROS	1	2.593,32	2.147,00
3	Seguro Total da Ambulância Renault Master Furgão longo Ano Modelo 2011/2013 Placa AMF-5926 RENAVAN 00.597.426590 Cor branca Combustível Diesel Categoria Oficial Danos Motora 200.000,00 Danos Corporais 200.000,00 Danos Móveis 30.000,00 Morte por Colapso 30.000,00 Invalidez por Passagem 30.000,00 MAPFRE SEGUROS	1	2.820,32	2.185,00

VALOR GLOBAL R\$ 6.222,64 (seis mil quatrocentos e vinte e dois reais)

FUNDAMENTAÇÃO Artigo 57 e 58 da Lei Federal nº 8.686/93

FÓRUM: Comarca de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná

DEMAIS: JOSÉ JULIAS FERREIRA GEMINAL TERZAGAS

ASSINATURAS: O AUTORIZADOR DO CONTRATO: Prefeito Municipal - ARIS DE MOURA FERREIRA - Contador

CI1152725-E15

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 311/2014
DECORRENTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014.

CONTRATANTE: Município de Santa Tereza do Oeste.

CONTRATADA: ECEC - Empresa Cascavelense de Engenharia e Construções Ltda - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação com Pedras Irregulares em diversas ruas do Distrito de Santa Maria, neste Município. Contrato de Repasse nº 739847 - Processo nº 0330702-65/2010-MCidades.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente termo aditivo.

Santa Tereza do Oeste, em 25 de junho de 2015. **CI1152726-E15**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO BONITO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito - neste ato representada por sua Presidente, Sra. Marlene da Cunha Bonetti, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 35, II, do Estatuto, para fins do artigo 25, I, CONVOCA todos os associados, através do presente Edital para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 23/07/2015 às dezesseis horas em primeira convocação e às dezesseis horas e trinta minutos, em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia:

1. Homologar as alterações estatutárias deliberadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAES reunido nos dias 07 e 08 de Agosto de 2014 em Brasília-DF, na sala de reuniões do "Hotel Brasília Imperial" e nos dias 3º de março e 04º de Abril de 2015, na sede da Federação Nacional das APAES

A Assembleia Geral será convocada pelos associados especiais e contribuintes de 1ª e 2ª categorias, que tem suas obrigações sociais e financeiras (art.23).

Terão direito de votar os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular de pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exceto estes desde a adesão ao quadro de associados da Apae há no mínimo 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras. (art. 23, §1º)

No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae. (art. 23, §2º)

Não se admitirá mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte. (art. 23, §3º)

A Assembleia Geral instaurar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria dos associados, e em segunda convocação, com qualquer número, mas não poderá ser realizada antes dos atos de convocação, e nos termos do art. 25, I para a finalidade de homologar as alterações do estatuto, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim. (art. 27, § único).

Campo Bonito, 23 de junho de 2015.

Marlene da Cunha Bonetti
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito

CI1152727-E15

C.M.D.A
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rotary, nº 177 - Bela Vista (41) 3649-3837 - CEP: 85.950-000 Palotina - PR

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 014/2015

SÚMULA: Homologar as Candidaturas à Eleição do Conselho Tutelar 2015.

A Comissão Especial Eleitoral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas na Resolução Normativa Nº. 003/2015, de 02 de Abril de 2015.

Considerando a Resolução Normativa Nº. 013/2015, de 18/06/2015, do CMDCA, que revogou a lista dos aprovados no Teste de Conhecimentos do processo de Eleição do Conselho do Conselho Tutelar 2015, e dá outras providências; e

Considerando que não foi apresentado nenhum recurso junto à Comissão Especial Eleitoral no prazo estabelecido na Resolução Normativa Nº. 013/2015.

RESOLVE:

Art.1º - Homologar as candidaturas à Eleição do Conselho Tutelar 2015, a ser realizado dia 04 de Outubro de 2015:

- a) Claudete Iris Schuck;
- b) Dariane Benetti;
- c) Elaine Cristina Zacarias Stefanelo;
- d) Ivo de Andrade;
- e) Jose Maria da Silva;
- f) Juliana Gris;
- g) Junilde Marizinha Zanella;
- h) Manoela Eugenia da Silva;
- i) Mérica Pires de Oliveira;
- j) Neide Aparecida Assch Ceolin.

Art. 2º - Os agora candidatos deverão aguardar instruções da Comissão Especial Eleitoral quanto à propaganda eleitoral em data a ser definida e comunicada.

Art. 3º - Os casos não previstos nesta Resolução Normativa serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palotina, 26 de Junho de 2015.

Marcia Biff Sabadin
Presidente da Comissão Especial Eleitoral
Resolução Normativa Nº. 003/2015

CI1152754-E15

Município de Corbélia
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 06.206.842/0001-03

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 003/2015
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS Nº. 029/2015

O Preteno Municipal de Corbélia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal divulgado pelo edital nº 019/2014 resolve convocar os aprovados, conforme relação abaixo sendo este 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste edital a comparecerem nos locais, conforme segue:

CARGO/FUNÇÃO	LOCAL
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	RECURSOS HUMANOS - PREFEITURA

Munidos dos seguintes documentos:

- a. Cédula de identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia.
- b. Certificado de reservista e fotocópia, quando caber.
- c. Título de eleitor e fotocópia.
- d. Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia.
- e. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e fotocópia.
- f. Carteira de Trabalho e fotocópia.
- g. Número do PIS/PASEP e fotocópia.
- h. Comprovante de residência.
- i. Registro no órgão de classe e fotocópia (quando for o caso).
- j. Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia.
- k. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia.
- l. Uma fotografia 3X4 recente tirada de frente.
- m. Alastado de sanidade física e mental.
- n. Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residir nos 5 (cinco) últimos anos.
- o. Comprovante de escolaridade exigida e fotocópia.
- p. Declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio.
- q. Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

O não comparecimento dentro do prazo estipulado, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do concurso e na nulidade da classificação, cabendo à administração convocar o candidato seguinte para preencher a vaga, obedecida a ordem de classificação.

RELAÇÃO DE CONVOCADOS

CARGO/FUNÇÃO	Nome
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	04 Dirceu Paiva
	05 Edson Cer Patere

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA
Em 26(vinte e seis) de junho de 2015.

IVANOR DAMIANO BERNARDI
Prefeito Municipal

CI1152756-E15

Sind. dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU-PR. por seu presidente infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias. **CONVOCA** todos os motoristas, filiados ou não, das empresas de **Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas**, para participar da **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia **01 de Julho de 2015**, na sede do sindicato, sito à Av. República Argentina, 3524, Jd. Panorama, iniciando-se às 19:00 horas em primeira convocação, com 50% mais 1 dos associados presentes; não havendo número legal para deliberação, a nova chamada será às 20:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Aberta a assembleia as deliberações serão feitas com 1/3 dos votos dos associados presentes, para decidir sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Análise da contraproposta da empresa para fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016;
- 2) Caso a contraproposta seja rejeitada, decidir o caminho a ser tomado, e caso ainda votarem pela greve, marcar dia e hora do seu início;
- 3) Autorização para diretoria outorgar procuração a advogado para instaurar dissídio coletivo de trabalho, caso for necessário;
- 4) Fixação das taxas de custeio da entidade sindical e estabelecer prazo para oposição ao referido desconto dos associados e não sócios, em caso de aceitação de descontos, ficam os trabalhadores notificados que o período para manifestarem-se contrário é de 10 (dez) dias após a realização da assembleia mediante carta por escrito protocolado junto à entidade sindical;
- 5) Assuntos gerais

Foz do Iguaçu/PR, 26 de Junho de 2015.

Dilvo Ybarrasi
Presidente

CI1152765-E15

Município de Catanduvas
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.208.842/0001-03

DECRETO Nº 84/2015

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeitura do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 4.220/64, e a Lei Municipal nº. 056 de 11 de dezembro de 2014 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.220/64, mediante as seguintes providências:

1 – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição/Classificação	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.127.1250.2.005	3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0	R\$ 15.000,00
02.06.26.527.1900.2.021	3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0	R\$ 9.000,00
02.11.13.301.1200.2.022	3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	303	R\$ 10.000,00
02.15.33.397.1950.2.016	3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0	R\$ 20.000,00

Art. 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o depósito no Artigo 43º, inciso III, da Lei Federal nº 4.220/64, proferido da anulação das seguintes dotações Orçamentárias (S):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição/Classificação	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.127.1250.2.005	3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	0	R\$ 40.000,00
02.11.13.301.1200.2.022	3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	303	R\$ 15.000,00

Parágrafo único: Ficam alteradas as metas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 45, § 1º, da Lei nº 420/2013, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 24/2014, a fim de disponibilizar as dotações orçamentárias nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como seu Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gab. da Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR, 26 de Junho de 2015.

NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeita

CI1152774-E15

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Page: 115-126-127
Email: conselho@oparana.com.br
Av. Tancredi Neves, nº 502 - Capão Leônidas Marques - PR - CEP: 85.396-000

EDITAL Nº 02/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através da Comissão Especial Eleitoral, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.093/2015 de 02 de Abril de 2015,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A relação dos inscritos para concorrer ao cargo de Conselheiro Titular do Município de Capão Leônidas Marques.

Art. 2º - Os casos omissos desse Edital serão decididos pela Comissão Especial Eleitoral.

Capão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 26 de junho de 2015.

CI1152779-E15 MARIO MARTINS RIBEIRO
Presidente do CMDCA

Município de Corbélia
Estado do Paraná
CNPJ nº 25.626.001/02

PORTARIA Nº 103/2015 Corbélia, 26 de junho de 2015.

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Portaria nº 04 de junho de 2015 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Corbélia, Estado do Paraná, com fundamento no art. 173 da Lei Municipal nº 285 de 1º de maio de 1992

RESOLVE

Art. 1º O artigo 1º da Portaria nº 04 de 1º de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica constituída a seguinte Comissão de Inquérito (Lei Municipal nº 286/92, art. 174), para apurar fatos disciplinares imputados a Srª Joice Furtado, CNP nº 3.632.167-0 SSP/PR, que exerce o cargo de Professora junto à Secretaria Municipal de Educação

1 - Francisca Ferreira Gozzi - RG: 7.059.038-4 - Presidente
2 - Donato Schmidt Simões - RG: 4.542.419-0 - Secretário

3 - Mar Ely Bordini - RG: 7.807.316-2 - Membro

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo dos atos até então praticados pela comissão de inquérito constituída

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corbélia, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2015

IVANER BAREIA BERNARDI
Prefeito do Município de Corbélia

CI1152771-E15

Município de Capão Leônidas Marques
Estado do Paraná
CNPJ nº 29.634.0001-13

PORTARIA Nº 223/2015

O Prefeito Municipal de Capão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 01 (Uma) DIÁRIA ao Servidor Municipal RAIMUNDO ESTEVAN DE MEDEIROS em virtude de Viagem à Londrina-PR para levar paciente do Município para Tratamento Especializado na Clínica abaixo relacionada, a ser realizado no dia 26 de Junho de 2015.

- Clínica psiquiátrica de Londrina - Londrina

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Capão Leônidas Marques
Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2015

IVAR BAREIA
PREFEITO MUNICIPAL

CI1152777-E15

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROXIAS - COMPRO
CNPJ nº 19.985.842/0001-84
Av. Tancredi Neves, 602 Capão Leônidas Marques - PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2015
Aprorro e homologa a Dispensa de Licitação Nº 009/2015 no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos e noventa reais).

O PRESIDENTE DO CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROXIAS - COMPRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições Estatutárias que lhe são conferidas, e nos termos dos artigos 24 II da Lei Federal 8666/93 e alterações e Artigo 1º, III da Lei nº 020/2013, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 24/2014, a fim de disponibilizar as dotações orçamentárias nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como seu Cronograma Mensal de Desembolso.

RESOLVE

Art. 1º - Aprova a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015 - Comissão Direta, no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos e noventa reais) para aquisição e instalação de sistema de computação de gestão e controle financeiro, através da empresa SPIN SISTEMAS LTDA - ME, cujo processo administrativo encontra-se em anexo.

Art. 2º - Fica revogada a publicação de suspensão de licitação, sob o nº 009/2015.

Capão Leônidas Marques, PR, em 15 de junho de 2015.

IVAR BAREIA
Presidente COMPRO

CI1152780-E15

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR

TERMO ADITIVO Nº 002/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 352/2014

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredi Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 29.634.0001-13, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **IVAR BAREIA**, e de outro lado a empresa **S. P. CASALI ELETRÔNICA - ME**, localizada na Rua Luiz Vissolun, 179, Casa, Centro, CEP 85.740-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.225.983/0001-36, neste ato representado legalmente por **SILVANO PEDRO CASALI** titular do CNPJ sob nº 02.776.529/0001-80, fundamentado no artigo 65 da Lei 8666/93 de 21.09.93, conferido e previsto contratualmente, assim como pelas condições do edital em conformação, ajustado da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
O presente objeto consiste no fornecimento de manutenção de equipamentos de informática para o mês de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para o dia 26 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato original, não modificadas por este instrumento.

É, por consequência de consequência, declarado o presente Edital Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2015.

Ivar Barcia
Prefeito Municipal

S. P. CASALI
Contratado

CI-1152744-E15

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR

PORTARIA Nº 222/2015 de 26 de Junho 2015

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Capão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** emitir a seguinte Portaria de Licitação, no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos e noventa reais), para aquisição e instalação de sistema de computação de gestão e controle financeiro, através da empresa SPIN SISTEMAS LTDA - ME, cujo processo administrativo encontra-se em anexo.

RESOLVE

Art. 1º - Aprova a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015 - Comissão Direta, no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos e noventa reais) para aquisição e instalação de sistema de computação de gestão e controle financeiro, através da empresa SPIN SISTEMAS LTDA - ME, cujo processo administrativo encontra-se em anexo.

Art. 2º - Fica revogada a publicação de suspensão de licitação, sob o nº 009/2015.

Capão Leônidas Marques, PR, em 15 de junho de 2015.

IVAR BAREIA
Presidente COMPRO

CI1152780-E15

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 29.131.821/0001-01

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDITAL Nº 830/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE

PORTARIA Nº 214/2015
Município de Vera Cruz do Oeste, em 26 de junho de 2015.
Ivan Barcia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 - PROCESSO Nº 002/2015

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de profissional habilitado para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática para o mês de junho de 2015, através da empresa SPIN SISTEMAS LTDA - ME, cujo processo administrativo encontra-se em anexo.

RESOLVE

Art. 1º - Aprova a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 - Comissão Direta, no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil seiscentos e noventa reais) para aquisição e instalação de sistema de computação de gestão e controle financeiro, através da empresa SPIN SISTEMAS LTDA - ME, cujo processo administrativo encontra-se em anexo.

Art. 2º - Fica revogada a publicação de suspensão de licitação, sob o nº 009/2015.

Vera Cruz do Oeste, 26 de junho de 2015.

Ivan Barcia
Prefeito Municipal

CI1152767-E15

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2014
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 352/2014

Que entre si celebram,

De um lado o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredi Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 29.634.0001-13, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **IVAR BAREIA**, e de outro lado a empresa **CKC CONSTRUÇÕES LTDA**, localizada na Rua Fátima, 1000, Jd. Santa Helena, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 07.225.983/0001-36, neste ato representado legalmente por **SILVANO PEDRO CASALI** titular do CNPJ sob nº 02.776.529/0001-80, fundamentado no artigo 65 da Lei 8666/93 de 21.09.93, conferido e previsto contratualmente, assim como pelas condições do edital em conformação, ajustado da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
O presente objeto consiste no fornecimento de manutenção de equipamentos de informática para o mês de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para o dia 26 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato original, não modificadas por este instrumento.

É, por consequência de consequência, declarado o presente Edital Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2015.

Ivar Barcia
Prefeito Municipal

S. P. CASALI
Contratado

CI-1152745-E15

EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATOS

PREFEITURA DE MEDIANEIRA

3º ADITIVO DE CONTRATO Nº 102/2014

CONTRATADA: PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLENAGENS SCHMITT.

OBJETO: ALTERAÇÃO NO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA MAIS 154 (CENTO E CINQUENTA) DIAS, FICANDO ASSIM A VALIDADE PARA 31 DE JULHO DE 2015.

PRAZO: 31.07.2015

DATA DA ASSINATURA: 27.02.2015

PREFEITURA DE MEDIANEIRA

1º ADITIVO DE CONTRATO Nº 234/2014

CONTRATADA: SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: ALTERAÇÃO NO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA MAIS 05 (SEIS) MESES E A VALIDADE DO CONTRATO PASSA A SER A MESMA DO CONVÊNIO PARA 05 DE JUNHO DE 2016.

PRAZO: 05.06.2016

DATA DA ASSINATURA: 26.02.2015

PREFEITURA DE MEDIANEIRA

1º ADITIVO DE CONTRATO Nº 236/2014

CONTRATADA: SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: ALTERAÇÃO NO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA MAIS 05 (SEIS) MESES E A VALIDADE DO CONTRATO PASSA A SER A MESMA DO CONVÊNIO PARA 19 DE JULHO DE 2016.

PRAZO: 19.07.2016

DATA DA ASSINATURA: 11.06.2015

PREFEITURA DE MEDIANEIRA

1º ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2014

CONTRATADA: COLPANI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: ALTERAÇÃO NO PRAZO PARA MAIS 692 (QUIARENTA E NOVENA E DOIS) DIAS, FICANDO ASSIM A VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA 02 DE NOVENO DE 2016.

PRAZO: 02.11.2016

DATA DA ASSINATURA: 20.03.2015

CI1152747-E15

MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Ato de Registro de Preços Nº 125/2015 - Ref. Pregão nº 147/2015 - Forma Presencial

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEU AZUL

FORNEDOR: PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA - ME

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares ambulatórios para uso nas unidades de saúde e centro de especialidades do Município o registro de preços terá vigência de 12 meses. A relação detalhada dos produtos e preços registrados encontra-se a disposição para consulta pública no site: www.ceuazul.gov.br

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 91.910,00

PRAZO VIGÊNCIA: 18/06/2016

ASSINATURAS: JAIME LUIS BASSO; NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR

MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Ato de Registro de Preços Nº 125/2015 - Ref. Pregão nº 147/2015 - Forma Presencial

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEU AZUL

FORNEDOR: DIMACOM MATERIAL CIRURGIÇO LTDA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares ambulatórios para uso nas unidades de saúde e centro de especialidades do Município o registro de preços terá vigência de 12 meses. A relação detalhada dos produtos e preços registrados encontra-se a disposição para consulta pública no site: www.ceuazul.gov.br

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 29.292,80

PRAZO VIGÊNCIA: 18/06/2016

ASSINATURAS: JAIME LUIS BASSO; PEDRO ANTÔNIO LAPINSKI

MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Ato de Registro de Preços Nº 126/2015 - Ref. Pregão nº 147/2015 - Forma Presencial

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEU AZUL

FORNEDOR: PHARMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares ambulatórios para uso nas unidades de saúde e centro de especialidades do Município o registro de preços terá vigência de 12 meses. A relação detalhada dos produtos e preços registrados encontra-se a disposição para consulta pública no site: www.ceuazul.gov.br

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 97.290,05

PRAZO VIGÊNCIA: 18/06/2016

ASSINATURAS: JAIME LUIS BASSO; CRISTIANE MARMENTINI

CI1152769-E15

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2013 - EMGM
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 19 de junho de 2015
Referência: TOMADA DE PREÇOS Nº 210/2013 - PMSM

CI1152755-E15

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015
PROCESSO Nº 99/2015

Ratifico o processo de Dispensa de Licitação nº 11/2015, que tem por objeto aquisição de 20 (vinte) mil etiquetas em adesivo poliéster escovado, numeradas sequencialmente, digital, com código de barras e brasão do Município para o uso da Secretária de Administração, com o valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) pelo prazo de 30 (trinta) dias. Publique-se-Medianeira, 26 de junho de 2015.

Erci Baldissera - Secretário Interino de Administração **CH152764-E15**

EXTRATO ADITIVO DO CONTRATO Nº 312/2014
DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014.
CONTRATANTE: Município de Santa Tereza do Oeste.
CONTRATADA: Moca Comércio de Medicamentos Ltda.
OBJETO: Aquisição de medicamentos psicotrópicos.
Vigência: 04 (quatro) meses a partir da assinatura do presente termo aditivo.
Valor: R\$ 2.407,50 (dois mil quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos)
Santa Tereza do Oeste, em 24 de junho de 2015. **CI1152768-E15**

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 62/2015 -M.C.A. - Forma Presencial
O Município de Céu Azul, torna público que fará realizar às 09:00 horas do dia 10 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal, sita a Av. Nilo Umberto Deitos, 1426, licitação na Modalidade de Pregão, tipo de Menor Preço, objetivando a aquisição de um veículo novo para Secretaria Municipal de Assistência Social, para ser utilizado pela equipe de profissionais do Centro Múltiplo do Clube da Amizade e da União dos Vovós de Céu Azul, recurso oriundo da Rodovia das Cataratas S/A - Ecocataratas (Incentivo Fiscal), conforme estabelecido no Edital. A documentação completa se encontra à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário comercial. Informações pelo telefone (45) 3266-1122 ou e-mail: prefcompras@nerecu.com.br Céu Azul, 25 de junho de 2015.

JAIME LUIS BASSO
Prefeito Municipal
CI1152770-E15

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
DECRETO Nº 156/2015
DATA: 22-06-2015
SÚMULA: Torna sem efeito a nomeação em comissão e as outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, faz uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 17º e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base no § 7º do artigo 73 da Lei nº 1.724/2012.

DECRETA
Art. 1º - Fica tomada sem efeito a nomeação de Rosani Maria Castanheira Sobrinha, RG nº 10.348.554-9/PR, efetuada através do Decreto nº 128/2015, no cargo de Professora, em razão da posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques, 22 de junho de 2015

Isa Barba
Prefeita Municipal
CI1152778-E15

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2015
PROCESSO Nº 97/2015

Ratifico o processo de Dispensa de Licitação nº 10/2015, que tem por objeto aquisição de materiais de consumo e equipamentos, para manutenção das atividades realizadas nas oficinas de música da Secretaria de Cultura. No valor total do contrato de R\$ 6.776,00 (seis mil setecentos e setenta e seis reais). Publique-se- Medianeira-PR, 26 de junho de 2015. Maria Elena Barp - Secretária Municipal de Cultura
CI1152720-E15

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
PORTARIA Nº 222/2015
DATA: 25-06-2015

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, faz uso das atribuições legais e de acordo com o artigo 18 da Lei Municipal nº 1.041/2015, de 20.12.2015.

RESOLVE
Art. 1º - Destina os professores a seguir relacionados para assumirem período suplementar, nos letivos e períodos abaixo:

NOME	BS	LOCAL	PERÍODO
Luciano Francisco de Melo	20	E. M. Santa Mônica	11.06.2015 a 16.12.2015
Anderson Lucas Mazzardo	20	E. M. Bom Jesus	11.06.2015 a 16.12.2015

Art. 2º - Fato Portaria torna em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques - PR, 25 de junho de 2015.

Isa Barba
Prefeita Municipal
CI1152740-E15

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE ANULAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015
CONSIDERANDO o processo licitatório na modalidade Tomada de Preços sob nº 032/2015, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de materiais e serviços de desinsetação e infestação de aparelhos de ar condicionado da Casa Abrigo Maria Jesus Unida II, neste Município de Toledo, conforme Portaria nº 625 de 10/08/2010 do MDS, CONSIDERANDO a data de execução do objeto prevista para 15 de junho de 2015, CONSIDERANDO que o edital de licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado em 09 de junho de 2015 através do processo eletrônico de proposta eletrônica pelo pregoeiro, CONSIDERANDO que não houve falta de habilitação e qualificação em favor do vencedor do preço para o contrato em subgasto e data prevista para execução do objeto, CONSIDERANDO Parecer Jurídico (01186 verso) do processo licitatório, CONSIDERANDO Despacho do Secretário de Administração (01186 verso) do processo licitatório, DEUO ANULAR O CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 032/2015, tudo com amparo legal no art. 49 da Lei 5.666/95 e no Súmula nº 473, do STJ. De-se ciência aos interessados para todos os efeitos legais. GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2015. LUIS ADRIANO RIFTO JUNIOR PAGNUSSATT - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO.

CI1152750-E15

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2013 - EMGM
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 19 de junho de 2015
Referência: TOMADA DE PREÇOS Nº 210/2013 - PMSM

CI1152755-E15

O Paraná

www.oparana.com.br

Prestação de serviços de impressão para jornais e impressos publicitários.

Contato: **(45) 3321-1000** | com Ladinho.
ladinho@oparana.com.br

O que rola

Rose Brocht

na sociedade

é fato do dia em O Paraná!

Pérola do dia
 Irres, só uma mudança de
 de vista é suficiente para
 transformar uma orquídea
 festiva numa interessante
 "surpresa". - Albert Flinders

Na ribalta
 Festival celebra que a
 família Edgar Bruno
 concluiu os trabalhos de
 conclusão da apresentação
 no teatro do Brasil voltará ao
 palco na noite de sábado com
 a peça Dom Quixote, que já
 tem ingressos à venda na
 bilheteria do Teatro e pelo site
 www.domingos.com.br.
 Lembrando: a R\$ 120
 inteira e R\$ 60 meia
 entrada.

**Em visita que fez ontem ao Palácio Iguaçu, o
 presidente de Curitiba, dom José Antonio Peruzzo, de
 Cascavel, apresentou com uma imagem de São José,
 padroeiro dos trabalhadores, o capelo do Palácio,
 padre José Aparecido, a secretária e primeira-dama
 Fernanda Richa e o governador Paulo Richa.**

**A beleza de Jageline
 Beller captada pela
 objetiva do fotógrafo
 Juscelino Fernandes**

**A empresária
 Maria Genesina
 Liori, que ostenta
 "fal cateter" e
 asseio de obras
 de arte, tapetes
 e peças de deco-
 ração à venda no
 Evento Solidário,
 que acontece
 sábado no
 salão N50W em
 benefício das
 Creches creches
 Estrela da Manhã,
 Jardim Itaipava,
 Crisiane Feliz e
 Cláudia Paganni**

Mesa farta
 O Restaurante Divo sempre é ponto de referência para os
 horis de garfo no almoço e jantar festivos, já que reuniu no
 cardápio a deliciosa iguaria com o modo do chef
 A casa fica na Rua Paraná, 2-447 - telefone: (41) 3038-0397.

Doações reforçam projeto Beleza Perfeita
 O Projeto Beleza Perfeita, um dos maiores
 projetos sociais desenvolvidos pelo Instituto
 Glóbovisão e que possuiu a participação
 e o apoio da Prefeitura de Curitiba, realizou
 o evento "Doações reforçam projeto Beleza Perfeita".
 O objetivo foi arrecadar doações de produtos
 de higiene pessoal, cosméticos e alimentos para
 serem distribuídos para as crianças e adolescentes
 em situação de vulnerabilidade social. O evento
 contou com a participação de artistas locais e
 representantes de diversas instituições.

Aniversariantes
 • Rosane Peruzzo Moraes,
 Edna Djalma, Dayane
 Soares, Carlos Henrique
 Lauer, Inaciana Maria da
 Silva, Aparecida Maria da
 Silva, Wilson Souto, Amílcar
 Silva, Valter, Cláudio
 Damasceno, Cláudio
 Reizen, Helen Freitas
 Rodrigues, Carlos Alberto
 Tium, Claudemir Reizen,
 Paulo Roberto Ribeiro,
 Mariana Rodrigues, Filiz, Laila,
 Antônia Helena de Lima,
 Alexandre Camargo, Xavier
 Paulo Roberto dos
 Santos, Carolina Lino,
 Margarete Figueiredo, Nil de
 Oliveira Geronziouli.

Humor
 Em mais uma tarde por
 cidade, o espetáculo, com
 o humor de ponta e a
 música de qualidade, foi
 apresentado em Curitiba,
 com a participação de
 artistas locais e
 representantes de
 diversas instituições.

Pérola do dia
 "Um amigo é um amigo
 de verdade, é aquele que
 não abandona
 nem no momento
 de maior dificuldade".
 - Albert Einstein

Em destaque
 O projeto Beleza Perfeita
 tem como objetivo
 arrecadar doações de
 produtos de higiene
 pessoal, cosméticos e
 alimentos para serem
 distribuídos para as
 crianças e adolescentes
 em situação de vulnerabilidade
 social.

Em festa
 O projeto Beleza Perfeita
 tem como objetivo
 arrecadar doações de
 produtos de higiene
 pessoal, cosméticos e
 alimentos para serem
 distribuídos para as
 crianças e adolescentes
 em situação de vulnerabilidade
 social.

Em comemoração social, Michel e Rafael
 Michel e Rafael comemoraram
 o aniversário de 10 anos
 com uma festa temática
 em um salão de festas.
 O evento contou com
 a presença de familiares
 e amigos, além de
 uma deliciosa refeição
 e música ao vivo.

**Antecipação total da
 receita do seu condomínio**
COBRA
 condomínios
 411 3035-3563
 www.cobracondominios.com.br

Missa Católica
 3035-3666

PLASTEL
 41 3035-4358 / 3035-4359
 9969 4414

Clube social
 O clube social do bairro
 oferece atividades
 recreativas e culturais
 para os moradores.
 O clube conta com
 quadras de esportes,
 salão de festas e
 espaço para eventos
 comunitários.

social@oparana.com.br | social@oparana.com.br | social@oparana.com.br | social@oparana.com.br

coluna inside

FIQUE LIGADO NA COLUNA

J O V E M DE CASCAVEL E REGIÃO

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

Coluna Inside
 23 - O Paraná

f /insideopr @colunainside f /insideopr @colunainside f /insideopr @colunainside

181

Este número é a arma do cidadão.
É o número do resgate da sua cidadania.
Este número vai salvar a sua e a nossa vida.

Violência contra mulher – Crime ambiental – Tráfico de drogas
Qualquer crime ou delito que você saiba que está acontecendo.

Não se omita.

Ligue 181 e
faça sua parte.

lutinski.com.br



Campanha permanente
de utilidade pública.

Apoio:

O Paraná
Jornal de Fato

www.181.pr.gov.br

www.policiamilitar.pr.gov.br

www.consegcascavel.org.br